UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SOORAYA KAROAN LINO DE MEDEIROS

Norma e prática

Os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495)

São Paulo

2013

SOORAYA KAROAN LINO DE MEDEIROS

Norma e prática

Os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História Social da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Doutor em
História Social.

Área de concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo
Nogueira

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Medeiros, Sooraya Karoan Lino de

Norma e prática – Os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495). / Sooraya Karoan Lino de Medeiros; Orientador: Professor Doutor Carlos Roberto Figueiredo Nogueira – São Paulo, 2013.

246f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Norma e prática** – Os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Sofia, a escolha de seu nome não foi fruto do acaso. Com a maternidade que contigo se desenvolvia, surgia o intenso desejo de que sua vida fosse plena. Oxalá, a sabedoria lhe sorria. Se hoje tenho o ventre vazio, meu horizonte é repleto de você.

AGRADECIMENTOS

Vislumbrando o fim deste longo caminho, ao olhar para trás percebo quantos agradecimentos devo, quantas pessoas tornaram meu caminho se não mais fácil, certamente mais agradável ou menos solitário, porque as dificuldades foram muitas.

Primeiramente, meus mais sinceros e afetuosos agradecimentos ao Professor Doutor Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, de quem tenho a honra de ter recebido orientação. Generoso detentor de um olhar apurado com o qual acompanha seus alunos, desde o primeiro encontro me ensinou muito com sua conversa franca. Jamais esquecerei seu apoio.

A atuação de duas instituições foi fundamental neste caminho: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado para a realização desta pesquisa, e o Real Gabinete Português de Leitura, nas pessoas de seus diligentes funcionários que pacientemente disponibilizaram pilhas e pilhas de livros.

A todos os membros do Grupo de Estudos Medievais Portugueses, por todos os debates sempre frutíferos em nossas animadas reuniões. Agradecimentos especiais são devidos à Candice Quinelato por sua imensa gentileza. À Professora Doutora Gracilda Alves, por todos esses anos.

A Fábio Luís Pinto da Silva, com quem minha emoção coabita, pela força, pelo apoio, pelo sorriso, pelas miudezas do cotidiano, meu amor sempre. As três Marias, mesmo que espalhadas pelo Brasil, por quase 20 anos de amizade e pelo apoio, que nossos laços nos unam sempre. A Ângela Maria Lino de Medeiros, minha mãe, que me acudiu em um momento de apuro dando conta de uma pequena mulher enquanto eu escrevia.

São muitas as pessoas que gostaria de nomear e formariam uma longa lista impossível reproduzir. Alexandre, Sônia e Elimar, vocês estão sempre em meus pensamentos.

Que não me acusem de desatino, de arrogância ou presunção, de ousar eu mulher, opor-me e replicar a um autor tão sutil, nem de reduzir o elogio devido à sua obra, quando ele, único homem, ousou difamar e censurar sem exceção todo o sexo feminino.

Cristina de Pisano

RESUMO

MEDEIROS, Sooraya K. L. Norma e prática – Os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495). 2013. 246f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Na concepção do mundo cristão, as mulheres foram criadas a partir de um fragmento masculino para lhe serem sujeitas, nunca iguais. Essa ordenação vai determinar a concepção sobre o feminino e a importância da imposição de submissão às mulheres. Sua inferioridade era impedimento para o ofício religioso e as leis do reino reconheciam a fraqueza *própria* do seu sexo que lhes vedava o acesso a ofícios públicos. Entretanto, é preciso considerar que entre o que se preconizava e o que de fato se praticava havia um cuidadoso jogo de possibilidades. A condição feminina definida eminentemente por sua ligação e sua relação com um homem que as caracterizava como mulheres solteiras, casadas ou viúvas não representa a multitude de papéis que poderiam desempenhar ao longo de sua vida. Seu estado não era necessariamente um obstáculo para o desempenho de outros papéis. O entrecruzamento dos dados obtidos com a análise da lei e da prática nos mostra que não precisa haver aí uma dicotomia. No seu viver em sociedade, as mulheres conjugavam diversos fatores e assumiam facetas muito mais ricas do que consideravam os escritos dos teólogos e moralistas.

Palavras-chave: Papéis femininos, condição social feminina, poder real, Portugal, século XV.

ABSTRACT

MEDEIROS, Sooraya K. L. Regulation and practice – The roles of women in D. João II's reign (1481-1495). 2013. 246f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

In the design of the Christian world women were created from a man's fragment to be his subject and never an equal. This disposition would determine the conception of the feminine and the importance of the control to which women should be referred. Their inferiority was an obstacle for religious service and the laws of the kingdom recognized the archetypal weakness of their sex forbidding them access to public offices. However it is necessary to consider that between what was preached and what was practiced there were many possibilities. Women's social condition defined by their connection and relationship with a man who characterized them as a single, married or widowed women did not represent the multitude of roles they could play throughout his life. Their condition was not necessarily an obstacle to the performance of other roles. The data obtained with the analysis of the law and practice shows that it didn't had to be a dichotomy. In their social lives women combined several factors and assumed much richer facets than that considered in the writings of theologians and moralists.

Keywords: Women's roles, social status, royal power, Portugal, XV century.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1	- Distribuição de diplomas por ano de reinado.....	47
Gráfico 2	- Diplomas régios recebidos por homens e mulheres.....	49
Gráfico 3	- Composição da documentação.....	52
Quadro 1	- Consanguinidade.....	91
Quadro 2	- Casamentos.....	96
Quadro 3	- D. Brites.....	149
Tabela 1	- Nomeações de cargos e ofícios masculinos.....	50
Tabela 2	- Benefícios concedidos às mulheres.....	51
Tabela 3	- Penas para barregueiros e barregãs.....	132
Tabela 4	- Aforamentos.....	154
Tabela 5	- Concessão de tença em gêneros e em numerário.....	156
Tabela 6	- Doações de bens rurais e urbanos para <i>Donas</i>	160
Tabela 7	- Doações de bens rurais e urbanos.....	161
Tabela 8	- As mulheres e os diplomas da Chancelaria.....	218

LISTA DE SIGLAS

ANTT Arquivo Nacional da Torre do Tombo

doc. documento

v. verso (quando aplicada a citações de fontes manuscritas)

f. folha

fl. fôlio

l. livro

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 - Papéis atribuídos / Espaços ocupados	22
As mulheres têm história?	22
A Chancelaria, a lei e o rei	36
Capítulo 2 - ... <i>molher de / ... molher que foy</i>	64
Solteiras e viúvas	64
O casamento e os bens	82
Capítulo 3 - ... <i>e querendo viver honestamente</i>	105
Os crimes das mulheres	105
Das barregãs	130
Capítulo 4 - ... <i>E por que ella mjlhor possa proueer as suas neçisydades</i>	144
Privilégios e mercês	144
Da sobrevivência	166
Conclusão	184
Bibliografia	187
Apêndice A	218
Anexo	237

INTRODUÇÃO

*E ha dicta maria d'ia Irmaa do morto perdoou com/
Condiçom que o dicto aluaro garcia nom morasse em
a dicta villa de/ soure nem parecese per ante ella
acinte por a anojar¹*

Controle, custódia, sombra, reflexo, pecadora, sedutora, silenciamento, ausência. De muitas formas essas palavras definiam e resumiam o que sabíamos sobre as mulheres medievais quando a voz de Maria Dias nos chegou clara e nítida impondo sua vontade, “nem parecese per ante ella acinte por a anojar”. Difícil definir a impressão que essa voz feminina nos causou quando ainda iniciávamos os estudos históricos e tínhamos, sobre a condição social feminina, a imagem de mulheres presas ao espaço privado e sem voz ativa. Tratava-se de uma carta de perdão, um diploma emitido pela Chancelaria régia através do qual o monarca remia as dívidas de seus súditos com a justiça. Em casos de morte como este era necessário que o réu apresentasse junto à sua requisição o perdão de todos os parentes do morto até o quarto grau. Maria era irmã de um homem morto em uma briga e concede o perdão ao assassino desde que ele não aparecesse diante dela ou morasse na vila de Soure. Surgia um universo de dúvidas, pois as palavras de uma mulher determinariam o destino de um homem, afinal, o monarca confirma a restrição imposta ao conceder seu perdão. Se Maria não apenas uma exceção, em que medida as imagens elaboradas pelos homens da Igreja refletiam mulheres reais?

Foram essas questões que nos guiaram e determinaram a escolha da temática para a continuação dos estudos ao fim da graduação. A condição social feminina tornou-se nosso interesse de pesquisa e, tendo ingressado no Programa de Pós-graduação em História Social desta Universidade para a realização da dissertação de mestrado, norteamos nosso trabalho aspirando a descobrir os direitos que detinham as mulheres que, como Maria Dias, deixaram registro de seus desejos e vontades. Procuramos analisar como asseguravam a sua manutenção e as restrições que lhes foram impostas, investigar a identidade jurídica

¹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, livro 22, fl.125, 126v.

que porventura tivessem. E, ainda que rudimentarmente, perceber até que ponto a moral religiosa era capaz de efetivamente restringir-lhes a atuação.

Por intermédio do exame das compilações legais em vigência no século XV –*Livro das leis e posturas, Ordenações Del-Rei Dom Duarte e Ordenações Afonsinas* – encontramos elementos que não correspondiam às ideias consagradas sobre o tema, e percebemos a importância da legislação laica para a definição de sua condição. Leis estas que paulatinamente ganharam destaque na ordenação do reino e das relações entre os súditos. No decurso da análise da documentação oriunda de diversos fundos documentais portugueses², nos defrontamos com numerosas personagens femininas cuja atuação em sociedade distanciava-se da figura ladeada por homens. Com a execução da dissertação foi possível apreender a importância do estudo das condições sociais das mulheres em relação ao mundo de homens e percebendo as formas pelas quais o poder se distribuía pela sociedade foi possível apreender como as mulheres poderiam, apesar da subjugação, exercer jurisdições, comandar arrendamentos e ocupar posições ditas masculinas. As mulheres não estavam de modo algum restritas a um só campo, sua atuação era plural.

Durante a Idade Média, os homens da Igreja e os moralistas reuniram todo tipo de imagens negativas sobre o feminino: Messalina, Jezebel, Dalila, e fundamentalmente Eva, a causadora de todos os males da humanidade, sedutora de nosso primeiro pai que, por amor a ela, desobedece ao Senhor. Seu erro reverberava até mesmo sobre a morte de Cristo, pois, não houvesse Eva cometido sua falta, “o nosso Salvador não teria tido necessidade de morrer”, era por isso “desgraçado sexo em que não há nem temor, nem bondade, nem amizade e que é mais de temer quando é amado do que quando é odiado”³. A mulher era a pior das armadilhas, a raiz de todos os males e fundamentalmente a “porta do diabo”: ela e o sexo que evocava concorriam para a perdição dos homens, pois com esses dois elementos o diabo reforçava sua ascendência sobre o mundo. Uma postura coerente, tendo em conta que, por séculos, a Igreja tentava impor, sem muito sucesso, uma vida celibatária aos seus membros e o casamento monogâmico para o resto da sociedade.

² Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fundos: Cabido da Sé de Coimbra, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. Duarte, Chancelaria de D. Afonso V, Colegiada de Santa Justa, Colegiada de São Cristóvão, Convento de São Domingos, Convento de São Jorge de Coimbra, Livro dos Mestrados da Estremadura, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro de Santa Maria da Vitória-Batalha, Mosteiro de Santa Maria de Lorvão e Núcleo Antigo. Do Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, fundos: Convento de Santa Clara de Coimbra, Livros do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Mosteiro de São Domingos, Tombo dos Pregos. Da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Códice 736.

³ Godofredo, Bispo de Vandoma. Citado por: DALARUM, Jacques. Olhares dos clérigos. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2: A Idade Média, p. 34.

Na oposição entre carne e espírito, cuja insistência é frequente em São Paulo, a mulher é a carne, e o sexo, muitas vezes referido como “mácula”, responsável mesmo pela lepra. Assim, quanto maior a incontinência – particularmente a clerical –, maiores e mais ultrajantes os vitupérios contra as mulheres.

Aliada natural de todos os vícios, ser humano de segunda classe, homem defeituoso, incapaz de demonstrar inteligência – posto que era uma virtude –, mas cheia de malícia e expedientes sedutores. Os defensores do celibato não se cansaram em apontar seus defeitos e listar suas artimanhas: olhares lânguidos, cabelos, maquiagem, roupas, artes de sedução. Sua perfídia não conhece limites, mostra uma coisa prometendo outra, descostura partes de suas vestimentas só para deixar seu corpo à mostra, deixa cair o manto para mostrar os ombros e acender o desejo masculino, “bem assi a molher com seus afaagos pinta as imagens das maas cuidações em no coração do homem”⁴.

Na ordem da concepção do mundo cristão, as mulheres foram criadas para fazerem companhia aos homens: não à imagem de Deus, mas à imagem do homem. Criada a partir de um fragmento masculino para lhe ser sujeita e nunca uma igual. Essa ordenação vai determinar a concepção sobre o feminino e por ela a importância do controle, da sujeição, de que a mulher permanecesse calada e submissa àquele que lhe era superior. Não negamos a força ou a importância dessas concepções na forja do pensamento ocidental sobre a mulher. Sua inferioridade tida como *natural* era impedimento para o ministério e o ofício religioso, a mácula feminina não permitia que intermediasse a relação entre Deus e os homens e as leis do reino reconheciam a fraqueza *própria* do seu sexo que lhes vedava o acesso a ofícios públicos, nos quais poderiam cometer graves erros⁵. Porém, nos perguntamos até que ponto o falar interminável dos homens da Igreja de fato impedia a atuação das mulheres e limitava os papéis que poderia desempenhar.

Desse modo, elegemos como tema da tese de doutoramento a multiplicidade dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade portuguesa. E se na dissertação de mestrado determinamos um amplo recorte temporal restringindo o território, no presente optamos pelo caminho inverso. As mulheres que figuram em nosso corpus documental são oriundas de todo o reino, mas as buscamos em um período significativamente menor,

⁴ NUNES, Irene Freire Nunes (Ed.), *Horto do esposo*, Lisboa, Edições Colibri, 2007. Citado por: ANDRÉ, Carolina Limas Soares. *Pecados de mulheres*. A cosmovisão medieval: das constituições sinodais e livros de penitenciais ao *Horto do Esposo* e *Contos Populares e Lendas*, coligidos por José Leite de Vasconcelos. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) – Universidade Aberta, 2009, p. 63.

⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XVIII, p. 88.

restrito ao reinado de D. João II (1481–1495). Assim, buscamos os papéis desempenhados pelas mulheres no final do século XV e nos perguntamos sobre os âmbitos de sua atuação sem, no entanto, ignorar a definição social de seu estado por sua ligação com os homens. De fato, não acreditamos que a tutela à qual estava, por vezes, submetida fosse necessariamente um impedimento para uma vivência plural.

Para analisar tais papéis, nos debruçamos sobre a Chancelaria de D. João II, que nos oferece um conjunto de documentos em que a mulher é citada por si própria, granjeando benefícios e a graça régia a despeito de sua sujeição tantas vezes mencionada. A Chancelaria régia colige 18.920 documentos, um grande volume; por esta razão, optamos por considerar apenas aqueles em que as mulheres são as beneficiárias diretas, ou seja, os diplomas elaborados em seu nome. Salvo os casos em que documentos que beneficiam homens puderam oferecer um ponto de comparação. Com isso, reduzimos nosso universo para 2.322 diplomas régios, ainda um número expressivo. Neste ponto, a leitura dos trabalhos de diversos pesquisadores⁶ que se dedicaram às chancelarias régias foi fundamental para a compreensão da composição das mesmas e a elaboração de categorias a enquadrar estes diplomas.

Para o tratamento da documentação organizamos primeiramente uma tabela com todos os documentos em que as mulheres eram as beneficiárias, indicando o tipo de diploma, a data de emissão, o nome da beneficiária, o local de emissão e a cota do documento. Reproduzimos parte desta tabela no apêndice⁷ excluindo as cartas de perdão em virtude de seu grande número. Para a análise dos documentos, elaboramos modelos de grades de coleta de dados específicas para cada categoria. Embora individualizadas, as grades partilham muitos elementos comuns, como a data, cota, o tipo de documentos, o local (por vezes o local de emissão, o lugar de origem da mulher e o da terra ou do crime),

⁶ Cf. CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001; COSTA, Avelino de Jesus da. *A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registros, de 1217 a 1438*. Porto. *Revista da Faculdade de Letras – História*. II série, v. 13, 1996, p. 71-101; FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. n. 6, 2009, p. 136-150; GOMES, Saul António. A chancelaria de um ínclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (1443). *Separata da Revista do Centro Acadêmico de Democracia Cristã*. Nova série, n. 8-9, 2007, p. 249-291; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: Tese (Doutorado em História da Idade Média) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1985. 2v; MONTEIRO, Helena Maria Matos. *Chancelaria régia e os seus oficiais (1464-1465)*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1997. 2v.

⁷ Apêndice, p. 218.

o nome da beneficiária, a titulação, o assunto, a fórmula documental, observações e o autor do documento, como o exemplo da confirmação de doação que se segue:

Livro 3, fl.25-25v.

	82.08.04
1. Tipo – Confirmação (de doação)	
2. Local – Évora	
3. Local de origem – Évora	
4. Mulher – Isabel Godinha	
5. Titulação / Parentesco – Viúva de Rodrigo Afonso da Cunha	
6. Assunto – Confirmação de doação de todos os bens de Maria Godinha para Isabel Godinha e seu marido Nuno Lourenço	
7. Fórmula documental – “que consyrando ella mujtos serujços que ella sempre rreçebera e tinha Recebjdos e ao diante esperaua de rreçeber” “fazia pura liure e jmrreuogauell doaçam antre viuos deste dia para sempre”	
8. Observações – O rei manda tirar inquirições para verificar se “fazera por presemça ameaça ou constrangimento ou por outro alguum conluyo ou engano ou outra alguma maneira outrosy se tinha alguns filhos ou filhas ou outros alguns herdeiros lídimos” No mesmo fólho há outra confirmação de doação em nome de Maria Godinha	
9. Autor do documento – “joham Jorge a fez”	

Identificadas as mulheres, era preciso localizar suas práticas e confrontar com a norma laica e por isso nos detivemos na análise das *Ordenações Afonsinas*⁸, em que verificamos as leis que enquadravam a sua atuação na sociedade portuguesa do Quatrocentos. Porém, alguns aspectos da vida, como o trabalho, são parcamente tratados tanto na Chancelaria quanto nas *Ordenações*, de modo que lançamos mão das posturas concelhias, nas quais é possível verificar as regulações da prática cotidiana citadina. Utilizamos então o *Livro das posturas antigas*⁹ de Lisboa e *O regimento de Évora e de Arraiolos e a administração concelhia no sul de Portugal na Idade Média*¹⁰. Nas posturas

⁸ No Capítulo 1 nos dedicaremos mais demoradamente à Chancelaria e às *Ordenações Afonsinas*.

⁹ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974.

¹⁰ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF).

lisboetas, que estão publicadas pela Câmara Municipal de Lisboa, constam documentos de meados do século XV e do século XVI. As de Évora datam do século XV, transcritas a partir do *Livro pequeno de pergaminhos*, constando dezoito fólios. As posturas buscavam controlar as atribuições dos oficiais concelhios, dos mesteres, os preços, os pesos, as medidas, a higiene pública, e, ao fazer isso, controlam também a atuação feminina nas várias atividades que desempenhavam.

Utilizamos também outras fontes a que chamamos de auxiliares, primeiramente os capítulos das cortes de Évora 1481-1482 publicadas pelo Visconde de Santarém em seu *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*¹¹. Através dos capítulos pudemos analisar diversas questões que afetavam a população e se relacionavam diretamente às mulheres como a barregania, a prostituição e os privilégios que recebiam as grandes senhoras do reino. Outro volume importante é o *Livro de Apontamentos*, o códice 443 da Coleção Pombalina¹², que contém, como indica o título, os apontamentos de Álvaro Lopes Chaves, que foi secretário de D. Afonso V e D. João II. Neste volume, o autor reúne relatos de guerra, ordenações, cartas e tratados diretamente ligados à governança, à nobreza e à política de D. Afonso V e D. João II. Aí verificamos juramentos de fidalgos, correspondências do rei com sua sogra, a infanta Dona Brites. Além disso, utilizamos as crônicas de Garcia de Resende¹³ e Rui de Pina¹⁴. Garcia de Resende foi moço de escrivania de D. João II e retratou o monarca como o rei justo e perfeito. Rui de Pina, por sua vez, era secretário de D. João II e autor de várias crônicas dos monarcas portugueses.

Duas outras obras do século XV figuram em nosso trabalho: o *Leal Conselheiro*¹⁵ do rei D. Duarte e *Espelho de Cristina*¹⁶ de Cristina de Pisano. O monarca escreve conselhos para os nobres de seu reino, orientações sobre os lugares ocupados por cada um e como deveriam proceder. Cristina de Pisano foi autora de diversas obras e esteve envolvida com a *Querelle des Femmes*. A obra que utilizamos é uma reedição do início do

¹¹ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924.

¹² CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

¹³ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902.

¹⁴ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 3. e PINA, Rui de. *Crônica de el-rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950.

¹⁵ DOM DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842.

¹⁶ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518.

século XVI do *Livro das três virtudes*¹⁷, no qual listou virtudes que as mulheres de diferentes estados e estratos sociais deveriam esforçar-se para alcançar e bem viver.

Na elaboração da tese que ora apresentamos optamos por uma divisão em quatro capítulos, cada um com dois subcapítulos, para abordar os papéis que eram atribuídos às mulheres, a sociedade em que viviam, os estados e estatuto que partilhavam, como se relacionavam com o poder e burlavam a norma e como garantiam a sobrevivência. No primeiro capítulo, buscamos os espaços que a historiografia lhes atribuiu; o que se produziu sobre elas, em que bases e noções; as concepções sobre as mulheres e sua invisibilidade na História. Na sequência, analisamos a sociedade em que as mulheres viviam com ênfase no poder real, na lei e na chancelaria.

No segundo capítulo, nos dedicamos aos estados das mulheres que eram definidos por sua relação com os homens. Primeiramente, as mulheres solteiras e viúvas, como eram vistas pela legislação e o que podemos apurar de suas práticas. Em seguida, as mulheres casadas, o casamento, o acesso e os direitos que detinham sobre os bens. No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre as mulheres que fugiam à norma e os meios que utilizavam para remirem-se diante da justiça régia, os crimes cometidos pelas mulheres, previstos nas *Ordenações* e confrontados com as cartas de perdão, além dos amores ilícitos das barregãs de homens casados e barregãs dos clérigos. No último capítulo, pensamos o mundo do trabalho e as formas pelas quais as mulheres asseguravam sua subsistência por meio de privilégios e mercês, especialmente religiosas e mulheres nobres.

Neste ponto gostaríamos destacar a importância dos recentes esforços encetados por arquivos e universidades no sentido de digitalizar um amplo e precioso material, que tornam viável o acesso a várias obras. No que se refere ao nosso interesse, começamos por destacar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que disponibiliza em sua página na Internet a documentação da Chancelaria de D. João II¹⁸ até o sétimo livro, pois o processo ainda está em andamento. Mas também fornece cópias digitalizadas em CD-ROM de toda a Chancelaria por intermédio de encomenda *online*. A Biblioteca Nacional de Portugal, na sessão de “Coleções Digitalizadas”¹⁹, possui um acervo de obras antigas disponíveis para consulta *online* e em arquivos tipo .pdf para *download*.

¹⁷ Cf. Capítulo 2, p. 65.

¹⁸ Direção Geral de Arquivos. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Chancelarias Régias. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585>

¹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleções Digitalizadas. <http://purl.pt/index/livro/PT/index.html>

Outro projeto importante é o *Ius Lusitanae* – Fontes Históricas de Direito Português²⁰, uma base de textos disponíveis para consulta *online* ligado à Universidade Nova de Lisboa. Além disso, os repositórios das universidades vêm paulatinamente disponibilizando, além das teses e dissertações, diversos artigos publicados em revistas portuguesas, com destaque para a Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto²¹, o Repositório Aberto²² da mesma universidade, o RepositoriUM da Universidade do Minho²³ e o Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora²⁴. Há ainda algumas iniciativas de departamentos de universidade que publicam seus trabalhos, como o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, que, dentro do projeto “Fontes do Sul e do Mediterrâneo”²⁵, disponibiliza um pequeno mas importante acervo como as citadas posturas de Évora.

Esses esforços colaboram para sanar um dos problemas dos medievalistas brasileiros no que se refere ao acesso às fontes arquivísticas e à bibliografia. Sem dúvida o acesso direto aos documentos é importante e por vezes fundamental para retificar dúvidas em documentos já muito danificados pelo tempo. Mas, em virtude da distância que nos separa do reino, o acesso *online* aproxima os pesquisadores de seus instrumentos de trabalho. No que se refere à bibliografia e especificamente aos artigos, a situação não era muito diversa das fontes primárias. São grandes as dificuldades para localizar no Brasil alguns artigos mais antigos, especialmente as separatas, tão comuns na produção portuguesa. Números das décadas de 70 e 80 do século XX das revistas *Portugalia* e da Faculdade da Universidade de Letras da Universidade do Porto, mesmo em Portugal revelam-se de difícil acesso, seja porque estão em mau estado e de acesso restrito, seja porque se perderam.

O acesso a esses artigos desempenhou papel importante neste trabalho, e, seguindo a orientação da Universidade de São Paulo, todas as referências de textos consultados pela internet contém endereço e data de acesso. A esse propósito gostaríamos ressaltar que muito embora as consultas originais tenham sido executadas em datas variadas e, em

²⁰ *Ius Lusitanae* – Fontes Históricas de Direito Português. <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>

²¹ <http://ler.letras.up.pt/>

²² <http://repositorio-aberto.up.pt/>

²³ <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

²⁴ <http://rdpc.uevora.pt/>

²⁵ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. http://www.cidehus.uevora.pt/index_textos.htm

muitos casos, diversas vezes, optamos por conferir a disponibilidade de todos os endereços no dia 26 de março do corrente para oferecermos um registro mais atualizado possível, por essa razão todas as referências contam com a mesma data.

Capítulo 1

PAPÉIS ATRIBUÍDOS / ESPAÇOS OCUPADOS

As mulheres têm história?

*Ralham as comadres, descobrem-se as verdades.*²⁶

A década de 1970 testemunhou uma renovação da metodologia da ciência histórica, novos conceitos foram elaborados, novos questionários, pesquisadores dedicaram-se à busca de novos sujeitos, o que propiciou análises que percebiam as relações sociais mais dinâmicas, a disseminação do poder e sua atuação no campo privado. Esta base foi fundamental para o nascimento e o fortalecimento do campo da história das mulheres, e pode ser exemplificado pelo curso ministrado na Universidade Paris VII – Denis Diderot em 1973 pela doutora em História Michelle Perrot, cujo título era uma questão: “As mulheres possuem história?”. Tal questionamento continuou a ser feito e a história das mulheres foi aos poucos ganhando espaço nas universidades com pesquisas sobre a reconstrução das experiências e estratégias femininas no cotidiano; entretanto, eram trabalhos que mantinham seu foco nas discussões sobre a dominação masculina e o poder.

Da biologia nascem construções culturais que moldaram papéis específicos para os sexos, tidos como fixos, imutáveis. Ou seja, somos identificados desde o nascimento como homens ou mulheres de acordo com os órgãos sexuais, mas somos também definidos por ideias sobre o masculino e o feminino que são histórica e culturalmente construídas e que determinam diversas desigualdades e hierarquias. O modelo masculino foi adotado como a norma desde Galeno²⁷ que viu o corpo feminino como um apêndice do masculino, uma cópia mal feita e invertida, sustentando-se a lógica de que o homem está ligado à produção e ao espaço público e a mulher tem sua atuação restrita à reprodução na domesticidade. Gil de Roma, filósofo aristotélico, explicava que a alma seguiria a constituição do corpo: tendo

²⁶ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 15.

²⁷ Galeno de Pergamo. Citado por: LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 41-42.

as mulheres um corpo mole e instável, elas mesmas seriam em suas vontades e desejos instáveis e volúveis²⁸. Esta volubilidade tornava as mulheres incapazes de serem responsáveis por si mesmas.

O modelo está presente também na linguagem com a adoção do genérico da palavra “homem” pra indicar toda a humanidade. Uma escolha cuja neutralidade apenas aparente determina valores como demonstrou António Manuel Hespanha ao discutir a questão juridicamente. O masculino engloba o feminino, mas o contrário não ocorre. Ou seja, leis elaboradas para os homens frequentemente abrangem as mulheres, porém a recíproca não é verdadeira na medida em que não se poderia designar o todo pelo elo mais frágil.

O feminino é, em geral, irrelevante (inexistente), sendo denotado pelo masculino [...]. Porém, quando a imagem da sua particular natureza o faz irromper no direito, o próprio direito explicita os traços da sua pré-compreensão da mulher, traços que o próprio saber jurídico amplifica e projeta socialmente em instituições, regras, brocardo e exemplos – fraqueza, debilidade intelectual, olvido, indignidade.²⁹

O crescimento da História Social e as críticas então elaboradas sobre as abordagens generalistas questionavam a aceitação deste modelo. Os estudos produzidos a partir dos anos de 1970 demonstraram a presença das mulheres em diversos espaços e assinalaram a importância de problematizar a relação entre os sexos. O caminho se deu, em grande medida, por intermédio do diálogo de autores renomados, e neste ponto é forçoso destacar o artigo *Corpo, poder e dominação*³⁰, onde as obras de Pierre Bourdieu e Michelle Perrot são analisadas em busca de questões como o *poder* e a *dominação* dos corpos, cuja identificação determina socialmente o exercício de poderes. Pierre Bourdieu se dedicou às relações da dominação masculina e concluiu que homens e mulheres incorporam a dominação masculina como uma estrutura constante e, ainda que reprimidas, elas acabam por contribuir com a reprodução destas formas simbólicas do poder masculino. Segundo o autor, a violência simbólica só seria eficaz com a contribuição daquele que se sujeita a ela

²⁸ Gil de Roma, *De regimine*, p. 272. Citado por: CASAGRANDE, Carla, A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2, p. 120.

²⁹ HESPANHA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da Expansão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 55.

³⁰ SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*. v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.2003

através do seu reconhecimento³¹. Assim, o sistema de oposição entre masculino e feminino seria um conjunto reforçado e confirmado pela própria natureza. Isto ocorre porque as descrições das formas simbólicas de construção do mundo originam-se num sistema no qual estamos integrados, do qual fazemos parte e tende a se reproduzir.

A divisão dos gêneros inscrita na ordem social das coisas, a divisão dos dias, do calendário de atividades rurais, de espaço, bem como a oposição entre a casa e a assembléia, todas as *divisões objetivas* se vêem inscritas nos corpos, na forma de disposições e se tornam *princípios subjetivos de visão*, categorias cognitivas através das quais os indivíduos vêm e constroem o mundo como realidade significativa, viva. Tendo se originado do mundo, tais esquemas de percepção estão de acordo com a ordem objetiva das coisas e nos inclinam a tomar o mundo como dado. Essa concordância espontânea entre as estruturas sociais e as estruturas cognitivas – quando ocorre – é a base da *experiência dóxica da dominação masculina* como inscrita na natureza das coisas, invisível, não questionada.³²

Michelle Perrot por sua vez recusou a ideia de uma dominação estruturada e imutável. Discorda e complementa Bourdieu, afirmando que as ações femininas são capazes de modificar a relação das forças na medida em que as mulheres, por meio de suas ações e estratégias conquistam o poder, por vezes poderes informais que controlam recursos e decisões.

A partir das críticas às concepções que privilegiam o homem público, os estudos dos mecanismos de resistência femininos ganharam destaque e, para tanto, foi fundamental elencar fontes que pudessem dar conta da vida cotidiana, e a intervenção das mulheres na vida social fosse percebida, pois elas souberam apoderar-se dos espaços que podiam alcançar para então alargar suas influências até “as portas do poder”³³. Ainda que a dominação seja pensada a partir do aspecto simbólico existiam meios de ação que permitiam resistência, embora estes meios nem sempre estivessem dispostos claramente nos discursos, ademais, ajustar-se às normas “não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação”³⁴. O discurso de que se apropriavam nas cartas de perdão, por exemplo,

³¹ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), 1995. n. 4, p. 40.

³² BOURDIEU, Pierre. Conferência. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998, p. 18.

³³ PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs). *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991, p. 503-540.

³⁴ CHARTIER, Roger. op. cit., p. 41.

procurando granjear a simpatia régia, é rico em referências nas quais afirmavam que erraram, pois eram *pobres mulheres*, *simples mulheres*, *ingênuas* – negar a culpa era uma das estratégias mais frequentes dos pedidos de perdão.

Por esta razão, destaca-se a importância não somente da abordagem de novas fontes, como fundamentalmente da elaboração de métodos e questionários que pudessem ser aplicados à documentação arquivística. Nas palavras da Irene Vaquinhas, a “reivindicação da historicidade do quotidiano abriu à história das mulheres novas perspectivas, tendo contribuído, de um modo decisivo, para a sua valorização como campo de pesquisa”³⁵. Joan Scott, outra historiadora que se debruçou nesta temática, demonstrou preocupação em abordar as mulheres inseridas no mundo em que viviam. É autora de várias críticas à forma que a História das Mulheres foi tratada nas décadas de 1970 e 1980, que chamou de “o problema da invisibilidade”³⁶. Segundo ela, as abordagens sobre as mulheres, ainda que responsáveis por reivindicar a importância das mulheres na História, não conseguiram causar impacto porque colocavam-nas em separado, enfatizando apenas sua marginalização e as questões teóricas e metodológicas que considerava pertinentes só puderam ser discutidas na medida em que os pesquisadores se perguntaram as razões pelas quais as mulheres se tornaram invisíveis na história.

Reivindicar a importância das mulheres na história é ir contra os agentes e as definições da história previamente estabelecidos como “reflexões acuradas” sobre o passado. Segundo Scott, a história das mulheres propõe um desafio à história estabelecida na medida em que não basta adicionar a mulher na história, é preciso uma completa remodelação dos padrões de uma história neutra e universal já que excluía a mulher em sua definição. A invisibilidade feminina nos relatos do passado não se deveria somente à escassez de documentos, mas “la idea de que tal información no tenía que ver con los intereses de la historia”³⁷.

No início da década de 1990, George Duby e Michelle Perrot publicam a obra *História das Mulheres no Ocidente*, composta por cinco volumes dedicados a Antiguidade, Idade Média, Renascimento e Idade Moderna, século XIX e século XX. Os organizadores tornaram à pergunta feita por Michelle Perrot dezoito anos antes: “terão mesmo as

³⁵ VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX. *Faces de Eva*. 2000. N. 3, p. 84.

³⁶ SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.) *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

³⁷ Ibidem.

mulheres uma história?”³⁸, em seu entender a escrita de uma história das mulheres foi uma questão incongruente uma vez que estas estariam relegadas ao silêncio doméstico, “na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada”³⁹.

O volume que nos interessa diretamente foi elaborado sob a direção de Christiane Klapisch-Zuber e se divide entre “as normas de controlo”, “as mulheres nas estratégias familiares e sociais”, “traços e imagens das mulheres”, “a palavra das mulheres”. Com artigos distribuídos nesses recortes temáticos, quatorze autores se dedicaram a pesquisar diversos aspectos da vida das mulheres. O conjunto de estudos aí reunidos é fundamental para a compreensão da norma sobre as mulheres: em grande medida, as abordagens partem de textos normativos para suas análises, ou tomam os mesmo textos como objeto. Isto se explica porque “o que constitui em primeiro lugar a mulher – modelo ou contraste das mulheres, que são o nosso objeto – é o olhar que sobre ela põem os homens”, resultando que antes “de sermos capazes de nos apercebermos do que as mulheres pensam sobre si próprias e das suas relações com os homens, devemos passar por este filtro masculino”⁴⁰. Neste ponto, gostaria de destacar as contribuições de Claude Thomasset, Carla Casagrande, Claudia Opitz e Chiara Frugoni.

Claude Thomasset, em *Da natureza feminina*⁴¹, busca determinar uma origem das representações da mulher no pensamento medieval, a herança do mundo antigo conjugada com o desprezo dos teólogos pelo corpo feminino, tido como instrumento do pecado. Este ser imprevisível, de humores suspeitos, deveria ser guardado. Sobre este tema também se dedica Carla Casagrande com *A mulher sob custódia*⁴², onde considera que parte da história das mulheres é a história das palavras que lhes foram dirigidas com “preocupada insistência” por homens para os quais pensar na mulher era pensar em controle e custódia, por isso descreveram um conjunto de qualidades que deveriam ser cultivadas pelas mulheres: caridade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia. Tudo aquilo que os teólogos diligentemente repetiam que as mulheres não possuíam.

Em *A mulher nas imagens e a mulher imaginada*⁴³, Chiara Frugoni analisa as efígies femininas e também depara-se com o problema do filtro masculino de que nos falou

³⁸ DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2: A Idade Média, p. 7.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. Ibidem, p. 16.

⁴¹ THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. Ibidem, p. 65-96.

⁴² CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. Ibidem, p. 99-14.

⁴³ FRUGONI, Chiara. A mulher nas imagens e a mulher imaginada. Ibidem, p. 461-511.

Christiane Klapisch-Zuber, uma vez que as imagens pertenciam ao universo religioso e, por isso, a representação obedecia aos modelos criados pela Igreja, tais como diabolização, pecados, vícios, luxúria, santas imaculadas, virgindade, monjas em oração. Noutra direção segue Claudia Opitz que busca *O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)*⁴⁴. A autora se interroga sobre as condições sociais da mulher, sua identidade jurídica, o poder exercido pelo marido, sua sexualidade dentro e fora do casamento e sua participação na labuta diária para a sobrevivência familiar.

Em terras lusas, o desenvolvimento da história das mulheres tem início também na década de 1970 com o fim do Estado Novo, o fomento das ciências sociais e o estabelecimento de novas áreas de estudo⁴⁵. Ao longo dos anos, o interesse pelas mulheres cresceu e deu origem a inúmeros trabalhos que buscaram a voz feminina, suas palavras, sua condição e seus papéis sociais, e alguns esforços conjuntos devem ser destacados. Contributos essenciais foram oferecidos por colóquios como *A mulher na sociedade Portuguesa*⁴⁶; *O rosto feminino na expansão portuguesa*⁴⁷; *Colóquios sobre a temática da mulher*⁴⁸, *Em torno da História das Mulheres*⁴⁹. O primeiro, de 1986, divide-se nas temáticas: a mulher e a literatura; a mulher e a religião; os papéis e os valores femininos; a mulher e a política. Seus dois volumes pretenderam, segundo Maria Helena da Cruz Coelho e Irene Vaquinhas, perceber a visão histórica da mulher sem deixar de lado as problemáticas de então⁵⁰.

O rosto feminino na expansão portuguesa foi um congresso internacional por ocasião das comemorações dos descobrimentos e da expansão portuguesa, concebido pela Comissão para a Igualdade e para os direitos das Mulheres com o objetivo de por em foco as várias facetas das mulheres que ajudaram a construir o mundo no tempo das

⁴⁴ OPITZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2: A Idade Média, p.353.

⁴⁵ VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX. *Faces de Eva*. 2000. N. 3, p. 84.

⁴⁶ A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais ...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v.

⁴⁷ CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

⁴⁸ ACTAS DOS COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER, 2000, Moita. *Actas...* Moita: Câmara Municipal de Moita, 2001.

⁴⁹ ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Org). *Em torno da História das Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2002.

⁵⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz, VAQUINHAS, Irene. Conclusões do colóquio. In: A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, op. cit., p. 447.

navegações. O evento reuniu cerca de 200 autores, desde pesquisadores renomados como António Manuel Hespanha e docentes de diferentes graus. Procedendo à publicação das atas, os trabalhos foram divididos em 2 volumes, sendo o primeiro que nos interessa particularmente pela proximidade temporal de alguns trabalhos com nosso tema.

Colóquios sobre a temática da mulher, cuja publicação das atas é de 2001, tinha por objetivo promover uma arqueologia da condição feminina em seus diferentes contextos. Publicado em dois volumes, a coletânea agrupou artigos que analisavam diversos períodos desde a Alta Idade Média até a sociedade contemporânea em quatro temáticas que relacionavam a mulher com a família, o trabalho, a literatura e a religião. Os autores que escreveram neste espaço tinham em comum a preocupação de levantar questionamentos inspirando outros pesquisadores.

*Em torno da História das Mulheres*⁵¹ reuniu 22 trabalhos que buscavam reconhecer o campo de investigação da história das mulheres como um meio que permitiria delimitar “horizontes até agora imprecisos, rasgando-lhes, quantas vezes, novas e insuspeitas dimensões”⁵². Embora tais colóquios não se dediquem somente à Idade Média, trazem contribuições de grande valia com trabalhos de âmbito mais específico, como a análise de José Mattoso sobre a mulher e a família⁵³ ou debates sobre a importância de seguir construindo o campo da história das mulheres e os subsídios para tal⁵⁴.

Outro esforço conjunto a destacar é *Faces de Eva*, organizada por Zília Osório de Castro, uma publicação periódica que recebe o nome do centro de estudos sobre a mulher que a promove. De caráter multidisciplinar, a revista busca perceber os diversos papéis desempenhados pela mulher na sociedade portuguesa ao longo dos séculos. Também neste caso, não se trata de uma publicação específica sobre o medievo, mas seus números contam com a participação de diversos especialistas do período.

Em 1986 José Mattoso⁵⁵ afirmava que era importante aumentar o que chamou de “massa de informações” sobre as mulheres. De acordo com ele, a análise dos problemas pode levar preferencialmente à reconstrução do passado, uma vez que essa massa de

⁵¹ ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Org). *Em torno da História das Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2002.

⁵² ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. Em busca da “palavra” feminina na História. In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo. op. cit., p. 8.

⁵³ MATTOSO, José. A mulher e a família. In: A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais ...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. V.1, p. 35-50.

⁵⁴ ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. Subsídios para a História da Mulher. Ibidem, p. 270-288.

⁵⁵ MATTOSO, A mulher e a família. op. cit., p. 35-50.

informações fará descobrir que não há um sujeito único. Porém, mesmo com a significativa produção que se seguiu, quatorze anos depois Irene Vaquinhas tornava a chamar atenção para a escassez de estudos teóricos na área da história das mulheres. Observou que em grande medida isto se devia à falta de estudos empíricos de fôlego, “o escasso número de historiadores que produzem trabalhos no âmbito da história das mulheres” e o “caráter secundário que esta assume em suas preocupações académicas”. E conclui que este campo se encontraria em “fase de acumulação”⁵⁶

Não bastava então criar um novo campo com o estudo da história das mulheres, era necessário estudá-las em sua relação com o homem e observar, assim, que as mulheres não eram apenas um meio para o estabelecimento de relações entre as famílias. A comparação dos fenômenos observados no estudo da atuação das mulheres em outros espaços que não o regido pela domesticidade com os estudos das estruturas familiares revela aparentes anomalias que se tornam ainda mais significativas na medida em que contrastam com as regras então estabelecidas. É preciso, segundo Mattoso, rever os documentos, pois ressalta que não devemos confundir os textos normativos com a realidade, uma vez que “se há um domínio em que os textos normativos que proclamam um ideal da sociedade sejam enganadores é justamente o da mulher”⁵⁷.

Dentre os esforços individuais, alguns trabalhos têm especial importância para nossa pesquisa, seja por acrescentarem análises ou informações preciosas que contribuíram para a nossa reflexão, seja por apontarem as ausências. As crônicas foram abordadas por Ana Rodrigues Oliveira, que buscou *A imagem da mulher nas crônicas medievais*⁵⁸ e por Evelina Verdelho, com o seu *A mulher na historiografia portuguesa dos reinados de D. Afonso V e D. João II*⁵⁹. A relevância destas abordagens pode ser expressa pela importância que as crônicas vão ganhando ao longo da Idade Média, pois se transformaram em um gênero no qual “se aglutinaram as imagens e as representações do passado que depois se converteram, perdidas as suas origens, em suposta memória colectivizada da

⁵⁶ VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX. *Faces de Eva*. 2000. N. 3, p. 1.

⁵⁷ MATTOSO, José. A mulher e a família. In: A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais ...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. V.1, p. 37.

⁵⁸ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. A imagem da mulher nas crônicas medievais. *Faces de Eva*. 2001. N. 5, p. 132-147.

⁵⁹ VERDELHO, Evelina. A mulher na historiografia portuguesa dos reinados de D. Afonso V e D. João II. Imagens e palavras. *Revista da Universidade de Aveiro*, 1993. N. 9.

história de Portugal”⁶⁰. Apesar de encomendadas pelo poder e, portanto, condicionadas às suas necessidades e preferências, ao deter-se nas descrições de rainhas e princesas é possível perceber a atuação feminina junto ao poder, ainda que a maioria das menções às suas pessoas não fizesse mais que comparar virtudes ao ideal feminino.

O silêncio das crônicas sobre as mulheres não significa, entretanto, ausência feminina no jogo do poder. Um exemplo é o caso de D. Brites, sogra de D. João II, que mantém frequente interlocução com o monarca. As menções das crônicas sobre esta nobre são parcas e não dão a conhecer a importância de sua atuação na política portuguesa. Os cronistas se referem a ela principalmente por ser mãe de um futuro monarca, citam brevemente sua participação no Tratado de Alcáçovas-Toledo e as Terçarias de Moura⁶¹. Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira Martins, em sua tese de doutoramento sobre D. Brites, pondera que a imagem da infanta, “porque Mulher, ficou assim oculta pelos vultos masculinos, que as crônicas, escritas por homens, privilegiaram”⁶². A autora buscou captar a face do poder que D. Brites exercia por meio da administração dos bens em seu domínio e da sociedade que gravitava à volta daquela que a autora acredita ter marcado a história do seu tempo.

As mulheres notáveis são contempladas em artigos e trabalhos monográficos, em estudos como a dissertação de Isabel Campos *Leonor Teles, uma mulher no poder?*⁶³ e o estudo de Manuela Santos Silva sobre a casa da rainha D. Filipa⁶⁴, ou ainda no artigo de Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura sobre a vida, a morte e os bens de D. Vataça⁶⁵, uma dona da corte de D. Dinis cujas ligações familiares e de vassalagem renderam-lhe não apenas honra como poder. Além daqueles sobre Cristina de Pisano como *Christine de Pizan e a releitura da misoginia medieval de Le livre de la cité des dames*⁶⁶, e

⁶⁰ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. A imagem da mulher nas crônicas medievais. *Faces de Eva*. 2001. N. 5, p. 132.

⁶¹ Os acordos que selaram a paz entre Portugal e Castela, nos quais nos deteremos mais demoradamente no primeiro e no quarto capítulos.

⁶² MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade*. A duquesa de Beja. Lisboa: Tese (Doutoramento em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011, p. 4.

⁶³ CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. B.S. *Leonor Teles, uma mulher no poder?* Lisboa: Dissertação (Mestrado em História Medieval de Portugal) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

⁶⁴ SILVA, Manuela Santos. A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, 2010, vol. 11, n. 2, p.207-227.

⁶⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. Vataça. Uma dona na vida e na morte. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. III série, v. 3, 1986, p. 159-193.

⁶⁶ FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Christine de Pizan e a releitura da misoginia medieval de *Le livre de la cité des dames*. In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2011, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: ABREM, 2011, p. 555-561.

*Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação*⁶⁷, que investigaram a mulher, sua obra e a repercussão de seu trabalho.

A massa de informação cuja importância foi sublinhada por José Mattoso e Irene Vaquinhas tem sido produzida em Portugal por diversos historiadores que estudam as mulheres descortinando sua atuação em sociedade, seus mais diversos papéis, exercendo poder em múltiplas esferas. Mesmo aspectos mais tradicionais de suas vidas são alvo de análises e releituras como aquela executada por Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura no artigo *A mulher como um bem e os bens das mulheres*⁶⁸, no qual discorrem sobre a condição da mulher na sociedade senhorial dos séculos X ao XIII, analisando seu papel como objeto de troca para a execução de alianças por meio do casamento entre famílias nobres e um instrumento para a transmissão do patrimônio. As autoras refletem sobre a terminologia dos contratos e acordos de casamento, que em muitos casos referiam-se à mulher como sócia do marido. Neste espaço de dominação masculina tão tradicional, as autoras percebem uma possibilidade de exercício do poder feminino por intermédio de um questionário que interroga sobre o estar, o querer e o sentir das mulheres para melhor entender sua condição.

As estratégias matrimoniais também são a temática de Mafalda Soares da Cunha em dois estudos que acompanham as alianças da casa de Bragança⁶⁹ e dos Meneses e Cunha⁷⁰ do século XV até 1640, buscando compreender as estratégias nobiliárquicas não só para a manutenção do patrimônio, como também para o crescimento de suas casas através das mulheres. Em *Coisas de princesas*, Isabel dos Guimarães Sá⁷¹ investiga as transferências de bens operadas pelos casamentos das princesas portuguesas e tenta precisar o valor do conjunto de seus dotes e seus enxovais.

No que se refere ao casamento, ressaltamos *Espelhos, cartas e guias. Casamento e*

⁶⁷ LEITE, Lucimara. *Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa e Estudos Medievais) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

⁶⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens das mulheres*. In: CONGRESSO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. V.1, p. 51-90.

⁶⁹ CUNHA, Mafalda Soares da. *Estratégias matrimoniais da casa de Bragança e o casamento do duque D. João II*. *Hispania*, 2004. N. 216, p. 39-62.

⁷⁰ CUNHA, Mafalda Soares. *Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)*. In: BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís. *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 1-30.

⁷¹ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)*. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, v. 10, 2010, v.1, p. 97-120.

*espiritualidade na Península Ibérica (1460-1700)*⁷², de Maria de Lurdes Correia Fernandes. Ao dedicar um capítulo para a educação feminina, a autora busca não somente as generalizações comuns sobre a regulamentação do casamento, ela vai além: no lugar de apenas elencar as funções matrimoniais femininas, a autora verifica as múltiplas definições de casamento pensadas na Idade Média. Da mesma autora são três outros importantes artigos, sobre o amor no *Leal Conselheiro*⁷³, de autoria do rei D. Duarte, sobre a relação entre o casamento e a religiosidade⁷⁴ e sobre a literatura moral⁷⁵. Neles, a autora procura analisar os padrões morais e religiosos que subjazem à prática do casamento que se constitui como um rito e um contrato.

Na ruralidade, a vida feminina é muito semelhante à dos homens, e é nos registros de transmissão patrimonial e acordos sobre bens de raiz que as mulheres ganham voz e rosto mais frequentemente. Numa época como a Idade Média, em que é a terra que marca o tempo, António Balcão Vicente⁷⁶ e Isabel Maria Franco⁷⁷ percebem que juntamente com todas as tradições que determinam um papel específico ao feminino, a atuação das camponesas no sustento da família e na lida da terra é comparada à de seu companheiro e filhos. Ao questionarem a documentação visando encontrar as mulheres, percebem que dificilmente as fontes as retratam como símbolos de fragilidade; ao contrário, percebem que a manutenção da economia agrícola se tornaria insustentável sem o trabalho feminino.

O mesmo concluem Manuela Santos Silva⁷⁸, Maria Helena da Cruz Coelho⁷⁹ e

⁷² FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, cartas e guias*. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700). Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Universidade do Porto, 1995.

⁷³ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da doutrina à vivência: amor, amizade e casamento no *Leal Conselheiro* do Rei D. Duarte. *Revista da Faculdade de Letras "História"*. Porto, 1984. N. 1, p. 133-194.

⁷⁴ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Casamento e religiosidade feminina no século XV na Península Ibérica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA, 1989. Porto. *Actas...* Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Universidade do Porto, 1989. 5v. V. 5, p. 73-90.

⁷⁵ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Literatura moral e discursos jurídicos. Em torno dos "privilégios" femininos no século XVI em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras "Linguas e literaturas"*. Porto, XVII, 2000, p. 403-418.

⁷⁶ VICENTE, António M. B. A mulher na ruralidade medieval. In: In: COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER, 2000, Moita. *Actas...* Moita: Câmara Municipal de Moita, 2001, p. 125-141.

⁷⁷ FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa. As mulheres no seio das relações familiares do Couto de Santo Tirso nos finais da Idade Média (1432-1516). ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Orgs). *Em torno da História das Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2002. Coleção de Estudos Pós-Graduados. 376p.

⁷⁸ SILVA, Manuela Santos. As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média. In: COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER, 2000, Moita. *Actas...* Moita: Câmara Municipal de Moita, 2001, p. 145-150.

⁷⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz. A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In: _____. *Homens, espaços e poderes*. Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. v. 1: Notas do viver social, p.37-59

Maria Luísa de Alarcão e Silva⁸⁰ a respeito das mulheres citadinas ao dedicarem-se à atuação feminina em atividades cotidianas fundamentais. No setor do abastecimento de alguns gêneros alimentícios por meio do comércio conhecido como *regatia*, regateiras e vendedeiras dominam produtos como pão, peixe, carne, frutas e legumes. No século XV, por exemplo, 77% do fornecimento de peixes para o abastecimento corte de D. Afonso V era feito exclusivamente por mulheres.

Manuela Santos Silva procura demonstrar algumas situações do quotidiano citadino da mulher, e afirma que poucos estudos que se dedicaram ao estudo das cidades preocuparam-se com a participação da mulher. E os poucos dados que até então foram reunidos permitiam não mais, segundo ela, que alguns estudos de caso sobre mulheres ricas e poderosas, as *mulheres públicas* como as barregãs e mancebas, e as mulheres que exerciam uma profissão complementar à de seus maridos. Joana Sequeira e Arnaldo Sousa Melo buscam definir o papel da mulher nas fases da produção têxtil em *A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval*⁸¹ e verificam sua participação nos mais diversos níveis desta produção.

Sobre o monaquismo feminino destacamos três obras que se dedicaram à sua análise. Amiúde as filhas segundas da nobreza ingressavam na vida religiosa e destacavam-se como grandes proprietárias, administradoras de seus bens e no exercício de altos cargos religiosos, como nos mostram Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins no artigo *O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*⁸². Neste trabalho os autores demonstram que as mulheres exerciam papéis de grande poder e importância nos mosteiros e conventos ocupando cargos que lhes permitia captar riqueza e honra nobiliárquica para as instituições às quais pertenciam.

Na mesma linha de análise, Maria Filomena Andrade, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*⁸³, procurou problematizar seu tema analisando as bases

⁸⁰ SILVA, Maria Luísa de Alarcão. A mulher e a alimentação à época dos descobrimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995. V. 1, p. 77-88.

⁸¹ SEQUEIRA, Joana, MELO, Arnaldo Sousa. A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista online*. Lisboa, 2012, n.11, p. 1-26.

⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha. *O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Braga. *Separata da Revista Theologica*, II série, V. 28, fasc. 2, 1993.

⁸³ ANDRADE, Maria Filomena. *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade do Porto, 1996.

econômicas das “Donas de Chelas”, que, como monjas professoras, eram gestoras do vultoso patrimônio monástico, além de serem filhas de famílias importantes e abastadas, ressaltando que, apesar de monjas, elas mantinham a gerência de seu patrimônio pessoal e as rendas daí advindas. A imagem que a autora nos fornece da vida dessas monjas, apesar das limitações conventuais, é a de um pólo de riquezas onde viviam como senhoras segundo a posição que partilhavam no mundo, cercadas por servidores e procuradores.

Maria do Rosário Barbosa Morujão em *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas*⁸⁴ também aborda vários aspectos da vida no mosteiro ao longo dos séculos XIII a XV e conclui que no aspecto temporal da administração de suas rendas o modelo seguido pelo mosteiro feminino era semelhante ao adotado pelo masculino. Os autores citados que se debruçaram sobre a vida das mulheres nos mosteiros inferem e concluem que a entrada no mosteiro, longe de representar um abandono do mundo, é um novo espaço de ação e preservação patrimonial, de autonomia e poder.

Por último, devemos destacar a obra de Maria Regina Tavares da Silva, que elaborou uma bibliografia anotada sobre a mulher⁸⁵, cujo objetivo era reunir, prioritariamente, as obras de tipo monográfico que falassem à mulher ou sobre ela desde 1518 até 1998, além de sugerir pistas e bases para trabalhos de investigação posteriores. A autora reúne 1.928 referências, sendo 1.470 obras de “carácter autónomo” e 458 comunicações, que foram reunidas cronologicamente e por assunto, dispostas em 17 categorias⁸⁶ e agrupadas em obras de louvor ou exaltação, obras didáticas e críticas, e obras sobre os direitos e ações das mulheres.

A mulher, de Maria Regina Tavares da Silva, é um rico contributo do que se escreveu sobre as mulheres e, ainda que seu recorte temporal tenha início em 1518, a autora cataloga grande parte da produção historiográfica sobre a história das mulheres. Tal panorama é um instrumento importante para perceber o esforço encetado pelos

⁸⁴ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas* (século XIII a XV). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

⁸⁵ SILVA, Maria Regina Tavares da. *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada* (monografias, 1518-1998). Lisboa: Cosmos, 1999. 371p.

⁸⁶ A saber: “1) Obras de carácter geral com referência significativa à mulher/ condição feminina/ feminismo; 2) Mulher e sociedade: igualdade/ diferença/ género; 3) História da mulher/ Mulheres na história; 4) Emancipação/ feminismo e antifeminismo; 5) Educação feminina/ formação e afirmação pessoal das mulheres; 6) Trabalho feminino/ formação profissional/ participação na vida económica; 7) Estatuto legal da mulher; 8) Mulher no casamento/ família e vida doméstica; 9) Mulher e cidadania/ poder /política /democracia; 10) Amor e sexualidade/ relação homem-mulher; 11) Maternidade/ saúde/ protecção social; 12) Violência contra a mulher/ prostituição feminina; 13) Mulher e religião/ via monástica; 14) Mulher e letras, artes, ciências e cultura popular; 15) Organizações de mulheres – estatutos/ programas/ acções; 16) Folhetos volantes sobre a mulher; 17) Várias”. SILVA, Maria Regina Tavares da. op. cit., p. 13.

historiadores na compreensão da palavra feminina, de seus papéis e sua condição, haja vista que muito de sua história foi construída com a ajuda de – ou a partir de – discursos masculinos que reforçam uma ideia negativa do gênero feminino, delimitam seu espaço de ação ao privado e indicam o casamento como sua função primordial. Entretanto ser mulher não determina identificação; as “realidades materiais” produzem indivíduos do sexo feminino com valores, condutas e concepções de mundo diferentes. Mesmo as obras de exortação por vezes mencionavam essa diferenciação entre os grupos de mulheres, reservando diferentes conselhos para a espiritualidade de rainhas e princesas, mulheres de “boas villas”, servidoras e camareiras e “mulheres dos lauradores”⁸⁷.

Um dos problemas encontrados pelos historiadores é a escassez ou aridez das fontes disponíveis para a Idade Média. Muito do que se falou sobre a mulher foi escrito sobre ela ou para ela e dificilmente por elas, impossibilitando uma percepção do que Maria Helena Vilas-Boas e Alvim em *Subsídios para a História da Mulher* chamou de “uma mentalidade global”⁸⁸. Não sabemos o que pensavam as mulheres comuns, sendo frequente o tipo de produção literária que privilegia o exemplo e divide as mulheres em modelos a serem seguidos ou repudiados como as crônicas e regramentos para cônjuges.

Gostaríamos de sublinhar o questionamento elaborado por diversos autores que se dedicaram à história das mulheres: por que as mulheres tornaram-se invisíveis na história? Por quais meios as vendedeiras a retalho foram ignoradas pelos historiadores? Que parâmetros permitiram que monjas, gestoras de vultosos patrimônios envolvidas em embates e disputas entre os poderes real e concelhio foram deixadas de lado durante todo esse tempo? A chamada invisibilidade feminina na história pode ser explicada pelas abordagens generalizantes que mencionamos, de forma que, talvez mais importante do que as razões, seja questionar: que diferença faz saber sobre a participação da mulher? Diversos estudos têm comprovado que as mulheres medievais participaram ativamente da sociedade na qual estavam inseridas, mas que diferença isso faz? Qual é a importância deste fato? Decerto, como sugeriu Mattoso, é preciso que trabalhos descritivos, interpretativos, monográficos sejam executados, mas isto não basta, é preciso ir além.

⁸⁷ FERNANDES, Maria de Lurdes C. Casamento e religiosidade feminina no século XV na Península Ibérica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA, 1989. Porto. *Actas...* Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Universidade do Porto, 1989. 5v. V. 5, p. 73-90.

⁸⁸ ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. *Subsídios para a História da Mulher*. COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v, p. 271.

Parece haver um ponto convergente entre todos os historiadores que aqui citamos: eles ressaltam a necessidade de que as descobertas monográficas se relacionem com os problemas percebidos nas *outras histórias* para que então seja possível modificar os padrões da história tida como tradicional.

A Chancelaria, a lei e o rei.

*Vai el-rei até onde pode e não onde quer*⁸⁹

A expressão “mulheres medievais”, ainda que muito utilizada pela historiografia em títulos de artigos, ensaios e livros, ou mesmo como objeto de pesquisa, seduz com a sugestão de um grupo homogêneo. Como se as mulheres medievais – todas elas – partilhassem das mesmas condições materiais, das mesmas posições sociais, dos mesmos direitos e oportunidades. Esta sedução leva à promessa de um panorama geral e aplicável a todas as mulheres, o que, sem dúvida, facilitaria a compreensão do período, como se o que se pensava sobre elas e sobre o fazer feminino se resumisse à mesma coisa. Nada mais enganador. Pensar as mulheres com base neste generalismo é furtar-se à oportunidade de analisar o feminino inserido em uma sociedade dinâmica e complexa, com enfrentamentos pelo poder, dissensões sociais, crises frumentáceas e populacionais, das quais faziam parte todos os indivíduos.

O século XV é um período de grandes modificações sociais e culturais em que se questionam as teorias de uma ordem universal. Tal ordem abrangeria os homens e as coisas em uma direção predeterminada pelo caráter natural da constituição social, o que deixava para segundo plano os indivíduos e suas vontades.

Não era de fato a vontade humana que definia o que era justo ou injusto, o que era lícito ou ilícito, o que era politicamente possível ou impossível. Pelo contrário, o justo, o lícito e o politicamente possível estavam definidos numa ordem do mundo anterior e superior à vontade dos homens, mesmo dos monarcas. O indivíduo não estava, assim, na origem

⁸⁹ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 22.

da constituição política ou da organização social; era esta, pelo contrário, que lhe atribuía um determinado papel social ou um certo conjunto de direitos e deveres.⁹⁰

A divisão tripartida da sociedade que atribuía posições e tarefas para todos persistia na concepção de mundo e estava representada nas *Ordenações Afonsinas*. O discurso então utilizado afirmava a desigualdade e apontava sua origem divina: fora Deus quem fizera as criaturas diferentes e “nom quis que todas fossem iguaaes”⁹¹, ordenando cada uma segundo sua virtude. Privilégios e prerrogativas baseavam-se nessa divisão, mas tal qual afirmamos anteriormente sobre as mulheres, não podemos pensar nos povos medievais como pertencentes a uma sociedade homogênea. Mesmo tendo como base os exemplos da sociedade tripartida, havia imensas variações dentro do clero, da nobreza e do povo. No caso deste último, ainda que entendido como o grupo que trabalha para assegurar seu sustento, ele não era composto apenas pelo lavrador; havia homens e mulheres dedicados ao comércio de gêneros alimentícios, profissões variadas, homens das letras e do direito, boticários, físicos que não partilhavam as mesmas características ou interesses dos lavradores.

D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, dividia a sociedade em cinco estados: os oradores⁹², cuja função era rogar por todos os outros estados; os defensores⁹³, que deveriam estar sempre prontos para defender a terra de todos os contrários; os lavradores e pescadores⁹⁴, que como pés mantinham e suportavam toda a coisa pública; os oficiais⁹⁵, escolhidos entre os homens leais e tementes a Deus; e os mesteirais e aqueles que usavam de artes aprovadas⁹⁶, que deveriam ter boa maneira de viver. Com esta divisão, o Eloquentes vislumbrava uma sociedade, se não mais complexa, mais diversificada.

O monarca, por sua vez, buscava destacar-se de todos esses diferentes estratos, ocupando uma posição central que, no lugar de disputar espaço com esses agentes, colocava-se em destaque, gerindo conflitos e diferenças. Na segunda metade do século XV, o rei tinha o direito e o dever de reinar, seu poder estava diretamente vinculado à

⁹⁰ HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 118.

⁹¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 2, capítulo XXX, p. 293.

⁹² D. Duarte. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842. Capítulo IV, p. 29.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem, p.31.

⁹⁵ Ibidem, p. 32.

⁹⁶ Ibidem.

necessidade de fazer justiça entre homens e mulheres, guiando-os para uma existência regulada segundo as leis divinas. Ao reger seus súditos desempenhava um duplice ofício de juiz e pastor, pois deveria conduzi-los a um estado e a um comportamento tal que os levasse à salvação.

O rei deveria preencher alguns requisitos e possuir qualidades fundamentais, dentre as quais a principal era a sabedoria. As *Ordenações Afonsinas* louvavam-na, “Bem aventurada he a Terra, onde ha Rey Sabedor”, e o faziam porque a sabedoria seria a mestra para que a razão subjugassem os apetites mentais e carnis, permitindo que o rei regesse seu reino adequadamente e mantivesse seu povo “em direito, e justiça”⁹⁷. Garcia de Resende⁹⁸ nos dá uma descrição detalhada das qualidades de que o monarca deveria ser dotado para se tornar famoso e digno ao elaborar um elogio de D. João II que tinha como objetivo aproximar este rei à figura do monarca perfeito. Entre elas estão boa memória, bondade, clareza, clemência, comedimento, constância, diligência, entendimento, firmeza, fortaleza, gravidade, honestidade, lealdade, magnanimidade, prudência, temperança, verdade, vontade e ainda ter todos os seus pensamentos voltados para Deus:

[...] e teve muito grande memoria e claro juizo, e fallava muito bem, e nas cousas de substancia suas palavras tinham sempre mais verdade e autoridade que despejo nem sabor, porque algum tanto eram vagarosas e entoadas pelos narizes, porém em cousas de folgar era gracioso, e tocava muito bem qualquer cousa. E foi homem de grandíssimo esforço, e de alto e mui ardido coração, de mui altos pensamentos, e mui desejoso de cousas grandes, em que sua grandeza podesse mostrar e executar, e tudo por serviço de Deus, honra e acrecentamento de seus reinos, e nisto eram seus sentidos mui occupados⁹⁹.

As virtudes, entretanto, não deveriam ser passivas; este conjunto de qualidades só teria valor, quando postas em prática para o ofício de Deus. A coragem era essencial, afinal, um líder não poderia fugir a uma batalha, mas, ao contrário, demonstrar habilidade na guerra. Porém, o engenho, a clareza e a prudência deveriam ser a tônica da atuação régia, visto que acordos diplomáticos trariam aos povos mais vantagens que a guerra. Segundo os cronistas, o príncipe perfeito preenchia tais requisitos, as crônicas enaltecem sua imagem, coragem e habilidade na guerra por ocasião do auxílio prestado a seu pai durante as disputas com Castela, da batalha de Toro, como pelo uso da diplomacia para a

⁹⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, p. 4.

⁹⁸ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902.

⁹⁹ Ibidem, p. 16.

construção da paz com Castela.

O protagonismo português no processo diplomático que levou à afirmação da paz com o Tratado de Alcáçovas-Toledo deveu-se à atuação de duas personagens de destaque no reino: o príncipe D. João e a infanta D. Brites, que era tia de Isabel de Castela. A infanta e a rainha católica encontraram-se na vila de Alcântara em Castela com autorização de D. Afonso V e D. João “e alli ambas tomaram assento de as pazes todavia se fazerem e concordarem n’este reino de Portugal; porque assi se houve por mais favor e mór honra d’El-Rei e de seus reinos”¹⁰⁰. Tendo aberto o caminho para a paz, D. Brites retornou ao reino com as novas e a D. João “foi em todo cometido” pelo rei para o “negocio e cargo dos tratos e assentos das ditas pazes”.

Foram difíceis negociações, pois, como afirmou Manuela Mendonça, não se tratou de um acordo, mas de quatro acordos, devendo “cada um deles resolver um problema específico, mas com tal interdependência das soluções encontradas, que a falha no cumprimento de um deles poderia arrastar a denúncia total do tratado”¹⁰¹. Primeiramente, tratava-se de assegurar as condições para a paz; a base foi o Tratado de Medina del Campo assinado com D. João I, que foi incorporado e acrescido. Os monarcas se comprometiam a abrir mão dos títulos “de que sem algum fundamento de direito” se intitulavam¹⁰², D. Afonso das coroas de Castela e Leão e os reis católicos de Portugal, e ainda sobre títulos, que D. Joana não usasse mais nenhum. Também fazia parte do primeiro acordo a devolução de todas as vilas, aldeias, cidades e fortalezas tomadas durante a guerra, além dos prisioneiros feitos então. Uma questão econômica importante foi a determinação do domínio português sobre a costa Atlântica, ficando para Castela a posse das Ilhas Canárias.

O futuro de D. Joana, que ainda representava uma ameaça para Isabel, a Católica, foi matéria do segundo ponto do tratado e diversos destinos foram-lhe sugeridos, mas terminou acordado que esta senhora entraria num convento ou em terçarias. Para assegurar a paz, um terceiro acordo foi elaborado: o casamento entre os herdeiros das duas coroas e das Terçarias de Moura. Ficava acertado que aos sete anos de idade o filho do príncipe D. João, D. Afonso, se casaria por palavras de futuro com D. Isabel, a filha mais velha dos reis católicos, e aos quatorze se daria o casamento por palavras de presente¹⁰³. Os príncipes foram entregues em Moura, aos cuidados de D. Brites, e lá ficariam sem contato com seus

¹⁰⁰ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Afonso*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 3. Capítulo CCVI.

¹⁰¹ MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 145-146.

¹⁰² PINA, Rui de. op. cit., capítulo CCVI.

¹⁰³ Ibidem.

pais. Por fim, o quarto ponto tratava das condições para o perdão dos nobres castelhanos que apoiaram D. Afonso V.

No processo de paz entre os reinos, quatro mulheres se destacam: a rainha D. Isabel de Castela, D. Joana, a princesa D. Isabel e a infanta D. Brites. Todas grandes senhoras pertencentes à realeza, cada uma dessas mulheres desempenhou papel fundamental. Eram bens, propriedades de suas famílias, utilizadas para o aumento do poderio de seus senhorios ou reinos, a descrição de seus papéis é essencialmente semelhante e poderia se resumir a tanto. Mas um olhar mais detido percebe grandes diferenças, pois o papel como penhor da honra familiar não é necessariamente o único desempenhado por uma mulher e nem se encerra em si mesmo.

A rainha D. Isabel de Castela interferiu diretamente nas escolhas de seu casamento e nas condições desta união e por isso tornou-se rainha reinante de seu reino. D. Joana, derrotada, viu-se como penhor da paz, obrigada a entrar em terçaria ou tomar hábito em um convento, despojada de todas as honras, brocados, coroas; nem mesmo seus cabelos foram poupados. O cronista descreve entusiasticamente: “leixou o titulo de Rainha e tomou nome de D. Joana, e despio seu corpo dos brocados e sedas que trazia, e vestiram-na em habitos pardos de Santa Clara, tirando-lhe da cabeça a corôa real de Castella e Portugal de que era intitulada, e cortando-lhe d’ella seus cabellos como a uma pobre donzela”¹⁰⁴.

A princesa de Castela é também uma garantia da paz, seu futuro é negociado e seu casamento acertado. A união com o filho do então príncipe D. João é tão essencialmente um acordo de paz que de seu dote de quarenta contos, vinte referiam-se à indenização de guerra paga por Castela a Portugal. Foi deste reino princesa por um enlace que durou pouco mais de oito meses e, mais tarde, rainha, ao desposar D. Manuel. Por fim, D. Brites, de quem falaremos mais demoradamente adiante, era cunhada de D. Afonso V, sogra de D. João, tia da rainha de Castela, uma mulher que, enviuvando cedo, manteve sob seu domínio todo o senhorio que seria herdado por seus filhos.

Mas voltemos ao monarca e às características que deveria encerrar para ser um bom rei. Um bom rei era um rei justo e, portanto, deveria promover a justiça, a paz e o triunfo da religião e D. Joao II, no dizer do cronista, era “mui justo e amigo de justiça, e nas execuções d’ella temperado, sem fazer diferenças de pessoas altas nem baixas”¹⁰⁵. A este aspecto da realeza, cerimônias e fórmulas se voltam frequentemente. Quando um monarca

¹⁰⁴ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Afonso*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 3, capítulo CCVII.

¹⁰⁵ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902, p. 16.

português era aclamado, não dispunha de ritos como a coroação ou a unção para reforçar simbolicamente o vínculo entre o real e o divino. Em uma cerimônia religiosa, com as mãos sobre os Evangelhos, o futuro monarca jurava e prometia “com a graça de Deus” reger e governar “bem e direito”, “ministrar inteiramente iustiza quando a humana fraqueza permita”, além de “vos guardar os priuilegios, graças e merces, liberdades e franquezas que vos forão dadas e outorgadas”¹⁰⁶ pelos reis anteriores.

Como dissemos, o governante representava essencialmente um juiz e, como tal, ele ordena e estabelece o direito ao mesmo tempo em que o aplica. A concepção de graças reais em relação às leis e o direito era a tônica da relação com os súditos que recorriam ao rei para que este intercedesse com sua mercê, à luz da lei e do direito. Neste ponto, destacamos as *Ordenações Afonsinas*, a compilação de leis em vigor no período do reino de D. João II e fundamental para a compreensão da condição social feminina na Idade Média portuguesa e dos papéis que desempenhava.

As *Ordenações Afonsinas* reuniram de forma sistemática as leis em vigor no reino. A necessidade de reunião e organização decorria em função da quantidade e da dispersão das leis existentes tal como nos informa o proêmio do primeiro livro das *Ordenações* que ao tempo do rei D. João I “foi requerido algumas vezes em Cortes pelos Fidalgos e Povoos do dictos Regnois que por boõ regimento delles mandasse proveer as Leyx, e Hordnaçooês feitas pelos Reyx, que ante elle foram”¹⁰⁷. Em razão da multiplicação das leis, surgiam dúvidas e disputas de tal modo que o monarca de então encarregou o corregedor da corte João Mendes da empreitada. No reinado seguinte, de seu filho D. Duarte, a tarefa foi entregue ao conselheiro Rui Fernandes, porém a finalização do trabalho só aconteceu ao tempo da regência do infante D. Pedro, após a revisão encetada pelo próprio Rui Fernandes e outros três juristas, o corregedor da cidade de Lisboa Lopo Vasques, e dois desembargadores do Paço, Luís Martins e Fernão Rodrigues.

A empreitada não era simples, muitas das leis datavam do início da primeira dinastia e, na medida em que eram feitas de acordo com a necessidade do contexto, havia leis repetidas e outras contraditórias. Organizado o regimento do reino, o primeiro livro foi escrito em estilo *directorio* e discorria diretamente sobre cada matéria sem citar as leis anteriores. Os quatro livros seguintes foram elaborados utilizando o estilo compilatório, isto, é procederam com a cópia integral das leis anteriores que em seguida seriam

¹⁰⁶ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 107, fl. 35.

¹⁰⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, p. 1.

confirmadas ou alteradas. Um esforço integrado com o período de crescimento e aumento da complexidade da governança do reino.

Dividida em cinco livros, as *Ordenações Afonsinas* reúnem 556 títulos. O primeiro livro, com 72 títulos, tem característica político-administrativa e dedica-se ao regimento do governo, discriminando os ofícios públicos, o exército, a justiça e a fazenda. No livro seguinte há maior diversidade nas matérias abordadas: seus 123 títulos tratam da definição dos direitos régios, da cobrança de tributos, versa sobre o estatuto dos fidalgos, o regime da jurisdição dos donatários, o estatuto de judeus e mouros, e as relações entre a Igreja e a Coroa, enfatizando direitos e obrigações recíprocas, privilégios e deveres dos clérigos seculares e regulares. A legislação do processo e o direito civil¹⁰⁸ são abordados no terceiro livro, com 128 títulos, e no quarto, com 112 títulos. O quinto livro se dedica ao direito penal, com 121 títulos.

De todas essas leis, 43 mencionam diretamente a mulher em seus títulos. No primeiro livro não encontramos nenhuma menção específica às mulheres, muito embora elas estejam presentes no corpo das leis¹⁰⁹. No segundo livro encontramos cinco leis¹¹⁰, três no terceiro livro¹¹¹, quinze no quarto¹¹² e vinte títulos no quinto livro¹¹³. Este conjunto

¹⁰⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1979. V. 2: Formação do Estado Moderno, p. 224.

¹⁰⁹ Como as padeiras e regateiras que são mencionadas no regimento dos almotacés. ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título XXVIII, p. 181.

¹¹⁰ Livro 2: título XXII – Das barregaans dos Clerigos, e Frades; título XXXVIII – Que as Raynhas, e os Iffantes nom dem Cartas de Privilegios a nenhumaas pessoas; título XXXX – De como as Raynhas, e os Iffantes haõ d’usar das Juridicoos nas Villas, e Terras, que lhes forem dadas per ElRey; título CV – Que os Mouros nom entrem em casa de nenhuma molher Chrisptaã, nem Chrisptaã em casa de nenhum Mouro; título CXXIII – Da pena que merecem os que abrem as Cartas mandadeiras d’ElRey, ou da Rainha, ou d’outros Senhores.

¹¹¹ Livro 3: título XXXXV – Que o marido não possa meter beens de raiz a Juizo sem outorgua de sua molher; título XXXXVI – Como a mulher pode demandar a raiz, que o marido vendeo sem sua Procuraçaõ; título C – De como se ha de fazer execuçam nas cazas dos Fidalgos, ou Cavalleiros, ou Dónas.

¹¹² Livro 4: título XI – Que o marido nom possa vender, nem escambar beens de raiz sem outorgamento de sua molher; título XII – De como molher fica em posse, e Cabeça de Casal depois da morte de seu marido; título XIII – Do homem casado, que dá, ou vende alguma cousa a sua barregaam; título XIII – Da Doaçom feita pelo marido aa molher, e pela molher ao marido; título XV – Das Veuvas, que enalheam, e desbaratam seus beens como nom devem; título XVI – Do Homem cazado, que fia alguem sem outorgamento de sua molher; título XVII – Da Viuva, que casa ante do anno e dia; título XVIII – Do Beneficio do Valleano outorguado aas molheres, que fiaõ alguem, ou se obrigaõ por ele; título LVI – Que o Carniceiro, Paadeira, ou Taverneira sejam creudos per seu juramento do que lhes deverem de seus mesteres; título LXXXII – Em que caso a Madre, que nom he Tetor do filho, repetirá as despesas, que acerca delle fez; título LXXXV – Quando morre algum homem abintestado sem parente, sua molher herda seus beens, e assy o marido aa molher; título LXXXVIII – Da filha, que se casa sem autoridade de seu Padre, antes que aja vinte cinco anos; título C – Em que caso poderá o filho, ou filha exherdar o Padre, ou a Madre; título CII – De como o Padre, ou Madre herdã ao filho, e nom o Irmaaõ; título CXI – De como he defeso, que se nom forre Mouro ou Moura cativo, se nom por preço que tragua de sua terra, ou per resgate d’outro Christaaõ, que lá jaz cativo.

normativo não se configurava em um ordenado código de conduta, tal como um guia ou um manual que cuidava do comportamento moral adequado das mulheres como os guias e espelhos conhecidos à época e no século subsequente. Ao contrário, são leis funcionais, criadas a partir da necessidade, de casos específicos que por sua incidência ou gravidade chamaram a atenção da governança para a necessidade de regulamentação. Deste modo, as leis que mencionam especificamente as mulheres tratam dos mais variados assuntos: barregania¹¹⁴, casamento e os bens do casal¹¹⁵, heranças¹¹⁶, punição de agressores¹¹⁷, juramento de ofícios¹¹⁸ e ainda algumas sobre sexualidade¹¹⁹. De modo geral, a compilação de leis dedica-se a conferir ao reino um regimento, a manter a ordem social a que submetia todos os súditos, guardadas as suas diferenças hierárquicas.

As *Ordenações Afonsinas* consta que “Todo o poderio, e conservação da Republica procede principalmente da raiz, e virtude de duas cousas, a saber, Armas, e Leyx”¹²⁰. O monarca existe para o reino, sendo este último uma entidade política juridicamente constituída cujo desenvolvimento estava sujeito a fatores como a existência de instituições políticas especializadas permanentes, capazes de se manter e cuja importância fosse reconhecida pelos atores sociais, especialmente aquelas ligadas à

¹¹³ Livro 5: título VI – Da Molher, e como fe deve a provar a força; título VII – Do que dorme com molher cafada per fua vontade; título VIII – Que nom traga algum homem barregaã na corte; título VIII – Do que dorme com moça virgem, ou viuva per fua vontade; título X – Que nom poffam demandar virgindade de pois que paffarem tres anos; título XI – Do que cafa, ou dorme com parenta, ou manceba daquelle, com que vive; título XII – Da molher cafada, que fe fayto de cafa de feu marido para fazer adultério; título XIII – Do que cafa com molher virgem, ou viuva, que eftá em poder de feu Padre, ou Madre, Avoo, ou Tetor fem fua vootade; título XIII – Do Homem, que cafa com duas molheres, ou com criada daquelle, com que vive; título XV – Do Official d'ElRey, que dorme com molher, que perante elle requiere defembargo algum; título XVI – Das Alcoviteiras, e Alcayotes; título XVIII – Do que matou fua molher polla achar em adultério; título XVIII – Das barregaãs dos Clerigos; título XX – Dos barregueiros cafados; título XXI - Do Frade, que he achado com alguma molher, que feja logo entregue a feu maior; título XXII – Dos refiaaens, que teem mancebas na mancebia publica pollas defenderem, e averem dellas o que ganham no peccado da mancebia; título XXIII – Do que dorme com a molher, que he cafada de feito, e nom de direito, por caufa d'algum divido, ou cunhadia; título XXIII – Das barregaãs, que fogem aaquelles, com que vivem; título XXV – Do Judeu, ou Mouro, que dorme com alguma Chriftaã, ou do Chriftaão, que dorme com alguma Moura, ou Judia; título XXVI – Do Judeu, ou Mouro, que anda em avito de Chriftaão, nomeando-se por Chriftaão; título CXXI – Da declaraçom das Leys fobre as barregaãs dos Clerigos.

¹¹⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título VIII, p. 36; título XVIII, p. 58; título XX, p. 72; título XXI, p. 85; título XXIII, p. 93; título XXII, p. 194; título CXXI, p. 409.

¹¹⁵ Ibidem, livro 3, título XXXV, p. 154; título XXXVI, p. 161/ livro 4, título XI, p. 72; título XII, p. 76; título XIII, p. 79; título XIII, p. 81; título XVI, p. 86; título LXXXV, p. 351/ livro 5, título XII, p. 44; título XIII, p. 48; título XVIII, p. 54; p. 418.

¹¹⁶ Ibidem, livro 4, título LXXXII, p. 343; título C, p. 367; título CII, p. 371.

¹¹⁷ Ibidem, livro 5, título XV, p. 49.

¹¹⁸ Ibidem, livro 4, título LVI, p. 201.

¹¹⁹ Ibidem, livro 4, título LXXXVIII, p. 361/ Livro 5, título VI, p. 29; título VII, p.32; título VIII, p. 37; título X, p. 40; título XI, p. 42; título XIII, p. 45; título XVI, p. 52; título XXII, p. 86; título XXIII, p. 89; título XXV, p. 94.

¹²⁰ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, p. 3.

fazenda, à justiça e à administração, com o crescimento da burocracia régia.

Se é evidente que foi na capacidade de edificação de um amplo e consistente sistema judicial que, inicialmente, assentou a organização do Estado, é perfeitamente compreensível que desde cedo se distinguisse, como independente, o outro tipo de instituições que, como as de tipo judicial, iriam caracterizar os reinos do Ocidente: as instituições de tipo financeiro. [...] Em ligação direta com estas, também a administração local se tornou importante, já que assentavam os tentáculos do poder régio. Com estes três pilares em busca de uma sólida organização, tornava-se clara a necessidade de existência de um órgão central que, junto dos monarcas, pudesse assegurar a burocracia decorrente.¹²¹

Assim, a Chancelaria Régia ganha destaque como um órgão central cuja proximidade com o rei poderia controlar esta administração, reunindo os funcionários necessários para a organização do reino. Este órgão da administração real pode ser entendido também como um espaço textual e simbólico onde os reis faziam política intervindo nos mais variados assuntos do reino por meio dos funcionários encarregados da administração e por isso mesmo tornava-se, ao longo do século XV, cada vez mais um espaço de saber e erudição com a presença de doutores em direito civil e canônico. É um tempo de formação de doutores que contaram por vezes com o apoio real através de incentivos financeiros para a realização de sua formação em universidades italianas¹²².

A Chancelaria era uma das instituições, juntamente com os tribunais e aquelas que se dedicavam aos impostos, completamente estruturadas no período e seus principais funcionários eram o chanceler-mor, o vedor da Chancelaria, o escrivão da puridade, o secretário, o vedor da fazenda, o almotacé-mor, o desembargador das petições, o coudel-mor, o procurador dos feitos de el-Rei, o monteiro-mor e o corregedor da Corte. A Chancelaria era a sede do governo e se constituía “como o principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios especializados na produção, organização e guarda dos documentos régios”¹²³. Configurava-se como a seção do aparato régio governativo responsável pela produção, expedição e guarda de todos os

¹²¹ MENDONÇA, Manuel. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 38.

¹²² Cf. GOMES, Saul António. *D. Afonso V, o Africano*. Casais de Mem Martins: Temas e debates, 2009. p.209.

¹²³ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto, 2009. N. 6, p. 138.

diplomas emitidos pelo monarca ou em seu nome¹²⁴, ou seja, sua natureza condicionava “o comportamento dos agentes que nele trabalham, o processo e resolução das petições chegadas à Corte, matéria do âmbito da actividade dos oficiais affectos ao despacho e escrita de diplomas pela Chancelaria régia”¹²⁵.

Destes funcionários, alguns nos interessam particularmente, pois têm parte nas decisões das causas deliberadas pelo rei de que participavam as mulheres cuja documentação utilizamos. O chanceler-mor era o principal cargo da Chancelaria, e sua função era fundamentalmente burocrática¹²⁶, deveria ser ocupado por um homem de boa linhagem, com siso natural, de bons costumes e boa memória, que soubesse ler e escrever na linguagem corrente e em latim e principalmente que desfrutasse da inteira confiança do rei¹²⁷, pois a ele era dado o ofício de mediar no plano temporal a relação entre o rei e os homens, “bem assi como o Capellam hé medieneiro antre DEOS, e Nós em feito de Nossa alma, bem assi ho he o Chancellor antre Nós, e os homeês, quando he em as coisas temporaes”¹²⁸.

Suas atribuições constam no segundo título do primeiro livro das *Ordenações Afonsinas*: o chanceler detinha ofício de puridade, sendo responsável pela verificação e selagem dos diplomas régios. No caso das cartas de graça, deveria verificar se havia alguma que fosse contra os direitos reais ou de outras pessoas. Deveria conhecer as suspeições dos desembargadores e oficiais da Corte, tratar das cartas de apresentação de igrejas, das relacionadas aos ofícios, da publicação das letras vindas de Roma¹²⁹. O chanceler-mor era também a segunda pessoa mais importante na Casa de Suplicação, com atribuição de substituir o regedor em sua ausência.

Os vedores da fazenda também tinham suas atribuições determinadas pelas *Ordenações Afonsinas*: eram responsáveis pelos diplomas de caráter econômico e da administração do patrimônio régio. Deveriam ser diligentes para requerer e arrecadar os direitos reais e as rendas do reino, as jugadas e foros, além de realizar aforamentos, arrendamentos e emprazamentos dos bens de raiz pertencentes ao rei¹³⁰. Os desembargadores das petições detinham entre suas atribuições grande parte das petições de

¹²⁴ COSTA, Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registros, de 1217 a 1438. Porto: *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. II série, V. 13, 1996, p. 72.

¹²⁵ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de., op. cit., p. 138.

¹²⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: FLUP, 1985, p. 100

¹²⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título II, p.16.

¹²⁸ Ibidem, título II, p.15.

¹²⁹ Ibidem, livro 1, título II, p. 17.

¹³⁰ Ibidem, livro 1, título III, p. 23.

graça como as cartas de perdão, legitimação, confirmação de perfilhamentos, privilégios a vilas e cidades. O corregedor da Corte tinha amplas funções burocráticas, incluindo a apreciação dos feitos referentes a viúvas e órfãos, assim como crimes públicos. O registro dos diplomas era atribuição dos escrivães, que entregaria as cartas já seladas ao recebedor e “ponha em ellas a pagua per sua maaõ”, faria o registro em bons pergaminhos previamente encomendados e com boa letra e deveria guarda-los em seu poder, pois no caso de alguma demanda o escrivão deveria ser capaz de localizar o registro. As cartas de graça deveriam ser diariamente mostradas ao rei que verificaria o despacho das petições¹³¹.

Mais do que um grupo de funcionários encarregados da burocracia régia, a Chancelaria era, portanto, um órgão que centralizava e coordenava a expedição de atos de natureza variada, “a ela cometidos pelas mais diversas autoridades instituindo o despacho dos assuntos pertinentes (pessoais ou da ‘pureza’, políticos, administrativos, judiciais), dando aos seus oficiais, em especial o chanceler, um papel vital na condução dos próprios assuntos vitais da política”¹³². Deste modo, observa-se nesse século uma tendência para a especialização da burocracia régia como um todo e mais acentuadamente nesta repartição, que se caracteriza pelo aperfeiçoamento das instituições centrais. Judite Freitas¹³³ analisou esse crescimento não só burocrático como diplomático e observou que os valores médios de produção de documentos ao ano nos livros reformados de D. Duarte computam cerca de 470 registros, ao passo que na época de D. João II esse valor é de 2.000 a 3.000 documentos ao ano, demonstrando o aumento do aparelho governativo.

A Chancelaria de D. João II, bem como a de seu pai, é composta majoritariamente por registros primitivos, diferente daquelas dos dois primeiros reis da Dinastia de Avis que são chamados de registros reformados, isto é, são o resultado da reforma executada nos anos 1450, 1460 e 1470 por Gomes Eanes Zurara. De toda a documentação produzida no reinado de D. João II, chegaram até nós 18.920¹³⁴ documentos, divididos em 27 livros cuja encadernação é posterior ao reinado¹³⁵ e não obedece a qualquer critério de organização cronológica, de forma que é possível encontrar documentos de um mesmo ano dispersos

¹³¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título VIII, p. 74.

¹³² GOMES, Saul António. A Chancelaria de um inclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (1443). *Separata da Revista do Centro Académico de Democracia Cristã*. Nova série, n. 8-9, 2007, p. 249.

¹³³ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto, 2009. N. 6, p. 147.

¹³⁴ No índice da Chancelaria acima citado, Manuela Mendonça apresenta o número de 18.899, porém este valor não leva em consideração a documentação sem data.

¹³⁵ MENDONÇA, Manuela. *Chancelaria de D. João II*. Índices. Lisboa: ANTT, 1994. 2v.

em vários livros. Documentos do ano de 1489, por exemplo, encontram-se nos livros 1, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 24, 25, 26 e 27.

Há ainda grande variação com respeito à quantidade de documentos por ano, além da total ausência de documentação para os anos de 1494 e 1495, que se devem mais à “inoperância e os cataclismos naturais do que propriamente com a vontade orientada dos homens”¹³⁶. Para um estudo quantificado e pormenorizado do fluxo de produção da Chancelaria de D. João II, sugerimos o terceiro capítulo da segunda parte do livro *D. João II*, de Manuela Mendonça¹³⁷. Sob o título de “A concretização do programa régio”, a autora confronta os números de documentos recolhidos na Chancelaria com um conjunto nomeado como fontes diversas, no qual reuniu documentos oriundos de vários fundos e, com este procedimento, obteve dados preciosos sobre a governança que complementam e preenchem as lacunas que encontrara na Chancelaria.

Gráfico 1 – Distribuição de diplomas por ano de reinado

O primeiro passo para tornar este volume de documentos compreensível foi separar as cartas régias em dois conjuntos: no primeiro, constam aquelas que podem ser chamadas de gerais e beneficiam grupos, que perfazem um total de 577 atos, como o caso dos alcaides de Lamego que recebem o privilégio de não serem carcereiros do castelo¹³⁸;

¹³⁶ MENDONÇA, Manuela. *Chancelaria de D. João II. Índices*. Lisboa: ANTT, 1994, v. 1, p. 19.

¹³⁷ MENDONÇA, Manuel. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 275.

¹³⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 28.

cidades e vilas, tal qual a orientação para que não andassem porcos na vila de Santarém¹³⁹ ou aquela para a câmara de Alcanede para que não tivessem mais que oito besteiros¹⁴⁰; mosteiros e conventos com cartas sobre padroados, como o Convento de Santo Agostinho de Santarém que recebeu 400.000rs¹⁴¹; ou confirmações de privilégios, como para o Convento de Grijó e o privilégio fazerem estalagens em suas casas¹⁴²; e até capítulos de cortes¹⁴³.

Com esta separação restavam-nos 18.343 documentos em um segundo conjunto que contemplavam que apenas um indivíduo. Adotamos então a tipologia elaborada por Armando Luís de Carvalho Homem em sua tese de doutoramento¹⁴⁴ e muitas vezes utilizada e adaptada por vários trabalhos a partir de então. Dividimos o corpus documental em seis categorias: graça, grupo que reúne apresentação de clérigos a igrejas do padroado régio, coutadas, doações, legitimações, privilégios, regulamentações do direito de pousada; justiça, relativo a atos de administração da justiça como perdões e sentenças; fazenda, sobre aforamentos, fiscalidade, provimento e remuneração de ofícios, quitações; administração geral, reunindo defesa, prescrições sobre justiça, regulamentação de jurisdições locais, resposta a capítulos de Cortes, escritos de agravos; chancelaria, referindo-se à translados; e diversos.

Dos documentos que beneficiam apenas um indivíduo, apuramos uma significativa diferença entre homens e mulheres, sendo 16.022 beneficiários e apenas 2.321 mulheres. A acentuada diferença entre o número de documentos emitidos para homens e mulheres nos levou a questionar as razões para tal discrepância.

¹³⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 58.

¹⁴⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 44v.

¹⁴¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 110.

¹⁴² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 114v.

¹⁴³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 13, fl. 133v.

¹⁴⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: Tese (Doutorado em História da Idade Média) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1985. 2v.

Grafico 2 – Diplomas régios recebidos por homens e mulheres.

Tomemos como exemplo o ano de 1482: 92,13% documentos emitidos neste ano beneficiam homens e apenas 6,82% são para mulheres. Decerto um reflexo da dominação feminina na sociedade, e uma das formas em que esta dominação se expressava era nas nomeações de cargos e ofícios. Ora, em uma sociedade eminentemente masculina, em que a governança era exercida predominantemente pelos homens e a cultura religiosa relegava às mulheres somente o espaço doméstico, era esperado que ofícios como os de tabelião, coudel e escrivão fossem desempenhados essencialmente por homens. As *Ordenações Afonsinas* lembram que, por conta da fraqueza de siso “que he na geeraçom das molheres”, os senadores que fizeram as leis imperiais determinaram que elas não poderiam exercer ofícios públicos, pois poderiam cometer tantos erros e tão graves que dificilmente seriam remediados¹⁴⁵.

Os diplomas relativos ao provimento de cargos e ofícios essencialmente masculinos¹⁴⁶ superam numericamente o número total de diplomas que beneficiavam mulheres, de fato os 5.865 documentos deste tipo perfazem mais que o dobro dos femininos (2.321).

¹⁴⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 4, título XVIII, p. 88.

¹⁴⁶ Os principais cargos e ofícios contemplados são: alcaide, almoxarife, carcereiro, chanceler, contador, corregedor, coudel, desembargador, distribuidor, escrivão, escudeiro, espingardeiro, guarda, inquiridor, homem da alfândega, homem do almoxarifado, homem das tercenas, juiz, meirinho, ouvidor, porteiro, procurador, promotor da justiça, recebedor, regedor, reposteiro, requeredor, tabelião, tesoureiro, vedor.

Ano	Documentos produzidos	Diplomas que beneficiam homens	Nomeações de cargos e ofícios masculinos	Diplomas que beneficiam mulheres
1481	52	44	14	7
1482	2785	2566	1525	190
1483	1431	1269	727	106
1484	1800	1606	722	135
1485	150	88	25	5
1486	2542	2088	593	333
1487	2371	1909	516	352
1488	1547	1238	364	280
1489	594	524	194	51
1490	2364	2012	512	291
1491	1951	1637	438	294
1492	1289	1005	220	274
1493	23	20	10	0
s/d	21	16	5	3
Total	18920	16022	5865	2321

Tabela 1 – Nomeações de cargos e ofícios masculinos.

Em média, são cerca de 410 nomeações por ano, diferente dos diplomas em que as mulheres são beneficiárias cuja média é de 165 documentos ao ano. Tomemos como exemplo o ano de 1482, um ano particularmente rico na produção da Chancelaria, pois o rei acabara de levantado e estava ainda a organizar o reino, de forma que emite 1.525 diplomas de relacionados ao provimento de cargos e ofícios. Ou seja, 54.75% de todas as cartas régias elaboradas naquele ano e mais de 59% daqueles emitidas para homens. No ano de 1490, este número cai para 512 (21,65% do total de documentos emitidos) e ainda em 1492 são 218 (16,91% do total de documentos emitidos), representando uma considerável redução no que se refere à emissão deste tipo de carta régia. A escolha dos anos a serem comparados reside no contexto político do reino e nas possibilidades do corpus documental: 1490 é considerado o ápice da capacidade governativa de D. João II¹⁴⁷; 1492 é o último ano em que os livros da Chancelaria apresentam um número significativo de documentos e é também o ano que marca o início do declínio de D. João II.

¹⁴⁷ MENDONÇA, Manuel. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995.

Os 2.321 documentos que têm mulheres como beneficiárias dividem-se em 30 categorias:

Categoria	Número de documentos	Categoria	Número de documentos	Categoria	Número de documentos
Administração de capela	1	Doação	26	Perfilhamento	6
Aforamento	19	Estalajadeiro	3	Privilégio	42
Alforria	5	Legitimação	269	Proteção real	1
Alvará	1	Lembrança	1	Quitação	4
Aposentadoria	4	Medidor	1	Regateira	1
Assentamento	1	Mercê	32	Relevamento de infâmia	1
Autorização	15	Moradia	1	Requeredor da alfândega	1
Besteiro	1	Orientação	7	Restituição de bens	1
Confirmação	13	Padroado	78	Segurança	2
Contrato	3	Perdão	1776	Vendedeira	5
Total: 2321 documentos					

Tabela 2 – Benefícios concedidos às mulheres.

Se por um lado a discrepância entre os números é grande, por outro, as categorias em que os benefícios recebidos se enquadram são as mais variadas, indicando a participação feminina em diversos aspectos da sociedade, partilhando dos atos régios relativos à graça, como no caso dos privilégios; de fazenda, tais como os aforamentos e justiça – os perdões. Buscamos compreender os papéis que desempenharam as mulheres, porém todos os papéis é um leque por demais amplo que nos levaria a generalizações. A escolha da Chancelaria régia está diretamente ligada a esta necessidade de reduzir o leque de possibilidades, pois dá ensejo a um procedimento mais específico.

Não obstante essa multiplicidade de tipos de cartas régias e o aumento do número de emissões, como observara Judite Freitas, que indicam uma maior complexidade do aparato burocrático e diplomático, as informações que podemos obter com a Chancelaria Régia são restritas. Isto se dá pelo que Armando Luís de Carvalho Homem chamou de

empobrecimento tipológico¹⁴⁸, pois na medida em que paulatinamente outros “departamentos” passam a ter também seus registros, a maior parte da documentação é composta por perdão e privilégios.

No caso da documentação onde as mulheres são beneficiárias, observamos uma realidade muito semelhante: as cartas de perdão são a maioria das cartas régias emitidas representando 76,51%; seguidas pelas legitimações, com 11,58%; os padroados, com 3,36% e os privilégios, com 1,80%.

Gráfico 3 – Composição da documentação.

O rei é o dispensador de graças e as mulheres dirigiam-se a ele, através dos funcionários, em busca de mercês, o monarca as julgava conforme as leis e os costumes. Assim, as formas pelas quais se organizavam o poder real e a justiça dão a conhecer ricos pormenores da relação entre o rei e seus súditos, fossem eles homens ou mulheres. Para o cumprimento deste papel, o reconhecimento da autoridade real é um ponto fundamental para o estabelecimento do reino. Seu líder deveria ser reconhecido como uma autoridade cujas decisões tinham carácter definitivo, e D. João II exerceu autoridade desde moço. Garcia de Resende afirma que ele desde cedo detinha autoridade sobre os povos e os nobres, pois seu pai “não fazia conselho, nem cousa grande em que o não metesse, e tomasse seu parecer”¹⁴⁹. Sua aproximação com o poder estreitou-se ainda mais quando por

¹⁴⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Para uma abordagem da burocracia régia: Portugal, séculos XIII-XV. *Revista Portuguesa de História*, 1996. V. 1. Tomo 31, p. 230.

¹⁴⁹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. Capítulo IV, p. 30.

ocasião da guerra com Castela. D. Afonso V ausentou-se do reino, deixando seu filho na regência¹⁵⁰. Quando regente, o príncipe desfrutou de extensos poderes, sendo-lhe vedado apenas cancelar as graças, honras e privilégios concedidos pelos monarcas anteriores. Podia, entretanto, conceder privilégios, criar leis e todas as medidas necessárias para assegurar o bom regimento do reino. Em 1475, ficou encarregado da administração da justiça e do regimento da fazenda.

Em meio aos conflitos, Garcia de Resende dá novas mostras da proximidade do príncipe com o poder, quando afirma que D. Afonso V, estando em Zamora, desejou consultar e se aconselhar com seu filho “por as cousas que trazia entre mãos serem de mui grande peso e cumprirem muito a honra e seu estado”¹⁵¹. Quando D. João parte em socorro de seu pai para combater na cidade de Toro, deixou nas mãos de sua esposa, a princesa D. Leonor, o regimento e a governança do reino¹⁵². D. Afonso V, não obstante retornasse a Portugal logo partiu em suas deambulações, deixando novamente seu filho com a governança do reino. Em 1477, não conseguindo seus objetivos, vendo que a fortuna lhe era contrária¹⁵³ e considerando que “tantas contrariedades não podiam ser sem vontade de Deus”¹⁵⁴, parte para Jerusalém. Envia cartas para seu filho e para todos do reino, mandando que este se “levantasse por Rei” e que os súditos o obedecessem¹⁵⁵.

Pouco tempo depois, porém, convencido pelas palavras de nobres portugueses, decide retornar a Portugal, mas uma questão se punha: como ficaria o reino com dois reis? Foi aconselhado, segundo os cronistas, a retornar discretamente, pois D. João poderia ver nele um concorrente. Entretanto, seu filho entrega-lhe o reino e o título que lhe fora atribuído mesmo quando seu pai lhe propõe que mantivesse sua posição, enquanto ele seria “Rei dos Algarves, e nos lugares d’além”. Não podemos opinar, tal qual os cronistas, sobre o amor filial que dedicava ao pai ou que fosse esta a razão para abrir mão do poder, mas decerto foi uma estratégia digna de nota. Por que dividir o reino, se D. João era o único filho e o único herdeiro de D. Afonso V, e para herdar e efetivamente reinar sobre Portugal e todos os seus domínios, precisava apenas esperar pela morte de seu pai? Além disso, um

¹⁵⁰ Este episódio ficou registrado nas duas crônicas: RESENDE, Garcia de. op. cit. Capítulo IX, p. 35; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 3. Capítulo CLXXV, p. 75.

¹⁵¹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. Capítulo XI, p. 38.

¹⁵² RESENDE, Garcia de. op. cit., capítulo XII, p. 37; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 3. Capítulo CLXXXVII, p. 91.

¹⁵³ RESENDE, Garcia de. op. cit., capítulo XVII, p. 50.

¹⁵⁴ PINA, Rui de. op. cit., capítulo CCII, p. 122.

¹⁵⁵ RESENDE, Garcia de. op. cit., capítulo XVII, p. 51.

conflito seria oneroso para um reino que já vinha com problemas, como declarou nas cortes convocadas em 1477 sobre uma profunda desordem, “vendo o dito senhor o grande trabalho em que estes Reynos eram postos pela grande mingoa que padeciam assj de justiça [...] per honde se mostraua craramente que se esta causa outro remédio nom recebesse, o Rejno de todo se perderia”¹⁵⁶.

Toda esta atuação na intimidade do poder deu ao príncipe D. João “condições para definir um projecto político muito pessoal”, de modo que ser rei não era um “ponto de partida, mas um ponto de chegada” após um longo período de aprendizado que envolveu fiscalidade, governança e conflito com a nobreza no que concernia à distribuição da justiça e aos oficiais régios que paulatinamente caíam na esfera de atuação senhorial. Tal situação reduzia a prerrogativa real de juiz supremo e privava seus cofres do erário gerado pela administração da justiça, as coimas oriundas das demandas civis e criminais representavam somas consideráveis ao ponto do exercício da justiça ser considerado o “mais caro e acabado tributo de domínio”¹⁵⁷.

As liberalidades nobiliárquicas punham em risco também o bom regimento do reino, por essa razão Joaquim Veríssimo Serrão elabora panorama muito pessimista do reinado de D. Afonso V. Segundo ele foi longo e desastroso para o reino em função da prodigalidade com a alta nobreza que permitiu o crescimento de muitas casas senhoriais. O que este autor chama de tendência nobiliárquica revela-se pela concessão de 56 títulos para 36 pessoas e tal profusão significava o “desmembramento da autoridade régia”¹⁵⁸. Mercês e privilégios que acompanhavam essas concessões tornavam-se uma ameaça ao poder régio.

A política de privilégios é, para a Coroa, uma faca de dois gumes. Porque, se por um lado favorece o prestígio do monarca dispensador de ‘graças’, criando laços pessoais, de prodigalidade, entre ele e os seus súbditos, por outro, ao enfraquecer a instauração de um ordenamento jurídico unificado e centralizado, ao consagrar a diferença social e a pulverização jurídica, está a minar a base de apoio do soberano. A prazo, o rei pode ficar a perder.¹⁵⁹

A intensa atividade em África e os conflitos sucessórios com Castela

¹⁵⁶ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 121.

¹⁵⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, p. 367.

¹⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1979. V. 2, p. 210.

¹⁵⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: FLUP, 1985, p. 147.

desempenharam papel fundamental para a proximidade do rei com os senhores, pois aqueles que auxiliavam o monarca nestas contendas eram agraciados com mercês, castelos, fortalezas, graças, tenças, e diversos privilégios que diminuía os reguengos, um problema combatido desde D. Dinis, e subtraía ao erário régio os significativos rendimentos oriundos das jurisdições.

Tornando-se rei, os embates de D. João com a nobreza foram a tônica dos primeiros anos de seu reinado, representado pelo episódio das cortes de 1481 em que impusera um novo cerimonial que exigia mais que o juramento de fidelidade até então praticado. D. João II cunha uma nova fórmula de *menage* que era então uma prática comum nas cerimônias de entronização, porém realizadas de forma mais simbólica. No conselho que antecedeu as cortes, o monarca apresentou o auto de obediência, demarcou lugares, estabeleceu comportamentos, determinou juramentos, levando grande insatisfação aos nobres, “foj grande altercação no conselho e uozes desuairadas sem arengua que se havia de fazer pera o dito auto dobediência e juramento que se havião de fazer”¹⁶⁰.

Para os nobres senhores a forma elaborada pelo rei aos senhores parecia áspera e, por isso, houve muitas “porfias, desgostos e descontentamentos”¹⁶¹, pois até então não havia um regimento para as *menagens*, o que para Garcia de Resende fora grande descuido dos reis anteriores, de modo que o rei mandou que fosse feito um livro para este fim. O juramento determinava que os nobres do reino que detinham fortalezas e castelos e tudo o que receberam por mercê os devolvessem ao rei, que então lhes confirmaria o senhorio, evidenciando o quanto estes nobres eram dependentes da graça e da mercê reais. O primeiro dentre os grandes do reino, D. Fernando, o duque de Bragança, na presença dos três estados “com muita reuerencia e humildade” de livre vontade pondo-se de joelhos, proferiu o auto de obediência em seu nome, e, em nome da casa de Viseu nas pessoas da infanta D. Beatriz, D. Diogo e D. Manuel,

offerecemos em uossas mãos todos los castellos e fortalezas, tenças, merçes e graças que o senhor Rej vosso padre [...] nos tinha dadas, feitas, e outorguadas em prestimo emquanto sua merce fosse e as outras cousas que por costume e direito em começo de vossos Rejnados os fidalgos e caualeiros boons deuem deixar em uossas mãos pera delles fazerdes o que Uossa merce for asj e pela guisa

¹⁶⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 62.

¹⁶¹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. Capítulo XXVII, p. 68.

que se fez o ditto senhor Rej vosso Padre e pedimos a uossa Alteza e Real senhoria que de nouo nos faça merçe dos ditos [...] ¹⁶².

O patrimônio de um senhor era composto por bens próprios, frutos de herdamentos, compras e escambos; por bens de que não detinham a plena propriedade, os quais eram concedidos pelos monarcas como *juro* e *herdade* e deveriam ser confirmados a cada novo rei; e aqueles que estavam em suas mãos por meio de *préstamos*, *graça* e *mercê*, que eram “revogáveis ao arbítrio do rei” ¹⁶³. Por isso o juramento ressaltava “asj e pela guisa que se fez o ditto senhor Rej vosso Padre e pedimos a uossa Alteza e Real senhoria que de nouo nos faça merçe dos ditos castellos e fortalezas, rendas, graças e merçes que tínhamos do dito senhor Rej vosso padre” ¹⁶⁴.

Além disso, D. João exigiu que toda a nobreza laica e eclesiástica, mosteiros, igrejas, cidades e vilas comprovassem os benefícios concedidos pelos reis anteriores. Assim, poderia medir o poder da nobreza a partir de seus benefícios e privilégios e, como a comprovação documental não era de todo fácil, possivelmente muitos proventos tornariam à casa real. Questões relativas às origens do poder real e dos laços de fidelidade e vassalagem estão presentes nas primeiras cortes convocadas por D. João: ao mesmo tempo em que explorou os laços medievais através dos juramentos de fidelidade que consistiam num rito feudo-vassálico, deixava claro sua soberania. Promessas seriam trocadas entre o rei e seu vassalo, “todalas cousas que nas menajes se prometem do vassallo ao senhor todas aquellas deue prometer o senhor a seu vassallo”, mas o juramento era unilateral e professado unicamente pelo vassalo, pois a “major obriguação he ao vassallo a seu senhor da que he a do senhor a seu vassallo porque a do vassallo ao senhor he ex debita fidelitate” ¹⁶⁵. O rei, por sua vez, não juraria fidelidade senão a Deus e ao bem comum.

O suserano deveria ser forte e independente de quaisquer laços para exercer a justiça, tal como preconizavam as *Ordenações Afonsinas* numa ordenação elaborada por D. Fernando sobre as “malfeitorias, que os Fidalgos, e pessoas poderosas fazem pelas Terras”,

“e assy pela Ley de Deos, como pela Ley dos homeës he cometida, e encomendada aos reyx, e a elles he mais propria, que a outro nenhuũ, pera guardar , e defender cada huũ no seu, e nom leixar, nem consentir a

¹⁶² CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 121, fl. 42v.

¹⁶³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 237.

¹⁶⁴ CHAVES, Álvaro Lopes de. op. cit., p. 121, fl. 42v.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 67, fl. 12v.

nenhuñ de fazer obra de poderio, nem prema contra os seus sujeitos: e segundo authoridade do sabedor Salamom, e outros muitos Santos, o Rey, que o consente, ou leixa passar sem escarmento, e sem pena, sera avuso por quebrantador, e despreçador da Ley de DEOS”¹⁶⁶.

As cortes foram uma demonstração de poder e soberania. Caracterizada pela independência diante de qualquer outro reino e pela autoridade sobre todos os homens, a autoridade do rei deveria ser incontestada e, por vezes, consta na documentação com a fórmula “de nossa propria autoridade e livre vontade”¹⁶⁷.

Neste mesmo âmbito, o monarca aumentou a atuação dos funcionários régios, chegando a autorizar seus corregedores a realizar inspeções em todas as terras do reino, inclusive, ou talvez particularmente, as casas senhoriais. Os corregedores eram funcionários cuja autoridade se estendia sobre apelações, julgamentos, prisões, fiscalização de ofícios e oficiais, abusos jurisdicionais nas comarcas do reino. A questão dos corregedores foi de tal monta que levou a infanta D. Brites, mãe da rainha e do duque de Viseu e Beja, a manifestar-se argumentando que o rei não deveria modificar costumes antigos.

caso dos corregedores e justiça particularmente a mj senhor parece que Vossa Senhjoria nom deuia de bolir com estas cousas acerqua destes porque será muj grande scandalo e deuia d esguardar que emquanto a estes sós foj dado este preuilegio eles usarão dele de tal guisa que Deos e os Reis erão seruidos e o Pouo contente e mantido em justiça [...] nom queira Vossa Senhoria nisto nem em al fazer cousas de guisa que uos por quam a amor que este he o melhor cabedal que os Reis deste Rejno sempre tiuerão de que se muj bem acharão, nom creja Vossa Alteza que uos dices que façais mujtas novidades, especialmente as que nom fizeram os Reis que antes vos forão [...] quaes novidades senhor trazem scandalo e grande cargua mata a vesta e arezoada se pode leuar, e ainda se dis que todo mundo se torna em pecado ainda que pareça uirtude tenha Vossa senhorja os olhos em que os três Reis de quem nós descendei mais cheguardos a Vos que forão mujto virtuosos [...] e prazera a Nosso Senhor que uos leixara ser justo e perfeito e de todos mujto amado e por amor temido...”¹⁶⁸

D. Brites, de quem falaremos mais amiúde no quarto capítulo, era representante de uma das maiores casas senhoriais do reino, que controlou desde a morte de seu marido até

¹⁶⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 2, p. 377.

¹⁶⁷ SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. V. 4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. 662p.

¹⁶⁸ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 285, fl.139v.

a maioria de seu filho, e uma figura de grande destaque na política peninsular, tendo imbricadas relações com toda a nobreza e as casas reais portuguesa e castelhana. Segundo seu conselho, o rei não deveria modificar privilégios concedidos por três reis que o antecederam e faria bem em buscar uma relação de lealdade com a nobreza, relação esta que punha em risco com a revogação dos privilégios. Não obstante finalize a carta afirmando que se alongara em seus conselhos por amor e pelo desejo de servir, a infanta relembra a D. João II todos os serviços prestados pela nobreza a D. Afonso V e elabora sérias críticas à condução do reino, lembrando que por vezes o pecado se assemelha à virtude.

O monarca principia sua resposta afirmando que muito estima o cuidado que teria a condessa nas “cousas minhas e deu meu serviço”, e sabendo ser fruto do amor e da afeição permite “com este atreuimento me pode Vossa Merce asj escreuer e falar”. Apesar da cerimônia devida a uma das grandes do reino que era também sua sogra, fica clara a afirmação da autoridade e soberania. O rei afirma que não se trata de novidade, pois nas cortes de Coimbra, ainda em vida de seu pai, que se achava “muj encarreguada sua consciencia nas cousas da justiça”¹⁶⁹ já havia sido deliberada a entrada dos corregedores “nas terras de todos e sabendo esto os grandes”. O duque de Bragança também contesta a decisão régia, ao que o rei responde que D. Fernando¹⁷⁰ deveria satisfazer-se em saber que a justiça era feita em suas terras.

Diversas condenações por traição e conspiração se seguiram, dentre as vítimas, o próprio duque. Pouco antes de sua condenação, nas palavras de Garcia de Resende, o monarca se refere a D. Fernando como aquele que “sobre todos por singular exemplo de obediencia e lealdade os haveis de comportar e sofre-los sem paixão”¹⁷¹. Também implicado fora D. Diogo, o duque de Viseu, que recebeu o perdão régio por sua pouca idade e por ser irmão da rainha. Porém, pouco depois foi acusado de tramar contra a vida

¹⁶⁹ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 288, fl. 141v.

¹⁷⁰ Em finais do século XV, a casa de Bragança desfrutava de um pujante poderio traduzido por inúmeros privilégios: o duque poderia a emitir cartas de segurança; usar tormento em criminosos; impedir a entrada de pessoas em suas terras, mesmo que essas portassem cartas régias de segurança; proibir o porte de armas; condicionar a aplicação de leis gerais à análise de seus funcionários; o meirinho da casa senhorial poderia prender pessoas que houvessem cometido crimes nas terras duciais em qualquer lugar do reino; isenção da Lei Mental; privilégio de pousada. Mafalda Soares da Cunha, que estudou profundamente a casa de Bragança, elencou todos os cargos, títulos e privilégios recebidos por esta casa no período entre 1384-1483. CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, parentesco e poder. A casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

¹⁷¹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. Capítulo XXXVII, p. 87.

do rei, que o matou a punhaladas¹⁷².

As mortes e perseguições falaram diretamente, se não a todas as mulheres, a algumas das mulheres mais importantes do reino. A rainha e D. Brites são particularmente afetadas com a morte de D. Diogo, respectivamente irmão e filho. A infanta, o rei manda avisar da morte de seu filho e, segundo Garcia de Resende, a tudo ouviu com dor e tristeza “e com muitas lagrimas respondeu com palavras que ainda que fossem de Princesa desconsolada, foram com muito soffrimento e honestidade, e de mulher muito inteira como ella o era”¹⁷³. Da rainha temos notícia por Nicolaus von Popplau (ou Nicolas de Popielovo), um viajante natural da Silésia, segundo o qual, ao saber da morte de seu irmão “se arrancaba los cabellos, torcia sus brazos, y prorrumpia en gritos y sollozos desesperados”, quando informado da situação o rei “la amenazo, si continuaba así, de envolverla en la misma causa de traicion de su hermano” só assim silenciando¹⁷⁴.

Foi uma demonstração de poder que dava indícios de uma política que buscava afirmar-se, desbaratar os privilégios da alta nobreza e a concentração de poder que possuíam. O medo de serem despojados de sua fidalguia levou diversos nobres a apoiarem D. João II. A nobreza não era homogênea e possuía os mais variados interesses; do embate entre o rei e a alta nobreza, seguida pela morte de alguns de seus representantes mais notáveis, a figura do monarca se impunha e houve senhores que se beneficiaram. O episódio deu início a todo um ciclo de renovação de alianças e redistribuição de graças e mercês, que foram concedidas de acordo com um novo ordenamento que buscava sublinhar o poder do soberano.

A dispensação de graças era fundamental, pois a governança em si era um ato de negociação entre o monarca e os súditos que envolvia “concessão de privilégios, troca de favores, obrigações e reciprocidades que encerravam o rei e seus súditos numa complexa relação de subordinação e dependência”¹⁷⁵. Em suma, ainda que o rei buscasse tutelar os outros atores sociais e chamasse para si o poder soberano, não era do seu interesse acabar com a nobreza ou despojá-la de suas honras. De fato, a despeito de todo o conflito com a

¹⁷² RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. Capítulo LIII, p. 126.

¹⁷³ Ibidem, Capítulo LV, p. 133.

¹⁷⁴ POPPLAU, Nicolas. Viaje de Colas de Popielovo por España y Portugal. In: VIAJES DE EXTRANJEROS POR ESPAÑA Y PORTUGAL EN LOS SIGLOS XV, XVI Y XVII. Madri: Casa Editorial de Medina, 1878, p. 39.

¹⁷⁵ NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses do. *O poder negociado*. Os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2009, p. 14.

nobreza no início de seu reinado, o monarca continua dispensando mercês e privilégios, dos quais a Chancelaria é repleta de exemplos: D. Lopo de Almeida¹⁷⁶ recebe a doação de Abrantes e seu castelo; D. Filipa¹⁷⁷, o privilégio de fidalga; D. João da Silveira, uma série de mercês que incluíam a doação de Alvito¹⁷⁸ com rendas e jurisdição, a autorização para suceder nas terras da Coroa¹⁷⁹ e um padroado de 11.000rs de tença¹⁸⁰; e D. Manuel de Beja recebe a mercê de 1000 dobras de ouro¹⁸¹ e o privilégio de dar ofício de juiz de órfãos e escrivão da câmara de Moura¹⁸².

Assim, a soberania não isentava o rei da negociação com os outros poderes em busca de apoio para a governabilidade do reino e, frequentemente, a nobreza e os concelhos questionavam as decisões régias, caso estas fossem contrárias a seus interesses particulares. Leis impopulares e taxações de grande vulto poderiam furtar ao rei o apoio das gentes que lhe financiavam guerras ou casamentos, como no caso da união entre o herdeiro do trono, infante D. Afonso, com D. Isabel, filha dos reis católicos, quando D. João II recorre às cortes e lhe são outorgados cerca de 100.000 cruzados.

A relação entre poder real, senhorio e concelhio nem sempre era branda; na verdade, o século XV assiste ao recrudescimento dos conflitos entre os senhores e os concelhos, ambos tentando assegurar seus privilégios e estes últimos tentando garantir que os senhores não lhe subtraíssem poderes. Impondo-se aos grandes do reino, o monarca colocava-se também como defensor dos povos. Nas cortes de Évora, constam nos capítulos gerais sucessivos pedidos para que o rei restringisse os abusos dos senhores. Os povos pediam que as terras dos fidalgos não pudessem abrigar malfeitores, salvo aquelas que tivessem privilégio para tal; que não pudessem “lançar pedidos”, mesmo que fossem empréstimos; e aqueles que detinham apenas jurisdição civil não exercessem também a criminal; que não interferissem nas eleições de ofícios concelhios¹⁸³.

Embora os embates entre o senhorio e os concelhos fossem favoráveis ao monarca, que como mediador terminava fortalecido, não podemos pensar nos concelhos como pacíficos aliados do poder real. Frequentes eram as reclamações dos concelhos, por

¹⁷⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 34.

¹⁷⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 49v.

¹⁷⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 125v.

¹⁷⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 126v.

¹⁸⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 125v.

¹⁸¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 84.

¹⁸² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 161.

¹⁸³ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2, p. 57.

exemplo, sobre a ingerência e a intromissão constante dos oficiais reais na vereação, notadamente os corregedores. Multiplicavam-se as solicitações para que funcionários como o corregedor, o coudel e o ouvidor não permanecessem no cargo por mais de cinco anos tal qual previsto na lei geral, mas uma realidade que dificilmente se verificava; ou ainda que durante as reuniões da vereança concelhia só estivessem presentes os vereadores e os procuradores do “povo miúdo” e dos mestres¹⁸⁴.

Tais conflitos não eram recentes ou próprios do século XV. Gracilda Alves verificou que as queixas concelhias e os pedidos para que os monarcas controlassem a atuação de seus agentes são também direcionadas às cortes em 1352, 1361, 1371, 1372 e 1391. Queixas que em grande parte ficavam sem resposta ou apenas parcialmente resolvidas, pois era do interesse do monarca o controle dos concelhos, já que “o poder real ia se fortalecendo na medida em que novos cargos eram criados, como os meirinhos e corregedores”¹⁸⁵. A autora afirma que, não obstante a resistência concelhia, o que se observa ao longo do tempo é a ingerência cada vez mais acentuada do rei sobre o poder local. À mesma conclusão chegou Maria Teresa Campos Rodrigues, que afirma que progressivamente a ação do poder central “vai minando a posse legal em que estava o concelho, de eleger os principais órgãos da sua administração”¹⁸⁶, pois frequentemente o rei impunha suas preferências em detrimento das escolhas concelhias.

Os pedidos seguem ao tempo de D. João II e, nas cortes de Évora, os povos afirmam que, pelas preferências do monarca e de seu pai, D. Afonso V, muitos ofícios foram tomados como perpétuos quando deveriam ser trienais, o que causava “grande desgovernança opresam”¹⁸⁷; além disso, ficavam os concelhos privados dos cargos. Os desmandos eram frequentes, chegando ao ponto de corregedores nem mesmo serem letrados; na mesma altura, os procuradores requerem do rei que “nom sejam corregedores em vossos regnos e comarcas homees sem leteras e que nam saibam diferenciar e

¹⁸⁴ MORENO, Humberto Baquero. A evolução do município em Portugal nos séculos XIV e XV. In: _____. *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*. Estudos de História. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p.33-75.

¹⁸⁵ ALVES, Gracilda, *Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha*. (1385-1481). Niterói: Tese (Doutorado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 296.

¹⁸⁶ RODRIGUES, Maria Teresa Campos. Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa, 1966, n. 108/109, p. 39. Citado por:, apud MENDONÇA, Manuel. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 313.

¹⁸⁷ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Córtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 – Documentos, p. 240.

conhecer o direito como deue seer amtre os letigantes repartido e executado”¹⁸⁸. Nas cortes de 1490, a requisição dos povos é muito diversa, e solicitam a substituição do corregedor por um desembargador que acumulasse os cargos sobre os resíduos e os órfãos, com o objetivo de “afastar aqueles estreitos vigilantes para substituí-los por homens mais ocupados que, eventualmente, deixassem mais livre a administração local”¹⁸⁹.

A atuação de D. João II é extremamente profícua e profundamente marcada por desafios políticos, externamente pelos conflitos com Castela que delinearam o casamento de seu filho, e internamente pelos enfrentamentos com a nobreza e com os poderes locais. Além destas esferas, havia ainda a questão dos descobrimentos. Também neste ponto, sua experiência remontava aos tempos de infante sob o comando de seu pai desde 1474. Ao longo de seu reinado, dá prosseguimento à chamada empresa ultramarina, toda a costa ocidental da África é explorada, efetua o povoamento de São Tomé, Ano Bom e Fernão Pó, apoia o tráfico da Guiné por meio da edificação do castelo de São Jorge da Mina. Tendo em vista a preparação para uma viagem à Índia, manda vários emissários por terra, que lhe enviam notícias sobre terras distantes que atestam a possibilidade de chegar ao destino ambicionado. Após disputas, assina com Castela o Tratado de Tordesilhas, que servirá de esquadro para a exploração que mais tarde mudará a face no planisfério de então.

Toda esta movimentação política e econômica fala diretamente aos súditos e os atinge de acordo com as posições sociais que ocupavam. As viagens exploratórias e de colonização e a guerra interferem diretamente na vida de homens e mulheres do reino. São mandados em degredo para a África, colaborando com o povoamento; cordas e velas são fundamentais para a navegação, e não podemos esquecer o abastecimento dos navios; e por trás de toda essa necessidade estavam os braços dos responsáveis pela produção e comercialização de gêneros alimentícios.

O Quatrocentos é um período em que convivem ritmos medievais e modernos, que testemunha a chamada vitória do poder régio com as atuações de D. João II e dos Reis Católicos no espaço peninsular, e também em Inglaterra e França. Entretanto, a base econômica permanece agrícola e os conflitos ainda são constantes, fazendo com que os reis se preocupassem em regular a manutenção do sustento do reino. Em todo o século XV,

¹⁸⁸ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 – Documentos, p. 203.

¹⁸⁹ MENDONÇA, Manuel. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 419.

pode-se perceber na documentação referências à “mingoa de gentes” e “quão despovoado” estava o reino, comprometendo a produção de gêneros. Não obstante, havia a necessidade de povoar as terras conquistadas e, para tanto, as cartas de perdão eram um importante instrumento: Arzila, Alcácer Ceguer, Ceuta, Tanger, Marrocos receberam populações oriundas dos degredos determinados nas cartas de perdão. Todo esse contingente necessário à produção e manutenção do reino não era composto apenas por homens.

Capítulo 2

... MOLHER DE / ... MOLHER QUE FOY

Solteiras e viúvas

*Da má mulher te guarda e da boa não fies nada.*¹⁹⁰

Não sem razão a historiografia declarou que a Idade Média é masculina. É, de fato, um mundo de homens. Feito por eles e para eles. Governantes, detentores de cargos públicos, senhores da religião, são todos homens. Sob os olhares de uma religião cujos símbolos máximos são a antítese do sexo – um homem virgem, nascido de uma mulher intocada pela concupiscência –, a figura feminina era temida e seu corpo era desprezado, salvo por sua funcionalidade para a perpetuação da espécie. Era temida porque sua identificação com a natureza a colocava no domínio do diabo. Como nos ensinou Duby, a “Igreja via a sexualidade como o meio principal pelo qual o Diabo assegurava seu domínio da humanidade”¹⁹¹. Personificação da tentação, a mulher é transformada em inimiga da santidade; seus olhares, suas roupas, seu corpo, sua voz, seu perfume punham os homens a perder.

Santo Alberto Magno, no século XII, considerava o coito um mal, um castigo, obsceno, desprezível, feio, vergonhoso, doente, uma degradação do espírito, a humilhação da razão pela carne, vulgar, humilhante, partilhado pelas feras, brutal, corrupto, depravado, infectado, infectante, pois a todos contaminava com o pecado original¹⁹². Se o sexo era impuro, o mesmo poderia ser dito sobre as mulheres, responsáveis pela sedução. Através da construção da impureza do sexo, elas foram colocadas em oposição a tudo o que era santo e, portanto, seres humanos de segunda classe.

As mulheres representavam a negação da abstinência sexual e os celibatários da

¹⁹⁰ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 44.

¹⁹¹ DUBY, George. *Medieval Marriage*. Two models from twelfth-century France. Londres: John Hopkins, 1991, p. 16.

¹⁹² Citado por: RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996, p. 194.

Igreja a viam com desconfiança. São João Crisóstomo, no século IV, num tratado sobre o sacerdócio, explica:

Há no mundo um grande número de situações que debilitam a consciência da alma. A primeira e mais importante destas é o trato com as mulheres. Em sua preocupação com o sexo masculino, o superior não pode se esquecer das mulheres, que precisam de maiores cuidados, exatamente por causa de sua pronta inclinação para o pecado. Nesta situação o inimigo maligno pode encontrar muitas maneiras de entrar sorrateiramente, em sigilo. Pois o olhar das mulheres toca e perturba nossa alma, e não só o olhar da mulher desenfreada mais também o da mulher decente.¹⁹³

Não bastava precaver-se da concupiscência das lascivas mulheres que *faziam pelos homens* ou de mulheres sem honra que faziam de seus corpos o que lhes aprazia¹⁹⁴. A mulher honrada e decente, mesmo que não lançasse mão de seus encantos propositalmente, poderia despertar o pecaminoso desejo apenas com seu olhar, com seus cabelos, com seu perfume.

O direito canônico medieval dividiu as mulheres em três estados ou estatutos sociais condicionados diretamente à relação de sujeição estabelecida com a autoridade masculina que regia ou deveria reger sua vida e a mantinha sob custódia – pai, tutor ou marido. Mulheres virgens, casadas e viúvas, sua posição no mundo é usualmente determinada segundo a castidade e seus atributos biológicos, ou seja, a capacidade e disponibilidade de gerar descendência à linhagem masculina. Esta construção perdurou na Idade Média e influenciou tão profundamente a sociedade que a maioria das referências ao feminino utilizava essa divisão que indicava, além de seu nível de sujeição, sua posição social e sua estirpe. Mesmo as *Ordenações Afonsinas* ou os diplomas régios frequentemente referem-se às mulheres através de sua ligação com um homem, “filha de” (solteira), “mulher de” (casada) e “mulher que foi” (viúva).

Em contraste, destacou-se a hierarquia elaborada por Cristina de Pisano que dividiu as mulheres de acordo com sua posição social, tal qual era feito com os homens, estabelecendo três diferentes níveis: princesas, imperatrizes, rainhas, duquesas e altas senhoras; donas e donzelas da corte; mulheres “destado”, burguesas e mulheres do povo. A autora respeitou e aceitava os papéis sociais estabelecidos para as mulheres e por vezes

¹⁹³ Citado por RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*, Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996, p. 134.

¹⁹⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título X, p. 40.

repetiu fórmulas e estruturas que confirmavam a sujeição feminina, porém a grande inovação era a proposta de uma vida ativa, atuante e produtiva, tal qual observava na sociedade em que vivia, suspeitamos. E neste ponto é forçoso destacarmos o *Livro das Três Virtudes* ou *Espelho de Cristina*. Em terras lusas, a tradução do livro foi encomendada por D. Isabel, esposa de D. Afonso V, e o mesmo fez a rainha D. Leonor, esposa de D. João II, porém dando à obra o nome de *Espelho de Cristina*. A modificação do título não parece aleatória, pois a obra de Cristina poderia ser lida como um guia para as mulheres da alta nobreza e sublinhava a importância do comportamento de rainhas e princesas, a quem dedica sua obra.

Cristina de Pisano, nascida ainda no século XIV, foi uma mulher educada. Criada na França de Carlos V, era filha do físico deste monarca, cresceu cercada de livros, mas seus trabalhos só despontam após a viuvez, quando lança mão de seus estudos para assegurar a criação e o sustento de seus três filhos e sua mãe, por quem tornara-se responsável com a morte do marido. Foi “a primeira mulher que, no Ocidente europeu, fez da escrita a sua profissão”¹⁹⁵. Possui uma vasta obra composta por poemas, tratados de educação moral e política. Dedica-se, sobretudo, a pensar criticamente a condição subalterna da mulher no seu tempo.

No *Espelho de Cristina*¹⁹⁶, descreveu o quotidiano da mulher e procurou um perfil que se distanciasse da misoginia. Salientou o papel da esposa companheira, que trabalhava ao lado de seu marido ou, quando da ausência deste, encarregava-se do sustento da família tomando a frente dos negócios. A mulher, segundo Cristina, deveria ser, sobretudo, providente, para esquivar-se das dificuldades e dos perigos a que poderiam estar sujeitas, de forma que seu objetivo é fazer um espelho, um modelo no qual as mulheres pudessem se mirar e um guia de comportamento a ser reproduzido com conselhos detalhados sobre diversos aspectos da vida. De fato, o livro foi dedicado à princesa Margarida de Borgonha, neta de Felipe, o Temerário, que se casou em 1404 com o neto de Carlos V.

A obra se divide em três partes: são três virtudes e três grupos de mulheres relacionadas à hierarquia social que mencionamos. Na primeira parte, subdividida em vinte e sete capítulos, Cristina se dirige “Atodalas princesas i emperatrizes rainhas duquesas: e

¹⁹⁵ LEAL, Ivone. *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999, p. 9.

¹⁹⁶ Utilizamos aqui a versão portuguesa do início do século XVI encomendada pela rainha D. Leonor. PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518.

altas senhoras que regnam em senhorio sobre a terra”¹⁹⁷. O dever fundamental destas senhoras era amar e temer a Deus cujo exercício se daria por meio do amor e do temor ao marido; deveriam também cultivar as virtudes e temer as tentações como a soberba, a avareza, a preguiça e a luxúria. Mas questões de ordem práticas eram o cerne dos conselhos da autora, como estar ciente das despesas de sua casa, do tamanho de sua clientela e dos gastos para a manutenção com os gêneros alimentícios, e até mesmo controlar o que era adquirido para sua casa. Desta forma, a princesa e as grandes senhoras poderiam manter-se de acordo com a dignidade de seu estado sem incorrer em problemas como a dilapidação do patrimônio.

Treze capítulos se voltam para as donas e donzelas da corte; a estas, a autora enfatiza a importância de dedicarem seu amor também às grandes senhoras a quem serviam e destaca sete virtudes fundamentais que deveriam ser seguidas por homens e mulheres: obediência, humildade, temperança, paciência, diligência, castidade e benevolência¹⁹⁸. Também estas deveriam ser prudentes e de grande capacidade de governança, pois seus maridos frequentemente encontravam-se ausentes. Não somente o serviço à sua senhora ocupava essas mulheres, que deveriam preocupar-se com aspectos econômicos, estando alertas para as finanças de sua casa e atentas à administração dos bens e suas particularidades, como a lavoura e a criação de animais que poderiam desenvolver em suas terras. Precisavam ainda responsabilizar-se pela escolha do pessoal de sua casa, acompanhar e supervisionar as funções de cada um.

Ao terceiro grupo, em quatorze capítulos a autora oferece um guia sobre a sobrevivência das mulheres “destado”, burguesas e mulheres do povo, o gerenciamento dos bens e sua participação no trabalho junto ao marido. Neste ponto, um panorama riquíssimo sobre os diversos papéis desempenhados pelas mulheres deste grupo nos é oferecido: “dona de casa, trabalhadora doméstica, responsável pelos filhos pequenos, disponível para o marido, presença forte e discreta na malha social envolvente”¹⁹⁹. De fato, neste último terço do livro desfilam mulheres casadas com letrados, oficiais reais, mercadores, mesteiros, lavradores; mulheres jovens, velhas, honestas, virgens e viúvas.

Embora divida as mulheres em três grupos sociais e tenha conselhos específicos para cada um deles, a autora adverte que seu objetivo é que “todo o que se diz a huñas assy

¹⁹⁷ PISANO, Cristina. *Aquí começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. I.

¹⁹⁸ Ibidem, f. XXVI.

¹⁹⁹ LEAL, Ivone. *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999, p. 68.

nas virtudes como na boa governança de viver seja a ensinança e aproueiro de todas. E cada huã tome aquella parte que entender que lhe mays pode aproveitar”²⁰⁰. Problemas comuns são temas importantes em sua obra e são inúmeras as observações e admoestações para que as mulheres se tornassem sujeitos de sua subsistência, que buscassem compreender os meios de sustento de seu marido, que fossem previdentes e parcimoniosas nas despesas para garantir seu futuro. As atividades tradicionalmente sugeridas pelos teólogos para solucionar a ociosidade e silenciar o falatório feminino – fiar e tecer – ganham, com Cristina, uma dimensão mais profunda na medida em que o resultado deste trabalho poderia ser convertido em rendimentos.

Na sociedade medieval, as mulheres solteiras poderiam se enquadrar em três categorias: as nubentes, a quem se aplicavam as regras matrimoniais e se destinavam os espelhos, guias e discursos de comportamento e orientação espiritual; as castas monjas professoras; e aquelas que transgrediam a norma, de quem nos ocuparemos posteriormente. As mulheres medievais casavam-se cedo. A tradição que determinava as diversas fases da vida de acordo com as idades do indivíduo foi profundamente influenciada por Isidoro de Sevilha, e D. Duarte em seu *Leal Conselheiro* não foi exceção. Segundo ele, “as hidades som per muytas maneiras repartidas, mas hũa que põem os letrados, que bem me parece, chama ifancia ataa vij annos, puerícia ataa xiiij, ataa xxj adollecencia, mancebia ataa ciquoenta, velhice ataa lxx, senyum ataa lxxx, e dally ataa fym da vida decrepidue”²⁰¹.

A partir dos quatorze anos até os vinte e um anos de idade, considerava-se que a moça e o rapaz estavam ainda na *adollecencia*; daí até os cinquenta a mulher e o homem encontravam-se na mancebia. Não obstante o marco da idade de vinte um anos, a legislação parece fixar-se em vinte e cinco, como na ordenação do “Orfaõ meor de vinte e cinco annos, que impetrou graça d’ElRey, per que fosse auido por maior”²⁰², “Do Meor de vinte cinco annos, contra que foi dada emjustamente alguuma Sentença, e pede restituçam contra ella”²⁰³, “Do Tetor, ou Curador testamenteiro, que he dado ao meor em algum testamento”²⁰⁴ que estabelece a mesma idade.

De acordo com a legislação, até os vinte e cinco anos era propriedade de seu pai, de

²⁰⁰ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. XXXVII.

²⁰¹ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, capítulo 1, p. 16.

²⁰² ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 3, título CXX, p. 362.

²⁰³ Ibidem, livro 3, título CXVI, p. 451.

²⁰⁴ Ibidem, livro 4, título LXXXIII, p. 306.

sua família, para casar-se deveria ser com a autorização destes. Analisando um foral do século XII, Oliveira Marques confirma a ideia de que os “filhos estão em poder dos pais até que contrariam matrimónio”²⁰⁵. No que se refere especificamente às mulheres, tal proposição reflete a legislação: na lei “Da filha, que se casa sem autoridade de seu Padre, antes que aja vinte cinco annos”²⁰⁶, D. Dinis legislava sobre o assunto e, em 1339, determinou que se a filha se casasse ou saísse sem autorização de “seu Padre, ou de sua Madre” antes da idade seria deserdada mesmo que os pais quisessem dar-lhe herdamento.

Ao tempo de D. Afonso V a lei sofre modificações, os pais poderiam deserdar a filha que se casou sem sua autorização, mas não eram obrigados a isso. Caso houvesse filhos, filhas ou netos legítimos que não tivessem cometido semelhante pecado, estes deveriam autorizar o herdamento da filha desobediente. Mas, se não houvesse outros herdeiros, os pais poderiam “herdar” a filha, pois o rei entendia que “soamente a elles foi feita a injuria, com justa razom a podem perdoar, sem prejuizo d’outro filho, ou filha, pois que os hi nom ha, como dito he”²⁰⁷. A lei, tal qual registrada nas *Ordenações Afonsinas*, não nos fornece maiores esclarecimentos, entretanto, buscando outras versões do mesmo delito, podemos encontrar o título que se dedica não às mulheres, mas aos homens com quem elas casaram sem autorização de seus pais.

O título “Do que casa com molher Virgem ou Viuva, que está em poder de seu Padre, ou Madre, Avoo, ou Tetor sem sua vontade”²⁰⁸ afirma que tais casamentos não autorizados causavam muitos danos ao reino primeiramente porque por vezes casavam-se com “taes que nom as mereciam”, isto é, homens de posição social inferior à sua, o que era um problema, pois, ao contrair matrimônio, a mulher acompanhava o estado de seu marido – da união com um homem de posição superior a mulher era alçada na hierarquia social, mas a contrapartida não era verdadeira. Outro problema era que algumas ficavam “defamadas” por não conseguirem comprovar o casamento, tendo como consequência também o nascimento de filhos considerados ilegítimos. Com tudo isto “recreciam muytas mortes E omjzios antre os parentes dela, e aquelles que casavam”²⁰⁹.

Se na primeira lei há indicação de que elas eram propriedades de seus pais e de sua

²⁰⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 107.

²⁰⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXXVIII, p. 362.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Ibidem, livro 5, título XIII, p. 45.

²⁰⁹ Ibidem, p. 46.

família, a segunda lei não deixa dúvidas, além de não delimitar uma idade para tal dominação. E ao homem que furta a família de um bem são imputadas sérias penas que previam também compensação pecuniária aos parentes lesados. A gravidade do rapto ou dos casamentos a furto reside precisamente na importância da mulher como um bem. Subtrair um bem tão valioso para a reprodução da linhagem ou da família – mesmo que não se tratasse de nobres – requeria uma compensação por essa perda. Se ao tempo do casamento o homem tivesse bens, os perderia e seriam entregues “aquelles, com que elas viverem, ou que as criavam, ou em cujo poder estavam” e mesmo que a família da moça não quisesse “aja-os ElRey”, por um dano na propriedade alheia o homem seria punido no mesmo âmbito. Ficariam “enfamados” para sempre, não podendo ter honra ou serem aportelados²¹⁰. A importância da perda dos bens fica ainda mais demarcada quando a lei prevê que aquele que não os possuísse, se fidalgos não fossem, sofreriam açoite público e seriam expulsos da vila em questão²¹¹.

Crimes como esses punham em risco a estabilidade social, da mesma forma que os crimes contra a propriedade, “homens e mulheres atropelavam com frequência não só as normativas morais e sexuais da Igreja, mas também as ditadas pelas estratégias de sobrevivência das próprias famílias e comunidades”²¹². Essas relações que escapavam ao controle familiar não necessariamente configuravam rapto, mas os homens eram considerados sedutores que induziam “per afagos e per outras maneiras” mulheres virgens e viúvas até então honestas “pera fazerem maldades de seus corpos”²¹³.

Cristina de Pisano alerta as jovens donzelas sobre os perigos dos amores. Entretanto, seus conselhos assumem um aspecto funcional; se noutros autores os homens devem evitar conversar com as mulheres, pois a convivência com elas é contaminante, a autora, quando se dirige às senhoras de corte, alerta que as damas deveriam manter pouca conversação com os homens, pois poderiam macular sua honra,

Ca em quanto homẽes com ellas conuersarem sempre pensaram como has
am dengar e assi o meterom em obra se poderem: quando ellas ueem
chegar muytos ha huñ lugar onde cada hũu deseja soo ser reçevido he

²¹⁰ Aportellado – oficial do concelho e da justiça abaixo do juiz. BRUNSWICK, H. (Coord). *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Lusitana, 1910.

²¹¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XIII, p. 47.

²¹² DUARTE, Luís Miguel. Crimes na Serra. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ AMADEU COELHO DIAS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, v. 2, p. 87.

²¹³ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 5, título VIII, p. 37.

forçado segundo regra damores que huïs digam mal por toruarem os outros / E rreportem os gasalhados que has senhoras fazem aos que lhe mays prazem: as quaaes per multiplycaçom / locos e deuario de lugares vys e desonestos. E cada hũu ajunta do sseu auanto ao mal por nossos pecados.²¹⁴

São os homens que pensam em enganar as donzelas e senhoras da corte, e o fariam se tivesse oportunidade, segundo Cristina.

Do tempo de D. Afonso IV é a lei daqueles que dormem com virgens ou viúvas “per sua voontade”²¹⁵. Se o sedutor conviesse à mulher – ou seja, fosse do seu nível – e ela assim quisesse, deveria casar-se com ele e, se não fosse este o caso, o homem deveria pagar-lhe para que pudesse fazer um casamento adequado. Aqui também não é a malignidade feminina que seduz, mas os afagos masculinos. Com a revisão feita por D. Afonso V, a pena ganha outros tons que evidenciam a tutela à qual estava submetida e o agravamento da corrupção da virgindade e do valor da mulher como moeda de troca matrimonial, “pera hornrra e casamento”²¹⁶.

Caso fosse querelado por alguma mulher “ou per algũa outra pessoa, que a em seu poder tevesse”²¹⁷ pela perda da virgindade por afago, induzimento ou dádivas, o sedutor seria preso e levado ao lugar da perda da virgindade onde poria em juízo “tanto d’ouro, ou de prata, ou dinheiro, que razoadamente possa bastar segundo a qualidade das pessoas” das pessoas aviltadas, quando seria solto e, então, acompanharia o pleito. Álvaro Fernandes “enduzira e dormira” carnalmente com Milícia, filha de João de Ponte, levando-a da casa de seu pai, juntamente com ouro, prata, dinheiro, joias, “outras allfayas de casa” e a engravidou duas vezes. Diante da querela perpetrada por João de Ponte amou-se, e, tempos depois, suplica a mercê régia pelo malefício que havia feito. Diante da apresentação do perdão das partes, o rei concede a carta de perdão mediante o degredo de um ano em Arzila e o pagamento de dois mil “reais” para a Arca da Piedade²¹⁸. Não há na carta nenhuma menção a casamento ou ao pagamento a João de Ponte.

Na primeira versão da lei, a pena pecuniária seria apenas o custeio do casamento que fosse adequado à mulher seduzida. No discurso utilizado pela segunda versão, fica

²¹⁴ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes* ... Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. XXVIII.

²¹⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título VIII, p. 37.

²¹⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 131v.

²¹⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 5, título VIII, p. 38.

²¹⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 131v.

claro o pagamento em ouro, prata ou dinheiro segundo a qualidade da família ofendida. É importante lembrar que as decisões sobre o casamento de uma mulher eram um assunto de toda a família, Mesmo que não se tratasse de pessoas nobres com preocupação sobre a linhagem, havia todo um universo de alianças baseadas na afinidade de diversos grupos, da parentela. Se a culpa fosse comprovada, o valor em juízo seria entregue à mulher que teve a virgindade corrompida.

A mesma lei prevê ainda a possibilidade de o sedutor ser querelado por um homem que alegasse que a mulher não foi seduzida, mas sim forçada. Ele seria preso e assim responderia ao pleito. Neste caso, ela seria tirada da casa dos seus pais e posta sob os cuidados de um homem bom ou de um juiz e “esto he por razom que possa porem milhor ser sabuda a verdade, pera se fazer justiça, e pera guardar ao preso”²¹⁹.

Forçar uma mulher era um crime grave, e o acusado comparável a traidores, aleivosos, hereges, sodomitas, falsários de moedas, traidores de caminhos, ladrões de estradas²²⁰. Seu crime era tal que quem o matasse podia fazer sem pena e aqueles que encobrissem os condenados, se fidalgos fossem pagariam cem coroas de ouro à Chancelaria e, se fossem de pequena condição, seriam açoitados. A gravidade é ainda comprovada no regimento da guerra, quando determina com ameaça de morte que ninguém fosse tão ousado a ponto de “roubar Igreja, nem destruir Religioso, nem dela dentro tomar preso, se elle nom trouver armas, nem de forçar nenhuña molher, nem rouballa”²²¹.

Vistas as leis promulgadas por seus antecessores, D. Afonso V define que todo homem de qualquer estado ou condição que dormisse por força com mulher que vivesse honestamente deveria morrer e não poderia se valer de nenhum benefício ou privilégio de sua condição pessoal para a redução da pena²²². O mesmo se aplicaria a qualquer pessoa que ajudasse ou aconselhasse para a realização do crime. A lei tem uma qualidade exemplar, com vistas a desestimular este crime, pois, mesmo que o homem se casasse com a mulher que forçou com a anuência desta, a pena não seria relevada e ele seria punido com a morte como se nunca “ouvesse casado com ella”. O que evidencia que a reparação do delito não se encerrava com o casamento, pois a ofensa não fora feita somente à mulher, mas a toda a família, que se viu furtada de um bem em potencial. Só a “graça espicial” do

²¹⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título VI, p. 29.

²²⁰ Ibidem, livro 1, título XXIII, p. 143.

²²¹ Ibidem, livro 1, título LI, p. 40-41.

²²² Ibidem, livro 5, título VI, p. 31.

rei o poderia salvar.

Gonçalo Lourenço foi cúmplice na violência perpetrada contra Beatriz Fernandes. Segundo a denúncia feita pelo marido de Beatriz, Álvaro Fernandez, o réu “a recolhera e tivera em sua cassa forçosamente e contra sua vomtade”, dando ocasião e consentimento para que o agressor dormisse com sua mulher. Apresentando apenas o perdão do marido, pede a mercê real e é perdoado pelo rei, que lhe oferece a escolha entre um ano de degredo em Arzila ou dois anos em Monforte, dando dois meses de para que pudesse “aderençar” sua fazenda. O perdão seria revogado se Gonçalo saísse da vila sem autorização²²³.

Não obstante a gravidade das punições transcritas na lei, provar a força, a violência sofrida, não era tarefa fácil. Para que a querela movida fosse válida, D. Afonso IV determinou que uma mulher forçada em povoado deveria gritar e dizer “vedes que me fazem” percorrendo três ruas e nomeando seu agressor. Se “em deserto”, deveria cumprir cinco sinais: dar grandes vozes bradando “vedes que me fez Foam” na hora da força; estar toda carpida; vir pelo caminho gritando, queixando-se a todos com quem cruzasse repetindo a fórmula “vedes que me fez Foam”; deveria ir diretamente para a vila; e logo reportar-se à justiça sem entrar em outra casa. Se qualquer destes sinais não fosse cumprido, a querela não valeria²²⁴.

Como afirmamos anteriormente, as leis confirmam a sujeição da mulher a seus pais e parentes, mas os argumentos da lei suscitam que a sexualidade dessas mulheres não era tão regrada quanto o domínio familiar gostaria. Muitas mulheres faziam o que queriam dos seus corpos e depois de dez, quinze, vinte anos ou até mais²²⁵, dirigiam-se às justiças reais para demandar alguns homens, pedindo que se casassem com elas, ou que lhes dessem casamento. Após um período tão longo, não havia mais provas e, com isso, segundo a legislação, muitos homens foram condenados injustamente e, querendo “refrear as malícias”, o rei regulamenta que as mulheres de qualquer estado e condição só poderiam demandar por virgindade até três anos depois do ocorrido.

Não somente através das leis que contemplavam o casamento e a sexualidade as jovens eram mencionadas nas *Ordenações Afonsinas*. Sua relação com o patrimônio também é matéria discutida. Se seus pais fossem vivos, como vimos, a jovem mulher estava sob seu domínio pelo menos até os vinte e cinco anos, mas a situação se modificava quando da morte dos seus progenitores. Era costume que os moços e as moças órfãos

²²³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 37 v.

²²⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título VI, p. 30.

²²⁵ Ibidem, título X, p. 40.

recebessem seus bens com quatorze e doze anos, respectivamente, o que com frequência resultava na dilapidação do patrimônio. Nas cortes de Santarém²²⁶, no reinado de D. Afonso IV, os representantes do povo afirmavam que os bens eram entregues aos jovens livremente e sem qualquer exigência, de modo que “desto se seguiu sempre, e segue mui grande dapno a ele, e aa terra, porque em este tempo vendem, desbaratam, quanto ham e am melhor aazo” e pediam que o rei corrigisse este costume tão mau e danoso.

Devido a gravidade da situação, é determinado que daí em diante não se guardasse mais o costume e institui-se que moços e moças tivessem tutor até a idade de quatorze e doze anos, mas até os vinte e cinco anos um curador seria nomeado para lhes ajudar a administrar seus bens. D. Afonso V confirma a disposição e acrescenta que menores de vinte e cinco anos só poderiam dispor de seus bens mediante uma carta régia. As condições para a emissão desta carta estão previstas nas *Ordenações*, segundo a qual o “Orfaõ baraõ chegua a vinte annos, e a femea á dezoito”²²⁷ poderiam pedir a graça para que lhe fossem entregues os bens a que tinham direito, desde que fossem considerados de bom siso. Mas neste caso seriam completamente responsáveis pela administração dos bens, não podendo valer-se do benefício da restituição que era outorgado aos menores.

A carta régia poderia beneficiar o órfão antes mesmo da idade estabelecida na legislação. D. João II concedeu a administração e o regimento das “terras e senhorios e fazenda” de D. Diogo, duque de Viseu e Beja cuja herança de seu pai estivera em poder da mãe, a infanta D. Brites, como havia sido indicado no testamento na qualidade de tutora e curadora. O pedido foi feito por D. Brites, que não havia ainda transferido o governo do senhorio para seu filho por “ainda nom ser em perfeita idade segundo a desposição de direito”, mas desejava deixar a governança das terras e senhorio alegando que apesar da pouca idade ele já possuía “desposição, siso, entender, descrição, que não tam sómente a elle non he necessario guouernamento alheo, antes elle por sua descrição e bondade he sufficiente pera reger e gouernar qualquer senhorio que lhe commetido fosse”²²⁸. O rei concede, e se declara certo do siso e do bom entender de seu primo, e o habilita para administração e governança “como se já realmente fosse de idade de XXB annos”.

Varão e fêmea, filhos e filhas, moços e moças. Assim as leis se referem aos órfãos. À parte a idade diferente para rapazes e moças, a lei não faz distinção sobre os sexos: a

²²⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXXXIII, p. 347.

²²⁷ Ibidem, livro 3, título CXX, p. 431

²²⁸ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 282.

pequena idade e a “fraqueza de entendimento” que faria com que não soubessem administrar adequadamente seus bens eram previstas em ambos, não se tratando da fraqueza tipicamente feminina tão longamente repetida pelos homens da Igreja.

A posição da mulher na hierarquia social tem contornos muito bem definidos no âmbito do gerenciamento dos bens e herdamentos. No quarto livro das *Ordenações Afonsinas*, o título setenta e sete determina o destino do bem cujo aforador não nomeou sucessor antes de sua morte. Aforamentos eram contratos que normalmente englobavam o período de duas ou três vidas, e o aforador poderia nomear seu sucessor no contrato inicial ou em testamento. Todavia, por vezes, ocorria de o aforador morrer sem nomeação; neste caso um herdeiro do falecido deveria assumir o contrato, e a legislação determinava a hierarquia de prioridades entre os herdeiros.

E ficando per sua morte Alguum filho lidimo, neto, ou bisneto barom, em tal caso deve esse foro ficar a elle, e pagar a pensom delle, segundo a forma do contrauto: e bem assy aa filha, neta ou bisneta, nom avendo hy filho barom; e honde hy ouver o dito filho, ou filha, nom averá o dito foro neto, ou neta ; e honde muitos filhos, ou filhas ouver, sempre foi custume geeral, que o maior dos filhos, ou maior das filhas aa mingua dos filhos, aja o dito foro, e pague a pensom delle, segundo a forma do contrauto.²²⁹

A mulher estava profundamente presa a uma lógica dominada pelo masculino, mas não estava ausente dela, como durante muito tempo se pensou. Havia uma independência entre os bens do pai e da mãe que são estritamente separados para determinar o direito de herdamento. Não se trata de uma linha direta entre os herdeiros varões; na hierarquia do herdamento, em primeiro lugar estavam os filhos do sexo masculino, que eram seguidos por suas irmãs. A prevalência masculina não era absoluta. Ora, é um mundo agrário com uma população irregularmente distribuída dentre norte e sul de pouco mais de um milhão de habitantes, segundo a estimativa de Oliveira Marques²³⁰. A escassez de alimentos marcou os anos de 1484-88, 1490-91 e 1494-96²³¹. O sensível equilíbrio entre o que se produzia e o que era necessário para o consumo era de difícil aferição, logo, os braços femininos não eram dispensados no esforço da manutenção econômica.

Pais e mães poderiam herdar os bens de seus filhos, mas também poderiam ser

²²⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXVII, p. 272.

²³⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1964, p.1.

²³¹ SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. V. 4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 21.

deserdados. O domínio exercido pelos laços familiares poderia ser quebrado legalmente diante do comportamento indigno, da conduta desonrosa dos progenitores. Era considerado “desmerecedor”²³² aquele que por peçonha, feitiçaria ou qualquer outro meio procurasse a morte de seu filho ou filha. Na mesma indignidade estavam aqueles que “cientemente” tivessem ajuntamento carnal com o/a cônjuge ou barregão/barregã de seus filhos; aqueles que embargaram seus filhos a fazer testamentos livres; o pai que mata sua mulher “Madre de seu filho, ou filha” ou contribui de alguma maneira para a morte desta; os pais que não quisessem curar ou promover a cura de filho ou filha que perdeu seu entendimento natural; os pais que sendo abastados não remissem o filho ou filha que estivesse cativo; e, por fim, os pais hereges.

Se a donzela representava o início da vida da mulher, no outro extremo encontramos a viúva. Teoricamente a viúva deveria se portar casta e modestamente, suportando com humildade e resignação os rigores autoimpostos da religiosidade, Timóteo ensina que a verdadeira viúva “e desamparada espera em Deus e persevera de noite e de dia em todos e orações”²³³. Mas a viuvez não significava ausência do mundo e nem todas as viúvas correspondiam à imagem da idosa no final de sua vida. Tanto a legislação quanto a Chancelaria atestam uma prática muito diversa do modelo, pois mesmo a vida cotidiana de uma mulher viúva lhe imprimia obrigações que por si impediriam o estabelecimento da vida contemplativa como regra.

Quando viúva, a mulher tornava-se também “cabeça de casal”²³⁴ e passavam para si inúmeras responsabilidades, pois uma vez consumado o casamento a esposa era “feita meeira” em todos os bens que ambos tinham. O regimento aplicava-se a todos os bens comuns que seriam repartidos entre a mulher e os herdeiros de seu marido. Os “beês feudaaes, ou da Corôa do Regno, ou de Moorgado” ou emprazamentos a que a mulher não fosse nomeada não estariam em sua posse a menos que fossem obrigados à mulher pelo marido com seu consentimento e autoridade do senhorio.

A constante preocupação dos condutores do reino com o prosseguimento da produção fica clara não somente na lei que determina que a mulher tornava-se a cabeça do casal quando morria seu marido, mas também com o herdamento dos homens e mulheres sem filhos. Foi esse o assunto do 57º artigo das cortes de Elvas de 1361, segundo a

²³² ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título C, p. 367.

²³³ 1 Timóteo 5:5. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

²³⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 4, título XII, p. 76.

solicitação “há hy marido, ou molher daquelles, que assy morrem, que per direito devem de herdar seus bens” e os almoxarifes reais tomavam os bens “pera nós por maninhos”. Ou seja, confiscavam as terras como se devolutas fossem, causando grandes danos para a produção local e para os indivíduos, porque impediam as pessoas de continuar a produzir e os povos requeriam que os oficiais não tomassem os bens.

A lei aprofunda a questão declarando que ao tempo da morte do marido ou da esposa “elles ambos viviam juntamente em casa mantheuda, como marido, e molher;” se um deles morresse “abintestado sem outro algum seu parente, nom averá que fazer em seus beens o nosso Almoxarife; porque segundo direito perteeceem aaquelle marido, ou molher, que ficar vivo”²³⁵. Porém, se o funcionário régio entendesse e tivesse informações de que “aquele que fica vivo” não era de fato o marido ou a mulher, deveria requerer um inventário com todos os bens móveis e de raiz que seriam julgados.

A viuvez era um estado de atribulações e dificuldades segundo Cristina de Pisano, um estado *piedoso* (digno de pena). Além de sofrer a dor primeira da perda do marido, a viúva estava sujeita a três “pestellenças”²³⁶, três outras dores, que iriam tornar sua vida ainda mais difícil. Primeiramente, a aspereza e a pouca piedade das pessoas, incluindo os antigos amigos do tempo do marido que “agora nom fazem de vos conta”. A segunda, as demandas judiciais que a viúva deverá enfrentar sobre suas terras e rendas, disputas que a autora aconselhou que a mulher evitasse por ser ignorante nesta área, podendo, por isso, ser facilmente enganada. Sendo inevitável, deveria ser forte e sábia para se cercar de bons conselheiros. Por último, a viúva sofreria o “mal dizer de toda a gente” e para evitar a maledicência deveria viver honestamente, “guardar em todas maneiras de dar ocasiom ao maldizer”²³⁷, dando atenção especial aos “geitos e roupas” e as pessoas que escolhe para seu convívio.

Morrendo-lhe o marido, ficavam-lhe os filhos e era sua atribuição sustentá-los. O mantimento dos herdeiros órfãos é um assunto recorrente na legislação, uma das leis principais é de D. Afonso III sobre como se “haõ de fazer as partiçoos entre os Immaãos”²³⁸. A lei inicia dando ao cônjuge que sobrevive a incumbência de dar a partilha dos filhos do morto ou outros parentes na linha sucessória (netos, pais ou avós) se filhos

²³⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXXV, p. 353.

²³⁶ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. XI.

²³⁷ Ibidem, f. XII.

²³⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS, op. cit., livro 4, título CVI, p. 382.

não houvesse e, na ausência de herdeiros em linha descendente ou ascendente, daria partilha a quem o morto indicara em seu testamento. Composta por vinte e nove parágrafos, a ordenação prevê diversas situações envolvendo a partilha e a herança. Assim, atesta os direitos femininos sobre as heranças na medida em que as mulheres, no papel de mãe ou de filha, são citadas ao longo de toda a lei com responsabilidades iguais às dos homens²³⁹, ainda que obedecessem a hierarquia do herdamento.

E se o Padre, ou Madre, ou ambos, em sembra dessem alguma coisa, quer em raiz, quer em movel, a seu filho, ou filha, quer em casamento, quer em outra maneira qualquer que lha derem, será theudo de tornar todo aa partiçom a seu Irmaão ou Irmaões se lho demandarem deipois da morte do Padre ou Madre [...]²⁴⁰

A legislação previa três tipos de tutores, o primeiro – o tutor testamentário – era aquele indicado pelo pai ou pelo avô em testamento²⁴¹; o segundo se apresentava quando não havia indicação paterna, mas o órfão possuía parentes, e seu tutor – chamado legítimo²⁴² – seria outorgado pela lei entre seus parentes mais próximos na ocasião da morte de algum homem sem testamento; em último caso, não havendo parente ou caso esses não tivessem interesse, o juiz local designaria um homem bom como tutor dativo²⁴³. Entre os tutores chamados legítimos, os parentes só seriam nomeados se o órfão não tivesse mãe natural ou de outra condição que pudesse assumir sua tutoria.

Com o acordo por escrito dos parentes próximos do marido, a mãe poderia tornar-se tutora e curadora dos filhos, e gerir seus bens até que alcançassem a maturidade. Em 1482 Beatriz Anes reporta-se ao rei solicitando autorização para ser tutora de seus filhos. Segundo ela, seu marido João Freimoso, um bom lavrador, morreu deixando-lhe grávida, com um filho de doze anos e outro de quinze. Como temia que a justiça lhe tirasse os filhos indicando um novo tutor, apresenta o irmão de seu falecido marido como fiador. O rei autoriza que enquanto ela vivesse “onestamente tenha a cautella e cura de seus filhos e amjnistre todos os seus beens” e também que não fosse “costramgida Dar partilha aos

²³⁹ A hierarquia do herdamento foi referida anteriormente quando mencionamos a lei “Daquele, que filhou algum foro pera sy, e pera certas pessoas, e nom nomeou alguma antes da sua morte”. ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXVII, p. 270.

²⁴⁰ ORDENAÇÕES AFONSINAS, op. cit., livro 4, título CVII, p. 383.

²⁴¹ Ibidem, livro 4, título LXXXIII, p. 306.

²⁴² Ibidem, livro 4, título LXXXIII, p. 308.

²⁴³ Ibidem, livro 4, título LXXXV, p. 310.

dictos seus filhos”²⁴⁴.

A castidade e a modéstia das viúvas também são questionadas nesta lei do tempo de D. Afonso IV sobre as viúvas que “enalheam, e desbaratam seus bñes como nom devem”²⁴⁵. De posse de todos os bens comuns, algumas viúvas desbaratavam o que possuíam, ficando depois pobres e “minguadas”. Querendo então evitar-lhes a miséria e salvar seus herdeiros, o monarca orienta as suas justiças que ficassem atentas à dissipação do patrimônio das viúvas. Ao saberem de casos do gênero e sendo provado que as mulheres desbarataram seus bens, por malícia ou sem razão, os oficiais da justiça deveriam tomar todos os bens, fornecendo a estas viúvas o seu mantimento de acordo com seu estado, dando a elas apenas o suficiente para sua manutenção, considerando as pessoas que eram e seus encargos. Na revisão do código afonsino, a lei é complementada e considera-se que se o marido fosse cavaleiro ou fidalgo de solar, pela honra que deteve em vida o assunto deveria ser levado diretamente ao rei, evitando assim “escandalo de sua geeraçom”²⁴⁶.

Não podemos mensurar exatamente em que medida a sexualidade das viúvas era regulada, mas tanto a legislação quanto as cartas régias nos indicam que, a despeito das tentativas, o controle não era bem-sucedido. As leis parecem repetir-se sobre as formas como as viúvas, mesmo as honestas, faziam mal com seus corpos. Deliberando sobre as penas que deveriam recair sobre aqueles que tivessem ajuntamento carnal com viúvas honestas, D. Afonso IV condena à morte a mulher que “de sy mal usasse e luxuria cometesse”. D. Afonso V, por outro lado, ponderava que “nom parecia ser cousa justa ou razoada” que ela fosse condenada à morte e o homem por quem ela pecara pudesse demandar “emenda e corregimento” de modo que condena ambos à morte²⁴⁷.

Cartas de perdão sugerem que de modo algum as mulheres viúvas abandonavam o mundo mundano e as afeições carnavais. A viúva Catarina Anes²⁴⁸ manda dizer ao rei que “dormjra carnallmente” com seu compadre e dele tivera uma filha, e o monarca lhe concede o perdão desde que pagasse mil “reis” à Arca da Piedade. Beatriz Alvares também não manteve a castidade na viuvez e se relacionou com um homem que acreditava ser solteiro. Passado algum tempo, descobriu que ele era casado, mas então já lhe tinha afeição

²⁴⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 08, fl. 70v.

²⁴⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, op. cit., livro 4, título XV, p. 84.

²⁴⁶ Ibidem, livro 4, título XV, p. 84.

²⁴⁷ Ibidem, livro 5, título IX, p. 39.

²⁴⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 7v.

e não o abandonara, ficando por sua manceba teúda e manteúda por mais de um ano, só se separando dele quando este se reconciliou com a esposa e por isso pedia o perdão real²⁴⁹.

No delito que Luís Miguel Duarte classificou como crime contra a moral e os bons costumes²⁵⁰, Beatriz Anes foi além. Beatriz esteve manceba teúda e manteúda de um frade de ordem, isto é, não somente era uma viúva a fazer mal de seu corpo e entregar-se à luxúria, como fez isso com um religioso. Foi presa e degredada por um ano. Tendo cumprido apenas três meses, pede ao monarca que relevasse os meses restantes, o que o monarca concede mediante o pagamento de novecentos “reis” para a piedade²⁵¹.

Segundo o costume e a lei, as viúvas só poderiam tornar a casar depois de decorrido um ano e um dia da morte de seu marido. Nas cortes de Elvas²⁵² de 1361, no 27º artigo os povos informavam a D. Pedro que os mordomos e rendeiros reais exigiam “desvariadas conthias de dinheiros” de viúvas que se casavam antes do ano e dia estipulados. E o rei responde mandando que seus oficiais não cobrassem das viúvas penas em dinheiro e ainda decreta que “não sejaõ infamadas taaes molheres, nem aquelles que com ellas casarem”.

A despeito das orientações religiosas centradas na castidade, um novo casamento significava a formação de uma nova família, um novo casal, que daria origem a novos braços para um melhor aproveitamento da terra. A preocupação régia com a continuidade da produção é expressa no caso de “costamça amjez morador em saluaterra a çerqua de extremos”, que em 1487 manda dizer ao rei que havia cerca de dois anos que estava viúva e por isso sua fazenda não era aproveitada como deveria. Conhecendo Afonso Fernandes que havia sido criado de seu marido e “dela sopricante”, pedia licença ao rei para que pudesse casar com ele, que era um bom homem. D. João II considera que com o casamento sua fazenda seria remediada e mais bem aproveitada e, portanto, concede a autorização²⁵³.

Algumas vezes a legislação oferece uma figura da viúva ligada à fragilidade, e sua condição é equiparada à dos órfãos e dos miseráveis. Esta comparação não é uma criação das *Ordenações Afonsinas*; a Bíblia é povoada de exemplos²⁵⁴ sobre a fragilidade da viúva e a obrigação dos homens de cuidar dela. Em Êxodo, aconselha-se: “Não fareis mal algum

²⁴⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 84.

²⁵⁰ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo* (1459-1481). Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 325.

²⁵¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 3.

²⁵² ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XVI, p. 86.

²⁵³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 20, fl. 72.

²⁵⁴ Cf.: Deuteronômio 24:17, Marcos 12:42, Provérbios 15:25, Salmos 109:9, Salmos 146:9, Zacarias 7:10. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

à viúva nem ao órfão. Se os ofenderdes, eles gritarão por mim, e eu ouvirei o seu clamor”²⁵⁵. Dentre as atribuições dos desembargadores do Paço²⁵⁶ constava a responsabilidades pelas cartas dadas a “alguia viúva, orfom, e miserável pessoa” em dificuldade para a manutenção dos bens por conta de seus poucos recursos, e a coloca por vezes sob proteção e tutela. Referências que equiparam viúvas, órfãos e pessoas miseráveis podem ser encontradas também em no regimento “Do Corregedor da Corte”²⁵⁷, “Do Procurador dos Nossos Feitos”²⁵⁸, “Dos que podem trazer seus Contendores aa Corte per razão de seus Privilégios”²⁵⁹, “Dos que podem ser citados, e trazidos a corte ainda que não sejaõ achados em ella”²⁶⁰, “Dos feitos, e Presos que devem ser trazidos aa Corte”²⁶¹.

A viúva de recursos mais parcos era protegida, por exemplo, do direito de aposentadoria²⁶². Junto às orientações do vassalo-mor, o rei decreta que “Nom darom as pousadas dos Vassalos, nem das viúvas que forom molheres dos Vassalos, que stam em suas honras, nem outro sy daquelles, que mostrarem privilégios nossos”²⁶³. Isabel Caldeira – uma mulher fidalga e viúva –, considerando-se pressionada pelo peso que os encargos da aposentadoria representavam em seus rendimentos, consegue do rei, em 1484, a isenção da aposentadoria, pois vivia “onestamente e rrecolhida a seruiço de deus em humas suas cassas que ella tem em esta nossa ujlla de santarém” e D. João decide que “daquy em djante as dictas suas cassas lhe nom seJam tomadas nem dadas de posemtadarja a nenhuuma pessoa de quall quer estado e condjçom que seJa posto que nos ou a Raynha E o príncepe meos soam todos muyto amados”²⁶⁴.

Não obstante as dificuldades da viuvez, para Cristina de Pisano a independência da tutela masculina direta exercida por um marido parece mais sedutora que um casamento. Por essa razão afirmava que por mais que a viuvez fosse um tempo árduo em função da fragilidade, não lhe parecia que todas as mulheres deveriam tornar a casar-se, pois a vida

²⁵⁵ Êxodo 22:22-23. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

²⁵⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título IV, p. 36.

²⁵⁷ Ibidem, livro I, título V, p. 37.

²⁵⁸ Ibidem, livro I, título VIII, p. 71.

²⁵⁹ Ibidem, livro 3, título III, p. 15.

²⁶⁰ Ibidem, livro 3, título V, p. 19.

²⁶¹ Ibidem, livro 5, título LVI, p. 202.

²⁶² Aposentadoria – “jurisdição do aposentador – contribuição de camas, roupas, louças, e outros utensílios e alfaías indispensáveis para a hospedagem de el-rei, de qualquer príncipe, ou de qualquer outra pessoa nobre que tenha privilégio de aposentadoria”. BRUNSWICK, H. (Coord). *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Lusitana, 1910, p. 33.

²⁶³ ORDENAÇÕES AFONSINAS, op. cit., livro1, título LXI, p. 349.

²⁶⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl.93 e 93v.

do casamento não era “todo repouso e paz”²⁶⁵. Ao contrário, declara a autora, “porque se vee todo o contrario o deue myto reçar toda a molher”.

A figura da viúva oscila entre a fragilidade e a força. A fragilidade está diretamente relacionada à orfandade, pois ficava a mulher privada do apoio de um homem que a pudesse defender das dificuldades diárias, sendo necessário adotar força e sabedoria para fazer frente ao mundo masculino e garantir seus direitos. Por outro lado, é também um momento em que a mulher adquire um estatuto mais próximo ao do homem.

O casamento e os bens

*O casamento é bom de fazer. Mas quem o há-de manter muito há-de saber.*²⁶⁶

Solteira, casada ou viúva. Eram estes os estatutos sociais previstos para a mulher na Idade Média e assim o direito canônico hierarquizava a figura feminina. A vida das mulheres casadas era regulada pelos guias e discursos religiosos, pela legislação e pelo costume. O matrimônio fora instituído por Deus como um recurso contra a luxúria, um meio fundamental para perpetuar a humanidade, controlar o sexo, a lascívia e os amores ilegítimos de homens e mulheres, mas principalmente estas estavam sujeitas ao controle. Em Coríntios, Paulo nos oferece o que foi o ideal da sociedade medievá a respeito do casamento, para ele o ascetismo era o estado ideal a ser aspirado pelos homens, por isso “é bom para o homem não tocar em mulher”²⁶⁷ e os homens da Igreja repetiram esta noção, pois o sexo era um mal que equiparava os homens aos animais.

Porém mesmo que defendesse a castidade, a incontinência de homens e mulheres levava a desregramentos e “por causa da fornicção” era adequado que “cada um tenha a sua mulher, e cada uma tenha o seu marido”²⁶⁸. Para evitar o sexo ilícito, Paulo, reconhecia

²⁶⁵ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. XII.

²⁶⁶ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 11.

²⁶⁷ I Coríntios 7:1. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

²⁶⁸ I Coríntios 7:2. Ibidem.

a importância do relacionamento entre os esposos e orientava que “o marido dê a sua mulher o que lhe deve; e, da mesma maneira, também a mulher ao marido”²⁶⁹. Muito embora a castidade, mesmo entre os casados, fosse preferível ao sexo, a total abstinência poderia levar também à perdição, e por isto aconselhava “não vos defraudeis um ao outro, senão de comum acordo, durante algum tempo, para vos aplicardes à oração; e de novo tornai a coabitar, para que não vos tente satanás por vossa incontinência”²⁷⁰.

Não obstante a má fama do casamento, o fato era que o ascetismo não era para todos, um estado de vida mais perfeito e casto era difícil, se não mesmo impossível, conforme os condicionamentos pessoais e sociais. Sobre isto até mesmo Jesus ponderou, quando seus discípulos questionaram se não era melhor o homem não se casar, ao que replicou: “nem todos compreendem esta palavra, mas somente aqueles a quem foi concedido”²⁷¹. Nem todos os homens e mulheres seriam afeitos à vida ascética, Paulo também o reconhece, “porque quereria que todos os homens fossem como eu mesmo; mas cada um tem de Deus o seu próprio dom, um de uma maneira e outro de outra”²⁷².

Embora tivesse seu lugar reconhecido nos planos de Deus, o casamento secundava a castidade em importância, uma opção imperfeita cuja finalidade era povoar a terra em comparação à virgindade que povoava o céu²⁷³. Dirigindo-se aos solteiros e às viúvas, Paulo enfatizou a primazia da virgindade afirmando que seria bom que ficassem como ele – casto. Contudo se não “se contêm, casem-se. Porque é melhor casar-se, do que abrasar-se”²⁷⁴. A valorização da castidade e da vida monástica deixava os fiéis leigos no segundo plano da salvação. E isso não dava ao casamento um bom *status* devido à dualidade virgindade/casamento na vida espiritual que priorizava o celibato para a redenção. Mesmo nos textos mais simpáticos ao casamento a hierarquização existe.

Entretanto, o século XV é um momento de florescimento espiritual e diversos textos são produzidos com o objetivo de responder ao desejo leigo de salvação e desenvolve-se a crença de que cada membro da sociedade laica poderia encontrar a salvação em seu estamento, de forma que o casamento vai sendo reabilitado como um estado valoroso. Os autores medievais se esforçaram para retirar o casamento da dualidade,

²⁶⁹ I Coríntios 7:3. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

²⁷⁰ I Coríntios 7:5. Ibidem.

²⁷¹ Mateus, 19:11. Ibidem.

²⁷² I Coríntios 7:7. Ibidem.

²⁷³ São Jerônimo. Citado por: BROOKE, Christopher. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989, p. 64.

²⁷⁴ I Coríntios 7:9. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

da oposição excludente, e sublinharam a ideia hierárquica estabelecendo graus de vida espiritual; assim, ainda que a vida religiosa celibatária ocupasse posição superior, mantinha-se a valorização do casamento como uma via possível.

O repensar casamento tem um importante contexto, uma vez que já era considerado um sacramento, um estado social com regras de funcionamento específicas. Este repensar deveu-se ao “esforço de interiorização da mensagem cristã e da imitação de Cristo por parte das novas correntes de espiritualidade que se desenvolveram na linha da *Devotio Moderna*”²⁷⁵. Manuais, espelhos, guias de vícios e virtudes eram obras doutrinárias voltadas aos leigos e tinham o objetivo de criar possibilidades de salvação. A dualidade não é eliminada, ela é transportada da questão sexual para o estado social. A valorização do casamento mudava radicalmente o ponto de partida da hierarquização, retirando o celibato da oposição com o sacramento – em uma oposição entre castos e não castos. Colocava-o em oposição à vida de solteiro como um estatuto social – o matrimônio como constituidor de família, de respeitabilidade, ao contrário dos solteiros laicos cuja atividade sexual era ilícita, do ponto de vista religioso.

Mais do que reconstituir o espaço e o regramento do casamento, buscou-se reforçar o ordenamento da sociedade, constantemente indicando lugares a serem ocupados ou incluindo novos grupos e especificando seus direitos e deveres. Em Portugal há alguns exemplos importantes da presença deste pensamento em meio à nobreza. O rei D. Duarte é o autor de grande destaque, e afirma no início de sua obra que escreve seu *Leal Conselheiro* a pedido da rainha D. Leonor e pretende contribuir para a formação da nobreza apresentando leais conselhos sobre regras e princípios da moral cristã.

Muyto prezada e amada Raynha Senhora, vos me requerestes que juntamente vos mandasse sereia ver algumas cousas que avia scriptas per boo regimento de nossas conciencias e vontades; e posto que saiba, graças a nosso Senhor, que de todo avees muy comprido conhecymiento com virtuosa husança, satisfazendo a vosso desejo, consiirei que seria melhor feicto em forma de huu soo tractado com alguus adimenlos; e assi o fiz por vos complazer.²⁷⁶

Ainda que a afirmação represente um recurso literário, é de uma filha de Eva que parte a solicitação de um manual com bons conselhos. D. Duarte elabora um código ético e

²⁷⁵ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, cartas e guias*. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700). Porto: Instituto de Cultura Portuguesa / Universidade do Porto, 1995, p. 47.

²⁷⁶ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, p. 1.

moral, um tratado filosófico, uma obra didática dirigida aos homens da corte sobre as virtudes da lealdade e do amor que deveriam estar presente nas relações entre senhores e servidores, o rei e seus súditos, entre maridos e esposas. E mesmo sabendo que em seu reino, mais do que em qualquer outro, a lealdade era praticada, escreve seus conselhos para ajudar seus súditos a continuarem praticando esta virtude²⁷⁷.

D. Duarte dedicou-se ao casamento em sua obra, pois era com base nele que se instituíam as famílias e estas eram o alicerce da moral cristã entre os leigos e também da economia, já que a produção agrícola estava assentada no modelo do casal²⁷⁸. O bem conduzir entre os cônjuges colaborava para o bem viver, para a manutenção do comportamento moral dos súditos e como um regulador de comportamentos – especialmente o feminino –, uma vez que o casamento poderia evitar o desregramento do adultério, da barregania, as mortes por vingança, a dilapidação dos bens, fossem dos membros da nobreza ou do povo.

O monarca persiste na explicação de que não apenas os religiosos poderiam salvar-se, também os nobres poderiam participar da graça divina.

Por que algüus leterados e outras pessoas que vyvem em religiom fallam contra os estados dos senhores, homees de linhagem, riqueza, poderio temporal e semelhantes, mostrando que som de grande empecymento como cousas nom boas ou em que aja necessariamente pecado, e os fazem aver pequena sperança de sua salvaçom, louvando sua maneira de vyver por muito segura, e os jejüus, vigillias, rezar por obras certamente boas, vos faço esta declaraçom.²⁷⁹

Contrariando aqueles que depunham contra o casamento, o monarca acredita que os leigos casados poderia se salvar, através do modo como conduziam suas vidas, das orações, jejuns, vigílias e boas obras, pois a caridade era muito valorizada na moral cristã. Porém, os deveres sociais e os perigos do amor mundano eram considerados impedimentos à vida conjugal, pois poderiam desviar o sacramento matrimonial da esfera divina. Os negócios do mundo, as preocupações com o dinheiro, com as necessidades de prover e reger suas casas desviavam os corações humanos da graça divina.

A sexualidade dos esposos foi um importante ponto de discussão, o ato sexual com

²⁷⁷ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, p. 6.

²⁷⁸ Unidade produtiva familiar na qual se baseava a produção agrícola do medievo português. Casal – fazenda, propriedade rural agrícola. BRUNSWICK, H. (Coord). *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Lusitana, 1910, p. 62.

²⁷⁹ D. DUARTE. op. cit., capítulo RI, p. 228.

a finalidade da reprodução da espécie, embora aceito, só era adequado se os cônjuges não se deleitassem com ele. São Jerônimo afirmava que o homem muito apaixonado por sua mulher tornava-se um adúltero; na mesma linha deliberou Gregório Magno, que alertava acerca da imoralidade que a vida sexual conjugal poderia conter²⁸⁰. Mulheres enfrentariam especial dificuldade, pois nem mesmo seus corpos lhes pertenciam, estando sujeitas aos deveres conjugais, como havia decretado Paulo em Coríntios. E assim a esposa estava sujeita à lubricidade de seu esposo, por isso São Bernardino²⁸¹ deliberava que esta não era culpada pelos pecados de seu esposo, já que a ele devia obediência. O esposo que desejasse sua esposa muito ardente e libidinosamente seria só ele culpado de pecado, pois a mulher devia-lhe obediência e não era senhora de seu próprio corpo.

O minucioso controle da atividade sexual dos cônjuges, que determinava datas e posições aceitáveis para a execução do sexo marital, teve, segundo Le Goff, “muito peso sobre a vida quotidiana da maioria dos homens e das mulheres e submeteu a sexualidade a um determinado ritmo, originando múltiplas consequências (sobre a demografia, as relações entre os sexos e as mentalidades)”²⁸².

D. Duarte dedica três capítulos fundamentais ao relacionamento de maridos e esposas: “Das maneiras damar”²⁸³, “Da maneira como se devem amar os casados”²⁸⁴ e “Da maneira que se deve teer pêra as boas molheres recearem mylhor seus maridos”²⁸⁵. O Eloquentemente entendia que o amor era composto por quatro tipos de sentimentos, a benquerença, o desejo de fazer bem, os amores e a amizade. O mais simples é a benquerença, o sentimento dedicado a todos que não se quer mal e “ca nos praz de sua salvaçom, vyda, e saude, e doutros muytos beês que nom sejam a nos contrairos”²⁸⁶. Mais especial era o desejo de fazer bem, “porque poucos teem tal voontade a todos”²⁸⁷.

Os dois últimos são trabalhados por oposição para explicar o sentimento ideal que deveria haver no casamento. Os amores oferecem risco, são duvidosos, fazem amar aquele por quem não se é amado. Tanto crescem que cegam e fazem com que homens e mulheres deixem de ser regidos pela razão e pelo bom entender, parem de temer o mal e descurem

²⁸⁰ Cf. LE GOFF, Jacques. A rejeição do prazer. In: DUBY, Georges (Org). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991, p. 200.

²⁸¹ Cf. BROOKE, Christopher. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989, p. 38.

²⁸² LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 202.

²⁸³ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, capítulo RIII, p. 245.

²⁸⁴ Ibidem, capítulo RV, p. 250.

²⁸⁵ Ibidem, capítulo RVI, p. 257.

²⁸⁶ Ibidem, capítulo RIII, p. 247.

²⁸⁷ Ibidem, capítulo RIII, p. 247.

de seu próprio bem. Proclamava o ditado medieval que “quem casa por amores sempre vive de dores”²⁸⁸, é uma prisão da qual precisam se guardar os que desejam viver virtuosamente, pois os amores buscam a satisfação própria e egoísta. A amizade, pelo contrário, não é egoísta e reúne em si a benquerença e a vontade de fazer bem, se diferencia dos amores porque os amigos se amam por meio da razão, almejam a satisfação do outro. Os desejos de um amigo respeitam a consciência, a honra, a saúde, o proveito e o bom prazer.

Um perfeito estado de amor entre os bem casados é alcançado pela reunião das quatro formas de amar, porque os cônjuges deveriam querer-se bem e por isso desejar fazerem bem um ao outro, por partilharem de grande afeição poderiam desejar ser “mais que doutrem amados”²⁸⁹. Os amores também são necessários; os desejos, as paixões, o deleite e a sanha – desde que controlados – são parte da perfeita forma de amar, mas a amizade deveria ser a tônica do relacionamento. Tal como nas ideias desenvolvidas por São Bernardino de Siena, para quem entre os cônjuges deveria haver “a amizade mais singular do mundo”²⁹⁰ e para isto o esposo deveria tratar sua mulher com compaixão, respeito e afeto para torná-la uma companheira amorosa. Entretanto, a obediência da esposa deveria ser assegurada e por isso o marido poderia utilizar de sua autoridade²⁹¹, podendo até mesmo recorrer a castigos físicos, mas o corregimento deveria ser abrandado com temperança e o homem deveria ter em conta o lugar onde bateria na esposa, se ela estivesse grávida, por exemplo.

Um ponto fundamental da questão é que as críticas ao casamento são também críticas à convivência com a mulher. O *Orto do Esposo* advertia que “non há cousa em que mais toestamente seia achada pestelença e peçonha que eña familiaridade e eña conpanhia das molheres” e sua influência poderia ser destruidora “por muy perfectto que o homem seia, se oueer familiaridade e conuersaçom com as molheres, aadur ou nunca pode ser seguro”²⁹². Vários escritores se dedicaram ao seu falatório interminável, sua língua imoderada e à doçura enganadora dos lábios que destilavam favos de mel, mas tinham fim

²⁸⁸ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 32.

²⁸⁹ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, capítulo RV, p. 250.

²⁹⁰ Citado por: RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 37.

²⁹¹ Cf. BROOKE, Christopher. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989, p. 38.

²⁹² Citado por: FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, cartas e guias*. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica. (1450-1700). Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Universidade do Porto, 1995.

amargo como o absinto e agudo como uma espada de dois gumes²⁹³, pois criam que as mulheres dominavam a arte de enganar.

Nesse sentido, a reabilitação do casamento passa também pela reabilitação da mulher, posto que não fosse possível valorizar o matrimônio com uma imagem tão negativa do feminino; de acordo com o autor anônimo do *Orto*, mesmo a familiaridade com a própria esposa era perigosa. Era necessário, então, também oferecer modelos de conduta viáveis. A mulher não encontrava nos modelos tradicionais o seu lugar ou o seu agir. Eva era vil e traiçoeira, e Maria imaculada era inalcançável, sua idealização tinha para mulheres reais um efeito contrário, “pois quando qualquer princípio é exaltado tende a criar uma sombra, uma imagem reflexa, um princípio oposto. O exagero da bondade e pureza do ente feminino [...] cria a imagem do espírito feminino maligno”²⁹⁴.

Para mulheres reais – nobres ou não –, tais modelos não faziam mais que reforçar a inadequação feminina, sua proximidade com a astúcia e malignidade de Eva, seu profundo distanciamento da perfeição mariana, e nem mesmo Madalena oferecia tangibilidade na medida em que o ascetismo adotado pela santa após sua conversão era impossível de ser imitado pelas mulheres comuns. O matrimônio era uma via real, factível para todas as mulheres, talvez por isso uma forma de controle ainda mais eficiente. D. Duarte acreditava nas boas mulheres,

os maridos das boas molheres creo com a graça do Senhor que seram sempre amados e obedecidos como devem , porque das outras nom fallo, com que a Deos graças, nom tenho conversaçom, e o que dellas me parece nom concorda com esto que screvo. Se disserem, poucas som as boas, eu digo que muytas em este caso, pois ao presente eu nom sei, nem ouço molher de cavalleiro, nem outro homem de boa conta em todos meus Reynos que aja fama contraira de sua honra em guarda de lealdade ; e passaram de cem molheres que EIRey e a Rainha , meus Senhores Padre e Madre, cujas almas Deos aja, e nos casamos de nossas casas, e prouve a Nosso Senhor Deos que algũa que eu saiba nunca falleceo em tal erro des que foy casada²⁹⁵.

Contudo, reabilitação não significa o fim da sujeição. Ao contrário, os autores insistem na importância da submissão da mulher, do respeito que esta devia ao marido e, fundamentalmente, da aceitação da hierarquia familiar. As obras pretenderam “instruir as

²⁹³ Provérbios 5:3-4. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

²⁹⁴ NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e história*. As práticas mágicas no Ocidente cristão. São Paulo: Ática, 1991, p. 110.

²⁹⁵ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, capítulo RV, p. 252.

mulheres, de acordo com os seus grupos sociais e níveis religiosos, no respeito e no reforço do seu ‘mundo’ próprio, obviamente enquadrado nesses pressupostos”²⁹⁶.

De sinónimo de pestilência e peçonha, a mulher se torna responsável pela condução da harmonia conjugal. Carla Casagrande lembra que parte da história das mulheres é também aquela das palavras dirigidas a elas “por vezes com arrogância expedita, outras vezes com carinhosa afabilidade, em qualquer caso com preocupada insistência”²⁹⁷.

Regras para a convivência entre os cônjuges foram pensadas e, não obstante se dedicassem em sua maior parte às mulheres, mencionam também as responsabilidades do esposo. D. Duarte dedica um capítulo sobre as maneiras para as boas mulheres melhor recrearem seus maridos. Para ser bem amado, o esposo deveria seria inspirar temor e governar-se em todas as coisas virtuosamente, pois o verdadeiro amor teme anotar e perder a boa vontade do ser amado muito mais do que feridas e ameaças poderiam fazer²⁹⁸. Reza sobre a mulher e suas virtudes a responsabilidade pela harmonia da casa, mas o marido deveria trabalhar para ser amado por ela, “nom se teendo aaquella pallavra que muytos dizem per deleixamento, myngua de vontade ou de boo saber, que se nom querem correger, nem aver boa guarda na maneira que com ellas devem de teer”. Os homens que se acautelassem porque, ainda que tivessem as esposas em suas casas, não necessariamente possuíam seus corações e seu amor:

[...] teendo com ella em todo boa maneira em a honrar e prezar, sabendosse bem concordar com suas voontades, e as outras per temperados e discretos avisamentos, e relevar, e correger, e como a experiência bem demostra que os semelhantes razoadamente costumam as mais vezes seer bem amados, e prezados, e obedecydos!²⁹⁹

O homem que se esforçasse em honrar e agradar sua esposa teria mais chances de ser amado e, portanto, respeitado e temido, do que aquele que não conquistasse seu amor. D. Duarte dirigia-se aos homens de sua corte, à idealização que sugeria da sociedade; Cristina de Pisano, por outro lado, falava às mulheres e buscava orientá-las na vida cotidiana. Assim, para esta última, o amor pelo marido deveria independe deste: fosse velho ou novo, bom ou mau, fazia parte da lealdade da mulher, um sentimento a ser

²⁹⁶ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, cartas e guias*. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica.(1450-1700). Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Universidade do Porto, 1995, p. 109.

²⁹⁷ CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2, p. 99.

²⁹⁸ D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842, capítulo RVI, p. 257.

²⁹⁹ Ibidem, capítulo RV, p. 251.

cultivado por si, pela virtude, ainda que o marido não a merecesse³⁰⁰.

Na prática, os casamentos eram regidos por leis e costumes. Poderiam ser feitos por palavras de presente – *recebo-te por minha, recebo-te por meu*.

Estas simples palavras (as chamadas palavras de presente), se pronunciadas sob juramento entre homem e mulher legalmente aptos a constituírem união, chegavam para celebrar o matrimônio. Nem era indispensável a presença de testemunhas. Bastava que os novos cônjuges, vivendo agora em comum, declarassem a quem quisesse saber que haviam prometido um ao outro fidelidade e amor.³⁰¹

A mera declaração do juramento servia também como expediente para legitimar os casamentos a furto, clandestinos e realizados em segredo, que mencionamos anteriormente. Diferentemente dos casamentos por fama, cuja coabitação de um homem e uma mulher era reconhecida pelos vizinhos e estes considerados pela sociedade, como casados. Os casamentos por benção, praticados pela maior parte da nobreza, eram feitos na presença de um sacerdote em uma igreja ou às suas portas.

O Concílio de Latrão IV (1215) alterou as leis do casamento entre parentes, reduzindo a interdição até o 4º grau. Mesmo após a revisão da proibição, para a realeza esta era uma interdição difícil de cumprir. As casas reais europeias eram profundamente interligadas de forma que, amiúde, o clero emitia cartas de dispensa à realeza e à nobreza. E entre os grandes de Portugal era comum a espera pela dispensa papal, já que os casamentos entre parentes muito próximos era frequente. Por ocasião do casamento do então infante D. João com D. Leonor, Garcia de Resente dá notícias sobre a espera pela dispensa:

E sendo o principe de ydade de quinze annos ho casou com a senhora Dona Lionor d'Alemcrasto, filha mayor do infante, e prima com a yrmã do principe que foy da propria maneira que el-rey sey pay casou. [...] E ho dito casamento se fez e concertou no anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e setenta annos. [...] veo a despensaçam e o principe recebeo ha prioncesa na dita Vila de Setuvel...³⁰²

A consanguinidade da realeza era intensa. D. João II era primo-irmão de D.

³⁰⁰ PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes* ... Lisboa: por Herman de Campos, 1518, f. XIV.

³⁰¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1964, p. 126.

³⁰² RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902, capítulo IV, p. 30.

Leonor, pois esta era filha de D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e D. Brites (filha do infante D. João e de D. Isabel). D. Afonso V, por sua vez, foi casado com sua prima D. Isabel (filha de seu tio D. Pedro e D. Isabel, duquesa de Coimbra), e também com sua sobrinha D. Joana (filha de Henrique IV de Castela e D. Joana de Portugal, sua irmã), sendo que este último matrimônio não recebeu a necessária dispensa.

Quadro 1 – Consanguinidade.

Fora do âmbito da realeza, o casamento ou a afeição carnal com parentes próximos era punido como nos mostra a carta de perdão para Leonor Costa moradora em “Mexxeiras”. Leonor tinha com João Froes, escudeiro do rei, um casamento por fama, estando ambos em casa teúda e manteúda com filhos e filhas. Porém incorriam em “pena criminal e corporall” e na perda de seus bens, porque João era seu parente de quarto grau. Temendo a justiça real, Leonor fugira, amando-se³⁰³. Outro caso de incesto era o de Maria Fernandes, uma mulher casada moradora no termo de Viseu. Quando solteira relacionou-se com seu primo de segundo grau vindo a ter com ele tivera afeição carnal, temendo as justiças reais, pedia mercê, que foi concedida mediante o pagamento de “seícentos reis” para a Piedade³⁰⁴.

Do incesto ao infanticídio, era o que decorria em algumas situações. O ajuntamento carnal, consensual ou não, com parentes próximos poderia resultar no nascimento de uma criança não desejada que, por vezes, falecia ou era morta pela mãe. Isabel, moça solteira, relata em sua solicitação de perdão que fora induzida a ter afeição carnal com seu tio. Deste encontro resultara um filho nascido de seis ou sete meses. Após o nascimento, Isabel embrulhara seu filho “em huuns paos e Rodelhos e a metera em huuma buraca”. A criança

³⁰³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 90v.

³⁰⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 4.

foi achada e resgatada por vizinhos, mas não resistiu e veio a falecer. O monarca perdoa a jovem mediante o pagamento de mil “reis” para a Arca da Piedade.³⁰⁵

Catarina Marguilha se viu à mercê da sorte quando ficou órfã de pai e mãe e seu tio paterno acolhera a ela e sua irmã “em temçom de lhes dar pousio e emparo polo devido que com elas tinha”, e tanta fora a afeição que seu tio dormiu com ela e a engravidou. A criança nasceu morta e foi levada “por ser coussa tamto vergonhossa”³⁰⁶, mas seu corpo foi achado em um barranco, Catarina foi acusada pela sua relação incestuosa em uma inquirição e presa. Tempos depois, fugiu da prisão junto com outros presos e pedia perdão ao monarca, que considerou que ela não foi culpada pela criança que nasceu morta, mas pela fuga da cadeia e pelo incesto deveria pagar mil “reais” para a Piedade.

Além da consanguinidade, IV Concílio de Latrão³⁰⁷ deliberou também sobre outros aspectos do matrimônio, procurando banir os clandestinos e estender aos clérigos o controle sobre o casamento, instituindo o registro e o consentimento dos noivos. A questão do consentimento era importantíssima e estava diretamente ligada à própria definição do casamento em toda a sua lógica interna e sua natureza, tal como a indissolubilidade³⁰⁸. Baseando-se em uma tradição romana, a Igreja privilegiou o consentimento em detrimento da consumação. Não o sexo, mas o acordo, o compromisso assumido pelos noivos de livre vontade, determinava o estabelecimento do matrimônio.

O consentimento era também ratificado na legislação portuguesa. Porém, ao mesmo tempo em que as leis atestam a importância da matéria, também demonstram quão frequentemente a mulher casava-se forçada. D. Afonso II fez uma lei que afirmava que “os matrimonios devem seer livres, e os que som per prema nom ham boa cima” e estabelecia que nem ele ou seus sucessores deveriam constranger ninguém a casar-se. Mas ao que parece os casamentos forçados persistiam, pois D. Afonso III tornou a orientação mais específica, afirmando que nem

“elle, nem Rico-homem, nem outro nenhuñ poderoso, de qualquer estado e condiçom que seja, em todo o Regno, assy Religioso, como Secular, nom costringa per ameaça ou per força alguñ homem ou mulher, pera casar contra sua vontade, mais façam-se todos os casamentos livremente per vontade verdadeira daquelles, que assi ouverem de casar, segundo

³⁰⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 4v

³⁰⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 120v.

³⁰⁷ RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 21.

³⁰⁸ BROOKE, Christopher. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989, p. 212.

manda a Sancta Igreja”³⁰⁹.

São os termos de D. Afonso III que as *Ordenações Afonsinas* mantêm, com o argumento de que a vontade real é a de seguir os mandamentos da Igreja. Entretanto, por mais que a Igreja ou a legislação régia buscassem impedir o casamento sem consentimento, a continuidade das leis sugere que as pressões familiares, por vezes, se impunham. Isabel dos Guimarães Sá³¹⁰ é de opinião que ao menos entre a realeza o casamento forçado era uma exceção, já que algumas princesas de fato se recusaram a casar. No período estudado existem exemplos marcantes para embasar a hipótese da autora. D. Joana (irmã de D. João II) recusou seus pretendentes e encerrou-se em um mosteiro, e Isabel de Castela, futura Rainha Católica, recusou diversos pretendentes, casando-se com D. Fernando, numa estratégia que marcou seu poder, fazendo constar no contrato de casamento a cláusula que a designava rainha reinante, diferente de sua contrapartida portuguesa, D. Leonor, que era uma rainha consorte.

Oliveira Marques, por outro lado, afirma que D. João I casou homens e mulheres sem os comunicar. Certo da “discrição e entendimento” das mulheres as forçava e nem mesmo lhes dizia o nome do noivo, avisando apenas: “Manda-vos dizer el-rei que vos façais presentes para esposar de manhã”³¹¹, e o mesmo tratamento recebiam os homens. Tão grande foi o alarido e tão altos os lamentos que, segundo o autor, D. João não tornou ao papel de casamenteiro.

Mesmo que os casamentos da realeza não fossem literalmente forçados, podemos inferir sobre as enormes pressões que sofriam infantas e princesas e, na mesma medida, infantes e príncipes. Que tipo de escolha poderia ter D. Isabel, filha dos Reis Católicos, sujeita às Terçarias de Moura, cujo casamento já estava acordado para o estabelecimento da paz entre os dois reinos da Península? Ou mesmo D. Afonso, príncipe português? Não seriam ambos apenas instrumentos de suas respectivas famílias reais? O casamento desempenhava, então, um papel de suma importância para o futuro das casas reais, “uma decisão importante demais para ser decidida por desejos individuais”³¹².

O casamento entre nobres e a realeza era mais do que um meio para assegurar a

³⁰⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XI, p. 71.

³¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, v. 10, 2010, v. 1, p. 97-120.

³¹¹ SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. V. 4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 488.

³¹² DUBY, Georges. *Medieval Marriage*. Two models from twelfth-century France. Londres: John Hopkins, 1991, p. 5.

descendência biológica, embora não se deva desconsiderar a importância deste aspecto. Um casamento no seio da nobreza era um “acto de estratégia familiar e patrimonial, de transmissão e valorização da linhagem e de resguardo ou engrandecimento da riqueza herdada”³¹³. O grupo familiar, sua importância, sua honra, seus bens e seu poder se reproduziam junto com o recém-formado casal, por isso um casamento era planeado considerando as vantagens políticas, os bens e os benefícios que trazia para todo o grupo.

Entre a realeza as uniões matrimoniais eram, sobretudo, um ato político: “buscavam-se os aliados, no intuito de um reforço do poder político, que se queria firmado no interior de um reino”³¹⁴. Se entre a nobreza um casamento era assunto para o grupo familiar, entre a realeza, era assunto para todo o reino. O casamento entre o infante D. Afonso e a infanta D. Isabel, respectivamente herdeiros dos tronos de Portugal e Castela, selou a paz entre os reinos quando os noivos eram ainda crianças. Com o fim das Terçarias de Moura, houve nova capitulação em Avis e ficou decidido que o casamento seria feito com D. Joana, filha menor dos reis de Castela, e D. Isabel ficaria livre, mas quando D. Afonso completasse quatorze anos, se D. Isabel estivesse solteira, era com ela que o casamento se realizaria.

D. João II desejava o casamento com a filha mais velha dos reis de Castela por ser mais “honroso e proueyroso”. A idade da noiva também contribuía para esta preferência porque “mais cedo aueria effeito para o Princepe logo casar e ser uelado com ella” podendo assim ter filhos, dando ao reino a segurança da hereditariedade.

E sendo asy chegado este tempo ElRej nosso senhor mandou per mj propoer este caso [...] Com qual das ditas Ifantes seria melhor e mais prouejtoso e conueniente o casamento de se fazer [...] ouue grandes differenças de vozes e se apontarão mujtas cousas de pro e de contra em fauor do casamento da Ifante Dona Isabel a ser melhor e outras contrarias a esso hauendo por mais conuente o da Ifante Dona Joana e enfim foram mais uozes por parte do primejro casamento por razam do capitulado que a isso obrigua elRej³¹⁵

Como um vínculo, um laço político indestrutível, as alianças matrimoniais consideravam interesses vários e eram mais ou menos complexos conforme a dignidade do casal. Como afirmara Maria Helena da Cruz Coelho, um casamento “mais do que qualquer

³¹³ COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 2002-2003. N. 36, p. 44.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 314-315.

outro acto diplomático, unia partidos ou casas reais, não apenas pelo vínculo político, mas pelo vínculo de sangue, dos herdeiros e das heranças”³¹⁶. Em um casamento real havia diversas etapas: primeiro, o casamento por palavras de futuro, que consistia num juramento feito no momento do contrato. Depois, se seguia a dispensa, no caso de parentes próximos, e o casamento por palavras de presente, que se dava por procuração, e só então a noiva seguia para encontrar-se com seu noivo e realizar a cerimônia na igreja³¹⁷.

O papel feminino como moeda de troca é fundamental em sociedades cujas ordenações se estabelecem através do parentesco. Como afirmara Duby, as trocas entre famílias envolviam mais que uma mulher, mas a antecipação de sua maternidade e tudo o que isto traria para a nova família em termos de “força ancestral (*virtus*)” e hereditariedade³¹⁸. Selar a paz com Castela através do casamento foi uma política adotada por Portugal até bem depois do século XV, uma prática que forçava as mulheres a um contínuo “trasegar, no sólo de las mujeres destinadas a reinas consortes sino también de las que éstas llevaban consigo a su servicio”³¹⁹. Os exemplos são inúmeros. D. Isabel (neta de D. João I) casou-se com D. João II de Castela; desta união nasceu D. Isabel, a futura Rainha Católica, cuja filha foi prometida a D. Afonso (filho de D. João II de Portugal). Com a morte deste, Isabel tornou-se esposa de D. Manuel, que após seu falecimento contraiu casamento com outras duas infantas de Castela, D. Maria e D. Leonor.

³¹⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 2002-2003. N. 36, p. 44.

³¹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães. Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, v. 10, 2010, v. 1, p. 100.

³¹⁸ DUBY, Georges. *Medieval Marriage*. Two models from twelfth-century France. Londres: John Hopkins, 1991, p. 4-5

³¹⁹ CARNEIRO, María Isabel Barbeiro. Mujeres peninsulares entre Portugal y España. *Peninsula* - Revista de Estudos Ibéricos, 2003. N. 03, p. 209.

Quadro 2 - Casamentos

Matrimônios envolviam trocas de valores e propriedades. A introdução do dote nos matrimônios portugueses se deu com o casamento de D. Dinis com D. Isabel na década de 1280; de acordo com Benevides, a princesa foi a primeira a receber o dote de seu pai³²⁰. Até então, segundo atesta o autor, os casamentos eram tratados por intermédio de carta de metade ou de arras. As arras provinham de uma tradição semita que consistia num conjunto de bens ou rendas dados à noiva. Nas suas origens, este valor era uma compensação pelo uso do corpo da noiva para a formação de uma família. Por esta razão era, por vezes chamado de “compra de seu corpo”³²¹, uma expressão que segundo Ana Maria Rodrigues foi substituída em fins da Idade Média pela frase “por honra da sua linhagem e corpo”³²².

A concessão de arras foi mantida nos reinos ibéricos mesmo depois da introdução da prática do dote como uma forma de garantir o sustento feminino. Após o casamento, a rainha consorte recebia o usufruto das arras que consistiam do usufruto e jurisdição sobre algumas regiões, e este patrimônio poderia ser – e frequentemente era – acrescido de outras doações feitas pelo esposo. As arras protegiam as mulheres no caso de separações,

³²⁰ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p. 23.

³²¹ Ibidem.

³²² RODRIGUES, Ana Maria S. A. For the honor of her lineage and body: the dowers and dowries of some late medieval queens of Portugal. *E-journal of Portuguese History*. 2007, v. 5, n. 1.

anulações, viuvez ou até mesmo repúdio.

Muitos tipos de doações e transmissões patrimoniais envolvidas num casamento real são frequentemente nomeados como dote, mas se tratam por vezes de três tipos de doação distintas. A primeira ficava com a noiva, em seu poder para seu mantimento; a segunda era dada pelo esposo, composta de doações à sua consorte após a consumação do casamento e, por fim, aquilo que se designa por dote, “aqueles bens que os pais da noiva, ou esta própria, ou ainda outrem por conta dela, destinam a sustentar as despesas do casal que se constitui”³²³. A partir do século XIII, o dote toma lugar como a doação mais importante envolvida no matrimônio. Poderia trazer grandes somas, domínios e até mesmo reinos³²⁴, sendo mantido pelo marido, que só o devolveria em caso de separação ou viuvez. Os dotes recebidos por D. Manuel por seu casamento com as princesas de Castela, por exemplo, foram negociados sucessivas vezes.

O patrimônio das rainhas era formado pela Casa das Rainhas, uma instituição socioadministrativa autônoma e altamente organizada que reunia um grande número de senhoras, servidoras e oficiais como ouvidores, almoxarifes, mordomos, tabeliães, escrivães e um chanceler. Esta instituição não tinha um conjunto fixo de propriedades, pois com a morte da consorte real os bens retornavam à Coroa para então serem doados a uma infanta ou à sua sucessora. Entretanto, com o tempo, algumas terras acabaram por fazer parte tradicionalmente da Casa das Rainhas.

Durante o século XV, e mesmo quando tal senhorio estava vago, embora todas as decisões fossem tomadas pelo monarca, já perdurava a ideia que determinadas vilas incorporavam a Casa das Rainhas. Se não como explicar a existência de um Almoxarife, de um Contador e de um Provedor das Terras da Rainha quando tal Senhorio não estava atribuído a nenhuma?³²⁵

Com esses rendimentos, a rainha ficava encarregada do provimento de todos os seus servidores, incluindo as damas que faziam parte de sua clientela, além de arranjar-lhes

³²³ SÁ, Isabel Guimarães, FERNANDES, Maria Eugénia Matos. A mulher na estruturação no património familiar. Um estudo sobre dotes de casamento. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v, v. 1, p. 92.

³²⁴ Era esse o objetivo de D. Afonso V ao casar-se com D. Joana, sua sobrinha. Apesar de o casamento, que não obteve a dispensa papal, ter sido realizado, a empresa não teve sucesso e ao trono de Castela subiram D. Isabel e D. Fernando.

³²⁵ SILVA, Manuela Santos. Os primórdios da Casa das Rainhas em Portugal. In: II ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE MEDIEVALISTAS. RAÍZES MEDIEVAIS DO BRASIL MODERNO, 2007, Lisboa. *Actas...* Lisboa, 2008, p. 39.

casamentos que fossem adequados à condição de cada uma.

Das mulheres casadas do reino, a mais notável é, sem dúvida, a rainha. D. Leonor de Lencastre foi rainha consorte e, portanto, só era rainha porque havia desposado um rei. Aos doze anos contraiu matrimônio com o então infante D. João e recebeu a vila de Lagos e seu castelo, com direitos e rendas avaliados em 10.000 cruzados³²⁶, além de joias e corregimentos recebidos de sua mãe que perfaziam 24.898 cruzados³²⁷. Para sua manutenção, recebia ainda 1.165.000 reais das rendas de Lisboa, 1.015.000 reais que a rainha Leonor de Aragão havia recebido ao tempo de seu casamento e, como não recebeu as terras de Sintra, Torres Vedras, Óbidos e Alvaiázere, imediatamente foi dotada com 335.000 reais anuais até que tomasse posse.

Só em 1482 a rainha recebeu Torres Novas, Alvaiázere, Torres Vedras, Óbidos e Alenquer em doação régia com a jurisdição de mero e misto império.

[...] fazemos lhe pura e Inreuogauel doaçam amtre viuos valedorja...das villhas de torres nouas e aluayaza e torres vedras e obidos e alanquer com todos seos termos Senhorios terras direitos e Rendas e foros tributos pertenças que nos ora em as dictas terras auemos [...] com todas suas Jurdiçooens çiuées e crimes mero misto Imperio e com os padroados das Jgreias todo assy e tam conpridamente como o teue a Rainha dona Jsabel mynha madre [...] e os teueram as outras Rainhas.³²⁸

Foi senhora não somente sobre as quatro regiões mencionadas, como também de Aldeia Galega e Aldeia Gavinha, ambas com todas as suas rendas, direitos e jurisdições; além de Silves e Faro, incluindo também o dízimo do pescado e dos atuns que entravam em seus portos³²⁹; e Vila Franca de Xira, Castanheira do Ribatejo, Azambuja e Cascais, com rendas, jurisdição e padroado³³⁰, sendo as seis últimas dotadas por seu irmão D. Manuel I.

Isabel de Castela, que se casou com o infante D. Afonso, recebeu 2.025.000 reais de assentamento. Também recebeu por partilha da Casa das Rainhas com sua sogra Torres

³²⁶ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p. 273.

³²⁷ SOUSA, Ivo Carneiro. Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor. *Revista da Faculdade de Letras*. Línguas e literaturas. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, p. 24.

³²⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 49v.

³²⁹ ANTT – Livro 1º de Místicos, fl. 57. Citado por: SOUSA, Ivo Carneiro. Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor. *Revista da Faculdade de Letras*. Línguas e literaturas. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, p. 25.

³³⁰ ANTT – Chancelaria de D. Manuel, livro 41, fl. 98. Citado por: SOUSA, Ivo Carneiro. Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor. *Revista da Faculdade de Letras*. Línguas e literaturas. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, p. 25.

Novas, Torres Vedras e Alvaiázere, “sennhora Raynha dona lianor minha ssobre todas muyto amada e prezada molher nos leixou as suas villas de torres nouas e torres Vedrras E aluayazer com suas Remdas e Djrejtos e Jurdiçoens”. A princesa é contemplada também com a vila de Faro, que o rei doa juntamente com as jurisdições e rendas, salvo as sisas sobre o sal.

[...] damos a villa de faram Com todos seus termos Senhorios terras dirreitos e Remdas e foros e tributos e pertemças com todas suas juridiçooens E merop mysto Jmperio e com todollos tabaliaaens e padroados das JgreJas dos dictos luguares dicta Sennhora Rainha as tinha [...]saluo o sall que sempre ficáramos com todas suas sisa³³¹.

Com a morte do príncipe e a partida da princesa para Castela, as vilas tornaram ao poder de D. Leonor. Só mais tarde, como esposa de D. Manuel, é que retoma a posse das terras, porém vale lembrar que neste momento o reino custeava três rainhas: a própria D. Isabel, D. Leonor (irmã de D. Manuel) e D. Joana (esposa de D. Afonso V, cujo matrimônio, embora não tenha recebido a dispensa necessária).

Ao longo do século XV os dotes tornaram-se somas de dinheiro consideráveis, pagas em muitas frações que eram

mantidas e geridas pelos reis, suas esposas só podendo obtê-los se sobreviveram à sua morte. Para as despesas diárias de sua Casa e no cumprimento de suas funções oficiais, as rainhas eram providas com duas importantes fontes de receita regular: mantimento e câmara. Mantimento consistia de enormes quantidades de dinheiro pagas para as rainhas anualmente pelo tesouro real em três parcelas (“às terças do ano”: no Natal, Páscoa e no dia de São João Batista). Mais raramente, as rainhas poderiam ser providas com recursos para gerenciar suas Casas por suas próprias famílias, em vez de por seus maridos.³³²

Era com o “mantimento” que as rainhas deveriam prover todas as suas necessidades, desde o mencionado pagamento de seus funcionários até suas vestimentas,

³³¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 10, fl.76.

³³² No original: “kept and managed by the kings, their wives only being allowed to get hold of them if they survived their death. For the daily expenses of their household and the fulfillment of their official duties, the queens were provided with two important sources of regular revenue: mantimento and câmara. Maintenance consisted of huge amounts of money paid to the queens every year by the royal treasury in three installments (“às terças do ano”: at Christmas, Easter and on Saint John the Baptist’s Day). More rarely, the queens could be provided with funds to manage their households by their own families instead of by their husbands.” RODRIGUES, Ana Maria S. A. For the honor of her lineage and body: the dowers and dowries of some late medieval queens of Portugal. *E-journal of Portuguese History*. 2007, v. 5, n. 1.

joias e atavios, desempenhar atos de caridade e por vezes ser patrona das artes³³³. O senhorio de terras, as jurisdições e a recolha de impostos colocavam as rainhas como gestoras de extraordinário património e, ainda que seu poder fosse limitado pela condição de rainha consorte, em comparação com uma rainha reinante, eram senhoras em suas terras exercendo livremente as jurisdições que lhes eram concedidas.

Diferentemente dos tratados morais que ponderavam sobre o comportamento dos casados, a legislação ocupou-se dos bens e dos herdamentos mais do que qualquer outro ponto na regulamentação dos casamentos. A preservação dos bens familiares e a transmissão patrimonial asseguravam a continuidade da produção de uma sociedade frequentemente pressionada pela produção, como mencionamos anteriormente. D. Afonso III foi um dos grandes legisladores dos bens do casamento e são dele as leis que regem a manutenção do património familiar.

Um homem casado não poderia vender, alienar ou escambar seus bens de raiz sem autorização da mulher e, caso o fizesse, dispunha a ordenação que

se algum homem vendeo algũa cousa de possissom sem outorgamento de sua molher, a saber, contra a postura da Corte, e a molher quizer esto revogar per Carta d'ElRey, assy como he postura da Corte, aduga o marido consigo, quando vier perante o Juiz ali hu he a possissom, e d'outorgamento de seu marido o faça; e d'outra maneira nom valha quanto ella hy fezer³³⁴.

Nesta lei, a contestação da esposa só valeria se o marido autorizasse a demanda, salvo se ela tivesse uma carta régia que lhe desse poder para independeer da vontade masculina. Entretanto, ao tempo de D. Afonso V, a lei foi revista e passou a determinar que a mulher pudesse demandar a negociação sem sua autorização, salvo “sendo ella molher achada por tam desassisada, que se podesse mover a ello sem justa razom, ou não soubesse governar a dita demanda pera trazer a boa perfeiçam”³³⁵. O rei manda que não tenha “vigor” todo o caso em que o homem vendeu, prometeu alguma pena ou foi fiador sem procuração da mulher porque “bem parece ser todo feito por dapnificar sua molher”³³⁶. Na eventualidade de o marido declarar que houve outorga “caladamente”, a lei prevê que a outorga tácita ou calada não tinha valor, somente sendo considerada a autorização

³³³ Como no caso de D. Leonor que encomenda o *Espelho de Cristina*, que mencionamos anteriormente.

³³⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XI, p. 73.

³³⁵ Ibidem, título XI, p. 73.

³³⁶ Ibidem, título XI, p. 74.

expressa, “porque muitas vezes acontece de as molheres, por medo ou reverença dos maridos, leixaõ caladamente algũas coisas passar, por nom ousarem de o contradizer, receando alguns escândalos, e perigos, que lhes em outra guisa ligeiramente poderiam vir”³³⁷.

Noutro título há cinco parágrafos de uma detalhada explicação de como a mulher poderia demandar o bem de raiz vendido por seu marido. Esta lei, do mesmo monarca, confirma a postura anterior de que a mulher só poderia por em juízo a venda com consentimento de seu marido. É de se considerar que um marido que fez uma transação sem a autorização de sua esposa e/ou contra seus interesses dificilmente concordaria que ela demandasse a venda e, novamente, isto foi considerado por D. Afonso V, que torna a afirmar a modificação da lei, dispensando a mulher do consentimento do marido³³⁸.

Em ambas as leis o monarca se detém ponderando sobre os prejuízos dos envolvidos, a mulher e o comprador, e determina que se este não soubesse que o vendedor era casado, era justo que fosse ressarcido de seus gastos com a compra da propriedade. Mas, por outro lado, se soubesse que o vendedor era casado e não exigiu a outorga da esposa para concluir a venda, então não receberia a quantia gasta e deveria ainda devolver todos os frutos que tirou da propriedade. Inês Gomes recebeu, em 1484, a metade de um casal que seu marido havia perdido, e o rei diz “lhe leixem aver e rrecadar e possuir a renda”³³⁹.

O casal composto por “Ruy daramenha”, um escudeiro, e “lionor vaanz” solicitaram ao rei em 1490 que lhes confirmasse uma doação. Mas, para a realização do ato o marido apresentou a procuração de sua esposa, na qual lhe dava poder para que pudesse “vender e dar doar e aRendar todollos beens de rays que forom de Joham baroso que elle e ella aviam em a villa darronches E na coutada termo de monforte e de portalegre E do açumar”³⁴⁰. A doação consistia da metade de uma casa de morada em Monforte, da metade de uns moinhos que “estam na Ribeyra da cocyca e mais de huum qujnham da Coutada de baroso que he ho seysto e da metade De huum monte que parte com a dicta coutada E mais da dicta metade de huma vinha que esta na Ribeira”. Era parte da fórmula documental que as razões da doação fossem explicadas para ficar claro que o doador não sofria nenhum constrangimento, especialmente em doações grandes como essa. A beneficiária era Maria

³³⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XI, p. 75.

³³⁸ Ibidem, livro 3, título XXXVI, p. 161.

³³⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 60.

³⁴⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 106 e 106v.

Afonso, nomeada como servidora de Jorge Tavares chantre da Sé de Coimbra, e a doação se justificava porque Maria tinha um filho que era sobrinho de Ruy.

Segundo as *Ordenações*, por um costume longamente usado o marido também não poderia “meter beês de raiz a Juizo” sem o acordo da esposa³⁴¹ ou esta sem a anuência do marido. Era atribuição do juiz perguntar às partes se eram casados e, em caso positivo, se possuíam a procuração de seus cônjuges para que as mostrassem ou, se não possuísem, que marcasse um dia para a entrega da documentação. Todas as perguntas deveriam ser escritas no processo, pois em caso de negligência o juiz pagaria às partes de sua própria despesa os danos e as custas do processo. A malícia dos envolvidos é uma questão muitas vezes citada ao longo da lei, fosse a malícia homem casado que engana ou constrange a sua mulher para que concordasse ou a da mulher, de forma que caberia ao juiz verificar se seriam pessoas sem malícia e estariam aptas a fazer bem a si e ao outro.

D. Afonso V especifica que isto valia não somente para bens próprios, como para os bens comuns e para os arrendamentos, porque estes passavam o “Senhorio proveitoso” ao arrendador e conseqüentemente à sua mulher, na medida em que, se eram casados, o regimento era a carta ou o costume de metade³⁴². Uma vez que os bens proporcionavam frutos a ambos, as dívidas também incorriam sobre ambos; quando um homem casado tornava-se fiador de alguém, por exemplo, os bens de sua mulher também estavam arrolados para o pagamento.

As mulheres, por outro lado, estavam submetidas ao benefício Valeano³⁴³ que mencionava a fraqueza de siso típica das mulheres como argumento impeditivo para que fossem fiadoras ou se obrigassem por outros. A lei menciona que seu objetivo era protegê-lhes a fazenda e o patrimônio, por isso, caso fiassem, estariam desobrigadas do pagamento “per hum Direito vulgarmente chamado Valleano, o qual foi especialmente introducto em seu favor, per nom serem dapnificadas” obrigando-se a feitos que a elas não pertenciam. Entretanto, o benefício tinha exceções: se alguma mulher se obrigasse “por dinheiros” com a libertação de um servo ou fiasse a promessa de um homem de libertar um cativo, seria obrigada a cumprir, como os homens. A mesma obrigação decorria quando fiava o dote de uma noiva.

A malícia é novamente assunto da lei quando trata das situações em que a mulher

³⁴¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 3, título XXXV, p. 154.

³⁴² Ibidem, p. 158.

³⁴³ Ibidem, livro 4, título XVIII, p. 88.

“enganosamente” fia a outrem. Perderiam o benefício as mulheres que se envolviam em situações fraudulentas, como vestir-se com roupas de homens para ludibriar aquele com quem se obrigava, ou então agir em prol de outra pessoa, como declarar-se herdeira de alguém para fiar suas dívidas e, depois do contrato concluído, declarar que não o era. A reincidência também é contemplada: se por duas vezes uma mulher fiasse o que “a ella nom pertencia”, não valeria o benefício.

As leis que regulavam os bens do casamento buscavam evitar que o homem e a mulher colocassem em risco a continuidade do sustento e da produção e retirassem do núcleo familiar bens de raiz, comprometendo os herdamentos a que seus filhos teriam direito. Isto fica claro no controle exercido sobre as doações feitas entre marido e mulher. Um costume antigo no reino regulamentava que todas as doações feitas entre eles seriam unidas na partilha a ser feita com os herdeiros quando da morte de um deles. Com a revisão feita pelas *Ordenações Afonsinas*³⁴⁴, ficava estabelecido que toda doação feita antes que o casal tivesse filhos ficaria revogada em benefício de um nascimento; no caso de doações feitas antes do casamento, o bem seria anexado à partilha dos herdeiros como “fora nunca seendo feita tal Doaçom”. Na maioria dos casos previstos os bens retornam ao montante total a ser partilhado, salvo no caso daqueles que morrem abintestados sem herdeiros legítimos.

Além da dimensão das estratégias matrimoniais, com vistas a fortalecer a linhagem em poder político e econômico, havia outras dimensões, outros aspectos da vida matrimonial, como as relações com a governança da casa, a criação dos filhos, o universo da convivência familiar e o relacionamento dos cônjuges, que, segundo Maria de Lurdes Fernandes³⁴⁵, foram menos contemplados pela historiografia. Em 1964 Oliveira Marques fizera questionamento semelhante sobre a vida familiar, afirmando que gostaria de saber como se dava o afeto entre pais e filhos pequenos, como se divertiam, os problemas por ocasião da puberdade e como estes seriam solucionados³⁴⁶.

A resposta para tais questões ultrapassa muitíssimo as fronteiras de nossa pesquisa, além de estarem sujeiras às restrições impostas pelo *corpus* documental. Porém a produção

³⁴⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XIII, p. 81.

³⁴⁵ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Casamento e religiosidade feminina no século XV na Península Ibérica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA, 1989. Porto. *Actas...* Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Universidade do Porto, 1989. 5v. V. 5, p. 73-90.

³⁴⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1964, p. 105.

normativa, a profusão de guias e espelhos do século XV e dos seguintes, nos sugere que as mulheres dificilmente foram passivas em tais âmbitos. O “fazer” de mulheres nobres e mulheres “anônimas” contradiz a ideia de uma mulher totalmente submissa, como atestam os exemplo de Isabel de Aragão que casou-se a furto com D. Fernando; de D. Leonor, consorte de D. João II, que impõe toda a sorte de impedimentos para que o filho ilegítimo de seu marido alçasse o trono, evidenciando um grande protagonismo político; ou ainda de Beatriz Anes ao buscar autorização para casar-se novamente e reconstruir sua vida com um homem que foi criado de seu falecido marido. Sabemos muito pouco sobre esses aspectos, mas, se não acreditamos que as mulheres viviam caladas e cordatas, presas em torres de fato ou imaginadas como queriam os teólogos, não podemos supor que a relação entre marido e esposa fosse de completa submissão como preconizava a norma.

Capítulo 3

... E QUERENDO VIVER HONESTAMENTE

Os crimes das mulheres

*O que se usa não se escusa*³⁴⁷

Os textos normativos não falam diretamente sobre a prática da sociedade a que se dedicam e se nos ativermos ao que buscavam comunicar teremos informações apenas do modelo, da norma proposta pelos homens do poder, somente o espelho de sua vontade. Por outro lado, as ausências, as repetições, os silêncios nos falam sobre os aspectos sociais e morais que os senhores do saber buscavam controlar. Como mencionamos no capítulo anterior, a contínua repetição dos guias e espelhos que propunham qualidades específicas para a boa esposa suscitam a questão de que talvez as mulheres, e a sociedade como um todo, não estivessem tão normatizadas quanto gostariam. O mesmo se dá com a legislação e a sucessão de leis elaboradas para coibir os mesmos crimes – particularmente os que envolviam a moral e a luxúria. Esta repetição sugere o desregramento social, como é o caso dos adultérios que se repetiam a despeito dos esforços dos monarcas e de leis paulatinamente agravadas.

Juntamente com a lei, perscrutamos a documentação oriunda da Chancelaria, obtendo indícios sobre o que era usual, quais as práticas das pessoas – no nosso caso, as mulheres – que viviam no final do século XV. Porém nem mesmo as cartas de perdão estão isentas de filtros; os discursos aí inseridos obedecem aos objetivos dos sujeitos envolvidos no ato da composição do diploma régio.

Durante longo período as cartas de perdão foram preteridas como documentos históricos sob a alegação de que os relatos não davam conta da realidade judicial e criminal da sociedade analisada, posto que entre o acontecimento e a narrativa havia uma série de filtros que obscureciam o conhecimento da realidade vivida. Convém, todavia, destacarmos que

³⁴⁷ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 55.

através dos pedidos de perdão podemos apreender o discurso aceito pela comunidade como condição para recebimento da graça régia. Assim os elementos apresentados para atenuar a culpa ou evidenciar o arrependimento eram certamente verossímeis e estavam inseridos nas exigências socioculturais que redundavam no perdão do delito cometido³⁴⁸.

Aqueles que pediam perdão deveriam convencer o monarca dispensador de graças de sua inocência ou da contrição e da resolução de não tornar a pecar. Porém, se o discurso condiciona a apreensão dos fatos, muito nos falam sobre os usos desses recursos em si. Não nos cabe questionar, é claro, a veracidade do arrependimento ou a profundidade da fé do criminoso que, almejando o perdão, invocava a honra da paixão de Cristo e afirmava que se via em pecado, temendo por sua alma; esse julgamento era o ofício do rei, não obstante fosse possível que os indivíduos ponderassem sobre seus destinos no além quando condenações capitais ensombravam suas vidas. Por outro lado, podemos considerar que mulheres e homens dominavam os códigos morais e de conduta da sociedade em que viviam e, por si ou a conselho dos oficiais que lhes registravam a carta, clamavam pela misericórdia régia, pelos santos, a paixão de Cristo e suas chagas para conferir peso à sua requisição. Garcia de Resende afirmou que D. João II sempre cedia às solicitações feitas em honra às cinco chagas de Cristo³⁴⁹ e exemplifica com a história de uma mulher cujo marido fora condenado à morte que se ajoelhou, em uma quinta-feira santa, e pediu misericórdia “pelo dia que hoje é, e a honra das cinco chagas de Jesus Christo”³⁵⁰, o rei perdoa seu marido e manda solta-lo.

Justiça e misericórdia eram as qualidades determinantes para a governança régia. Equacionar a rigidez da lei com o perdão, no lugar de enfraquecer a primeira, a fortalecia, pois só ao rei pertencia o poder de individualizar culpas e deliberar sobre as penas mais adequadas. *Mata, que el-rei perdoa*³⁵¹, diziam os povos. Para vários delitos era prevista a pena de morte nas *Ordenações*, mas a leitura da documentação oriunda da Chancelaria de D. João II nos leva a crer que a comutação da pena era frequente. António Manuel Hespanha chega a afirmar que “na verdade, creio que a pena de morte natural era, em

³⁴⁸ NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses do. *O poder negociado*. Os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2009, p. 104.

³⁴⁹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 1, capítulo XCII, p. 24.

³⁵⁰ Ibidem, v. 2, capítulo CII, p. 47.

³⁵¹ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 24.

termos estatísticos, muito pouco aplicada a Portugal”³⁵² e Luís Miguel Duarte chega à mesma conclusão para um período anterior:

quem estudar o castigo a partir da legislação, fica com uma ideia, quem se servir de outras fontes, fica com outra. Expliquemos melhor: a ler as *Ordenações Afonsinas* ou *Manuelinas*, para já não falar de leis anteriores, acaba impressionado, e apetecer-lhe-á repetir a pergunta que, segundo uma anedota histórica, Carlos V teria feito após folhear as ordenações portuguesas – ainda há alguém vivo em Portugal? Havia. Havia muita gente viva. A avaliar pelas outras fontes, seríamos tentados a responder ao imperador que ficava quase toda a gente viva em Portugal³⁵³.

Em uma passagem sobre o enforcamento de dois salteadores, Garcia de Resende nos conta que D. João II ficou insatisfeito com a execução de homens que eram tão hábeis que só a custo a justiça conseguira prendê-los, pois “não quizera que matassem taes homens, porque muito melhor fôra perdoar-lhes e manda-los aos lugares d’alem”³⁵⁴. A comutação da pena era assim profundamente funcional, transformava criminosos em agentes para a construção e crescimento do reino, de modo que o monarca preferia “que dessem vida aos homens, que muitas ilhas havia ahi para povoar, porque um homem custa muito a criar”³⁵⁵.

A graça régia se dava através do ato de remir as dívidas de seus súditos com a justiça. As penas de morte são, frequentemente, exemplos da distribuição da justiça aliada à misericórdia. É também do moço de escrivania de D. João II a história de um homem que fora mantido preso por quatorze anos. Enquanto possuiu meios para manter o pleito, “sempre me alongaram meu feito”; quando não tinha mais nada, o condenaram à morte. Levado à presença do rei, explica que se houvesse sido logo sentenciado poderia ter deixado sustento para mulher e filhos, mas agora “matam todos”, pois ao longo dos anos as custas de seu processo consumiram tudo o que possuía e por isso sua família ficaria sem meios para sobreviver. Vendo a injustiça que fora cometida, o monarca concede não somente o perdão, como lhe encomendou para as obras do paço, onde ganharia dois

³⁵² HESPANHA, António Manuel. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. V. 3: No alvorecer da Modernidade, p. 240.

³⁵³ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 458.

³⁵⁴ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 2, capítulo XCII, p. 37.

³⁵⁵ Ibidem, v. 1, p. 16.

vinténs por dia e lhe fez a mercê de dois mil reais³⁵⁶.

As cartas eram um importante instrumento de controle social, um ato simbólico do poder régio dispensador de graças com vistas a manter a ordem social. Se o rei era considerado o juiz supremo, é por meio das cartas de perdão que sua mercê e seu poderio são experimentados pelos súditos de todos os estados. Entretanto, conseguir uma carta não era tarefa fácil. Segundo Carvalho Homem, o diploma circulava na burocracia régia por cerca de noventa e oito dias³⁵⁷ e percorria um longo caminho. Um pedido de perdão era encaminhado ao escrivão da corte, que verificaria se o pedido estava de acordo, pois a punição para certos crimes tinha também a função de reparação pública da injúria sofrida; desta forma, por vezes o pedido de perdão régio estava sujeito à apresentação pelo perpetrador de um ou mais instrumentos públicos em que constasse o perdão de sua vítima ou da família. A ordenação é minuciosa na descrição do procedimento do escrivão:

e se for de feito, que peçaõ perdom, a saber, de feridas, paancadas, roubos, força de molher, o Escrivão pergunte á parte, que a há de dar, quanto hé aas feridas, e paancadas, se forom dadas em reixe, se de proposito, e assi o declare na petiçom, e o tempo, em que foram dadas; e se nom trouver estromento de contentamento da parte querellosa, em todo caso diga-lhe o Escriptvaõ, que vaa por elle, e nom ponha a petiçom em rool ataa queo tragua, e quando o trouver faça-lhe o Escriptvaõ pergunta, se deu já outra tal petiçom, como aquella e quantas vezes, e que desembargo ouve della a cada vez que a dei, e assi o ponha no rool, e estas perguntas se façam em todollos casos suso escriptos³⁵⁸.

A atuação criteriosa do escrivão era fundamental para a decisão real, mas, por mais completas que suas notas fossem, nem sempre constavam na redação final da carta de perdão. Do escrivão, a petição era encaminhada aos desembargadores principais, cuja função era desembargar as cartas e verificar as inquirições que foram feitas acerca do delito. Quando o perdão fosse concedido, o processo seria levado ao chanceler, que selaria a carta. O processo incluía ainda os oficiais executores, que tinham a incumbência de verificar se o processo não havia sido feito com base em testemunhos e documentos falsos.

Ainda que o trâmite burocrático fosse relativamente rápido, o processo poderia levar muito tempo, talvez anos. O espaço de tempo decorrido entre a acusação perpetrada

³⁵⁶ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 2, capítulo XCVIII, p. 43.

³⁵⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Ofício régio e serviço ao Rei em finais do século XV: norma legal e prática institucional*. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1997. II série. N. 14, p. 131.

³⁵⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título III, p. 31.

contra Beatriz Fernandes nas inquirições e devassas feitas em Santarém e o pedido da carta de perdão foi de “huums dous ou tres annos pouco mais ou menos”³⁵⁹; para Beatriz Eanes também havia se passado relativamente pouco tempo: “poderia ora abeer huum ano e meio e hia em dous”³⁶⁰. Mas para Catarina Marguilha o tempo foi mais longo e moroso, havia dez anos que fora vítima e criminosa, depois fora presa “na prissam do mestrado de sam Tiago na qual a data dous ou tres annos da qual prissal fora tirada”³⁶¹.

Tal como os outros diplomas da Chancelaria, no período estudado as cartas de perdão obedecem a um formato bem definido. Principia com um protocolo, que se dividia entre a *intitulatio*, comum a diplomas régios de outra natureza, “Dom Joham etecetera”³⁶²; seguida do endereço, “A todollos juizes de nossos Regnos a que esta nossa carta for mostrada”³⁶³, por vezes esta parte é suprimida, passando da intitulação ao cumprimento, “Saude Sabede”³⁶⁴. Segue-se então o texto, a parte central do diploma, onde encontramos todas as informações relativas ao crime, encimada pela identificação do suplicante, “Branca Eanes morador em Alcaface nos enviou dizer”³⁶⁵. Também aí encontra-se a súplica, composta pela acusação ou pelo crime, a situação em que se encontrava o suplicante e o pedido da graça propriamente dito, que como dissemos anteriormente poderia ser feito em “honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesum Christo”³⁶⁶, já que a elaboração da narrativa era fundamental para granjear a simpatia régia.

[...] estevera por manceba theuda e mantheuda de huum Frei Gill frade da hordem de Sam Francisco de Santarem e que consirando ella como estava em pecado mortaal com ele se apartara delle e via ora bem e onestamente e que nom embargante delle já asi seer apartada do dicto percado diz que se temia das nossas justicas de a pollo pecado prenderem. Enviando ella pedir por merce que lhe perdoassemos a nossa justica³⁶⁷.

Em seguida, o rei dava sua sentença, que poderia ser a concessão do perdão irrestrito sem nenhuma condição, como acima citado; a remissão mediante o pagamento de valores para a relação – “pagasse 600 reaes pera as despesas da nossa Rollação”³⁶⁸ –, ou

³⁵⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 3, fl. 50.

³⁶⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 81.

³⁶¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 120.

³⁶² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 14, fl. 9v.

³⁶³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 50.

³⁶⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 69.

³⁶⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 55.

³⁶⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 62v.

³⁶⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 143v.

³⁶⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 69v.

para a Arca da Piedade – “paguasse dous mil reais pera piedade”³⁶⁹ – ou ainda a comutação da pena por degredo. O perdão poderia estar condicionado não somente ao pagamento da pena pecuniária como a um tempo de degredo, “em a dita vylla d’Arzylla [...] viva e more hy os ditos dous annos continuadamente”³⁷⁰.

O poder real deveria manter equilibrada a hierarquia, e as desigualdades entre os estados se distinguiam nas penas previstas para a maioria dos crimes. Raramente homens honrados – membros da nobreza – eram punidos como as pessoas comuns. É frequente na legislação que, após a deliberação sobre as penas cabíveis a certo tipo de delito, na disposição das exceções o legislador incluía os fidalgos que por seu estado e honra deveriam sofrer penas diferentes, amiúde mais leves. Na maior parte dos casos, a fidalguia estava isenta de penas corporais e de pregões que publicassem seu castigo³⁷¹. O rei é o mediador, por excelência, dos conflitos inerentes a uma sociedade marcada pelo privilégio. As cartas representam o meio termo entre “aquilo que a Coroa gostaria de fazer e o que ela *podia* de facto fazer”³⁷². Ou seja, “muito pode o galo no seu poleiro”³⁷³; não obstante as demonstrações de poder e soberania e a força do projeto político de D. João II, havia limites para a atuação do monarca.

Para compreender as esferas em que se enquadravam os delitos cometidos pelas mulheres que se reportam ao rei em busca de perdão, adotamos a tipologia dos crimes cometidos no século XV elaborada por Luís Miguel Duarte em sua tese de doutoramento intitulada *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*³⁷⁴. São elas: crimes contra o rei, a autoridade e a ordem pública; crimes contra a pessoa humana; crimes contra a propriedade e a “ordem económica”; e crimes contra “a moral e os bons costumes”.

Contra o rei, a autoridade e a ordem pública eram os crimes de lesa majestade, gritar “aqui de” outra pessoa, quebra de degredo, ofensas à autoridade, prisão (fugir de; deixar fugir de; tirar de; ajudar fugitivos de), ser “daninho público”, rixas e disputas públicas, bandos e “assuadas”, falsificações (de dinheiro, de documentos, de testemunhos) ou uso de dinheiro ou documentos falsos, abuso de autoridade (excesso de zelo, “erros no

³⁶⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 84v.

³⁷⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 65.

³⁷¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título LXXX, p. 295.

³⁷² DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 594.

³⁷³ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 22.

³⁷⁴ DUARTE, Luís Miguel., op. cit.

ofício”), corrupção (promover ou aceitar)³⁷⁵.

Crimes contra a pessoa humana são compostos por homicídios (ou tentativa de) e homicídios com roubo, agressões (ferimentos e agressões com roubo), aborto e infanticídio, rapto, difamação, instigação à violência³⁷⁶. Contra a propriedade e a ordem econômica engloba o roubo (ser receptor de bens roubados), fogo posto, dívidas, matar animais, destruir árvores (culturas ou colmeias), contrabando, delitos profissionais³⁷⁷. E, por fim, os crimes contra a moral e os bons costumes reúnem incesto, violação, bigamia, sodomia, barregania de clérigo e de homem casado, as mancebas com rufião, proxenetismo, adultério, dormir com moça solteira, dormir com mulher casada, feitiçaria, alcovitagem, insultos, instigação de mulher para deixar o marido, de filhos para deixarem os pais, de criados para deixarem os amos³⁷⁸.

Um dos crimes mais sérios previsto nas *Ordenações Afonsinas* era o de traição, em gravidade é superado apenas pela heresia. A legislação é dura com os culpados de traição, especialmente a que se configurasse como lesa-majestade, “que se chama em linguagem treição cometida contra ElRey”³⁷⁹, e a pena era a morte, fossem os acusados gente comum ou fidalgos. Diferentemente dos crimes comuns, os nobres traidores não estavam isentos do pregão. O pregão depunha contra a honra do acusado; no caso dos nobres, era uma mácula para toda a casa senhorial e, justamente por isso, estes senhores estavam usualmente isentos. Nos casos de traição contra o rei, o ultraje deixado pelo anúncio público da falta cometida era um instrumento do monarca para subjugar não somente os traidores como toda a sua área de influência, representando uma afirmação do poder régio. “Justiça que manda fazer El-Rei nosso senhor; manda degolar D. Fernando [...] por cometer e tratar traição e perdição de seus reinos e sua pessoa Real quem era”³⁸⁰, assim foi anunciada a morte do mais poderoso dos senhores do reino ao tempo de D. João II.

A existência e o reconhecimento de uma identidade jurídica da mulher ficam bem demarcados no crime de traição. A nódoa deixada por este crime manchava também os filhos do traidor, que a lei determinava que ficassem “enfamados” para sempre e jamais pudessem ter honra ou dignidade novamente, não podendo herdar nem mesmo ofícios,

³⁷⁵ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo* (1459-1481). Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 324.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Ibidem, p. 324-325.

³⁷⁸ Ibidem, p. 325.

³⁷⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título II, p. 16.

³⁸⁰ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 1, capítulo XLVI, p. 106.

salvo se o rei restituísse sua fama e seu estado, como ocorreu com a casa de Bragança restaurada por D. Manuel I. Porém, a mulher do traidor não era confundida com seu esposo e o rei determinava que “honde ela fosse casada per carta de metade, averá toda a sua metade em salvo; e honde fosse casada per carta d’arras, averá toda sua dote e arras compridamente, sem embargo da maldade cometida pelo marido”³⁸¹. A mulher era entendida como indivíduo separado do marido e, portanto, isenta de culpa. Se os filhos estavam excluídos da herança paterna devendo ficar “enfamados pera sempre” e impedidos de receberem honra e dignidade, as filhas “dos trédores bem podem herdar a sua direita, e lydema parte da herança de sua Madre”³⁸². Essa diferenciação está ligada à ideia de que as filhas eram incapazes de dar continuidade ao nome do traidor já que ao casarem-se integram uma nova família. As *Ordenações* advertem “nom deve homem pensar, que as molheres fezessem treïcom, nem semelhassem em esto seu Padre, como os barooës”³⁸³ e, portanto, não deveriam ter as mesmas penas.

Não obstante mantivesse seus direitos sobre bens e propriedades, detendo uma personalidade independente do marido, havia o aspecto social em que as esposas lhes deviam sujeição e fidelidade. Em 1487, D. João II, em conselho com os doutores Fernão Rodrigues, Nuno Gonçalves e João Teixeira (chanceler-mor), além do conde de Villa Real, o mordomo-mor, Ruj de Sousa, e o regedor da Casa da Suplicação, decidiu sobre o destino das mulheres dos traidores que estavam em Castela por ocasião das mortes dos duques de Bragança e de Viseu. Em consonância com a ideia de que o casamento era um instrumento de controle da sexualidade ilícita, deliberavam os homens que por direito e razão as esposas deveriam estar com seus maridos “por ellas e elles nom pecarem com outros” e por isso deveriam ser mandadas para eles, pois, ainda que as mulheres não devessem ser desterradas pela culpa dos maridos, “Castella he tam vezinha a estes Reynos que nom deue de entender mandarem as laa asj per pena”³⁸⁴, como seria se fossem mandadas para uma das ilhas nos domínios de Portugal.

No entanto, enviar as mulheres dos traidores e seus filhos implicava alto custo, não só monetário – porque as mulheres não eram culpadas e, por isso, o monarca não poderiam enviá-las a Castela sem lhes dar *mantimento* –, mas também humano, “uendo quanta gente nobre era perdida”. Decidiram, então, que as mulheres não seriam mandadas para Castela a

³⁸¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título II, p. 16.

³⁸² Ibidem, p. 17.

³⁸³ Ibidem

³⁸⁴ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 251.

menos que por vontade própria³⁸⁵. Não se tratava somente de seguir a lei, a norma religiosa ou o costume; diversos fatores concorriam para a determinação da vida e dos papéis das mulheres.

As mulheres estavam isentas de castigo por delitos cometidos pelos maridos, mas poderiam ser punidas por suas próprias faltas com tanto rigor quanto os homens. Chamar “aaqui d’ElRey” significava pedir socorro, invocar a autoridade máxima, o juiz supremo, o maior poder do reino. Longe da corte e dos ouvidos do rei, nos *arroidos*³⁸⁶ em pequenas vilas, nas agressões em domínios senhoriais, poderia parecer mais conveniente ou mais eficaz pedir ajuda em nome de outro salvador. Entretanto, ao fazê-lo, atestava-se que *El Rey* ou sua força não chegava até aquela localidade, de modo que determina a lei “que nehuum nom seja tam ousado, que por arroido que se levante chame outro apelido, senom somente *aaqui d’Elrey*”³⁸⁷. E aquele que o fizesse, “e esto se entenda assy nas molheres, como nos homeês”, seria degredado da cidade e seu termo por cinco anos.

Numa noite, em aflição, vendo o juiz da vila de Torres Vedras tentar prender seu marido por “hua culpa que lhe punham” Margarida Afonso não chama pelo rei; em vez disso, grita “aaqui de Gomez Soarez”, possivelmente o alcaide-mor e conselheiro do rei. É denunciada em inquirições devassas e, temendo a justiça, Margarida foge e “hamdava ora ainda por ello amorada e fora de sua casa”. Solicitou o perdão régio pela honra da morte e paixão de Cristo, alegando que era uma mulher pobre que não andava em casas alheias. O rei aquiesce, mas uma falta como esta era comprovação de que o rei não chegava a todos os recantos do reino e seu nome não bastava como escudo, por isso o perdão régio é concedido mediante o pagamento de “mil reais brancos” para a Piedade³⁸⁸.

Mulheres e homens nobres eram também postos em igualdade de culpa na lei do tempo de D. Dinis sobre pessoas que acolhiam malfeitores, ajudando-os a evadir a justiça. A lei determinava que ninguém acolhesse aqueles que se soubesse planejar matar ou ferir outro. D. Afonso IV, nas cortes de Santarém, retomou a matéria e determina:

³⁸⁵ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 251.

³⁸⁶ Ao propor um léxico das desordens, Luís Miguel Duarte define os *arroidos* como rixas repentinas que não envolviam grupos estruturados, poderiam envolver duas pessoas desarmadas ou até mesmo acabar “numa cena generalizada de pancadaria onde não faltam armas”. DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. *Revista da Faculdade de letras – História*. Porto, II série, v. 13, 1996, p. 235.

³⁸⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título LXXI, p. 280.

³⁸⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 62v.

“Ricos Homeês, nem Ricas Donas, nem Cavalleiros, nem tragam comsigo degredados, nem outros malfeitores; e se os colherem, ou comsigo trouverem, mandamos ass Justiças, que lhos peçam, e se lhos dar nom quiserem, que lhos tomem, se os logo se si nom quiserem lançar: e eles nom sejam ousados de lhos tolher, nem defender, e se o fizerem, estranhar-lho-a ElRey nos corpos e nos averes”³⁸⁹.

Parece não ter sido suficiente, porque os povos tornam a reclamar com D. Fernando nas cortes gerais de Lisboa, afirmando que nos lugares e vilas existiam muitos malfeitores e outros homens que iam contra as posturas da cidade. Estes criminosos estavam sob a proteção poderosa da nobreza, que dispunha de braços armados, assim, os funcionários da justiça não ousavam prendê-los, levando grandes danos à localidade³⁹⁰. Ao que o rei responde que “os prendam em esses bairros quaeesquer que sejam”, fazendo justiça e novamente determinando que ninguém fosse ousado de defender os malfeitores nem impedir a execução da justiça, sob pena da mercê real³⁹¹.

Nas cortes de 1481-82 os procuradores dos concelhos tornaram a se referir a esta questão e, embora não mencionem diretamente o gênero feminino, sabemos pelos pedidos acima citados que decerto as mulheres também estavam envolvidas. Além disso, temos exemplo de um rufião Ruy Migueez, criado da infanta D. Brites, cuja atividade ilícita era conhecida das justiças e do rei, pois a manceba que mantinha na mancebia³⁹² foi beneficiária de uma carta de perdão³⁹³. Nesta altura, os povos afirmam que malfeitores se abrigavam em terras de jurisdição de “gramdes ou Senhores as quaees os amparam e defemdem em quamto em esas teras stom” e pediam que o rei autorizasse juízes, corregedores e ouvidores a prender os malfeitores que assim fugiam da justiça. D. João II responde que “nom entende de emnouar” neste caso, uma vez que o direito e as ordenações do reino já determinavam que seus oficiais devessem prender os criminosos e aqueles que não executassem seu ofício deveriam comparecer à corte para prestar esclarecimentos.

³⁸⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título C, p. 357.

³⁹⁰ Cf. MORENO, Humberto Baquero. Bandos nobiliárquicos em Olivença em fins do século XV. *Revista de História*, 1985. N.6, p. 121-144 e Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos fins da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1988, II série, v. 5, p. 116; DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. *Revista da Faculdade de letras – História*. Porto, II série, v. 13, 1996, p. 231-248.

³⁹¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título C, p. 357.

³⁹² As mancebas da mancebia eram prostitutas que poderiam, ou não, ter rufião.

³⁹³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl.156.

Com relação aos senhores, afirmou o rei que era por “ordenação velha e noua”³⁹⁴ que se determinava a atuação para com eles.

Não somente fidalgos protegiam criminosos. Inês Vasques, “mulher pobre” da vila de Estremoz, auxiliou seu parente acusado de furto a fugir dos homens da justiça. Pero Gomes se escondera na igreja, travestira-se em roupas de mulher e, certificando-se de que não havia juiz, alcaide ou algum dos ofendidos pelo seu crime, fugiu a cavalo. Inês precisou conquistar o perdão de Álvaro da Ceia, a vítima do furto de seu parente. Como a fuga se deu sem nenhuma ofensa ou dano público e a parte lhe concedeu o perdão, o rei a perdoou mediante o pagamento de quinhentos reais para a Piedade³⁹⁵.

Estar preso no medievo português era um estado transitório, pois a prisão não era um fim em si mesmo, era um período intermediário até a execução da sentença, mas ainda assim poderia inspirar temor nos réus. Este medo decorria não somente das péssimas condições em que eram mantidos, mas também dos gastos decorrentes de uma temporada na prisão, que era “terrível, causando um acentuado sofrimento físico e deixando de rastos a honra de quem por lá passa”³⁹⁶. Em 1482, os presos eram abandonados à própria sujeira na cadeia do Porto, pois o alcaide pequeno e seus homens, receando fugas, não os transladavam para locais mais apropriados. As condições de higiene eram insalubres ao ponto do odor fétido emanar até as portas da cadeia, levando as autoridades a obrigarem o alcaide a providenciar a limpeza³⁹⁷.

Os presos deveriam arcar com todos os custos decorrentes de sua permanência e aqueles mais pobres poderiam se ver completamente desamparados. Gracilda Alves, em sua tese de doutoramento, verificou os custos em questão: ao ser preso, cinco soldos da “moeda antiga” a guisa de pagamento pela estadia, independentemente de sua duração, além de dois soldos para o carcereiro e seus homens. Havia ainda dois reais de *mal entrada* referentes “ao pernoite (a dormida e mais a água que iria beber durante o dia)”³⁹⁸; quando libertado, pagaria ainda dois reais ao homem que tiraria seus ferros. Mediante tais

³⁹⁴ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 116.

³⁹⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 29.

³⁹⁶ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 482.

³⁹⁷ Cf. MORENO, Humberto Baquero. Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos fins da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1988, II série, v. 5, p. 113-129.

³⁹⁸ ALVES, Gracilda, *Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha*. (1385-1481). Niterói: Tese (Doutorado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 253.

condições podemos considerar que se o perdão régio poderia depender do perdão das partes ofendidas, o preso tinha mais chances de sucesso se permanecesse solto, evadindo os oficiais de justiça.

A fuga da prisão era também um crime contra a ordem pública, e algumas vezes os condenados recebiam ajuda de seus parentes e até do próprio carcereiro, revelando curiosas e complexas relações entre os indivíduos. Catarina Eanes era moradora da vila de Alenquer e seu marido estava preso, acusado de dormir com uma cunhada que engravidara dele e matar a criança. Vendo-se obrigada a ajudar “por seer sua molher”, fornece uma corda para seu marido, que “fugira da prisam donde jazia”. Temendo a justiça, amou-se e pedia o perdão, que o rei concedeu mediante o pagamento de mil reais brancos ao esmoler³⁹⁹.

Inês Gonçalves⁴⁰⁰ também saiu em defesa de seu marido quando os juízes ordinários de “villa Ruiva” vieram em sua casa por ferros em seus pés e levá-lo para a cadeia. Junto com sua sogra, Aldonça Martins, Inês afirmou que a prisão não era justa e que os juízes agiam “temcoeiramente e com o mall que lhe queriam e nom por erro allguum que fizesse”. Estava configurada a injúria prevista nas *Ordenações*. As leis afirmavam que quem desprezava o julgador do rei, prezava menos o próprio rei, afinal, tudo o que o “Julgador d’ElRey faz julgando, ou fazendo qualquer outra cousa, que a seu Officio perteença, em nome d’ElRey o faz”⁴⁰¹. Os juízes ordenaram que ela saísse de casa sob pena de degredo em Arzila, e, como “nom se curara de sayr fora de sua casa”, incorreu também no delito de desobediência, razão pela qual se via à mercê da benevolência régia, que impôs a dura pena de quatro mil “reais” para a Piedade.

Beatriz “gaga” teve um interessante histórico com fugas de prisão. Estava presa já há seis meses na cadeia do corregedor da vila de Castelo Branco quando foi solta pelo carcereiro que, insatisfeito por não receber seu soldo, liberou seus detentos. Tempos depois, foi presa novamente e o novo carcereiro a trazia com uma corrente presa a um ferrolho e, um dia, quando percebeu a porta da cadeia aberta, fugiu “sem quebrar nenhuuas pressoes nem portas nem romper paredes”. Uma vez livre amou-se e, mais tarde, como queria se “poer a direito” e provar a sua inocência das causas que a levaram a prisão inicialmente, pedia perdão ao rei, que o concedeu mediante o pagamento de seiscentos

³⁹⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 23v

⁴⁰⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 98v.

⁴⁰¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título LXXXI, p. 336.

“reais”⁴⁰². Se comparadas com as cartas de fugas de cadeia perpetradas por homens, não encontramos diferenças entre estas e aquelas dadas às mulheres. Estevão Gomes declara uma situação bastante semelhante à de Beatriz “gaga”: estando preso, uma noite encontrou a porta da prisão destrancada e fugiu, e pedia mercê “por quanto se ele queria liurar E a mostrar por sem Culpa daquillo porque preso”. Pagando quatrocentos “reis”, recebeu o perdão régio⁴⁰³.

Para que crimes e culpados fossem apurados, a credibilidade das testemunhas era fundamental, pois eram suas declarações que embasavam petições e inquirições. Sua importância é ateste nas *Ordenações* com a transcrição de uma lei de D. Dinis que punia exemplarmente aqueles que testemunhassem em falso ou obrigassem alguém a fazer “por algo que lhes dam”: os culpados teriam seus pés e mãos decepados e seus olhos tirados. No entanto D. Afonso V relata que as penas não eram aplicadas por serem muito graves, de modo que os culpados recebiam penas mais leves e com isso “se atreviam ligeiramente a testemunhar falso”. Determina, então, que todos que falso testemunho dessem seriam açoitados publicamente e suas línguas seriam cortadas. A punição recaía sobre o instrumento do pecado: “com a lingoa pecou, que em ella aha de seer punido”. Pagaria também todas as custas dos danos resultantes de sua falsidade.

O falso testemunho de Luíza Piris no caso da morte de um bebê foi determinante para a condenação de três pessoas, que fugiram ao serem acusadas do infanticídio, mas antes da fuga pediram que ela mudasse seu testemunho. Por “ella ser moler sinprrez”, mudou sua versão dos fatos incorrendo em crime. O rei a perdoa com a condição não somente do pagamento de três mil “reais” para a Arca da Piedade como de um ano de degredo em Ceuta⁴⁰⁴. Beatriz Fernandes, uma mulher viúva, foi testemunha em uma inquirição geral da cidade de Lisboa que levou à prisão o judeu Baru Abaz. Sendo novamente questionada em uma inquirição judicial que lera seu primeiro testemunho, afirmou que “o nom disse asy como se em elle contya, nem o detera a tam asenmtadamente como o tabaliam o esprevera”. Como se desviara muito entre os testemunhos, amou-se, para então pedir a mercê real, que lhe impõe a pesada pena de que “fosse estar em cada hũu dos lugares das partes d’Africa hũu anno comprido”⁴⁰⁵.

O título XXX do quinto livro das *Ordenações* dedica-se aos homens e mulheres que

⁴⁰² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 27, fl. 5.

⁴⁰³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 17, fl. 8.

⁴⁰⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 15, fl. 91.

⁴⁰⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 87v

fazem acusações na justiça e depois “desampam-nas maliciosamente”⁴⁰⁶ com o objetivo de causar dano aos seus acusados ou para prolongar o tempo que os presos ficariam encarcerados, aumentando as custas do processo com inquirições que correriam por conta dos presos. O rei decide que “pera nom fazer tal malicia, nem os acusados receberem tal dâpno e sem-razom”, as justiças ordenariam a venda dos bens daqueles que desamparavam as acusações, tantos quantos necessários para pagar as custas. Seriam então apregoados por três dias os bens móveis e por nove dias, os bens de raiz. No caso de não haver bens, o acusador seria preso e só seria solto mediante todo o pagamento.

No “Capitollo dos que testemunham por fazer mall a outros” das cortes de Évora, os procuradores dos povos fazem afirmações muito semelhantes, informando ao rei que pessoas suspeitas se oferecem para testemunhar pelo mal que querem aos acusados “pemsamdo que lhe poderom per tall moodo empeeçer sen sua despeza e dapnoo de sua fazemda”. Suas vítimas padeciam longa e injustamente em prisões, perdendo seus bens, o que trazia muitos danos ao reino⁴⁰⁷.

Os homens foram aprendendo a servir-se do sistema [...] uma vez que apresentar uma querela não é complicado nem arriscado, eles começarão a fazê-lo, em doses maciças, para fazer mal àqueles de quem não gostam ou, sobretudo, *para pressionar acordos favoráveis e indenizações*. [...] Uma pessoa acusa outra perante um tabelião ou um juiz, forçando-a a fugir ou provocando a respectiva prisão, logo constrangendo-a a um entendimento, em que a parte querelosa é, em principio, quem dita as regras. Conseguindo o objectivo, desinteressa-se da sequência e abandona a acusação.⁴⁰⁸

A malícia surge na acusação de sodomia sofrida pelo carpinteiro Estevão Pires. Não era acusação de pouca monta, as *Ordenações* afirmavam que, sobre todos os pecados, o mais “torpe, çujo, e deshonestto”⁴⁰⁹ era o da sodomia “e nom he achado outro tam avorrecido ante DEOS, e o mundo”, uma ofensa a toda a criação. Por este crime, os sodomíticos eram condenados à fogueira para serem transformados em pó pelo fogo e assim não restasse memória nem de seus corpos nem de suas sepulturas. O carpinteiro de

⁴⁰⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XXX, p. 111.

⁴⁰⁷ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 82.

⁴⁰⁸ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 469.

⁴⁰⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 5, título XVII, p. 53.

Montemor-o-Velho estava em demanda com seu sogro, que não lhe havia pagado o casamento com Isabel Afonso; esta, “como sinpriz molher e ser moça de pouco emtender”, por induzimento de seu pai, acusa falsamente o marido de sodomítico. Como a querela era falsa, Estevão Pires foi solto e sua esposa se amou, mas conseguiu o perdão do seu marido, que dizia estar certo de que ela só agira daquela maneira por “consselho e emduzimento”. Foi perdoada mediante o pagamento de “mill” para a Arca da Piedade⁴¹⁰.

Disputas individuais e querelas por vezes transformavam-se em agressões físicas e violentas. Inês Eanes foi autora de uma querela contra Leonor Gomes, uma mulher casada moradora em Arronches. Em razão da inimizade, “estamdo huum dia ssegura na praca a porta de huum ferrador”, Leonor lhe dera uma grande pancada na cabeça que resultou em uma ferida, pela qual Inês esteve “naz maaons de mestre”, de modo que logo ficou sã e sem deformações. A agressora fugiu e, andando amorada, conseguiu o perdão de sua vítima, que afirmava não querer mais demandar “pello amor de deus” e conquistou a carta régia mediante o pagamento de oitocentos “reais” para a Piedade. Violante Esteves foi agredida a punhos por Constança “pequena” e Beatriz Nunes⁴¹¹, e o conflito foi solucionado com o perdão das partes e a condenação ao pagamento de quinhentos “reais”.

Algumas vezes as mulheres cometiam violência junto com seus maridos. Branca Magalhães, moradora do julgado de Lanhoso, juntamente com seu marido fora querelada por um alfaiate que os acusava de desonrá-lo com “muitas maas palavras” e de agredi-lo fisicamente com uma lança, uma espada e um punhal. Com estas armas o casal de criminosos lhe deu “duas feridas pollo visto pequenas com ho punhall que se nom empergavam e outra pollus peitus com o dicto punhall”⁴¹². Ao solicitar o perdão régio, Branca apresenta o instrumento público em que o alfaiate declarava que lhe perdoava tudo “polo amor de Deus” e, sendo assim, o rei impõe apenas o pagamento de mil “reais brancos” para a Arca da Piedade.

Maria Fernandes e sua mãe, Leonor Gil, moradoras do Alandroal, reuniram três crimes: violência física, agressão a um funcionário régio e fuga da prisão. Por “pallavras que dizia que ella disera”, o almotacé Duarte Ferreira mandou que Rui Fernandes, alcaide pequeno da vila, prendesse Maria Fernandes. Ela resistiu à prisão e, auxiliada por sua mãe, agrediram o alcaide e “deram nelle alcaide e sobre seu ofício ho lançaram do cham e lhe fizeram ofenssa”. Foram presas, ficando em poder do carcereiro Rui Lopes, e processadas

⁴¹⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 108.

⁴¹¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 35v.

⁴¹² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 121.

pelos juízes da vila que determinaram o degredo do termo por seis meses, porém, enquanto aguardavam a apelação, uma grande pestilência se abateu sobre a região e “a gente fugira toda”. O carcereiro então as soltou com a condição de que elas voltassem à prisão após a peste. Vendo o processo, o corregedor da comarca julga que deveriam ser degredadas por dois anos para Marvão com pregão e baraço, e as acusadas se amoram. Maria Fernandes faz duas solicitações: perdão pela fuga da cadeia e o levantamento do “baraço e pergam”; o monarca concede e a ré poderia cumprir o degredo sem a humilhação pública, mas para tanto deveria pagar trezentos reais para as “despesas de nossa relação” pela fuga, e para a Piedade mil “reais” pelo levantamento⁴¹³.

As pressões econômicas sobre as condições materiais das mulheres do povo que lutavam para subsistir também surgem nas cartas de perdão através dos roubos de gêneros agrícolas. Uma inquirição devassa tirada na vila de Aguiar da Beira levou à acusação de roubo de Inês Afonso, uma mulher casada moradora do termo da vila. Pessoas que “lhe bem nom queriam”, a “defamarom” acusando-a de vários roubos de coisas de pouca valia. De Pero Martins subtraiu “dous paes de cemteo”; de Gil Eanes, “dous pichees de vinho e huua meada d’estopa”; de João Luís “huua pucaro de vinagre”; de Lourenço Vaz “meia canada de vinho” e de Diogo Fernandes roubou palha. Também ela, temendo a justiça, se amora e busca o perdão das partes para então solicitar o diploma régio.

A ré insiste em afirmar inocência até mesmo no pedido do perdão, e suplica em honra da morte e paixão de Cristo que o rei a perdoasse “per rezam das cousas sobre dictas em que a assi cullparom na dicta devassa”⁴¹⁴. O perdão é concedido mediante o pagamento de trezentos “reais brancos” para a Piedade. Embora a documentação não forneça maiores detalhes sobre as condições da suposta ladra, não podemos deixar de considerar o peso dos direitos senhoriais na manutenção de uma família que manejava pequenas parcelas de terra.

Os pesados encargos parecem ter feito pressão também sobre o casal formado por Catarina Alvares e Álvaro Souza, lavradores no “couto de couelhaam”. Catarina envia uma solicitação ao rei na qual explica que testemunhas de uma devassa acusaram-na de roubar pão⁴¹⁵, sendo dois alqueires de João Delgado e seis alqueires de Gil Afonso. O casal conseguiu o perdão das partes e pediu por mercê “que a homra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesys cristo lhe perdoassemos”, e o perdão foi concedido com o pagamento de

⁴¹³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 50.

⁴¹⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 50.

⁴¹⁵ Neste caso, por pão entende-se não o pão já cozido, mas o cereal, a farinha.

setecentos “reis” para a Piedade⁴¹⁶.

Dos crimes ligados à moral e os bons costumes, um dos principais é o adultério. Embora a religião e até mesmo a lei admoestassem o homem casado à fidelidade, as relações extraconjugais não eram condenadas; ao contrário, aludindo à atividade sexual masculina, o provérbio afirmava que “mal vai o rato que não sabe mais que um buraco”⁴¹⁷. São Paulo afirmara que os esposos não teriam poder sobre seus corpos, pois pertenciam um ao outro⁴¹⁸, mas relações masculinas fora da esfera do casamento eram toleradas, sendo passíveis de punição apenas quando se configuravam como barregania de casados, a qual abordaremos adiante. Desse modo, o adultério era um crime essencialmente feminino. Ela é a adúltera; o adúltero é o homem que teve afeição carnal com uma mulher casada, não o marido infiel.

Esta transgressão era tão comum e frequente que os legisladores se dizem incapazes de controlá-la. Segundo a lei, os adultérios eram “mui ousadamente acostumados em Nossos Regnos”, quando da ausência dos maridos, muitas mulheres viviam em pecado e dormiam “notoriamente com quem lhe apaz, em face e vista de toda a vezinhança, atrevendo-se que posto que pubricamente”⁴¹⁹. É quase possível inferir a indignação do legislador com a ousadia das mulheres e sua impotência perante o desregramento quando afirma que a justiça não as podia prender, pois era necessária a querela de seus maridos, que estavam ausentes do reino ou do lugar onde moravam. Há uma resolução no final da lei e, embora o texto esteja inacabado e possua muitos intervalos em branco marcados por reticências, há ordem real no sentido de que tais mulheres fossem presas.

Ordenamos e Mandamos avante, se alguma molher casada, seendo seu marido fora da terra, ou lugar onde ambos vivem, ou sendo ella do dito seu marido, posto que na terra este vivendo outra caza, e nom com o dito seu marido, tomar com que notoriamente viva em adulterio, ou notoriamente homeês em face e em vista de toda a vezinhança proveer acerca de sua maa vivenda, tanto que com ella viver, e assy prenda ella soamente quando⁴²⁰

Possivelmente o legislador tinha razões para demonstrar indignação; o perdão concedido a Beatriz Eanes é particularmente esclarecedor. Casou-se por palavras de

⁴¹⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 14, fl.1v.

⁴¹⁷ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 47.

⁴¹⁸ 1 Coríntios, 7:4. BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2004.

⁴¹⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, p. 419.

⁴²⁰ Ibidem, p. 419-420.

presente com Rui Vasques, “cuidando ella que elle era solteiro”. Entretanto, foi abandonada pelo marido que levou consigo “do que ele achara o que lhe aprouvera”, e ficou a saber que Rui Vasques já era casado com Inês Pires. Acreditando que seu casamento não tinha validade iniciou um relacionamento com um escudeiro e com ele foi achada à noite pela justiça, sendo presa por adultério. Foram tiradas inquirições que confirmaram o casamento anterior de seu marido “aa porta da Igreja”, o que a isentava de culpa de adultério, porém, ao emitir o perdão, o rei pondera que ela ainda não se encontrava separada de Rui Vasques “per Senteça da Igreja como devera” quando envolveu-se com outro homem, de modo que a mercê ficava condicionada ao pagamento de quinhentos “reais”⁴²¹.

O título XII das *Ordenações* nos esclarece sobre penas e condutas. D. Dinis relata que chegou a seu conhecimento que muitos males e homizios aconteciam em razão de “tortos” que as mulheres casadas faziam a seus maridos e, para remediar a situação, determinou que toda mulher que fosse da casa de seu marido para fazer adultério com alguém “que ella, e aquelle, com que se for, ambos moiram”⁴²². Porém, se ela fosse forçada, deveria fazer os sinais de força⁴²³ e nesse caso só seu raptor morreria. D. Dinis incluía na lei os fidalgos e “outras gentes”, que deveriam restituir quaisquer prejuízos e danos sofridos pelo marido.

A situação era tal que D. Afonso IV, sobre os adultérios, afirmou:

Som muito maaos, contra voontade de DEOS, e em grande dapno da prol comunal da terra, por muitas razooês , que cada huñ pode entender, quiserom os Sabedores antigos, que fossem contados antre aquelles peccados infernaes, a que chamam mais graves, de que pode accusar cada huñ do povoo. E como estes peccados som tanto usados, e per tam gram tempo, sem estranhamento de Justiça, que os homeês os nom ham por graves, que por elles devem d’aver pena, per que devessem entender o contraio, que quanto o peccado he mais grave, tanto delle mais usam, delle, assy como se lhes fosse outorgado de o fazerem”⁴²⁴.

⁴²¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 81v.

⁴²² ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XII, p. 44.

⁴²³ Abordamos os sinais que a mulher deveria fazer para provar a violência sofrida no capítulo anterior. Para “provar a força” que ocorresse “em povoado” a mulher deveria passar por três ruas gritando *vedes que me fazes* seguido do nome de seu agressor, se ocorresse “em deserto” havia cinco sinais a cumprir: gritar “vedes que me fez Foam” na hora da força, estar toda carpida, gritar e queixar-se pelo caminho para a vila “vedes que me fez Foam”, ir diretamente para a vila, e, sem entrar em qualquer lugar, ir à justiça. Ibidem, livro 5, título VI, p. 30.

⁴²⁴ Ibidem, título VII, p. 32.

Ciente da lei de seu pai, D. Afonso IV afirmou legislar apenas sobre as mulheres levadas da casa de seus maridos e, por isso, estabeleceu que daí em diante todo homem que se relacionasse com uma mulher que ele soubesse ser casada, sendo fidalgo tendo “maravidys de nós, ou de rico homem”, perderia tudo e seus bens seriam entregues ao homem traído. Se o marido não quisesse os benefícios, seriam absorvidos pela Coroa, e o adúltero fidalgo seria ainda expulso do senhorio. Porém, se fosse um homem comum, morreria.

D. Afonso V confirma que um fidalgo de solar que cometesse adultério com mulher ciente de que era casada, “assabendas”, mas não a tirasse de seu marido, não morreria como previsto anteriormente por D. Dinis. Mas a dignidade do adúltero só seria empecilho para a pena de morte se o homem traído não fosse seu semelhante. A mulher, por outro lado, poderia ser perdoada pelo marido, a quem era entregue no caso de “simprez adulterio”, um costume também confirmado por D. Afonso V por ser “em favor do Matrimonio”. A questão ganhava maior complexidade se aquele com quem a mulher cometeu adultério fosse seu parente “em tal graao”⁴²⁵ ou fosse algum judeu ou mouro⁴²⁶ e, neste caso, mesmo com o perdão do marido ela responderia pelo crime de pecar com essas minorias.

Uma acusação de adultério punha em xeque não somente a honra de uma mulher, mas principalmente a de seu marido, e nisto residia a importância que este crime assumia no distúrbio da ordem social. Por isso também as punições eram severas, e a morte da adúltera e o perdão ao marido traído eram previstos nas leis. D. Dinis preocupou-se com os homens que matavam suas mulheres “a direito” e fugiam por medo da justiça, instando-os a que “nem se catem de mim, nem da minha Justiça”⁴²⁷ e que, quando matassem suas mulheres, que logo enviassem dizer ao monarca por “Cartas çarradas”, seladas pelo concelho e com os sinais do tabelião que as registraria nos livros.

D. Afonso IV ratifica, afirmando que todo homem que matar a mulher por adultério, mesmo que não a flagre no delito, não morreria nem sofreria outra pena. D. Afonso V completa afirmando que passaria ao marido todos os bens da mulher, mas em

⁴²⁵ A lei não esclarece o grau de parentesco, mas, considerando que os casamentos estavam proibidos entre parentes de até 4º grau, podemos supor que o mesmo parâmetro se aplica.

⁴²⁶ A pena pelo ajuntamento carnal entre cristãos, mouros e judeus era a morte, salvo alguns atenuantes no caso das mulheres forçadas, ou daqueles que pecaram por ignorância. Ver livro 5, título XXV – “Do Judeu, ou Mouro, que dorme com alguma Christã, ou dos Christão, que dorme com alguma Moura, ou Judia”.

⁴²⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVIII, p. 55.

caso de haver filhos ou netos legítimos, seriam eles a herdar os bens. Se o adúltero fosse cavaleiro ou fidalgo, o homem traído não deveria matá-lo por reverência à sua honra e estado, a menos que achasse os adúlteros no ato do pecado e nesse caso a pena de morte por assassinato seria relevada “polla grande door, e sentido, que ouve de sua deshonra, achando-o assy como o achou com sua molher”⁴²⁸.

Mesmo que o casamento fosse apenas de fato e não de direito “por causa d’alguã embargo de divido, ou cunhadia”⁴²⁹ a pena capital se manteria, como se “per direito fosse valioso”, desde que ao tempo do pecado o casal fosse reconhecido por fama pública, isto é, se nomeassem como marido e mulher e fossem reconhecidos como tais pela vizinhança. A lei prevê ainda o caso de um homem que faz adultério com uma mulher bígama: caso o segundo marido soubesse que ela era casada antes de si, o adúltero não deveria ser punido, pois o monarca considera que não houve injúria ao segundo marido, que sabia ser a mulher casada antes dele. Mas seriam ambos punidos “per alvidro do Julgador” pela intenção corrupta que tiveram ao cometer adultério.

Beatriz Fernandes era uma mulher viúva, mas quando ainda era casada envolveu-se com João Afonso, também casado à época, com quem viveu teúda e manteúda e tivera um filho. Muito embora já houvesse decorrido muito tempo e ela já estar separada deste homem, Beatriz, temendo a justiça, se amou e, pelo “pecado passado”, o rei a perdoa sem nenhuma pena⁴³⁰. Situação esta muito diversa dos rigores previstos por lei. Se por um lado, a decisão do monarca parece minar a força da ordenação, por outro demonstra sua atuação como dispensador de graças, rei justo a quem os súditos poderiam recorrer. Além disso, reforça a ideia de que a morte de um criminoso não servia ao reino, sendo do interesse da governança e do monarca habilitar essas pessoas para o retorno ao convívio social e a uma vida produtiva.

Outro aspecto do desregramento sexual era a prostituição, considerada um mal necessário na sociedade, “tal como uma latrina é necessária num palácio”⁴³¹. A prostituição desempenhava um papel fundamental no ordenamento social, pois a presença das *mulheres que fazem pelos homens* colaborava para resguardar as mulheres honestas da

⁴²⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVIII, p. 57.

⁴²⁹ Ibidem, título XXIII, p. 90.

⁴³⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, 5, fl. 8v.

⁴³¹ BEIRANTE, Maria Ângela. As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 222.

agressividade sexual dos homens.

Elas não tinham apenas responsabilidade social, mas também um encargo moral, pois sobre elas repousava em parte a defesa da ordem coletiva. Todas as argumentações apresentadas pelos procuradores ou advogados insistiam neste ponto que nunca foi questionado: as mulheres comuns contribuíam para defender a honra das mulheres de *estat* frente às turbulências [...] as suas eventuais fraquezas eram somente um mal menor para a comunidade e evitavam fatos mais escandalosos; elas também estavam encarregadas dos jovens e dos estrangeiros, temperavam a sua agressividade e afastavam-nos de crimes mais graves.⁴³²

Sua atividade é tolerada desde que as mancebas da mancebia não se misturassem com as boas mulheres e se distinguissem por sua profissão, pois a convivência de umas com as outras não era desejada, e sim, repelida. Assim, sua atividade passa a ser controlada desde o arruamento dos locais de prostituição – a putaria ou a mancebia como seria mais conhecida no século XV –, que vão sendo aos poucos demarcados. Esta restrição espacial deixou marcas no nome das ruas em algumas cidades portuguesas, cuja persistência no tempo é detectada por Ângela Maria Beirante⁴³³, por exemplo, na *Rua da Mancebia*, na *Rua da Mancebia Nova*, ou simplesmente na *Rua da Putaria Velha*.

Se a prostituição que ocorria nas mancebias era reconhecida e aceita por sua funcionalidade, as más mulheres e as *putas caladas* – aquelas que praticavam a prostituição em suas próprias casas – não eram bem vistas, pois se misturavam às mulheres comuns e não havia como distinguir umas das outras. A convivência das mulheres “roys que acolhem mais de huum homem” e sua má influência foi matéria de um dos capítulos das cortes apresentados à D. João II. Segundo os procuradores dos concelhos, muitas dessas mulheres ruins tomavam casas entre mulheres casadas e viúvas “de bom viuer” e faziam o que lhes aprazia com seus corpos. Sua presença era responsável por dois problemas: o primeiro era relativo à violência, pois elas “tomamse com as casadas e veuvas de boo uiuer dizemdo que sam milhores que elas” e, valendo-se dos homens com quem se relacionavam, ameaçavam-nas com pancadas e cutiladas que por vezes vinham mesmo a ocorrer.

O segundo problema estava relacionado à influência que exerciam sobre as outras mulheres, a quem despertavam inveja, pois se vestiam bem e “briosas” com o dinheiro que

⁴³² ROUSSIAUD, Jacques. *A Prostituição na Idade Média*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 49.

⁴³³ BEIRANTE, Maria Ângela. As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais* ... Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 228.

ganhavam com aquilo que os procuradores classificam como a torpeza do seu mau viver. As outras, embora honestas, são fracas “especiallmemte em aucto venereo”⁴³⁴ e poderiam simplesmente ser aliciadas pela alcovitagem das más mulheres. Nas cortes de Lisboa de 1498, já sob o reinado de D. Manuel, a reclamação persistia e os povos continuavam a discorrer sobre as más mulheres que se misturavam às mulheres casadas, mas principalmente juntava-se às moças a quem ensinavam seu mau uso para a perdição das mesmas.

O descaminho das boas mulheres é essencialmente o argumento para a condenação dos agentes da prostituição. A manceba da mancebia tinha seu lugar demarcado, sua figura não provocava a sedução nas mulheres a seguirem seu caminho, sua distinção servia mais como um aviso às outras⁴³⁵, não apresentava perigo para a ordenação social. Rufiões ou alcaïotes, e alcoviteiras eram assunto diverso. Homens, usando de sua juventude, por meio de artes, afagos e “induzimentos” tiravam mancebas de seus pais ou de seus senhores, caso vivessem por soldada, e acabavam por lançá-las à prostituição em estalagens para “pubricamente dormirem com os homeês passageiros” e tomavam-lhes todo o dinheiro que aferiam com a atividade. Por vezes, se não achassem ganho, levavam-nas para vilas e cidades maiores e de maior fama e colocavam-nas em mancebias públicas.

Denominando-se como seus rufiões, mostravam ao mundo “que as ham de defender de quem quer” e elas certas da impunidade “levantam ousadamente voltas, e arroidos com suas vizinhas”⁴³⁶ de onde se seguiam muitos males com ferimentos e por vezes morte. O monarca determina que os alcaïdes e meirinhos da corte inquirissem sobre isso onde o rei passasse, fazendo executar a lei, bem como verificassem se o corregedor e os juizes foram negligentes com os rufiões. Para que esses oficiais demonstrassem maior diligência nas inquirições e notificações o rei concede “em gallargom de seu trabalho e boa diligencia” mil “reaes”, sendo quinhentos do rufião e quinhentos da manceba, que não seriam soltos até o pagamento.

⁴³⁴ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 97.

⁴³⁵ Embora as *Ordenações Afonsinas* não façam qualquer menção à distinção específica sobre as roupas das prostitutas, nas *Ordenações* de D. Duarte constam duas leis: a primeira determina que nenhuma mulher do segre faça mais de um par de panos de “rrays” por ano e não use ouro ou prata na cinta, e a segunda define que as mulheres que fazem pelos homens não poderiam fazer por ano mais de um par de panos no valor de “xxx ssoldos”, sob pena de perderem os panos. ORDENAÇÕES Del-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 458.

⁴³⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XXII, p. 86.

As ameaças a esta atividade punia também as mancebas que tinham rufião: açoites públicos e degredo eram as penas para ambos⁴³⁷. Não obstante os rigores da lei, o monarca oferecia seu perdão às mancebas da mancebia. Maria Fernandes foi presa pelo meirinho da vila de Estremoz porque mantinha como rufião “huum bastiam vaaz”; fugira da cadeia abrindo a porta com a chave dada por “huum moço que a tinha”, levando consigo apenas os ferros. Depois de amarar-se, pediu o perdão régio pela fuga e por ter rufião. Consegue a graça, desde que devolvesse os ferros e pagasse quatrocentos reais pela fuga e vivesse daí em diante sem rufião⁴³⁸. O monarca não manda que viva honestamente ou deixe a mancebia, mas tão somente o agente da prostituição.

Maria Soares era mulher da mancebia e tinha como rufião Rui Migueez, criado da infanta D. Brites que citamos anteriormente. A ele, Maria vestia, calçava e entregava tudo o que ganhava na mancebia e era “dele emparada defessa e guardada”. O teor da carta é muito específico: a mulher não pede perdão por estar na mancebia, seu requerimento refere-se somente à transgressão de ter rufião. A resposta do monarca também nada fala sobre a mancebia e diz “Teemos por bem e perdoamos lhe aa nosa Justiça a que nos ela por razom do pecado e maleficio que asi fez em ter o rofiam em o dicto partido era theudo Comtanto que ela nom tome o dicto Rui Migueez por rafiam e outro nenhum”⁴³⁹. O pecado e o malefício consistiam em ter um alcaiete, não em ser uma mulher pública, e mesmo estas poderiam encontrar chances para formar uma família que se adequasse aos modelos aceitos pela sociedade. Catarina era manceba da mancebia e fora condenada ao degredo por ter rufião e, por não obedecer ao degredo, foi condenada à morte e jazia na prisão. Um lavrador chamado João Dias pede perdão ao rei em seu nome, para que pudesse se casar com ela.

E que consyrando ello supricamte [...] serviço de deus e saluaçam da dicta manceba e moujdo de bom fazer porposera de lhe pidir para cassar com ella polla qual nos pedia por merçee que aRelleuassemos da morte e de toda outra penna e lha dissemos liuremente para ello com ella cassar.⁴⁴⁰

⁴³⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XXII, p. 88.

⁴³⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 20, fl. 3.

⁴³⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 156.

⁴⁴⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 5.

O monarca atende a solicitação de João Dias de relevar todas as penas em que a manceba incorrera desde que consentisse com o matrimônio por palavras de presente e vivesse honestamente. Somente quando a prostituta está para se tornar esposa é que a honestidade entra em questão.

Se as mancebias públicas salvaguardavam as mulheres honestas da luxúria dos homens, rufiões e alcoviteiras desempenhavam papel contrário, transformando mulheres honestas em mulheres *públicas*, motivo pelo qual eram também sujeitos à regulamentação desde o tempo de D. Afonso IV, em cuja redação da lei afirma que nunca “per justiça foi estranhado o mal”⁴⁴¹ feito por eles, que era contra não só a vontade de Deus, como também a prol comunal do reino, causador de mortes e homizios.

Sobre esses agentes do desregramento social, o rei determina que qualquer homem ou mulher que alcovitasse mulher virgem, casada, religiosa ou viúva que vivesse honestamente, ou consentisse que fizessem “mal de seus corpos” em sua casa, seria açoitado publicamente, expulso da vila para sempre e seus bens confiscados para o rei; o reincidente seria punido com a morte. A revisão da lei ao tempo de D. Afonso V prevê outras possibilidades e determina a pena de morte para homem ou mulher que alcovitasse a mulher daquele com quem viviam, ou fosse seu protegido; para alcoviteiras e alcaiotas de cristã para judeu ou mouro soma-se o confisco dos bens.

As inquirições devassas a acusaram Beatriz Eanes de “dar a cavallagar” para Afonso Rodrigues uma mulher chamada Beatriz Borges que era casada com Martim Vasques, o que a levou a amar-se. Como nas cartas de outras mulheres, a ré não admite sua culpa, afirmando que pela malquerença de outras pessoas fora apontada como alcoviteira. Beatriz argumentou por si própria ou a conselho, e utilizou o discurso para conseguir a simpatia régia modificando o sentido da declaração do ofendido. Pediu perdão ao rei alegando que Martim Vasques tinha por certo “que ella lhe nom fezera tall erro nem injuria” e por isso a perdoara, nesse caso a inocência fica ratificada. Porém no “publico estormento” apresentado ao rei onde constava o perdão do marido ele afirma que perdoa “pello amor de Deus aa dicta soplicamte o erro e injuria que lhe assi fezera”, uma versão muito diversa em que Martim afirma a culpa de Beatriz embora a perdoe. Não obstante os relatos distintos, Beatriz Eanes havia conseguido o perdão do ofendido, o que lhe valia o

⁴⁴¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVI, p. 52.

perdão real, desde que pagasse mil e quinhentos reais para a Piedade⁴⁴².

Catarina Martinz⁴⁴³ recebeu uma carta de perdão por alcovitagem e incesto. Sendo viúva, foi acusada por “pessoas que lhe bem nom queriam” de se relacionar com o escudeiro Gonçalo Rocha e que por seu “emcaminhamento o dito Gonçalo Roca dormira tambem com Ines Gonçallvez filha della soplicante alcovetando lha ella”. Catarina fugiu e solicitou perdão ao monarca, alegando que era “mulher pobre” e não obstante as penas previstas, a condição da graça foi somente o pagamento de dois mil “reais” para a Arca da Piedade.

Segundo Jacques Roussiaud⁴⁴⁴, e com ele concorda Maria Ângela Beirante⁴⁴⁵, são os filtros e sortilégios que provocam a condenação das grandes alcoviteiras, pois este crime só era realmente grave quando envolvia também a feitiçaria. Para Beatriz Fernandes, no entanto, a determinação régia manteve a mesma gravidade que usara em outros casos de alcoviteiras. Em uma inquirição foi acusada de “alcoveteira e que fazia feitiço e outros malefícios”. Por esse crime foi degredada da vila de Santarém, onde morava, por um ano com pregão, mas passados cerca de seis meses pede ao rei que levante os seus meses restantes porque, segundo alega, era mulher pobre e lhe parecia desonesto andar em casas alheias, o que lhe foi concedido mediante o pagamento de seiscentos “reais brancos” para a Piedade⁴⁴⁶.

O papel da criminosa tinha várias facetas: era a grande senhora que acolhia malfeitores, a mulher que ajudava seus parentes a fugir da prisão, ou ainda fugia ela mesma; era aquela que inadvertidamente questionava a autoridade régia quando, no lugar de gritar “aqui del-rei”, recorria a outro protetor; é a falsa testemunha; a agressora; é a ladra; a manceba da mancebia e a alcoviteira. Todas lançando mão dos recursos que as operações da justiça e as fórmulas documentais poderiam lhe oferecer, muito mais que receptoras passivas da lei laica e da moral clerical. Acrescentavam floreios e situações atenuantes em suas histórias, recorrendo à expressão frequente “allguunas pessoas que lhe bem nom queriam defamarom della e a culparom”⁴⁴⁷, ao ponto que, se tivermos em conta o discurso dessas mulheres, não há culpadas no reino.

⁴⁴² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 69.

⁴⁴³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 147v.

⁴⁴⁴ ROUSSIAUD, Jacques. *A Prostituição na Idade Média*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 51.

⁴⁴⁵ BEIRANTE, Maria Ângela. As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 228.

⁴⁴⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 50.

⁴⁴⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 95.

Das barregãs

*O homem fogo e a mulher estopa. Vem o diabo e assopra.*⁴⁴⁸

Nas cortes gerais do Porto, respondendo a requerimentos dos povos, D. João I⁴⁴⁹ fornece uma interessante explicação de como a barregania era compreendida naquela sociedade. Os povos buscavam o apoio do poder régio para modificar uma prática segundo a qual um homem que tivesse barregã não poderia demandá-la se ela lhe roubasse qualquer bem ao fugir. Segundo o requerimento, a prática era muito desarrazoada, pois deixava impune uma ladra. Diziam os povos:

e de mais seer outorgado em direito, que homeẽs solteiros poder teer barregaãs, e ainda que os filhos, que dellas nascem. herdaróm os beẽs dos Padres e per tal costume se da ousança, que as ditas molheres roubaróm elles, com que vivem, do que tem, pois que tal costume lhes nom ha de ser demandado; e ainda se viróm pera os homeẽs com engano desto: seja vossa mercee revogar tal costume; ca maior dâpno he robarem o alheo, e perigoo das suas almas, que viver hum solteiro com huã solteira em ajuntamento carnal.

A partir da decisão régia percebemos duas posições em relação à barregania. O rei confirmou o costume e ratificou o impedimento do homem que se viu roubado em demandar a barregã para que servisse de lição e os homens não vivessem em pecado. Para o rei, tomar uma barregã era mais condenável que o roubo perpetrado pela mulher; já aos procuradores, é o crime de roubo seguindo sem punição que lhes preocupa. As mulheres com as quais os homens solteiros se envolviam e mantinham não estavam dentre as preocupações concelhias, diferente da barregania de clérigos, como veremos mais adiante. Isto nos sugere que, na prática, a barregania não é uma questão quando se trata de homens solteiros cujas aventuras amorosas não ameaçavam a manutenção da família, nem transgrediam as leis do matrimônio ou punham em dúvida a respeitabilidade de religiosos.

A esse propósito procuramos utilizar os vocábulos como constam na

⁴⁴⁸ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 55.

⁴⁴⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XXIII, p. 93.

documentação: barregã e barregueiro. O termo barregão é usado nas fontes muito raramente, possivelmente pelas diferenças etimológicas: barregã e barregueiro eram homens e mulheres que mantinham casamentos por fama, já barregão se referia a um homem jovem e robusto e o mal barregão era o homem covarde⁴⁵⁰. É a partir do século XIV que esta prática ganha contornos que a transformam paulatinamente num crime passível punições. Na medida em que se procurava regular comportamentos e coibir condutas inadequadas como a barregania dos homens casados e dos clérigos, os termos ganharam sentido negativo. Mas esse foi um movimento que se deu lentamente como atestou José Mattoso⁴⁵¹ analisando a barregania segundo a *IV Partida* de Afonso X. Segundo este código, a mulher com quem o homem mantinha relações deveria ser de tal estado que pudesse se tornar sua esposa legítima, se ele assim quisesse, logo, a escolha da barregã era importante para que seu estatuto social e sua honra, não fossem afetados.

As leis sobre a barregania coligidas nas *Ordenações* confirmam a lentidão desta transformação, diferentes posturas foram criadas, acrescentadas ou confirmadas por sucessivos reis, sendo D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV e D. João I os principais legisladores do desregramento moral e sexual. A barregania aparece-nos como uma prática tão comum que os homens levavam suas barregãs à corte, por vezes em detrimento de suas mulheres legítimas. Foi D. Afonso III quem proibiu a presença destas mulheres, não obstante possuísse barregãs, de fato, eram frequentes os amores ilegítimos dos monarcas: D. João II, por exemplo, “sendo Príncipe e casado”, relacionara-se com D. Ana de Mendonça, “uma mulher muito fidalga e moça formosa, de mui nobre geração”⁴⁵². O recrudescimento da lei que impedia a presença de barregãs na corte ocorreu com D. Afonso V, ao determinar que os homens que as trouxessem perderiam o mantimento que tivessem do rei ou, se fossem homens sem mantimento, seriam degredados da corte.

Em um dos principais títulos sobre a barregania das *Ordenações Afonsinas*, “Dos barregueiros casados”⁴⁵³, as mulheres são mencionadas apenas em relação ao barregueiro, não são punidas exclusivamente por serem mulheres, mas por serem um meio pelo qual o homem comete o condenável pecado, papel frequentemente atribuído às mulheres – o de

⁴⁵⁰ Cf. MATTOSO, José. Barregão-barregã: notas de semântica. In: _____. *Naquele tempo*. Ensaios de História medieval. Rio de Mouro: Círculo de leitores, 2000, p.55-63.

⁴⁵¹ MATTOSO, José. A longa persistência da barregania. *Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1999. V. 1, p. 11-26.

⁴⁵² RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 2. Capítulo CXIII, p. 58.

⁴⁵³ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XX, p. 72.

instrumento para o pecado.

Dom Joham pela graça de DEOS Rey de Portugal, e do Algarve. A quantos esta Carta virem Fazemos saber, que a nós foi dito, que muitos do nosso Senhorio dapnavão suas fazendas, e dapnificavam e gastavam e perdiam seus beês com baregaãs, que tinham mantheudas, seendo casados com suas mulheres lidemas, e desemparavam suas mulheres, e delles as feriam, e traziam mal per azo de sas barregaãs, vivendo em peccado mortal, e em dapno de suas almas.⁴⁵⁴

A dilapidação do patrimônio familiar e a garantia do herdamento dos filhos legítimos era um argumento e uma preocupação frequentemente expressos na legislação. O objetivo do monarca expresso na lei era livrar o reino do pecado e de tão grandes danos. Sucessivas leis foram elaboradas agravando paulatinamente as penas para homens e mulheres, tantas que “as ditas penas som desvairadas em cada huma Ley, e em hũa som pequenas, e em outra som maiores”⁴⁵⁵.

D. João I elabora 33 parágrafos reportando-se às leis de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando com o objetivo de uniformizar a repressão à barregania. As punições consideravam o estado e as rendas do barregueiro para determinar as penas pecuniárias:

Renda (em libras)	Penas para o Barregueiro (em libras)	Penas para a Barregã (em libras)
Até 300	25	12,5
300 – 500	40	20
500 – 1.000	60	30
1.000 – 2.000	75	37,5
2.000 – 5.000	150	75
5.000 – 10.000	200	100
10.000 – 15.000	300	150
15.000 – 20.000	400	200
A partir de 20.000	500	250

Tabela 3 – Penas para barregueiros e barregãs

A lei previa algumas exceções em que as punições eram agravadas: homens que

⁴⁵⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XX, p. 72.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 73.

detivessem ofícios reais, senhoriais e concelhios como advogados, procuradores do número e físicos que fossem casados pagariam o mesmo valor daqueles que possuíam renda de 10.000 libras e sua barregã, a metade. Dos que tivessem ofício menor como tabeliães, escrivães, “que gaanhem de comer”, pagariam o mesmo que aqueles que possuíssem 5.000 libras. Ao mesmo valor ficavam obrigados os homens que possuíssem mesteres honrados como alfaiates, sapateiros, ourives, ferreiros, candeeiros. Aqueles cujos mesteres não fossem tão proveitosos ou honrados pagariam o mesmo que os que possuíam 2.000 libras. Somente após o pagamento das multas homens e mulheres seriam soltos. E para assegurar a eficácia da lei, o monarca determina que todos pudessem acusar os barregueiros e, por esta acusação, receberiam um terço da quantia aferida.

Os homens, em caso de reincidência, pagariam o dobro e, se pegos uma terceira vez, pagariam “doos-dobros”; já as barregãs pegas pela terceira vez em delito sofreriam açoite público no lugar do crime e seriam degredadas do bispado por um ano. Caso persistissem além das três vezes previstas, os barregueiros seriam presos, independentemente de sua dignidade, e só poderiam ser soltos por mandado do rei. Apesar das penas, a prática da barregania não reduzia e para “que DEOS nom seja per elles anojado”⁴⁵⁶ o monarca estabeleceu novas penas muito mais duras para as barregãs. Logo no primeiro delito, além da pena pecuniária anteriormente prevista, as mulheres seriam degredadas do lugar e do termo onde viviam; na segunda, degredadas de toda a correição.

Não obstante a constância e o agravamento das penas cada vez mais onerosas e severas, os homens casados não se abstinham de ter suas barregãs. Entre as condenações laicas e eclesiásticas e a prática dos homens e mulheres medievais, a barregania persistiu e sua ilegitimidade estava diretamente ligada ao processo de afirmação do casamento religioso como a única união aceitável. Gonçalo Anes⁴⁵⁷ e Luís Gomes⁴⁵⁸ eram homens casados que mantiveram mancebas. Gonçalo, morador no termo de Estremoz, tivera afeição carnal com Catarina, uma mulher solteira, de quem tivera uma filha e, não obstante já tivesse se separado, temia a justiça, mas é perdoado pelo rei, que não lhe impôs condições ou valores para a Arca da Piedade. Luís manteve teúda e manteúda Leonor Gonçalves com quem tivera filhos mas, “consirando elle como estava em pecado mortall”, se separa da barregã e, como no caso anterior, consegue o perdão real apenas com uma

⁴⁵⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XX, p. 80.

⁴⁵⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 3v

⁴⁵⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 41.

admoestação “que elle nom torne mais a ella”, ou seja, ele não deveria tornar a pecar – o mesmo conselho frequentemente dado às barregãs.

No caso de Luís Gomes dispomos da contrapartida feminina, isto é, foi possível localizar a carta de perdão dada à mulher que era sua barregã, Leonor Gonçalves. Ela confirma que estivera teúda e manteúda deste homem casado e que com ele tivera filhos e filhas, e, apesar de já estar separada dele, amou-se com medo da justiça. Para granjear o perdão, solicita-o primeiro a Catarina de Lagos, que foi ofendida por suas más ações. Era a esposa traída ganhando algum protagonismo, pois é sua carta afirmando perdão pelo “maleficio e pecado do dicto adulterio que lhe asi fezera e cometera com o dicto seu marido” que viabiliza o perdão do rei⁴⁵⁹. Tendo em vista a situação das três pessoas envolvidas nestas cartas confirmam-se papéis sociais, somente a barregã apresentou o perdão *das partes*, pois ela é o elemento pernicioso que serve de instrumento para a luxúria, o pecado e a concupiscência. Por esta razão pede perdão à mulher ofendida, que teve seus bens e sua estabilidade em risco; já o barregueiro pede perdão somente ao rei, lembremos que ele não é um adúltero. Em seu diploma nem mesmo consta o nome de Catarina, pois um homem não era identificado pelo nome de sua mulher.

Diferentemente das criminosas anteriormente mencionadas, as barregãs dos homens casados usualmente não tentavam isentar-se da culpa afirmando que foram acusadas injustamente ou vítimas da malquerença. Estas mulheres utilizavam uma estratégia diversa, elas confessavam o pecado e assumiam suas culpas, para então demonstrar arrependimento. Maria Vicente declarou que “esteuera por mançeba teuda e manteua de lamcarote diaz pescador homem cassado”. No lugar da pobreza, da ignorância ou de outro expediente para atenuar a culpa ou a gravidade do crime cometido, elas a atestam e utilizam como argumento explicativo para o arrependimento que ora sentiam, “consirando como estaua com elle em pecado mortall Se apartara delle”. Muitas vezes procuram não mais representar o papel da barregã, mas o da mulher já contrita que, ao tempo do pedido de perdão, já vivia “bem e onestamente”, e amiúde conseguem a graça régia sem qualquer condição, “comtanto que nom torne mais do pecado”⁴⁶⁰.

Em outra disposição, D. João I reafirma o panorama de homens casados e “os desfazimentos de suas fazendas que aviam por teerem barregãs”⁴⁶¹, que resultavam no

⁴⁵⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 41.

⁴⁶⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 2.

⁴⁶¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XX, p. 81.

desamparo de suas mulheres. Gonçalo Esteves, lavrador casado, tivera “filhos e filhas” com Catarina Afonso, mulher solteira, moradora de Évora, que fora sua manceba “theuda e mantheuda”⁴⁶². No decurso desta relação, Gonçalo Esteves manteve materialmente não só a sua família legítima como outra mulher e os frutos desta relação, e era justamente esta a preocupação expressa na lei.

Tendo o rei fixado a maior pena com base na quantia de 20.000 libras e porque “depois a nossa moeda creceo em maior valor”, os homens ricos não tinham medo das penas, pagavam-nas e continuavam a ter barregãs. Por isso o rei determina que aquele que tivesse 30.000 libras pagasse 750 de multa, os que possuíssem 40.000 pagariam 1.000 libras e assim de acordo com a renda obtida, e a mesma conta se aplicaria à multa das barregãs que, segundo o rei, não “se refream de serem barregaãs dos casados”⁴⁶³ porque eram os homens que pagavam as multas por elas.

O recrudescimento da lei gerou outros problemas. Os povos em Coimbra reclamam ao rei que a repartição da terça parte das coimas levava a muitos abusos por parte dos meirinhos, dos corregedores, dos alcaides e de outros oficiais, pois prendia os acusados causando desonra antes que o caso fosse “certo e sabudo”. Na cadeia, a cujas condições já nos referimos, eram deixados “dapnando seus bens”; os povos então pedem que o rei encurte as malícias e os danos para que as pessoas não sejam presas sem inquirição e sentença. D. João concede o pedido, salvo se se tratasse de barregueiros públicos.

Consirando Nós quanto ao Senhor DEOS apraz com a honesta castidade dos boës homeës cazados, e como em nossos Regnos ha muitos homeës casados, que notoriamente teem barregaãs, nom receando de as teer, por que sabem, que nom am por ello de ser presos, nem haver outra pena de degredo, alem da corentena de paguã, segundo forma da Hordenaçom : Queremos e Mandamos , que daqui em diante qualquer homem casado que barregã tever, pague a dita corentena da Cadêa, e seja preso, e degredado...⁴⁶⁴

D. Afonso V considera o fato de que somente as mulheres eram punidas com degredo, então, a despeito das tentativas dos monarcas, por saberem que não seriam presos ou degredados os homens mantinham suas práticas. Ao confirmar as posturas anteriores, este rei, além de ordenar que se considerem as novas moedas do reino para as penas

⁴⁶² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 3v, doc. 2.

⁴⁶³ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XX, p. 82.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 418.

pecuniárias, determina também a sentença de degredo para os homens, desde que não fossem enviados para o mesmo lugar. Mas a gravidade das leis não era sempre posta em prática, como atestou João Pero Alvares, um homem casado que manteve Isabel Lisboa como sua barregã tendo dela um filho, ao receber perdão régio sem ser submetido a nenhuma das penas previstas, nem mesmo o degredo.

Estabelecido pelo costume e registrado por D. Afonso III, o barregueiro não poderia dar nem vender “algũa cousa a sua barregã”. Vista por D. Afonso V, a ordenação ganha contornos que fazem despontar mais nitidamente a ideia de assegurar e proteger o patrimônio. Se um homem casado doasse qualquer coisa a uma mulher com quem tivesse afeição carnal, sua mulher legítima poderia demandar sem autorização do marido e sem que ele tomasse parte, como se ela não fosse casada. Em caso de venda à barregã, a mulher poderia reaver o bem sem pagar pela demanda porque “de presumir he, que a dita venda seja feita conluiosamente pelo marido por defraudar sua molher”⁴⁶⁵. A demanda poderia ser feita mesmo que ela estivesse separada do marido ou se ele já houvesse falecido até quatro anos após a venda.

Seguida da barregania dos homens casados, outro delito feria o ordenamento que se tentava instalar ao longo da Idade Média: a barregania dos clérigos. Aqui as mulheres são mencionadas por si mesmas e não apenas como um meio para homens casados fazerem o mal. Nas relações sexuais com homens da Igreja, as mulheres são mais do que meros instrumentos passivos para o pecado; são as ativas tentadoras que seduzem homens consagrados a Deus. As mulheres e o sexo são comparados à sujidade pelas autoridades eclesiásticas quando exortam seus membros, por Deus e pela salvação de suas almas, que “se alevantem do esterquo e fedor”⁴⁶⁶ para viverem castos e continentos.

A condenação da barregania dos clérigos como pecado pelas autoridades eclesiásticas ou crime pelas laicas, estava diretamente ligada à instituição e à exigência do celibato para a clerezia. Denigrir e perseguir as barregãs de clérigos era reforçar o celibato. Foi com D. João I que as leis contra a barregania ganham real rigor com vistas à severa repressão da barregania dos clérigos, como, aliás, pudemos observar com a sequência de leis de D. João I sobre os casados. Para assegurar a moral eclesiástica a lei prevê penas

⁴⁶⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título XIII, p. 80.

⁴⁶⁶ Sínodo de D. Luís Pires, 11 de dezembro de 1477. Citado por: ANDRÉ, Carolina Limas Soares. *Pecados de mulheres. A cosmovisão medieval: das constituições sinodais e livros de penitenciais ao Horto do Esposo e Contos Populares e Lendas*, coligidos por José Leite de Vasconcelos. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) – Universidade Aberta, 2009, p. 24.

implacáveis⁴⁶⁷ e, mais uma vez, as repetições se mostram reveladoras das práticas e dos costumes na medida em que se tentava regular a atividade dos clérigos e suas amantes. Vale lembrar que as leis medievais não eram preventivas, isto é, não eram elaboradas leis para impedir o que não era ainda usual. As leis tinham efeito punitivo, legislava-se apenas sobre aquilo que existia.

De D. João I é a lei geral sobre as barregãs dos clérigos⁴⁶⁸ que consta nas *Ordenações Afonsinas*: afirmava o rei que nas cortes “nos disserom, que muitos Clerigos, e Religiosos tinham barregaãs em suas casas, a olhos e face dos Prelados, e de todo o Povoo, e as trazem vestidas e guarnidas taõ bem, e melhor, que os leigos trazem as suas molheres;”⁴⁶⁹. Tal situação gerava dois problemas fundamentais. Em primeiro lugar, a posição ocupada pelas barregãs dos clérigos era de tal forma sedutora que

muitas molheres leixam de tomar maridos lidemos, que poderiam aver pera viverem na hordem primeira, que DEOS no mundo estabeleceo para viverem em peendença, e sem serviço de DEOS, e ajuntan-se com Clerigos, e com Frades, e com Freires e com outras pessoas Religiosas, e vivem com elles por suas barregaãs em peccado mortal⁴⁷⁰.

Havia por isso um grande escândalo entre religiosos e leigos, pois muitas filhas legítimas e virgens, por “enduzimento” de religiosos, abandonavam seus pais e mães para tornarem-se barregãs. Ora, mulheres que deixavam suas casas e optavam por não seguir a *ordem primeira que Deus estabeleceu no mundo* não se casando nem assumindo uma vida produtiva causavam, nas palavras do monarca, “dapno aa nossa terra”, posto que cada núcleo familiar representasse uma unidade produtiva.

Em segundo lugar, a exposição das afeições carnis dos clérigos gerava desconfiança entre os leigos, que, em sua maior parte, “desprezavam os Sacramentos dos ditos Clerigos, porque eram barregueeiros pubricos, e perdiam devaçom nas Igrejas”⁴⁷¹. De fato, pelo volume de cartas de perdão que beneficiam as barregãs e o teor destes diplomas, muitos religiosos viviam como quaisquer outros homens, mantendo casa, mulher e filhos.

⁴⁶⁷ MATTOSO, José. A longa persistência da barregania. *Faces de eva: estudos sobre a mulher*. Lisboa: Colibri, 1999-2000, p. 21.

⁴⁶⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVIII, p. 58-59.

⁴⁶⁹ Ibidem, p.59.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Ibidem.

Branca Esteves⁴⁷², Catarina Rodrigues⁴⁷³ e Maria Gonçalves⁴⁷⁴ eram barregãs teúdas e manteúdas que viveram com clérigos e abades por um longo tempo, segundo sugerem as cartas, tiveram filhos e filhas com eles e receberam “bem fazer”.

O rei trata de tomar medidas punitivas para remediar a situação coibindo a atuação das barregãs e delibera que toda mulher que com religioso “viver em peccado publicamente em sua casa de morada, ou seendo achado que está por sua sem duvida, e ha del mantimento e vestir, pera com elle fazer o dicto peccado”⁴⁷⁵ pagaria quinhentas libras, seria presa e depois degredada por um ano da cidade, vila ou aldeia onde praticou o peccado. No caso de reincidência a mulher pagaria quinhentas libras e seria degredada de todo o bispado ou arcebispado onde estivesse; pecando novamente seria açoitada publicamente e degredada do bispado até a mercê real. Essas penas valeriam até mesmo para as fidalgas e mulheres de condição honrada porque, uma vez que cometessem “as ditas maldades”, deixariam de ser dignas dos privilégios e das honras que deveriam ter as pessoas “de honrada condiçom”.

O diploma concedido a Beatriz Anes, por não conter abreviações ou resumos no corpo do texto, oferece informações mais completas, de modo que podemos encontrar os reflexos da legislação na vida das barregãs. Como no caso das mulheres que se relacionavam com homens casados, Beatriz Anes se identifica e assume seu crime: “molher solteira morador em torres nouas Nos emujou dizer que ella esteuera por mamceba theuda e mamteuda de huum aluaro gomez cleriguo de mjusa”. Em seguida, atesta a consequência de seus atos, “E por asy estar em o dicto peccado fora presa” e julgada “pellos Juizes da dicta villa”, que decidiram pelo degredo de “huum anno fora da dicta Cidade e sseu termo com huum pregam com audiencia”⁴⁷⁶.

A justiça local procedeu conforme a lei. Julgada, fora condenada ao degredo com a infâmia do pregão público. Tendo servido nove meses de degredo, Beatriz Anes pede ao monarca que os três meses restantes fossem relevados, “E querendo lhe fazer graça e merçe temos por bem e aleuamtamos lhe os dictos trres meses que lhe asy do dicto anno ficauam por serujr E avemos delles por Releuada” com a condição do pagamento de trezentos “reis” para as despesas da relação. Diferentemente das barregãs dos homens

⁴⁷² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 49v.

⁴⁷³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 6.

⁴⁷⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 8v.

⁴⁷⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVIII, p. 58.

⁴⁷⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 6 e 6v.

casados, que com mais frequência conquistam o perdão completo, as dos clérigos não raro deveriam pagar diversos valores para a Piedade ou para a relação, montantes que variavam de trezentos⁴⁷⁷ a novecentos⁴⁷⁸ “reis”.

Se desejasse, a barregã poderia afastar-se da vida de pecado e requerer a liberação real de suas faltas pregressas. Isso era possível tomando em “si vergonça” por serem degredadas e “trabalhaõm de se tirarem do dito pecado”⁴⁷⁹. Nos casos de reincidência e após a condenação a dois degredos, teriam suas penas levantadas se tomassem maridos legítimos, ou o hábito de freiras professas em ordens religiosas; caso contrário, morreriam.

Se as leis tinham como objetivo impor o temor para impedir o delito, o perdão era fruto de um pacto⁴⁸⁰ entre o pastor e suas ovelhas cujo objetivo último era reconduzir os elementos desgarrados de volta ao rebanho. Através da concessão do perdão, os monarcas sublinhavam sua imagem misericordiosa “que os súbditos amam tanto mais quanto receiam o rei vingativo”⁴⁸¹, além de contornarem o parco controle sobre a aplicação da justiça no reino. As constantes ordenações e nomeações de funcionários da justiça não conseguiam reprimir a barregania e mesmo no corpo do diploma régio a reincidência é referida pelo rei, que faz reassalvas ao seu perdão: “sse ella Já por esta Razom de nos nom ouue outra carta de perdam Semelhante a esta”⁴⁸². Francisca Dias, por exemplo, era teúda e manteúda não somente de um clérigo, mas de dois. Barregã de Martim Gil, clérigo de missa, e do frei Pedro da ordem de São Francisco, em certa altura considera que “viuera em pecado mortall” e o rei concede o perdão com a única condição de que ela vivesse bem e “nom torne mais ao pecado”⁴⁸³.

Inês Álvares era reincidente. Foi manceba de João, frade, e “conssirando que estaua com elle em pecado mortall se apartara dello”; foi então contemplada com uma carta de perdão régio. Porém, o temor das penas infernais e da justiça real não foi suficiente para mantê-la separada do clérigo e “ella tornara ha veer outra vez afeiçam a ho dicto frade e

⁴⁷⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 6.

⁴⁷⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 8.

⁴⁷⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título XVIII, p. 58.

⁴⁸⁰ Cf. NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses do. *O poder negociado. Os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2009.

⁴⁸¹ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993, p. 594.

⁴⁸² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 14, fl. 3.

⁴⁸³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 1v.

pecara com elle”⁴⁸⁴. Tendo “quebrado” a carta de perdão, Inês foge da justiça e passa a viver honestamente, solicitando uma nova carta e, mediante o pagamento de quatrocentos “reis” conquista o perdão. Isabel Afonso também não soube se separar de seu religioso; acusada e presa, cumpriu um ano de degredo. Mas, findo este período, ao retornar para a vila onde morava, “veera a pecar outra vez e estar com ho dicto clerigo”⁴⁸⁵. Temia a justiça, muito embora já estivesse separada de Pero Esteves, o rei perdoa mediante o cumprimento de mais um ano de degredo.

O perdão era do interesse do monarca: por mais que as coimas fossem lucrativas, degredos e penas de morte afastavam a população de seu lugar de origem e seus braços da terra, o que não é de somenos em um reino frequentemente descrito como “minguado de gentes”. Ainda assim, era preciso controlar a luxúria e, para tanto, o rei detém-se em medidas para assegurar o cumprimento de sua lei. Primeiramente, autoriza a qualquer pessoa do povo a acusar a mulher, sendo por isso recompensado com a terça parte da coima aferida; as outras partes seriam para o alcaide-mor do local, se houvesse, ou para o meirinho, ou, no caso de serem denunciadas onde a corte estivesse, dois terços seriam destinados para as cadeias e os presos pobres.

A atenção do rei se volta, então, para a negligência dos seus oficiais, afirmando que “lho estranharemos nos corpos, e averes” conforme a sua mercê. Os juízes locais deveriam inquirir mensalmente nos seus julgados se havia barreigãs, posto que elas não pudessem voltar ao lugar de onde foram degredadas sem autorização régia. Tabeliães que soubessem dessas mulheres deveriam registrar e notificar aos juízes que, se fossem negligentes, seriam denunciados aos corregedores. Alcaldes e meirinhos relapsos pagariam as penas em “tresdobro” e, para que não pudessem alegar ignorância, o rei determina que se publique a lei no primeiro dia do mês.

Vemos uma tentativa de organizar o oficialato de tal forma que fossem impelidos a vigiar e reprimir. E posteriormente D. João I faz duas importantes alterações na lei: a pena pecuniária passa de quinhentas libras para mil e quinhentas libras e modifica também as situações nas quais os alcaldes poderiam prender as mulheres. Anteriormente, a mulher poderia ser presa fora da casa do clérigo, o que gerava dúvidas sobre sua real posição como barreigã. A partir desta lei, a mulher só poderia ser presa se encontrada na casa do clérigo ou em outra habitação suspeita e a casa só poderia ser alvo de busca se houvesse

⁴⁸⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 4.

⁴⁸⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 49.

testemunhas e denúncias.

Parece que a legislação pouco contribuiu para a redução do “pecado” no reino, pois D. Duarte também versava sobre o grande mal que ocorria no reino com moças virgens, mulheres honestas e viúvas que se esquivavam da vida conjugal e do serviço de Deus para juntarem-se aos religiosos em barregania. O rei reduz novamente a pena pecuniária para quinhentas libras, mantém os degredos e o açoite para qualquer mulher achada na casa de clérigo ou que fosse, por conhecimento público, sua barregã e dele tivesse mantimento e vestir. Tratou também dos funcionários reais, juízes, alcaides e meirinhos que, por vezes, sabendo que o crime acontecia, mandavam mensageiros para arrecadar as coimas sem cumprirem a ordenação, e dos corregedores que, no lugar de cumprirem a lei, recebiam anualmente “certa conthia de dinheiros” dos clérigos barregueiros. Segundo a legislação, os corregedores, alcaides e meirinhos eram de tal forma negligentes que os barregueiros não sentiam nenhum temor em viver o pecado publicamente.

Visando corrigir a impunidade, fraudes e subornos, na “Declaraçom das Leis sobre as barregãs dos Clerigos”⁴⁸⁶ D. Afonso V afirma que lhe chegaram grandes clamores pois oficiais régios, suas justiças e outras pessoas movidos pela cobiça “pervertiaõ ho verdadeiros entendimento das ditas Hordenaçooês” fazendo grandes agravos às mulheres honestas que prestavam serviço aos clérigos. Foi o caso de Catarina Rodriguez⁴⁸⁷, uma mulher solteira de sessenta anos servidora de um clérigo de oitenta anos que sofria “de door de pedra e muito desposrado e por nam teer quem [...] e repairasse sobre suos enfermidades”. Sendo ambos de idade, o clérigo “roguara que se fosse pêra sua casa pêra o aver de servir e repairar [...] do que a ella aprouvera e se fora pêra sua casa pêra o aver”. O alcaide dos monges a acusara de ser manceba do vigário, e por isso foi condenada ao degredo. Havia “ora huuns seis ou sete meses que o servia e mantinha e que por quanto era molher pobre e da dicta hidade de LX annos e em mui fraca desposiçam” por isso pedia “por mercee que ouvessemos com ella piedade e conpaixam e lhe relevássemos o mais tempo que que ainda ficava pêra acabar de servir o dicto anno de degredo”. O rei a livra do degredo mediante a paga de quinhentos “reais brancos” para a Piedade.

O agravamento das penas contra as barregãs dos clérigos permitia que qualquer pessoa pudesse denunciá-las e, mais uma vez, os funcionários reais não desempenham seu trabalho a contento e prendem mulheres honestas que prestam serviços aos clérigos. Assim

⁴⁸⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título CXXI, p. 412.

⁴⁸⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 27, fl. 16v.

os religiosos não conseguiam mais encontrar mulheres para “os servirem em suas enfermidades e velhice”, que lhes fizessem o pão, lavassem as roupas ou cozinhassem, serviços “os quaees em nossos Regnos se nom costumaõ fazer senom per molheres”. Servidoras de todo tipo sem nenhuma prova eram presas por longo tempo, sendo desrespeitadas, desonradas e difamadas. A situação tornou-se tal que gerou “muitos clamores e agravos de toda Clerezia”⁴⁸⁸. As queixas afirmavam que os oficiais entravam em suas casas e lhes tomavam os bens que eram penhorados sem razão, além de serem “asperamente trautados”. A solicitação para que o monarca apresentasse uma solução argumenta que as ordenações foram feitas contra as barregãs e não contra as mulheres que prestassem honesto serviço.

O rei então decide que não fosse presa nenhuma mulher que desempenhasse serviço honesto aos clérigos, fosse por dinheiro ou bem-fazer, desde que não houvesse entre eles “afeiçom de pecado”.

Por quanto hy ha alguuns Clérigos tam velhos, que passam de sesseenta annos pera cima, os quaees pera suportamento de suas vidas he necessario serviço continuado d’alguma molher, e feria contra a humanidade de lho tolherem, queremos e outorgamos, que em tal velhice os ditos Clerigos possam teer consigo em casa molheres honestas⁴⁸⁹

Não confiando nas supostas limitações da idade avançada dos clérigos ou na honestidade das mulheres, o rei determina que estas mulheres devessem ter mais de cinquenta anos e não poderiam ter filhos dos clérigos a quem serviriam. E os clérigos poderiam ter mulheres continuamente em suas casas desde que houvesse carta régia atestando sua velhice, que seria examinada pelos desembargadores.

Toda a nossa documentação, posterior à elaboração das leis, atesta sua ineficácia em reprimir a barregania. Nas cortes de Évora os povos adereçaram a questão, afirmavam que os clérigos eram dissolutos em sua vida e em seus trajes, andando como “rofiaães” e dando muito mau exemplo aos leigos, pois sabiam que não sofriam pena por suas ações, por isso pediam ao rei que orientasse “seus prellados que lhes ponham Regra no seu viuer e em seus trajos e abitos [...] e nam tenham mamçebas”⁴⁹⁰. Mas as reclamações dos povos e

⁴⁸⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 5, título CXXI, p. 409.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ Cortes de Évora de 1481-1482. SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 – Documentos, p. 219-220.

as decisões régias continuavam até pelo menos o reinado de D. Manuel, em cujas cortes de 1498 os povos tornavam a mencionar a “devacidam das mancebas dos Clerigos”⁴⁹¹.

Não obstante as condenações e perseguições, as barregãs e mulheres de clérigos estavam presentes na sociedade, por vezes bem perto do poder. Garcia de Resende atribui a uma barregã de clérigo certo protagonismo na morte do duque de Viseu, por exemplo. Teria sido Margarida Tinoca, barregã do bispo de Évora, quem contou a seu irmão Diogo Tinoco, homem fidalgo, sobre os planos de traição⁴⁹².

Se no âmbito da estrutura social as mulheres eram divididas em três estados – solteira, casada e viúva – que indicavam sua posição em relação a um homem, no âmbito moral a distinção era promovida a partir de seu comportamento sexual mais ou menos livre, da disponibilidade de seus corpos aos homens. Esta distinção está presente na legislação, nos capítulos de cortes e até mesmo nos sínodos. Ser uma *boa mulher* era comportar-se de acordo com as normas vigentes: a mulher honesta não estava disponível para os homens, sua sexualidade estava sujeita e restrita apenas ao homem a quem pertencia. Noutro extremo estavam as mancebas da mancebia, as mulheres públicas cujos corpos não possuíam um senhor e serviam aqueles que estivessem dispostos a pagar por seus favores e, ainda que fossem constrangidas à margem da sociedade, as prostitutas eram úteis à manutenção da ordem.

Umas e outras, de formas diversas, estavam sob custódia⁴⁹³. As *más mulheres* destacavam-se das duas anteriores, nas palavras da legislação, pois faziam o que queriam de seus corpos. São as responsáveis pela indignação do legislador que se detém sobre a situação do adultério no reino ou sobre as questões dos concelhos. O exercício de sua sexualidade em muito diferia das mulheres honestas e não eram rotuladas como mancebas da mancebia; viviam nas vilas e cidades sem nada que as distinguisse, eram *putas caladas*, as barregãs dos clérigos, as adúlteras, mulheres comuns que mantinham relações amorosas que fugiam ao controle.

⁴⁹¹ Cortes de 1498. SANTARÉM, Visconde de, op. cit., p. 289.

⁴⁹² RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V.1, capítulo LIII, p. 124.

⁴⁹³ Segundo Carla Casagrande, uma palavra muito cara ao medievo em relação à mulher. CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V. 2, p. 99-141.

Capítulo 4

... *E POR QUE ELLA MJLHOR POSSA PROUEER AS SUAS NEÇISYDADES.*

Privilégios e mercês

*Honra sem proveito não cabe num saco.*⁴⁹⁴

Não obstante seu *estado* – casada, solteira ou viúva –, os papéis que uma mulher poderia desempenhar eram os mais variados. Dito de outra forma, a condição feminina definida eminentemente por sua ligação e relação com um homem que a caracterizava como mulher solteira, casada ou viúva não representa a multitude de papéis que poderiam assumir ao longo de sua vida. Nem só mãe, nem só filha, nem só esposa, nem só viúva. Seu estado não era necessariamente um obstáculo para o desempenho de outros papéis. O entrecruzamento dos dados obtidos com a análise da lei e da prática nos mostra que não precisa haver aí uma dicotomia. No seu viver em sociedade, em seu cotidiano, as mulheres conjugavam diversos fatores, papéis e estados assumindo facetas muito mais ricas do que consideravam os escritos dos teólogos e moralistas. O combate para a manutenção da subsistência travado por todas as mulheres – nobres e não nobres – deixa entrever que apesar da misoginia e da sujeição, sua participação para prover seu sustento e de sua família era fundamental.

Nascer no seio da nobreza não era sinônimo de uma vida previamente definida, sem surpresas, pontuada pela ausência de atividade. Ao contrário, a vida de uma mulher nobre poderia ser extremamente ativa. É comumente aceite que as filhas da nobreza eram direcionadas ao matrimônio ou à vida religiosa, consonante à hierarquia do seu nascimento, como se esses destinos fossem um fim em si mesmos. Como se seu papel de instrumento de transmissão de honras e patrimônios fosse o único possível e, depois de fechadas as portas dos mosteiros e conventos ou ditos os votos e assinados os contratos matrimoniais toda a sua atuação era posta de lado, sua existência esquecida e suas vozes

⁴⁹⁴ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 32.

silenciadas. De fato, seus destinos oscilavam entre o matrimônio carnal e o espiritual, mas este era apenas o início de sua atuação política e econômica. Através destas mulheres eram tecidas as influências políticas, e por meio do seu fazer que as alianças se mantinham. Tornar-se professa de uma ordem religiosa ou esposa de um homem escolhido por sua família era apenas um de muitos passos em uma política de alianças e solidariedades que seria continuamente reforçada pelos laços criados.

A vida religiosa era o destino de algumas filhas da nobreza, mas isto não representava o fim de sua ligação com sua família. A entrada em uma instituição religiosa não pode ser pensada apenas como um instrumento para minorar os encargos da linhagem em virtude da fragmentação patrimonial com o depósito das filhas indesejadas em conventos e mosteiros. Sem dúvida, a existência de um espaço para colocar as filhas afastadas do casamento era um benefício, já que a questão dos filhos segundos – homens e mulheres – vai se tornando ainda mais importante nos séculos XIV e XV, mas não era o único. Através de suas filhas que se tornavam abadessas e prioresas, a nobreza iria usufruir de benefícios junto a essas instituições, por intermédio da captação de rendas e direitos monásticos, ou da continuidade da honra da casa senhorial a que pertenciam. E os abusos destes privilégios eram frequentes, uma vez que nobres apropriavam-se de mosteiros e igrejas, atribuindo-se o direito de nomear seus protegidos para os cargos proeminentes, e utilizavam do benefício de pousada e comedoria tão frequentemente que resultavam em agravos para estas instituições⁴⁹⁵.

Assim, as mulheres deixavam de ser só “uma riqueza fecundante pelo matrimônio para serem também uma riqueza fecundante em poder pelo cargo de abadessa”⁴⁹⁶. As abadessas eram responsáveis por toda a vida no interior do mosteiro, deviam regular questões religiosas, econômicas, administrativas e ainda gerir as relações com os senhorios que a rodeavam, além da própria Coroa. Sua atuação pressupunha também administrar as relações com o clero masculino, pois o contato era frequente, uma vez que era vedada às mulheres a realização da liturgia. Em alguns casos, como o Mosteiro de Santa Maria do

⁴⁹⁵ Cf. título XVII “Dos Fidalgos, que apropriam a sy os Moesteiros, e Igrejas, dizendo que ham em ellas pousadias, e comedorias” e título XVIII “Que os Fidalgos, ou seus Moordomos nom pousem nas Igrejas, e Moesteiros, nem lhes filhem o seu contra sua vontade”. ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro II.

⁴⁹⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha. O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). *Separata da Revista Theologica*. Braga. II série, V. 28, fasc. 2, 1993, p. 503.

Lorvão⁴⁹⁷, homens cumpriam seu noviciado em um mosteiro masculino para prestar seus votos em abadias femininas, o que significava que o juramento era feito à abadessa e o religioso vivia sob seu teto.

São profundas e imbricadas as relações entre a nobreza e os mosteiros, que devem à primeira – seus fundadores, padroeiros e doadores – a construção de seu patrimônio e seus membros através de constantes alianças. A escolha da instituição na qual uma senhora ingressaria estava condicionada à possibilidade de maior captação de honra e bens de modo que mosteiros mais abastados e próximos à Coroa poderiam atrair um maior número de nobres. Por outro lado, a instituição também se beneficiava com a entrada de mulheres de grande linhagem e sua presença poderia ser objeto de disputa entre diferentes instituições.

Mesmo em expressões de religiosidade feminina menos afeitas às disputas de poder, a proximidade com a alta nobreza e, mais especificamente, com a Coroa gerava benefícios, como no caso da rainha D. Leonor e as emparedadas. A rainha tornou-se benfeitora das “murate” do Mosteiro de Santa Maria Annunziata de Florença, provendo a instituição com significativas quantidades de especiarias, mercadorias medicinais e farmacêuticas, recebendo em troca objetos de devoção como miniaturas de livros de horas, artigos em seda e pinturas⁴⁹⁸.

Muitos investigadores⁴⁹⁹ do monaquismo feminino se questionaram sobre até que ponto a entrada em uma instituição religiosa representava o abandono do mundo secular.

De um ponto de vista ideal, é inegável que a sua estruturação responde a uma busca de ruptura com a sociedade global. O mosteiro, representação espacial de uma utopia, surge deste ponto de vista vocacionado para se constituir em termos de oposição, vincando pela diferença e pelo contraste, frente à sociedade global, a ruptura idealizada. É seguramente em atenção a esta perspectiva que as instituições monásticas têm sido definidas como ‘sistemas fechados’, espaços interiormente marcados por um controle maximizado sobre a mobilidade individual e sobre o espaço

⁴⁹⁷ SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV: gestão feminina de um patrimônio fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 19.

⁴⁹⁸ Cf. SOUSA, Ivo Carneiro. A Rainha D. Leonor e as Murate de Florença (notas de investigação). *Revista da Faculdade de Letras*. II série. V. 4. Porto, 1987, p. 120-133.

⁴⁹⁹ Cf. ANDRADE, Maria Filomena. *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Patrimônio e gestão*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade do Porto, 1996; COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha. O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). *Separata da Revista Theologica*. Braga. II série, V. 28, fasc. 2, 1993; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Um mosteiro cisterciense feminino*. Santa Maria de Celas (século XIII a XV). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. op. cit., 2001.

físico em que ela se exerce e, por isso, rejeitando formulações espaciais e vivências extrinsecamente concebidas.⁵⁰⁰

No que se refere às grandes senhoras, parece que o abandono do mundo era bastante questionável. D. Filipa, filha do infante D. Pedro e tia de D. João II, abadessa do mosteiro de Odivelas, manteve uma intensa atividade que pode ser verificada pelo número de diplomas régios de que foi beneficiária. Recebeu a doação dos direitos de padroado das igrejas de Alcáçovas⁵⁰¹ e quatro dotações de padroado em forma de tenças, sendo do ano de 1482 os valores de 350.000 reais em 06 de fevereiro⁵⁰², 300.000 reais dois dias depois⁵⁰³ e 350.000 reais num documento sem data identificável além do ano⁵⁰⁴; isenção dos direitos das alfândegas⁵⁰⁵ e de aposentadoria⁵⁰⁶; e uma orientação sobre a alçada dos corregedores em suas terras⁵⁰⁷. A par do espaço sagrado, os mosteiros eram também um polo de riquezas e poder onde se desenrolavam as mais variadas disputas. Vultosos patrimônios eram geridos nesses espaços, haja vista as tenças conquistadas pela infanta D. Filipa.

As monjas administravam os bens do mosteiro, dos quais dependiam para a manutenção da posição e poderio de sua instituição, e os rendimentos tinham origem nos direitos senhoriais, dízimos, rendas, exploração de florestas e recursos naturais como a água, além dos meios de produção e transformação como fornos, pisões e lagares. Ao mesmo tempo, geriam seus patrimônios pessoais e toda essa movimentação notarial implicava a presença de procuradores, escrevães, provedores, advogados, além de seus servidores pessoais, pois as grandes senhoras viviam de acordo com sua posição no mundo secular, trazendo dele suas criadas. Em alguns casos, nem mesmo a clausura era respeitada e as professoras viajavam para tratar de seus negócios⁵⁰⁸.

E se os servidores que dispunham não fossem suficientes para resolver seus negócios, recorriam ao rei em busca de ajuda. Isabel Pinta, uma freira do mestrado de

⁵⁰⁰ MARTINS, Rui Cunha. *Patrimônio, parentesco e poder: o mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa: Escher, 1992, p. 82.

⁵⁰¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 19.

⁵⁰² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 17.

⁵⁰³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 17v.

⁵⁰⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 15v.

⁵⁰⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 4.

⁵⁰⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 13v.

⁵⁰⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 14.

⁵⁰⁸ ANDRADE, Maria Filomena. *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Patrimônio e gestão*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade do Porto, 1996, p. 20.

Sevilha, herdara bens móveis e de raiz de seus pais e “doutras pessoas na Comarca dantre doyro E mjinho e ysso mesmo em rriba doyro dalem e daquem”, mas outras pessoas usufruíam deste patrimônio e ela não os podia demandar. Por isso pedia “por mercê que lhe dessemos por o Juiz”, o rei concede e deixa que ela escolha “em seus fectos hum dictos Juizes e Corregedor da nossa corte os Sobre Juizes ou a uos honde ela he morador” para que ela pudesse iniciar a demanda, desde que as pessoas quereladas não fossem “viuvas horfaaons ou mjrstrantes ou outras pessoas Jguoall priujlegio a ella”⁵⁰⁹.

Contratos de compra e venda, doações e heranças eram os principais meios pelos quais os mosteiros e as monjas lograram adquirir novos bens. E todas essas operações eram objeto de diversas tentativas de controle do poder régio, pois o constante trânsito de bens de raiz para a esfera dos mosteiros e da nobreza representava uma forma de alienação dos bens da Coroa. As leis de desamortização tinham como objetivo estabelecer este controle do crescimento dos senhorios na medida em que buscavam reduzir o número de terras que estavam além do poder régio de fiscalização e tributação. Uma das medidas para restringir o acesso aos bens reguengos se deu, no reinado de D. Dinis, pela determinação de que clérigos, ordens religiosas, mosteiros, fidalgos e cavaleiros não pudessem ter ou ganhar por nenhuma maneira bens reguengos⁵¹⁰ e, caso comprassem, o vendedor perderia o valor aferido e o comprador perderia a terra. E aqueles que já os tivessem por herança ou casamento deveriam vender o bem no prazo de até um ano após a promulgação da lei, cuidando para não vendê-lo a pessoas de alta condição, pois o comprador deveria ser de tal estado que pagasse os foros e direitos reais.

Os clérigos e ordens religiosas estavam proibidos de comprar bens de raiz sem autorização do monarca⁵¹¹. As leis, no entanto, não parecem ter surtido o efeito esperado, pois as *Ordenações Afonsinas* retomam a matéria descrevendo que alguns clérigos defraudavam a lei obtendo bens de raiz como pagamento de dívidas. Somava-se a isto a atuação do monarca como dispensador de graças e mercês que por vezes concedia às ordens religiosas autorização para tal, como no caso do Convento de São Domingos de Elvas que recebe autorização para possuir uma herdade em 1484⁵¹² e dois anos depois outra autorização para possuir foros⁵¹³.

⁵⁰⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl.135.

⁵¹⁰ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 2, título XIII, p. 170.

⁵¹¹ Ibidem, p. 174.

⁵¹² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 140v.

⁵¹³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 60v.

O herdamento também foi matéria de regulação de D. Dinis, proibindo que igrejas e mosteiros não herdassem por morte de seus professos⁵¹⁴ e, neste caso, o motivo da lei são as queixas da nobreza, que se via frequentemente despojada de seu patrimônio. A redução patrimonial era tal, contavam os de grande posição, que se continuasse o reino seria privado de seus legítimos defensores. Considerando que as ordens religiosas detinham a maior parte do reino, o monarca atende aos pedidos da nobreza, mas as doações piedosas eram parte importante da religiosidade medieval, de modo que o monarca estabelece regras para os casos em que monjas e monges quisessem, “por sua alma”. Para realizar a transmissão o patrimônio deveria ser dividido, de forma que dois terços seriam destinados aos seus herdeiros e o terço restante seria vendido⁵¹⁵ e o valor aferido comporia a doação. Mas, como no caso anterior, a mercê real poderia facultar doações piedosas aos professos e devotos. Foi o caso de Filipa Falcoa, que com a autorização real deixa, em 1490, uma herdade para o Convento de São Domingos⁵¹⁶.

As leis de desamortização não impediram, em absoluto, que o património eclesiástico aumentasse, mas obstaram, em parte, a um ainda maior crescimento do mesmo, que se consolidaria com uma livre actuação dos religiosos neste domínio. A nobreza, com um património já bastante desmantelado, foi sem dúvida vigilante fiel quanto às heranças dos mosteiros, onde bom número das suas filhas se albergava⁵¹⁷

Uma das regulações determinantes sobre o herdamento foi a Lei Mental⁵¹⁸. D. Duarte mandou escrever a lei chamada Mental que fora feita segundo a vontade e a “tençam” de D. João I e “que em seu tempo se praticou, ainda que nom fosse escripta”, cujo objetivo era limitar e regular as doações de terras da Coroa⁵¹⁹, para impedir sua fragmentação. Segundo a lei, terras, bens e herdamentos da Coroa doados pelos monarcas

⁵¹⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 2, título XV, p. 176.

⁵¹⁵ A venda deveria respeitar os parâmetros das leis de desamortização, isto é, o comprador não poderia ser de alta condição.

⁵¹⁶ ANTT – *Chancelaria de D. João II*, livro 16, fl. 76.

⁵¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, p. 448.

⁵¹⁸ ORDENAÇÕES MANUELINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. v. 5, livro 2, título XVII, p. 66.

⁵¹⁹ Não obstante fosse adotada por D. João I e constasse na Chancelaria de D. Duarte, a Lei Mental não consta nas *Ordenações Afonsinas*. Sua incorporação no código de leis seria feita somente nas *Ordenações Manuelinas*.

deveriam permanecer em poder do descendente mais velho, varão e legítimo. A resolução deixava à margem filhos segundos e filhas:

quando por morte do possuidor das Terras da Coroa do Reyno, ou de algũus Bens e Dereitos da Coroa nom ficar tal filho baram, nem neto baram legitimo filho de filho baram lidimo, a que deua ficar, e ficar algũa filha, Queremos que esta tal filha as nom possa herdar, saluo por especial doaçam ou merce que lhe Queiramos dellas fazer.⁵²⁰

Uma postura em relação à mulher muito diferente daquela adotada na lei das *Ordenações Afonsinas* sobre os foreiros que morriam sem nomear sucessores⁵²¹, na qual a mulher, ainda que segundasse os filhos varões, tinha seu herdamento não somente previsto como assegurado. Com a Lei Mental, ainda que tal costume fosse proibido, a expressão fundamental a ser considerada é “saluo por especial doaçam ou merce”⁵²², pois estas concessões especiais não eram raras. Na prática o rei distribuía mercês e doações. A condessa de Faro, D. Maria de Noronha, detinha o “Reguengo deluas”, que rendia cerca de “çinquenta e huum mjl e duzentos rreis” por ano. O monarca, interessado nesta localidade, propõe um escambo: trocaria aquele reguengo por outra terra com rendimentos semelhantes no lugar de sua escolha, e a condessa termina com uma propriedade que rendia cinco mil “rreis” a mais que a anterior⁵²³. As cartas de quitação também atestam a presença de mulheres à frente de propriedades e terras reguengas. As cartas funcionavam como um recibo que confirmava que o beneficiado estava quite com obrigações anteriormente assumidas. Na Chancelaria temos as quititações de casas em Évora por Maria de Carvalhais⁵²⁴, e de foro reguengo pela infanta D. Brites⁵²⁵, por D. Isabel Nogueira⁵²⁶ e por Brites Palmeira⁵²⁷.

Em se tratando de mulheres nobres destinadas ao matrimônio, a infanta D. Brites é um dos grandes exemplos da época. É tida como a mulher mais poderosa do seu tempo, cuja influência política se estendia não só por Portugal e seus domínios, como também em Castela, Aragão e Navarra. Era filha do infante D. João e de D. Isabel de Barcelos, sendo,

⁵²⁰ ORDENAÇÕES MANUELINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5v, livro 2, título XVII, p.68.

⁵²¹ Lei anteriormente citada no Capítulo 2, p. 75. ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXVII, p. 272.

⁵²² ORDENAÇÕES MANUELINAS. op. cit., livro 2, título XVII, p. 68.

⁵²³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 49v.

⁵²⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 101v.

⁵²⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 191v.

⁵²⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 95.

⁵²⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 55.

portanto, neta de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Sua irmã, Isabel de Portugal, era esposa de D. João II de Castela e mãe de Isabel, a Católica.

Quadro 3 – D. Brites.

A Chancelaria de D. João II confirma seu poderio. A infanta é beneficiária de mais diplomas régios que qualquer outra mulher nobre do reino: aposentadoria⁵²⁸, doação⁵²⁹, orientações⁵³⁰, quitações⁵³¹, padroado⁵³², privilégios⁵³³ compõem o conjunto de cartas com as quais a duquesa foi agraciada ao tempo de D. João II.

Foi casada com seu primo D. Fernando, irmão de D. Afonso V, duque de Viseu, Beja e Salvaterra, condestável do Reino, mestre da Ordem de Cristo, mestre da Ordem de Santigado da Espada, senhor da Covilha, de Moura, de Serpa, de Lagos, Lafões, senhor das ilhas da Madeira, Porto Santo, São Luís, São Dinis, São Jorge, São Tomé, Santa Iria e ainda outros domínios, foi o “mayor Senhor que nunca houve em Hespanha que não fosse Rey”⁵³⁴. Como esposa, cumpriu seu papel gerador de descendência, dando à luz vários filhos cujos destinos estiveram diretamente ligados à política ibérica: D. João, terceiro

⁵²⁸ Relativos à isenção de aposentadoria são os diplomas através dos quais os beneficiados ficavam desobrigados a dar pousada aos grandes do reino ou fornecer alimentos, roupas, animais. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl.100v.

⁵²⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl.126 v.

⁵³⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 191.

⁵³¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 95.

⁵³² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 11.

⁵³³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 95v, livro 8, fl. 191, livro 12, fl. 1.

⁵³⁴ SOUSA, Antônio Caetano de. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*: desde a sua origem até o presente, com suas famílias illustres, que procedem dos Reis, e dos serenissimos duques de Bragança. Justificada com instrumentos e escritores de inviolavel fê e offerecida a ElRey D. João V nosso senhor. Lisboa, 1736. Tomo II, livro 3, cap. VIII, p. 283.

duque de Viseu; D. Diogo, quarto duque de Viseu; D. Leonor, que se tornaria rainha por seu consórcio com D. João II; D. Isabel, que se casou com D. Fernando, duque de Bragança e D. Manuel, sucessor de D. João II.

Com a morte de D. Fernando, em 1470, era necessário administrar o enorme patrimônio deixado. D. Brites encarregou-se da tarefa. Tomou a frente não apenas da gestão da herança familiar como pleiteou junto ao rei a tutoria dos filhos menores, que deveriam herdar os cargos e a casa senhorial. Quanto às filhas, seu marido deixara firmados acordos para casamentos dentro da rede familiar cujo objetivo era não só o constante reforço de alianças e solidariedades como a concentração de patrimônio.

No mesmo ano, D. Afonso V lhe concede a tutoria de seus filhos, visto que, segundo o rei, não haveria outra pessoa com tanta razão, afeição e amor para se responsabilizar por seus sobrinhos e pelos feitos relativos a eles. O monarca autoriza a duquesa a governar e administrar os bens, as coisas, e as pessoas que pertenciam por herança a seus filhos como melhor lhe aprouvesse, sem quaisquer embargos de leis canônicas, civis ou opiniões de doutores, ordenações ou costumes do reino⁵³⁵. Assim, o monarca dava a D. Brites plenos poderes não somente sobre seus filhos, mas também sobre todos os domínios, terras, direitos e jurisdições que comporiam a partilha dos filhos menores, não obstante seu filho mais velho D. João fosse vivo. Através da morte do marido, no lugar de tornar-se uma viúva recatada que se entrega a um segundo casamento ou ingressa em um mosteiro, o que ocorre é que ela toma posse de um dos maiores senhorios do reino.

Seu engenho para manutenção da casa senhorial é tal que em 1471 solicita a dispensa da Lei Mental à D. Afonso V⁵³⁶, para que na eventualidade da morte de D. João (seu filho mais velho e herdeiro do ducado) D. Diogo (segundo na linha sucessória) pudesse herdar do irmão. A dispensa não é de pouca monta, pois, na situação da morte sem herdeiros legítimos, todos os bens de uma casa, seus cargos e títulos voltariam à Coroa. D. João de fato falece apenas um ano depois da dispensa e todos os seus privilégios são estendidos a D. Diogo. Em 1476, a duquesa então recorre novamente ao rei⁵³⁷, pedindo-lhe

⁵³⁵ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, livro 21, fl. 29v. Citado por: MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*. Lisboa: Tese (Doutoramento em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011, p.15

⁵³⁶ ANTT – Leitura Nova, livro terceiro de místicos, fl. 293v-294. Citado por: MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. op. cit., p.74

⁵³⁷ ANTT – Leitura Nova, livro terceiro de místicos, fl. 19-19v. Citado por: MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. op. cit., 2011, p.75.

o mesmo benefício, ou seja, que na ausência de filhos legítimos de D. Diogo, seus outros filhos pudessem herdar a casa senhorial. Novamente uma medida útil, se considerarmos que D. Diogo viria a ser morto pelo rei D. João II e o senhorio passaria então a D. Manuel.

Até onde chegava a influência de D. Brites é questão que não podemos responder, mas em algumas ocasiões sua atuação diplomática se destacou. Quando de sua partida para a França, em 1476, D. Afonso V reuniu os membros de seu conselho e, dentre todos os homens, havia uma mulher. Rui de Pina nos fala que “El Rei se foi de Miranda à cidade do Porto, onde com elle se ajuntou logo o Principe seu filho, e a Senhora Infante D. Beatriz com todos os grandes e senhores principaes do reino”⁵³⁸. Nenhum dos cronistas, segundo Saul Antônio Gomes⁵³⁹, oferece explicação sobre a presença de uma mulher num ambiente essencialmente masculino. Acreditamos que neste momento seu sexo, ou gênero, era questão de somenos, pois sua presença era fundamental nas decisões do futuro do reino, uma vez que ao controlar tal senhorio figurava entre os grandes do reino e eram as casas senhoriais que ofereceriam os braços que fariam a guerra na eventualidade de um conflito. O mesmo ocorreu nas cortes convocados pelo então regente D. João, enquanto seu pai D. Afonso V estava em França, Álvaro Lopes de Chaves nos diz que “foj chamada a Infante Dona Breatiz e em pessoa vejo e o Duque de Bragança que também foj chamado, e os outros grandes e Prelados do Rejno”. Tais cortes tinham como objetivo a captação de recursos para a defesa do reino, e tanto o regente quanto o monarca não poderiam prescindir da representante de uma das maiores concentrações de riqueza do reino. O resultado dessas cortes foi a outorga “per os tres estados cincuenta milhões”⁵⁴⁰.

As relações da duquesa seriam importantes até mesmo para a construção da paz e a elaboração de possíveis acordos, como veio a acontecer com o Tratado de Alcáçovas-Toledo que poria fim aos enfrentamentos entre Portugal e Castela. Nada mal para uma mulher. Com as Terçarias de Moura, ficava ela responsável pelo futuro de dois reinos, não só pela segurança dos respectivos herdeiros, como por sua educação e criação. E, quando findas as Terçarias, D. Brites encarregou-se da entrega dos infantes: “vejo a Infante com os Duques de Uiseu, o qual leou a Infante de Castela ao estremo a entregar aos que por ella

⁵³⁸ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Afonso*. Lisboa: Escritorio, 1902. V. 3. Capítulo CXCI, p. 106.

⁵³⁹ GOMES, Saul Antonio, *D. Afonso V, o Africano*. Casais de Mem Martins: Temas e debates, 2009, p. 276.

⁵⁴⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, fl. 129, p.266.

uinhão e com o Duque de Bragança e trouuerão o Principe e a Infante da sua mão o entregou e El Rej em Euora a hũa terça feita antes de dia de Corpo de Deos”⁵⁴¹.

Alentejo, Algarve, Beira, Estremadura, Norte da África, Madeira, Açores, Cabo Verde, a todos esses espaços se estendia o poderio e os bens da casa ducal. Maria Odete Banha Martins, em um estudo minucioso sobre a duquesa e seus bens, elenca o grande patrimônio que incluía o senhorio de Beja, Viseu, Gouveia – onde detinha jurisdição, rendas e direitos –; o senhorio de Moura e Covilhã; além de Vila de Almada, Loulé; as terras de Penalva, Gulfar, Tarouca, Lalim, Sul de Reriz, Seia, Lafões, Vila Cova de Valezim, Matança, Folhadal, Aldeia das Lageas, Quinta de Calvos, Terra de Sá, São Romão, Agualva, Besteiros, Celorico e Valdigem. Nos Açores, com direitos e jurisdições: ilhas de São Luís, São Dinis, São Jorge, São Tomas e Santa Iria, Jesus Cristo, Graciosa, São Miguel e Santa Maria. As ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, as ilhas de São Tiago, São Filipe, Maia, São Cristóvão, Sal, Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Santo Antão; em Cabo Verde, os ilhéus Branco e Raso. Além de diversos direitos como a exploração das saboarias brancas e pretas do reino, a exploração de uma ferraria no termo de Covilhã, isenção do pagamento de direitos sobre minas de metais preciosos que fossem descobertas em suas terras. E ainda outras casas, herdades, pomares, hortas e matos⁵⁴².

D. Brites não só possuiu, mas governou ativamente as terras sob seu controle. Para o exercício das jurisdições, tinha em sua casa um bacharel cujos poderes como ouvidor eram os mesmo dos ouvidores da corte, em Alcácer do Sal suas demandas era desembargadas com os mesmos procedimentos adotados para as demandas régias através da concessão de D. João II. Por mais que o exercício de jurisdição pelos nobres subtraísse ao rei de suas prerrogativas, era fundamental exercer o controle da população, especialmente em terras onde eram frequentes as ações perpetradas por bandos. Estes eram compostos pela clientela de um senhor, usados para impor e manter seu poder numa terra, “são sua escolta privada, o núcleo duro da sua hoste quando o senhor vai à guerra”. Proporcionam àqueles que o compõe segurança, impunidade. Armados, e a serviço do senhor esses bandos são frequentes na sociedade portuguesa e uma das principais causas de insegurança do cotidiano, particularmente quando dois bandos estavam em conflito⁵⁴³.

⁵⁴¹ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, fl. 129, p.101.

⁵⁴² Cf. MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade*. A duquesa de Beja. Lisboa: Tese (Doutoramento em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011.

⁵⁴³ DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. *Revista da Faculdade de letras – História*. Porto, II série, v. 13, 1996, p. 231-248.

A dimensão do “ser mulher” é trazida à tona quando gera insatisfação e subtrai privilégios de seus governados. Ao tomar posse do governo da Madeira, ordena que os homens bons servissem na administração dos concelhos e anula todos os alvarás de isenção. Diante da insatisfação, um escudeiro acusa o portador da carta da duquesa de não defender os interesses dos locais transportando “carta de molher”⁵⁴⁴, passando do questionamento da ordem ducal ao menosprezo pela mulher. Não obstante, a multa de cinco mil reais imposta àqueles que não se apresentassem acabou por determinar a validade da *carta de mulher*. A questão que nos suscita é se a crítica é de fato à mulher ou apenas mais um argumento contra uma medida que não lhes era favorável. O recurso ao menosprezo da figura feminina talvez fosse um instrumento a mais numa contenda por privilégios.

Na administração de suas terras e direitos, D. Brites foi ativa, implementando inovações técnicas como os pisões na área de Beja, incentivando a instalação de moinhos e engenhos para a moagem de pastel cuja tonalidade azul era utilizada na atividade têxtil de então. Além das propriedades no continente, requeriam atenção particular a produção de açúcar da Madeira, cujo processo deveria ser cuidadosamente acompanhado para que a casa senhorial não se visse reduzida em seus rendimentos, fosse pela ocorrência de canaviais não autorizados, fosse pelo não pagamento das rendas. Neste ponto sua atuação administrativa foi fundamental, com a criação e o abastecimento da alfândega para o controle dos navios e avaliação das mercadorias em trânsito, uma vez que a Madeira era um ponto de parada estratégico. Assim, não somente assegurava os rendimentos, como os provia através da apreensão de cargas ilegais, que seriam revertidas à casa ducal. Como tutora de seus filhos e regedora de sua casa, procedeu até mesmo na partilha da Ilha Terceira dos Açores e na dotação de capitânias. Ignorando a Lei Mental e permitindo do herdamento de mulheres em suas terras, chegou a nomear uma capitã para Machico⁵⁴⁵, Alda Mendes, sua aia e irmã do bispo da Guarda, que tinha a incumbência de enviar trigo para Beja à suas custas em tempos de fome.

⁵⁴⁴ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, leitura, prefácio e notas de Jose Pereira da Costa. Funchal: Centro de Estudos de Historia do Atlântico, 1995, p. 29. Citado por: MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*. Lisboa: Tese (Doutoramento em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011, p. 112.

⁵⁴⁵ Sobre a Madeira ver: MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade. A duquesa de Beja*. Lisboa: Tese (Doutorado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011; SILVA, José Manuel Azevedo e. Eva Gomes e o Estado nascente de um novo paraíso terreal no meio do Atlântico: a Madeira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 391-405.

Em seus domínios, a duquesa cuidava para que as terras fossem bem aproveitadas, como, aliás, era frequente nos contratos envolvendo bens de raiz. Por todo o século XV, nos mais diversos fundos documentais⁵⁴⁶, inclusive os aforamentos da Chancelaria de D. João II, há sempre cláusulas que especificam que o bem negociado não deveria ser abandonado, e sim sempre melhorado, e que determinam os pagamentos devidos, como no caso do foro de casas na rua Nova de Lisboa para Brites Lopes⁵⁴⁷, de herdade para Leonor Gonçalves⁵⁴⁸, do *lezirão*⁵⁴⁹ na lezíria de Francos para Brites Valente⁵⁵⁰ ou ainda as casas e banhos em Lisboa para Mécia Pinto⁵⁵¹. O aforamento era um contrato que consistia na concessão de um bem de raiz a alguém, no caso de bens reguengos. O beneficiário tinha obrigação de manter a terra produtiva (no caso de propriedades rurais), rendosa e em bom estado, e deveria ainda o pagamento de direitos. São dezenove os aforamentos concedidos às mulheres na Chancelaria.

Data	Local	Mulher	Bem aforado	Cota
81.09.07	Setúbal	Brites Vaz	Terra em Palmela	I. 2, fl. 101v
82.06.20	Évora	Maria Jorge	Casas em Lagos	I. 3, fl. 8
82.07.20	Évora	Brites Lopes	Casas em Lisboa	I. 2, fl. 146
82.08.20	Évora	D. Maria de Vilhena	Chãos em Santarém	I. 3, fl. 67
83.01.13	Santarém	Brites Valente	Lezirão em Francos	I. 27, fl. 35
83.04.14	Torres Novas	Brites Martins	Vinha em Lagos	I. 27, fl. 31v
84.04.27	Santarém	Mécia Pinto	Casas e banhos em Lisboa	I. 23, fl. 131
86.03.16	Santarém	Catarina Gonçalves	Casas em Guimarães	I. 1, fl. 63
86.04.13	Santarém	Joana de Alvim	Casas em Chaves	I. 1, fl. 127
86.12.09	Lisboa	Inês da Lagoa	Quebradas na freguesia de S. Pedro	I. 8, fl. 123
87.02.22	Santarém	Leonor Gonçalves	Herdade	I. 19, fl. 59
87.06.06	Santarém	Leonor Correia	Casas em Vila Nova de Alvito	I. 20, fl. 64

⁵⁴⁶ Na dissertação de Mestrado utilizamos um *corpus* documental oriundo de diversos fundos como o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o Cabido da Sé de Coimbra, o Livro dos Mestrados, a Colegiada de Santa Justa e em todos os contratos de aforamentos, arrendamento e emprazamentos verificamos as mesmas preocupações senhoriais para que as propriedades *fossem melhoradas e não pioradas*.

⁵⁴⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl.146.

⁵⁴⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 19, fl.59.

⁵⁴⁹ Um grande terreno alagado.

⁵⁵⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 27, fl.35.

⁵⁵¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl.131.

Data	Local	Mulher	Bem aforado	Cota
87.07.25	Santarém	D. Joana de Noronha	Terra em Beja	I. 20, fl. 170
90.06.16	Évora	Catarina Sana	Casas em Lisboa	I. 13, fl. 133v
90.12.17	Évora	Isabel Afonso	Casas em Lisboa	I. 16, fl. 135
91.02.08	--	Catarina Anes	Monte Agro d'El-rei em Belamar	I. 5, fl. 53
92.04.24	Lisboa	Isabel Rodrigues	Casas em Lisboa	I. 5, fl. 76v
92.07.20	Lisboa	Isabel Fernandes	Casas em Lisboa	I. 7, fl. 117
92.09.04	Lisboa	Catarina Lopes	Casas em Lisboa	I. 7, fl. 94v

Tabela 4 – Aforamentos

Embora possamos considerar a duquesa a representante mais insigne das mulheres nobres portuguesas do período, não só ela se destacava no panorama. Senhoras como D. Catarina de Melo⁵⁵² donzela da casa de D. Brites, D. Inês Benavides⁵⁵³, D. Joana de Noronha⁵⁵⁴, D. Maria de Noronha⁵⁵⁵, D. Maria de Vilhena⁵⁵⁶, D. Mécia de Noronha⁵⁵⁷, D. Isabel de Sousa⁵⁵⁸ e algumas outras são frequentes na documentação sendo beneficiárias de aforamentos, alvarás e tenças de valores variados, mercês de direitos, doações e bens reguengos. Mulheres que se destacavam não somente por sua capacidade de parir, mas também por seu envolvimento com a realidade socioeconômica e as questões políticas. É pelas mãos de D. Isabel de Sousa, por exemplo, que as missivas entre a infanta e o rei D. João II são escritas, sendo o próprio rei a apontá-la como pessoa de confiança para tal tarefa, afirmando,

porque minhas ocupações me nom dão lugar a poder tanto escreuer de minha mão mandej fazer esta ao secretario de que confio e outra pessoa nom vejo a vossa nem esta senão eu e elle que a fez porque as taes cousas assj deuem ser guardadas e nom passem por mjtas mãos e assj vos terej em merçe que quando semelhantes cousas me ouuerdes d escreuer nom sejam senão por mão da Dona Isabel de Sousa cuja letra me parece a

⁵⁵² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 62v.

⁵⁵³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 16.

⁵⁵⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 20, fl. 170.

⁵⁵⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 49v.

⁵⁵⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 67 e 67v, livro 6, fl. 93 e 100.

⁵⁵⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 15, fl. 106v.

⁵⁵⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl.64, livro 4, fl.10, livro 16, fl.45v.

desta carta que me emuiastes ou de rodrigo Afonso quando hj estiuer porque são pessoas de confiança escrita etc.⁵⁵⁹

Diversas mulheres garantiam seu sustento e a manutenção de sua posição social por meio de diplomas régios que lhes facultavam doações, concessões e mercês que poderiam somar um grande valor. Dentre as doações e concessões régias destacam-se assentamento, como nos casos da duquesa D. Isabel, prima do rei, que foi agraciada com mil reais brancos ao ano⁵⁶⁰, e de D. Isabel, princesa de Portugal, que recebe dois assentamentos, sendo um de 2.025.000 florins⁵⁶¹ e outro de 7.500 florins⁵⁶² em forma de padroado; casamento, pelo qual D. Catarina recebeu um padroado de 1.000 coroas⁵⁶³; moradia⁵⁶⁴, que foi o caso de D. Brites da Silva e Joana de Castro, que receberam, respectivamente, 81.142 reais⁵⁶⁵ e 81.150 reais⁵⁶⁶; e alvará, como o qual D. Joana, sobrinha do bispo do Porto, foi agraciada e lhe concedia “em cada huum anno [...] dez myll reis de temça [...] enquanto nossa merçe for”⁵⁶⁷.

As tenças concedidas perfazem 71 documentos em que o rei concede os mais variados valores, em quatro casos pagos em gêneros – 5 *moios* de trigo para D. Catarina de Melo⁵⁶⁸, 10 *moios* de pão *meiado*⁵⁶⁹ para D. Mécia de Melo⁵⁷⁰, 4 *moios* de trigo para Maria Lopes⁵⁷¹ e 12 *moios* de trigo para Violante de Souza⁵⁷². Entretanto, na maioria dos casos o pagamento era feito em numerário, como se demonstra a seguir.

Data	Mulher	Tença recebida	Cota
--.--.--	D. Isabel Soares	10.000 rs	l. 26, fl. 50v
82.--.--	Infanta D. Filipa	350.000 rs	l. 2, fl. 15v
82.01.31	D. Catarina de Melo	5 moios de trigo	l. 6, fl. 19v

⁵⁵⁹ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos* (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, fl. 129, p. 290.

⁵⁶⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 11.

⁵⁶¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 108.

⁵⁶² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 108.

⁵⁶³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 135v.

⁵⁶⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 115, livro 22, fl. 85v.

⁵⁶⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 115.

⁵⁶⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 85v.

⁵⁶⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 7, fl. 67.

⁵⁶⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 19v.

⁵⁶⁹ O pão *meiado* ou meado era feito com uma mistura em quantidades iguais de trigo e outro cereal.

⁵⁷⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 1, fl. 101v.

⁵⁷¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 74.

⁵⁷² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 71.

Data	Mulher	Tença recebida	Cota
82.02.06	Infanta D. Filipa	350.00 rs	I. 26, fl. 17
82.02.07	D. Joana	39.600 rs	I. 6, fl. 22v
82.02.08	Infanta D. Filipa	300.000 rs	I. 2, fl. 17v
82.02.08	Helena da Gama	10.000 rs	I. 6, fl. 12
82.02.28	D. Joana de Lemos	36.000 rs	I. 2, fl. 5v
82.04.18	D. Brites da Silva	81.142 rs	I. 6, fl. 115
82.06.03	D. Maria de Vilhena	1 conto de libras	I. 6, fl. 93
82.06.10	D. Isabel de Sousa	12.000 rs	I. 6, fl. 64
82.06.28	D. Leonor de Mascarenhas	20.000 rs	I. 2, fl. 145
82.07.22	D. Maria de Vilhena	24.000 rs	I. 6, fl. 100
82.07.29	D. Maria de Vilhena	81.144 rs	I. 3, fl. 67v
82.08.22	Guiomar de Sousa	10.000 rs	I. 6, fl. 98v
82.09.11	Catarina de Melgar	20 rs	I. 3, fl. 54v
82.11.06	D. Maria da Silva	15.000 rs	I. 26, fl. 23v
83.04.03	D. Violante	40.000 rs	I. 24, fl. 107
83.04.23	D. Brites da Silva	81.142 rs	I. 24, fl. 92
83.08.--	Infanta D. Brites	459.300 rs	I. 23, fl. 11
83.12.30	D. Brites da Silva	81.142 rs	I. 26, fl. 109v
84.05.22	D. Teresa de Meneses	25.000 rs	I. 23, fl. 147v
84.07.01	D. Catarina de Sousa	5.000 rs	I. 8, fl. 185
85.02.27	D. Margarida de Vilhena	500 libras	I. 1, fl. 134
85.09.25	D. Isabel de Sousa	5 rs	I. 4, fl. 10
86.02.--	Joana de Sequeira	4.000 rs	I. 1, fl. 33
86.03.13	D. Mécia de Melo	10 moios de pão meado	I. 1, fl. 101v
86.03.15	D. Brites Pacheca	178.327 rs	I. 8, fl. 189v
86.04.04	Isabel Dias	6.000 rs	I. 1, fl. 136v
86.08.25	Maria Lopes	4 moios de trigo	I. 19, fl. 74
86.09.29	Constança Pereira	12.000 rs	I. 20, fl. 98v

Data	Mulher	Tença recebida	Cota
86.10.03	D. Catarina	81.142 rs	I. 8, fl. 92
86.11.09	Branca de Proença	12.000 rs	I. 8, fl. 100v
86.11.13	Genebra da Rosa	35.000 rs	I. 19, fl. 105
86.11.21	Leonor Pacheca	5.000 rs	I. 19, fl. 150v
87.02.15	Isabel Galvoa	3.714 rs	I. 19, fl. 63v
87.04.19	D. Isabel	40.000 rs	I. 20, fl. 35v
87.05.11	D. Joana de Castro	81.142 rs	I. 20, fl. 60v
87.08.21	Clara Gonçalves	5.000 rs	I. 21, fl. 99
87.09.03	Isabel Leitoa	15.000 rs	I. 21, fl. 23v
87.09.04	Isabel Leitoa	10.000 rs	I. 21, fl. 168v
87.09.10	D. Maria Coutinha	25.000 rs	I. 18, fl. 45v
87.10.25	D. Mécia da Cunha	25.000 rs	I. 21, fl. 46v
88.01.16	D. Isabel Soares	10.000 rs	I. 18, fl. 9
88.01.16	Ana Soares	10.000 rs	I. 18, fl. 9
88.01.16	D. Brites Soares	10.000 rs	I. 18, fl. 9
88.04.30	Carla Gonçalves	5.000 rs	I. 18, fl. 65
88.09.01	D. Leonor de Melgar	10.000 rs	I. 14, fl. 32
88.11.02	Inês Aires	3.738 rs	I. 14, fl. 13
89.05.17	D. Mécia	15.000 rs	I. 26, fl. 49v
89.05.20	D. Branca	10.000 rs	I. 26, fl. 48v
89.05.20	Violante Gomes	10.000 rs	I. 25, fl. 97
89.07.19	D. Joana de Vilhena	24.000 rs	I. 25, fl. 87v
90.01.26	D. Leonor de Mascarenhas	24.000 rs	I. 17, fl. 29
90.05.28	Isabel de Vasconcelos	6.000 rs	I. 13, fl. 64
90.05.29	D. Cecília	12.000 rs	I. 13, fl. 73
90.07.14	Rainha D. Leonor	865.000 rs de ouro	I. 16, fl. 85
90.07.17	Maria Loba	15.000 rs	I. 16, fl. 11
90.08.12	D. Leonor	12.000 rs	I. 16, fl. 37

Data	Mulher	Tença recebida	Cota
91.10.14	Violante de Sousa	12 moios de trigo	l. 11, fl. 71
91.10.17	D. Cecília	16.000 rs	l. 11, fl. 69v
92.05.03	D. Filipa Henriques	15.000 rs	l. 5, fl. 37
92.05.09	D. Filipa	15.000 rs	l. 7, fl. 58
92.06.--	D. Leonor	20 rs	l. 5, fl. 94

Tabela 5 – Concessão de tença em gêneros e em numerário

O peso das tenças das grandes mulheres era tamanho que mereceu a objeção dos povos nas primeiras cortes do reinado de D. João II. Segundo eles, algumas das senhoras do reino recebiam grandes assentamentos e tenças, ao mesmo tempo em que as fazendas régias estavam de tal forma dissipadas, que lhes parecia exagerado e requeriam que o monarca revisse tal exagero. Sugerem que as mulheres casadas sejam sustentadas por seus maridos, “como vos fazees aa Senhora Rainha”, e que as religiosas que viviam recolhidas no silêncio da castidade “viuam no em todo”⁵⁷³, o que aliviaria a Coroa das despesas. O monarca afirma que retiraria as tenças que podia, mas outras rendas pertenciam a mulheres para seu “soportamento” e, sem eles, sofreriam muita míngua, – dificilmente o caso da infanta D. Filipa.

Outro benefício eram os direitos concedidos sobre capelas – instituição e/ou administração. As capelas eram os sufrágios instituídos pela alma de uma determinada pessoa que deixava parte de seu patrimônio à igreja onde a capela seria fundada, podendo ou não ser acompanhada de um espaço físico para a celebração dos sufrágios, como foi o caso de Inês Rodrigues de Góis⁵⁷⁴ e Isabel de Lemos⁵⁷⁵. O administrador de uma capela usufruía permanente de uma fração previamente determinada de seus rendimentos.

As doações que figuram nas chancelarias podem ter duas origens: as doações feitas pelo rei aos seus súditos ou as doações que recebem confirmação régia. No primeiro caso, o rei poderia conceder também padroados sobre certas igrejas, como o concedido à infanta D. Filipa sobre as igrejas de Alcáçovas⁵⁷⁶. Outros exemplos são a doação, recebida por D.

⁵⁷³ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 126.

⁵⁷⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 42v.

⁵⁷⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 11.

⁵⁷⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 19.

Isabel, da pensão dos tabeliães de Lisboa⁵⁷⁷ que fora de seu marido D. João; a doação para a rainha do serviço real dos judeus de Lisboa⁵⁷⁸, a alcaidaria-mor de Évora, recebida por Brites de Melo⁵⁷⁹, ou as rendas de um foral recebidas por D. Inês Benavides. D. Inês era viúva do alcaide Pero de Mendanha, que, pelos muitos serviços prestados ao reino, havia recebido do monarca várias doações; com a morte do alcaide, sua viúva e seus descendentes recebem em doação as “Rendas direitos e Reguengos” do foral de Caminha e da vila de Valença⁵⁸⁰.

Além dos já referidos benefícios pagos mais frequentemente em numerário, como as tenças e até a administração de capela, o rei poderia doar propriedades rurais e urbanas. Em dezenove diplomas deste tipo de doação régia, dez das beneficiárias são mulheres que recebem a distinção “Dona”, referente ao seu nascimento. Este conjunto de documentos inclui doações feitas à rainha D. Leonor, à princesa D. Isabel e a D. Maria de Noronha, que também desfrutavam de tenças.

Data	Mulher	Doação recebida	Cota
82.02.25	D. Brites da Silva	de lagares de azeite em Torres Novas	l. 6, fl. 33
82.04.01	D. Maria	de Alvito Vila Nova	l. 6, fl. 125v
82.08.22	Rainha D. Leonor	de Torres Novas e Alvaiázere	l. 3, fl. 49v
87.01.17	D. Catarina de Melo	do castelo de Olivença	l. 21, fl. 62v
87.11.27	D. Isabel de Abranches	de moinhos em Tavira	l. 21, fl. 72
89.11.26	D. Brites Condessa	de moinhos na ribeira de Pernes	l. 26, fl. 126v
90.10.02	D. Maria de Noronha	de reguengo no termo de Portel	l. 9, fl. 49v
90.12.08	Princesa D. Isabel	de Torres Novas, Torres Vedras	l. 16, fl. 108v
91.04.14	Rainha D. Leonor	de Faro e Silves	l. 10, fl. 76.
91.04.15	Rainha D. Leonor	de Alenquer/Sintra/Óbidos	l. 10, fl. 76

Tabela 6 – Doações de bens rurais e urbanos para *Donas*

As outras nove mulheres não recebem distinção de seu estado:

⁵⁷⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 50.

⁵⁷⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 10, fl. 76v.

⁵⁷⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 4.

⁵⁸⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 16.

Data	Mulher	Doação recebida	Cota
82.11.20	Guiomar Rodrigues	do hospital Sta. Maria de Palhais	I. 3, fl. 84
84.04.24	Inês Gomes	de casal no termo de Cascais	I. 23, fl. 60
86.03.14	Mécia de Paiva	de metade da Ilha de S. Tomé	I. 1, fl. 81
86.06.12	Joana Correia	de casas em Estremoz	I. 4, fl. 63v
87.04.02	Brianda do Carvalhal	de bens em Alter do Chão	I. 14, fl. 49v
88.03.04	Grimaneza Martins	de bens em Chaves	I. 18, fl. 116v
90.11.24	Maria Afonso	bens em Arronches	I. 16, fl. 106
92.08.03	Ester Judia	bens em Lisboa	I. 7, fl. 25
92.12.14	Catarina Vaz	casas em Lisboa	I. 7, fl. 137v

Tabela 7 – Doações de bens rurais e urbanos

Brianda do Carvalhal, embora não receba a distinção de “Dona” no diploma régio, não é uma mulher simples. É ama da rainha e mulher de João Nunes, um cavaleiro da casa real. A ela, o monarca concede a doação, enquanto durasse sua mercê, de uma azenha, um olival e uma courela, além de uma horta com duas nogueiras e oliveiras em Alter do Chão. Na sequência do documento, o monarca orienta seus oficiais, “que loguo metam a dicta bryamda de carualhal em posses da dicta açenha ortas oliuall E courellas”. Brianda é casada, mas não é ao seu marido que o rei manda que seja dada a posse dos bens doados, é a ela que deixaram ter, haver, receber, arrendar, colher e fazer “todo o que lhe aprouuer Como de sua cousa própria”⁵⁸¹.

O segundo caso em que as doações poderiam se enquadrar são as confirmações, que ratificavam as doações feitas pelos súditos a outras pessoas ou instituições. São instrumentos públicos mostrados ao rei para sua apreciação e usualmente envolviam bens reguengos. Essas doações frequentemente ocorriam entre familiares como compensação por serviços prestados. A fórmula documental sublinha que eram doações entre vivos – por oposição aos testamentos –, válidas, livres (aquele que doa não sofre nenhuma coação dos beneficiários) e irrevogáveis. Ester, uma “Judia viuua morador na judiarja Velha” herdou todos os bens de seu marido e, por isso, possuía a casa onde morava, foros e uma cozinha pela qual pagava foro de uma galinha por ano ao conde de Panela. Tinha ainda “na

⁵⁸¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 14, fl. 49v.

esuogua grande da dita Judarja tres lugares de sseda”. Considerando que criara seu neto como seu filho e este sempre fora muito obediente, doou-lhe todos os seus bens⁵⁸².

Em alguns casos surge desconfia-se dos motivos da doação, se o doador havia sofrido alguma coação e, neste caso, o monarca procederia com inquirições que verificariam se houve “ameaça ou constrangimento ou por outro alguum conluyo ou engano ou outra alguma maneira”⁵⁸³ ou ainda se haveria herdeiros legítimos que pudessem ser prejudicados pela doação.

Um tipo de diploma que também envolvia diretamente as heranças é o perfilhamento. Diferente da legitimação, de que trataremos mais adiante, perfilhar consistia na adoção por um indivíduo ou um casal sem filhos ou herdeiro. O perfilhamento assegurava o herdamento e, como as doações, constituíam em recompensa por serviços prestados. Estabelecer um herdeiro garantia também o aproveitamento da terra e a manutenção das rendas. D. Maria de Ataíde, mulher viúva e sem herdeiros, perfilha sua criada Inês Gonçalves e lhe faz doação de todos os seus bens, porém estabelece condições. Enquanto Inês não se casasse, D. Maria ficaria com a administração dos bens; quando aquela se casasse lhe seriam entregues os bens e ficariam, Inês e seu marido, obrigados a dar “huum moio e trinta allqueires de ceuada em cada huum anno em sua vida della”. As condições impostas incluíam também o cuidado com sua alma: por ocasião de sua morte, recaía sobre sua beneficiária o encargo de três missas “Calladas” em cada ano para sempre por sua alma, a de seu marido e de sua mãe⁵⁸⁴.

Diversas eram as formas pelas quais as mulheres asseguravam a sua sobrevivência e, no caso de mulheres nobres, isso envolvia a manutenção de inúmeros privilégios. Um benefício importante, para nobres ou não, era a isenção da aposentadoria. As senhoras D. Brites, duquesa de Beja⁵⁸⁵, D. Filipa⁵⁸⁶, infanta de Portugal e tia de D. João II, Isabel Caldeira⁵⁸⁷, que mencionamos anteriormente e Moureima Moura⁵⁸⁸ receberam esta isenção do rei. A aposentadoria era um direito senhorial, que consistia na obrigação dos moradores de um determinado lugar a ceder hospedagem à sua comitiva. Este privilégio, responsável por diversos distúrbios e abusos perpetrados por nobres e até mesmo oficiais régios,

⁵⁸² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 7, fl. 25.

⁵⁸³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 25.

⁵⁸⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 48.

⁵⁸⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 13v.

⁵⁸⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 93 e 93v.

⁵⁸⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 100v.

⁵⁸⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 72.

segundo Humberto Baquero Moreno constituíam um “rosário permanente de queixas que se arrastam sem a mínima solução”⁵⁸⁹. Era atribuição do juiz da terra acomodar todas as pessoas que seguiam junto ao grande senhor, que regularmente escolhia as habitações que iria ocupar tomando o que lhe convinha. Por vezes, entravam à força “apoderando-se do melhor” sem, no entanto, proceder com o pagamento previsto, maltratando e chegando até a “matar quem se lhes opunha”⁵⁹⁰. Em Évora, cavaleiros e escudeiros de passagem pela vila tomavam pousadas com a anuência dos juizes, levando o concelho a regular que só deveriam pousar condes, bispos e grandes fidalgos “que tantas jentes tragam” que não pudessem pousar nas estalagens, e o tempo de sua permanência deveria se restringir a três dias⁵⁹¹.

Quando se tratava da comitiva real, o aposentador-mor deveria chegar ao local pelo menos um dia antes do rei, quando avisaria à população da chegada do monarca e cuidaria, junto ao procurador do concelho, de determinar onde todos seriam acomodados. As pousadas não deveriam receber “dampno nem grande aggravo”⁵⁹². Segundo as *Ordenações Afonsinas*, estavam isentas as viúvas de vassalos “que estão em suas honras” e aqueles que detivessem privilégio real. Não obstante, os abusos eram tão frequentes que nem mesmo os fidalgos estavam imunes, alguns senhores afirmam que se viam muito agravados pelos oficiais régios e outros homens que com a mercê régia pousam em suas moradas com suas mulheres, tomam suas bestas, palhas e cevadas de “suas Quintaães, e Casaaes”⁵⁹³.

Diretamente relacionada com a aposentadoria estava a mercê de estalajadeiro⁵⁹⁴. As cartas de estalajadeiro foram uma tentativa de atenuar os diversos crimes e, através delas, a Coroa concedia a todos que estivessem aptos a permissão de fundar estalagens em diversos lugares. Sua instituição devia-se a constantes requerimentos dos viajantes, que alegavam dificuldades em encontrar pouso “por seus dinheiros”. As estalagens, tão importantes no reino, ainda que insipientes, poderiam ser concedidas a mulheres, muito embora apenas

⁵⁸⁹ MORENO, Humberto Baquero. Os marginais no Portugal medievo: comportamentos anti-sociais perante as normas de hospitalidade. *Campus Social*. Revista lusófona de Ciências Sociais. 2005. N. 2, p. 99-107.

⁵⁹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 132-133.

⁵⁹¹ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), fl. 21, p. 48.

⁵⁹² ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título LXI, p. 348.

⁵⁹³ Ibidem, livro 2, título LVIII, p. 353.

⁵⁹⁴ Cf. GONÇALVES, Iria. Privilégios de Estalajadeiros Portugueses (séculos XIV e XV). In: _____. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa, 1988.

três cartas régias nos cheguem: Constança de Moraes⁵⁹⁵, Catarina Anes⁵⁹⁶ e Maria Fernandes⁵⁹⁷. As estalagens tinham como finalidade oferecer aos viajantes pousada, alimentação, roupas e azeite, que seriam pagos ao fim da estadia. Estes diplomas citam, além do beneficiário, os privilégios de que poderiam dispor, como a isenção para serem besteiros (no caso dos homens), isenção de pagamento dos direitos concelhios como fintas, peitas e talhas, autorização para a venda de produtos estrangeiros, os alimentos ali vendidos eram isentos das obrigações da almotaçaria e, por fim, um dos privilégios fundamentais, a isenção de aposentadoria. Suas propriedades não poderiam ser tomadas gratuitamente nem mesmo pelo rei.

Da sobrevivência

*A pão duro dente agudo.*⁵⁹⁸

Mulheres de todos os estados e estratos sociais deveriam assegurar seu sustento e sua sobrevivência, e mesmo aquelas oriundas da alta nobreza não estavam isentas de tais preocupações. Como mencionamos anteriormente, as arras eram uma forma de proteger e garantir o futuro das donas nubentes, até a própria rainha deveria gerenciar e cuidar dos bens recebidos em doação para seu mantimento. Haja vista tais necessidades tornava-se impossível que as mulheres estivessem de todo excluídas da economia do reino, direta ou indiretamente estavam inseridas na produção. Solicitavam privilégios e mercês, recebiam doações do rei ou de algum(a) benfeitor(a) e, no mundo do trabalho, poderiam estar à frente de estalagens, trabalhando junto a seus maridos, ou como comerciantes nas ruas das cidades vendendo pães e peixes.

Em uma sociedade essencialmente hierarquizada, cujos privilégios eram determinados pelo nascimento, uma das mais prementes necessidades para a sobrevivência era assegurar seu lugar legítimo no mundo, e, para tanto, as mulheres lançavam mão de todos os expedientes que lhes chegavam ao alcance. Os amores ilícitos que as leis buscavam evitar, regular ou quando incapazes simplesmente punir, por vezes davam

⁵⁹⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 61v.

⁵⁹⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 99.

⁵⁹⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 120.

⁵⁹⁸ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 13.

origem não somente a um, mas possivelmente a vários filhos ilegítimos. “O amor traz no velho a culpa, mas no mancebo frutos”⁵⁹⁹, de fato, Martim Pires, por exemplo, declarou-se pai de Catarina, Inês e Bento⁶⁰⁰; o mesmo ocorreu com Vasco Lourenço, pai de Filipa, Diogo e Francisco⁶⁰¹; Fernando Rodrigues legitimou quatro filhos, Brites, Diogo, Genebra e Rodrigo⁶⁰². Martim Gomes chegou a reconhecer cinco filhos, Ana, Álvaro, Catarina, Isabel e Leonor⁶⁰³. Em todos os casos os documentos possuem a mesma data e constam no mesmo fôlio, levando a crer que foram feitas em sequência.

A pecha da bastardia pesava sobre aqueles nascidos de um envolvimento fora das fronteiras do matrimônio. Os ilegítimos poderiam ser filhos naturais⁶⁰⁴, nascidos de um homem e mulher que, embora não fossem casados, eram livres de compromissos como o casamento e o hábito religioso, como era o caso de Isabel, filha de solteiros⁶⁰⁵. Sua existência estava definida nas *Ordenações*: “Uso e costume he em Portugal, que quando algum homem he solteiro, e se tomou com huma manceba solteira, e fazem huum filho antre ambos, este filho he chamado filho natural”⁶⁰⁶. Outra faceta da ilegitimidade eram os filhos adulterinos, frutos do adultério como Margarida, cuja mãe era casada⁶⁰⁷. É importante ressaltar que, conquanto o adultério como delito previsto na legislação laica fosse um crime essencialmente feminino, no que se refere à legitimidade dos filhos, a infidelidade masculina é levada em consideração e os filhos nascidos de relações paralelas de homens casados são também chamados adulterinos. Havia ainda os filhos sacrílegos, quando um dos pais tomara votos de castidade; era o caso de Joana, filha de uma mulher solteira e um cônego da Sé da Guarda⁶⁰⁸. Os frutos dos amores dos religiosos eram tão comuns que no *Sínodo de D. Luís Pires*⁶⁰⁹ alertava-se para que os clérigos não estabelecessem laços de compadrio uns com os outros, nem consentissem que seus filhos

⁵⁹⁹ MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 26.

⁶⁰⁰ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 123v.

⁶⁰¹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 21v.

⁶⁰² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 25, fl. 38v.

⁶⁰³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 103.

⁶⁰⁴ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 4, título LXXXXVIII, p. 359.

⁶⁰⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 41.

⁶⁰⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 4, título LXXXXVIII, p. 359

⁶⁰⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 15, fl. 41v.

⁶⁰⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 119v.

⁶⁰⁹ Sínodo de D. Luís Pires, 11 de Dezembro de 1477, constituição 51. Citado por ANDRÉ, Carolina Limas Soares. *Pecados de mulheres*. A cosmovisão medieval: das constituições sinodais e livros de penitenciais ao *Horto do Esposo* e *Contos Populares e Lendas*, coligidos por José Leite de Vasconcelos. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) – Universidade Aberta, 2009, p. 125.

os auxiliassem durante a missa ou participassem do coro.

Para remediar a situação desses indivíduos o rei concedia cartas de legitimação⁶¹⁰, através dos desembargadores do Paço⁶¹¹, e, de posse de tais diplomas, o fruto dos amores ilícitos era aceito e integrado nos direitos que os legítimos possuíam. A maior parte das cartas é efetuada solicitada pelo pai, e, por vezes, a carta deixa isto expresso. Ao conceder a legitimação de Filipa solicitada por seu pai, um cavaleiro da casa real, o monarca afirma que “e esta dispensaçam lhe fazemos ao pedir do dito seu pay que nollo por ella pedio per sua pessoa”⁶¹². Noutros casos, eram as filhas que se dirigiam ao rei de posse de instrumentos públicos feitos por seus pais, como Isabel Leitoa⁶¹³, que era filha de um clérigo de missa, e Isabel Gonçalves⁶¹⁴, uma mulher solteira, que levou à frente o pedido de sua reabilitação social. Essas petições foram feita por elas mesmas com a apresentação das declarações oficiais de seus pais, assinadas por tabeliães de seus lugares de origem. O mesmo se deu com Margarida Ferreira⁶¹⁵, uma professa do Mosteiro de S. Salvador de Lisboa, filha adulterina de um fidalgo de D. Afonso V e Catarina Luís, mulher casada com um barbeiro de Lisboa.

Uma das principais razões para a legitimação era o desejo de herdamento e a ausência de filhos legítimos, e no caso dos filhos o desejo de poder herdar, garantindo assim sua posição e espaço na sociedade. Assim, frequentemente encontramos referência de que a legitimação estava diretamente ligada à habilitação para herdar: “ligitimamolla e abillitamolla”⁶¹⁶, “fazemolla lidima”⁶¹⁷, como se fruto de “ligitimo matrimonio fosse”⁶¹⁸. Na requisição de Isabel Pires, ela solicita que “mandássemos que ella podesse erdar avemtestado nos beens que do dito seu padre ficarom”⁶¹⁹. Ela é uma filha adulterina, pois seu pai era casado quando se relacionou com sua mãe que também era casada, e o rei concede e a torna “assy como se de legitimo matrimonyo fosse”.

Assegurar a subsistência, ao menos para as mulheres menos abastadas, frequentemente significava desempenhar alguma atividade que pudesse ajudar no sustento

⁶¹⁰ Para uma lista das cartas de legitimação emitidas para mulheres na Chancelaria de D. João II, consultar no Apêndice a tabela “As Mulheres e os diplomas da Chancelaria”, p. 280

⁶¹¹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., Livro 1, título IV, p. 36.

⁶¹² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 17, fl. 30.

⁶¹³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 31v.

⁶¹⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 91v.

⁶¹⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 15, fl. 41v.

⁶¹⁶ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 10, fl. 125v.

⁶¹⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 14, fl. 30.

⁶¹⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 133v.

⁶¹⁹ Ibidem.

da família – no caso das mulheres casadas –, ou mesmo que garantisse seu mantimento e dos filhos que tivesse. Porém, tomando por base o livro sagrado da cristandade, o trabalho de homens e mulheres residia em esferas ou dimensões diametralmente diferentes. Era profundamente influenciado pelo enquadramento dos sexos segundo os lugares que deveriam ocupar. Para Adão, o trabalho ativo e transformador que sujeita a natureza às necessidades da sobrevivência: ao homem era reservada a lida na terra, a produção, o provimento do sustento; muito embora no ordenamento medieval o trabalho braçal ocupasse uma posição hierárquica inferior, o trabalho dignificava. A Eva, por outro lado, cabia a tarefa de parir com dor, de forma que as mulheres estavam sujeitas e completamente entregues ao ato natural.

Entretanto as necessidades cotidianas eram mais prementes que as orientações baseadas na moral cristã que orientava às mulheres que permanecessem no espaço privado de seus lares. O trabalho feminino foi por um longo tempo deixado de lado pela historiografia feita para homens, por homens que estudavam outros homens – os grandes da história –, deixando de lado os *pequenos* que só a custo foram recuperados. Se os homens não nobres foram de muitas formas invisíveis para a história, que se poderá dizer da mulher do povo? Sua atuação era considerada, quando muito, complementar, incipiente, talvez indigna de nota, e aqui lembramo-nos de Joan Scott referindo-se a como Norman Hampson classificara um livro sobre mulheres como “história uterina”⁶²⁰.

Os silêncios e a invisibilidade histórica da mulher no trabalho não são, entretanto, fruto da ausência de documentos comprobatórios da existência ou da relevância de suas atividades na economia medieval. De fato as fontes escasseiam se comparadas àquelas relacionadas ao trabalho masculino⁶²¹. A Chancelaria, por exemplo, está longe de poder fornecer um painel pormenorizado da participação das mulheres; para além da mercê real sobre o exercício destas funções, os documentos pouco nos informam. Temos notícia de vendedeiras de hortaliças, duas de Santarém⁶²² e uma de Lisboa⁶²³; vendedeiras do

⁶²⁰ SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992, p. 80

⁶²¹ Para o período de 1400-1600, Isabel Maria Fernandes e António José Oliveira realizaram um precioso levantamento das profissões em Guimarães baseando-se em estatutos, prazos, foros, doações, livros de fazenda, livros paroquiais, livros de notas e tombos. Em relação aos ofícios em que a contrapartida feminina é expressamente mencionada, os autores encontraram dezesseis tecelãs e tecelões, oito tendeiros e tendeiras, uma camareira, uma padeira, uma pasteira e uma tecedeira, porém havia outras ocupações, como fornecedores, que, apesar de mencionados apenas no masculino, incluíam mulheres. FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de. Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos X e XVI. *Revista de Guimarães*, 2004, 113/114, p. 43-209.

⁶²² Maria Álvares e Maria Gonçalves. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 55v e fl. 54.

pescado, ou pescadeiras, uma em Santarém⁶²⁴ e duas em Lisboa⁶²⁵; e regateiras⁶²⁶, dentre as quais se encontra Constança Anes, a quem foi concedido o privilégio de regateira da corte⁶²⁷.

A presença feminina no trabalho é mais bem percebida nas posturas dos concelhos porque em grande medida eram estes que provinham as regulações da vida cotidiana. Administraram os mesteres e as atividades comerciais, regulando preços, salários e a qualidade dos produtos oferecidos à venda para a população e garantindo que o abastecimento de produtos básicos à alimentação geral chegasse não somente às mãos dos poderosos. As vereações de Évora e as posturas de Lisboa citam uma variedade muito maior das atividades femininas: são candieiras⁶²⁸, confeitadeiras, enxerqueiras, forneiras, marisqueiras, medidoras do pão, mulheres de “jornaaes”, padeiras, pescadeiras, regateiras, tecedeiras, tecelãs e vendedeiras. Trabalhos que se dedicaram ao arrolamento das profissões em outros espaços do reino dão a conhecer alfaiatas, berceiras⁶²⁹, camareiras, uma cirurgiaã, colchoeiras, fruteiras, mostardeiras, pasteleiras, taberneiras e tendadeiras⁶³⁰.

Na prática, tanto a lei laica, como as posturas concelhias e o fazer feminino verificado nas chancelarias não corroboram a proposição religiosa. A mulher, ao contrário, estava de fato profundamente inserida na economia do reino. Aforamentos, doações, mercês, isenções e privilégios tornavam-nas parte integrante do sistema de produção. Nobres ou não, mulheres ou homens, aqueles que estivessem à frente de uma propriedade precisavam fazê-la produzir e render, pois os direitos devidos ao monarca, ao concelho ou ao senhorio deveriam ser pagos em dias determinados. Mesmo nas atividades nas quais é raro encontrarmos as mulheres, elas lá estão, mesmo que nos restem apenas um ou outro documento atestando sua presença, como Isabel Martins, moradora de Montemor-o-Velho,

⁶²³ Catarina Anes. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 118v.

⁶²⁴ Catarina Afonso. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 57.

⁶²⁵ Joana Vaz e Maria Anes. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 70 e livro 24, fl. 134v.

⁶²⁶ Catarina Rodrigues, Inês Anes. ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 13, fl. 92v.

⁶²⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 21, fl. 77.

⁶²⁸ Mulheres que vendiam candeias para as igrejas. LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, fl. 53v, p.147.

⁶²⁹ Mulheres que vendiam berça – couve-galega.

⁶³⁰ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In: _____. *Homens, espaços e poderes*. Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. V. 1: Notas do viver social, p.37-59; FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de. Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos X e XVI. *Revista de Guimarães*, 2004, 113/114, p. 43-209; GONÇALVES, Iria. Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV). *Arquipélago – História*, 1995. 2ª série, V. 1, p. 29- 48; MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*. Minho: Tese (Doutoramento) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009. 2v; SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa. A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista online*. Lisboa, 2012, n.11, p. 1-26.

que a pedido do concelho prestou exames em cirurgia, fato relativamente comum para o século seguinte, mas ainda raro no século XV⁶³¹.

A própria lógica do funcionamento dos mestres medievais, da produção das matérias-primas e da organização social garantia a inserção feminina. As atividades estavam profundamente entrelaçadas, então, para que uma alfaiata pudesse trabalhar, era necessário um longo processo que passava por diversas atividades desde o cultivo e, neste ponto, também existiam trabalhos especificamente femininos. No caso do linho, eram elas que tiravam as daninhas, arrancavam as plantas, separavam o caule de seu invólucro, lavavam, separavam as fibras e retiravam as impurezas⁶³². Abordaremos aqui, preferencialmente, atividades envolvidas com o comércio, que se mostravam uma importante fonte de sustento para as mulheres que pelas ruas das cidades circulavam e vendiam seus produtos a retalho. Entre os foreiros de propriedades reais em Lisboa, por exemplo, figuravam 15 mulheres, das quais 10 se dedicavam a esta atividade⁶³³. Nos rossios, nos espaços da portagem e nas ribeiras que reuniam grande quantidade de pessoas; nas feiras e mercados, nas praças e ruas das vilas e cidades do reino, as mulheres desempenharam toda a sorte de atividade em busca de seu sustento.

No século XV há uma complexificação da vida urbana, um crescimento para além das muralhas. Com isso, a governança se tornaria mais complexa e os concelhos se dedicariam a obras municipais, à criação de novos espaços para feiras e mercados e até mesmo à melhoria das condições de vida⁶³⁴. Na organização da municipalidade destacavam-se os vereadores e os almotacés. Os vereadores estavam encarregados de todo

⁶³¹ GONÇALVES, Iria. Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame. *Do tempo e da História*. Lisboa, 1965. V.1, p. 69-112.

⁶³² Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In: _____. *Homens, espaços e poderes*. Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. V.1: Notas do viver social, p. 37-59; SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa. A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista online*. Lisboa, 2012, n. 11, p. 1-26.

⁶³³ GONÇALVES, Iria. Aspectos económicos-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*. 1980, n. 1, p. 201.

⁶³⁴ Os monarcas demonstram interesse no crescimento das cidades investindo em propriedades urbanas, como atestou Oliveira Marques no “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”. Um exemplo deste interesse era a Rua Nova do Porto, mandada construir por D. João I, que foi estudada por Maria Helena Pizarro Paula Santos em sua dissertação de Mestrado, na qual analisou os limites, contextos, foreiros e moradores desta importante rua, não somente pela sua localização como pelo projeto retilíneo com que foi concebida. SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula. *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010. Ver também: GONÇALVES, Iria. Aspectos económicos-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*. 1980, n. 1, p. 153-204; MARQUES, José. Patrimônio régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo). *Separata da Revista de História*. Porto, 1982. V. 3, p. 73-97.

o regimento de terras dos concelhos⁶³⁵, das obras e de quaisquer outras decisões para resguardar o bem viver da população, assim, era sua atribuição a manutenção de caminhos, calçadas, pontes, muros, barreiras, fontes e chafarizes e dos necessários reparos⁶³⁶.

O almotacé⁶³⁷, por sua vez, era responsável pelos ofícios e pela fiscalização da limpeza citadina, mandando limpar os esterco das ruas e obrigar cada freguesia a lançá-los nos lugares previamente determinados. Também deveria garantir que a população não jogasse lixo em torno do muro, comprometendo os canos⁶³⁸ e as servidões de água das cidades; além disso, não deveria permitir que animais mortos fossem lançados às ruas “nem outras cousas çujas e fedegosas na Cidade ou Villa; e os que as lançarem façam-lhas tirar poendo-lhes penas se as nom tirarem e aos negrijentes da-llas logo a enxucoçom”⁶³⁹.

Em Évora no século XIV⁶⁴⁰ já previam tais medidas determinando penas pecuniárias para os transgressores, as quais não pareciam surtir efeito, já que um século⁶⁴¹ mais tarde as posturas previam situações muito semelhantes.

Porque das çogidades e esterco e cousas podres e nojotas e ffumos [...] recreçem muitos danos e doores aos corpos e ainda parece mall os logares onde sse tall coussa consente e porque ssoube e foy çerto que a çidade d’Evora se fazem muitos esterco que lamçam nas ruas e logares que ham de sseer linpos e as esterqueiras ssom muitas de que sse seuge aas vezes grande mall e dano aos muros e çerca da çidade porque quanto vem enxurro d’agua nos Invernos trazem os esterco e som tantos qua atupem os cantos que estam a ponto de sse perder e por esquivar e tirar esses malle e aazos porque sse asy fazem mandou que quallquer que lançar esterco na rua dentro da çidade e non deitar fora as esterqueiras e logares onde sse ham de fazer com tanto que nom seja nas covas e antre o muro e

⁶³⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título XXVII, p. 174; O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF). p. 18;

⁶³⁶ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. op. cit., fl.4, p. 19.

⁶³⁷ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v, livro 1, título XXVIII, p. 180; O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. op. cit., p. 26, fl. 8.

⁶³⁸ Frequentemente citados nas posturas citadinas, os canos de água não eram canos como modernamente compreendemos, tratava-se prioritariamente de valas. MENEZES, José de Vasconcellos Carneiro e. *Medidas sanitárias ao tempo de D. Afonso V e de D. João II*. Lisboa: Academia de Marinha, 1985, p. 18-19.

⁶³⁹ ORDENAÇÕES AFONSINAS. op. cit., livro 1, título XXVIII, p. 185.

⁶⁴⁰ O LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS DA CIDADE DE ÉVORA. Introdução e revisão de Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos. Leitura e transcrição de Ana Sesifredo, Fátima Farrica e Miguel Meira. ISBN 978-989-95669-4-1 (PDF), p. 20.

⁶⁴¹ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA., op. cit., p. 30.

barreiras por cada vez pera o concelho ----Lx reais⁶⁴².

Magalhães Basto descreveu as ruas medievais como irregulares, sinuosas, escurecidas pelas sombras dos beirais dos telhados⁶⁴³ e pelos alpendres frequentemente colocados sobre as portas além das “grandes tabuletas chacolhantes, suspensas por braços de ferro nas fachadas das lojas”⁶⁴⁴. As posturas de Lisboa descrevem as proibições sobre lixo em suas portas, a de São Vicente⁶⁴⁵, da Oura⁶⁴⁶, Nova de Alcáçova⁶⁴⁷, da Judiaria⁶⁴⁸, Fonte da Flor e da Ribeira⁶⁴⁹. No *Livro das Posturas Antigas* encontramos dezoito posturas que mencionam diretamente sujidade, lixo e esterco que eram jogados por toda a cidade. Os constantes esforços concelhios com a frequente elaboração de posturas sobre a sujidade eram minados por costumes há muito enraizados na população; a prática conhecida como “água vai” decerto constituía um obstáculo para as tentativas de higienização das ruas e foi objeto de regulamentação de D. João II, que pedia providências contra o costume de entornar bacias “onde não deviam”⁶⁵⁰. A frequência do “água vai” e o controle dos estercos pode ser percebido pela representatividade das coimas aferidas com sua repressão. Tais valores eram razão de disputas entre os concelhos e os homens das correições das comarcas que demandavam as coimas para os corregedores⁶⁵¹. Estes montantes muitas vezes configuravam-se como a única fonte de renda a ser utilizada pelas cidades, vilas e

⁶⁴² O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), p. 79.

⁶⁴³ De 1500 é um alvará régio que proíbe pessoas de qualquer condição de fazer nas novas construções sacada ou balcão “saydo”, sendo permitido apenas aqueles “rres com a parede”. O alvará punia pedreiros e carpinteiros que fizessem tal construção. LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, fl. 85, p. 240.

⁶⁴⁴ BASTO, A. de Magalhães. História da higiene: a cidade do Porto e a sua evolução. *Separata da Revista Clínica, higiene e hidrologia*, 1939. N. 9, p. 4. Citado por: FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva A. dos S. *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1996, p. 122. Confira também: GONCALVES, Iria. Posturas Municipais e a vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. In: _____. Um olhar sobre a cidade medieval. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 77-95.

⁶⁴⁵ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 2.

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 5.

⁶⁴⁷ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 11.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 26.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 31.

⁶⁵⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1964, p. 91.

⁶⁵¹ SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 241.

lugares para “soportamento de seus emcarregos”⁶⁵².

Assim, a questão da higiene era tema de constante regulamentação em grande medida porque a Idade Média viveu frequentes surtos de peste⁶⁵³. Matéria que ocupava das gentes do povo ao monarca⁶⁵⁴ e o regimento dos concelhos⁶⁵⁵, todos preocupavam-se com a “pestelença”. Os homens bons de Lisboa, junto ao procurador e os vereadores, determinaram que ninguém viesse à cidade de lugar onde houvesse peste e, se o fizesse, pagaria a pena de quinhentos reais brancos, e aqueles que o acolhesse pagariam o mesmo valor e seriam expulsos da cidade⁶⁵⁶.

O regimento de Évora e o de Arraiolos detêm-se especialmente sobre isso, e sobre a contaminação da água de fontes, chafarizes e poços em razão da lavagem de couro, peles e roupas⁶⁵⁷. As posturas de Lisboa mandavam que “nenhũa pessoa tamoyssada de quallquer estado e comdiçom que seJa que lance rroupa nem escudellas nem outra coussa nenhũa no chafariz da rrua noua e nem ao rredor delle”⁶⁵⁸. A sujeira era acrescida pela criação de animais e pelo exercício de ofícios e mesteres como o dos carneiros e das pescadeiras. A salga do pescado e da sardinha que era feita na praça onde se vendiam as frutas foi considerada um comportamento “muito odioso” pela sujeira “como pollo grande fedor que se dello segue”⁶⁵⁹. Em todas essas regulações, ainda que não mencionadas diretamente, estavam presentes as mulheres, fossem as servas executando o “água vai” a mando de seus senhores, as mulheres dos carneiros que com eles trabalhavam, as que cuidavam do peixe e depositavam os resíduos oriundos de suas atividades fora dos locais indicados, ou as mulheres envolvidas na lavagem de roupas nas fontes e chafarizes do concelho a despeito das posturas em contrário.

⁶⁵² SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 241.

⁶⁵³ Para o século XV, Oliveira Marques aponta que epidemias chegaram ao reino nos anos de 1414-16, 1423, 1429, 1432, 1437-39, 1448-52, 1456-58, 1463, 1472, 1477-81 e 1483-87. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 21.

⁶⁵⁴ D. Duarte deu mostras de sua preocupação no já citado *Leal Conselheiro*, naquilo que chamou “Das razões por que me parece bem fugir aa pestellença”, em que instava as pessoas a fugirem da peste, pois nada poderia ser feito. D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842. Capítulo LIIII, p. 304.

⁶⁵⁵ Sobre o Porto, confira: FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira; DOMINGUES, Maria João Monteiro. Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 5, 2004, p. 155-166.

⁶⁵⁶ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS, op. cit., p. 40, fl. 14v.

⁶⁵⁷ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), p. 80 e p. 101.

⁶⁵⁸ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 4.

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 29, fl. 11v.

O trabalho das mulheres nas cidades medievais poderia se dar de duas formas, primeiramente com atividades relacionadas às de seus maridos, ou no exercício de funções independentes. Enxerqueiras e pescadeiras/peixeiras eram majoritariamente⁶⁶⁰ mulheres casadas respectivamente com carneiros e pescadores, cuja atividade, embora distinta daquela exercida por seu marido, a complementava. A atividade dos açougues e a venda “à enxerca” são frequentemente mencionadas em posturas municipais que visavam essencialmente combater abusos e proteger os consumidores. A carne à enxerca era normalmente salgada e vendida em tabuleiros já cortada/fatiada. Com esta disposição, era fácil confundir o comprador quanto à qualidade e o tipo da carne – mais comumente a carne do carneiro, preferida e mais custosa, com a da ovelha –, por isso o concelho de Lisboa delibera que “nom seJa nenhũa enxerqueira tam ousada que venda ovelha mesturada com carneiro E quem na vender seJa em tauoleiro sobre ssy afastada do carneiro em tall gissa que nom tenham rrazom de a venderem ao pouuo em vez de carneiro ou cordeiro”⁶⁶¹.

A prática poderia ser tão comum que se proibia mesmo que ovelhas fossem cortadas para serem vendidas à enxerca⁶⁶² sob pena de cem, duzentos e trezentos reais, de acordo com a reincidência e a premiação dos delatores com o terço. Muitas proibições cercavam esse tipo de venda de carnes, primeiramente porque se tratava de garantir a oferta de carne ao povo em preços adequados e a carne já cortada era mais cara, além de frequentemente não ser vendida a peso⁶⁶³. Essa prática também oferecia risco à população, que poderia ser facilmente enganada não só pelo tipo de carne que adquiriam, mas também pelas condições sanitárias dos produtos.

A venda do peixe era também uma atividade eminentemente feminina; a maioria das menções feitas a ela nas posturas é no feminino. Eram mulheres que tratavam e vendiam o fruto da pesca dos homens de sua família. As posturas de Lisboa, ao restringirem a venda de pescado fresco, afirmam que nenhuma pessoa poderia se dedicar a esta atividade “saluo ho pescador que ho pesca o quall ho podera vender per sy ou per sua molher ou per outra quallquer pessoa de sua cassa”⁶⁶⁴; se os homens se lançam ao mar, ficam as mulheres. Citadas em posturas sobre higiene pública, sobre as qualidades dos

⁶⁶⁰ A leitura das posturas concelhias indica a existência de outras mulheres que não as esposas a exercerem a atividade, mas apenas como exceções.

⁶⁶¹ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 33, fl. 12v.

⁶⁶² Ibidem, p. 19, fl. 8.

⁶⁶³ Ibidem, p. 109, fl. 40.

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 220, fl. 78v.

produtos e sobre a regulamentação do espaço concelhio, as *pescadeiras* eram fundamentais para a alimentação citadina, tendo em seu poder praticamente todo o abastecimento de peixe fresco.

Para assegurar seu sustento, recorriam a expedientes nem sempre honestos, como aspergir água sobre os peixes para lhes conferir uma melhor aparência, o que também foi matéria de legislação concelhia que proibia às *pescadeiras* que mantivessem qualquer vasilha com água para molhar os peixes, com a pena de “doze liuras e meya” por cada vasilhame⁶⁶⁵. Também disputavam espaço e entravam em conflito com outras mulheres, as regateiras de peixe que vendiam seus produtos nos mesmos espaços que a *pescadeiras*; estas, denominadas pelas posturas como as “donas” dos peixes, tiveram então seu espaço exclusivo demarcado. E posteriormente, em 1498, Lisboa delibera que nenhuma regateira ou outra pessoa, além das “donas do peixe” pudessem vender peixe fresco⁶⁶⁶.

Diversos autores que se dedicaram à organização do trabalho⁶⁶⁷ e mesmo aqueles que se dedicaram a espaços para além da fronteira do reino⁶⁶⁸ concordam sobre a importância do agregado familiar para a execução do trabalho. O mester estava cercado por sua família – a mulher, filhas e filhos, mancebos e mancebas. Todos contribuíam, mesmo aqueles que não estavam destinados ao aprendizado do ofício. A família do mercador, por exemplo, o auxiliava nas viagens, no transporte e no carregamento dos produtos. Existem registros de mulheres que, quando viúvas, mantiveram os negócios de mercadores além-

⁶⁶⁵ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 118, fl. 43.

⁶⁶⁶ Ibidem, p. 220, fl. 78v.

⁶⁶⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989; COELHO, Maria Helena da Cruz. A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In: _____. *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. V. 1: Notas do viver social, p.37-59; DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa. *Mercadores-banqueiros e cambistas no Portugal dos séculos XIV e XV*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2006; FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de. Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos X e XVI. *Revista de Guimarães*, 2004, 113/114, p. 43-209; FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva A. dos S. *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1996; FREITAS, Isabel Vaz de. Mercadores que cruzam fronteiras. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. V. 2, p. 291-300; MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*. Minho: Tese (Doutoramento) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009. 2v; SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula. *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010; SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo Sousa. A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista online*. Lisboa, 2012, n. 11, p. 1-26.

⁶⁶⁸ POWER, Eileen. The working women in town and country. In: _____. *Medieval Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 45-67; OPITZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. V.2.

fronteiras em nome de seus maridos, assegurando não só a sobrevivência da família como a posição para seus filhos. Representam um número reduzido se comparadas aos homens que passavam pelas alfândegas, mas elas “não se inibem de percorrer grandes distâncias e de transportar, em alguns casos, uma quantidade aceitável de produtos. E as mercadorias que transportam em nada diferem das transportadas por outros mercadores”⁶⁶⁹.

Mancebas e mancebos, podendo ou não ser aprendizes, faziam parte da domesticidade, poderiam ser mancebos “a bem fazer”⁶⁷⁰; por soldada⁶⁷¹, que recebiam de seu senhor comida, abrigo, vestimentas, ou serviçais⁶⁷². A legislação dedicou-se demoradamente sobre sua condição e os conflitos entre mancebos e senhores. Aqueles que eram mancebos “a bem fazer” não poderiam deixar seu senhor antes de cumprir meio ano para o pagamento do que devia. Os mancebos por soldada, por sua vez, tinham três anos para entrar com demanda em razão da falta de pagamento de suas “soldadas”. É digno de nota que a legislação faça pouca ou nenhuma distinção entre as mancebas e os mancebos.

Outra vertente do trabalho feminino é aquele não é necessariamente complementar ao do marido: são vendedeiras, regateiras, tecedeiras, marisqueiras e padeiras. Todo tipo de comerciantes e vendedoras povoavam as ruas. Vendedeiras das hortaliças como Maria Álvares⁶⁷³, Maria Gonçalves de Santarém⁶⁷⁴ e Catarina Anes de Lisboa⁶⁷⁵, de quem era solicitado que tomasse “aluaraes de Juramento fectos per o estpriuam da camara pera que façam verdade a seus donos da dicta ortaliza que lha derem a vender”⁶⁷⁶, ou vendedeiras do pescado como Catarina Afonso em Santarém⁶⁷⁷, Joana Vaz⁶⁷⁸ e Maria Anes em Lisboa⁶⁷⁹. Se aquelas que não eram as “donas” do peixe estavam proibidas de vendê-lo fresco, as posturas de Lisboa, por exemplo, permitiam que vendessem o peixe salgado, fumado ou seco. Tais processos permitiam uma maior durabilidade dos produtos, ampliando sua disponibilidade para a alimentação medieval e aumentando as rendas dos que se dedicavam ao seu comércio. Frutas, legumes, hortaliças, vinho, carnes cozidas,

⁶⁶⁹ FREITAS, Isabel Vaz de. Mercadores que cruzam fronteiras. In: *ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. V. 2, p. 291-300.

⁶⁷⁰ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 4, título XXVII, p. 116.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 123.

⁶⁷² Ibidem, p. 127.

⁶⁷³ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 55v.

⁶⁷⁴ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 54.

⁶⁷⁵ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 118v.

⁶⁷⁶ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 136, fl. 49v.

⁶⁷⁷ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 57.

⁶⁷⁸ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 70.

⁶⁷⁹ ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 134v.

miúdos já preparados, as vendedeiras alimentavam a cidade. Trabalhavam também em tendas, ou lojas: tendadeiras, que vendiam uma infinidade de produtos, ou marceiras ou merceiras, que vendiam miudezas como fitas de seda e linhas.

As mulheres que recebem maior destaque nas posturas são as regateiras, bem como sua contrapartida masculina, os regatões, que compravam mercadorias para revender, com seus próprios recursos ou em nome de outros. As regateiras poderiam ter um poder de compra considerável e por isso representavam um elemento do abastecimento urbano nada desprezível. De fato, Iria Gonçalves apontou que chegavam a ser “verdadeiros agentes” do equilíbrio citadino medieval entre a oferta e a procura – de certa forma, um mal necessário – e por isso “as regateiras, foram tão verberadas, tão suspeitosamente olhadas durante todo este período”⁶⁸⁰. Assegurar a oferta de produtos era uma questão frequente nas posturas. Em Évora, o concelho assinala que para que todos tivessem seu mantimento e “e nom averem falimento”⁶⁸¹, as regateiras do peixe – bem como as *pescadeiras*, vendedeiras, o almocreve e sua mulher – tivessem sempre pescado abundante para oferecer e que não descarregassem ou vendessem os produtos em suas casas, mas somente na praça, para que o almotacé pudesse fiscalizar e dar o preço. A regateira, o almocreve ou sua mulher que vendesse peixes em sua casas sem os levar a praça pagariam vinte reais ao concelho, e, se vendessem por preço maior dado pela almotaçaria, pagariam trezentos reais. Já a vendedeira jurada, fosse de peixe, pão ou outros produtos, que cometesse tais infrações seria punida com vinte açoites por ter quebrado o juramento.

A regatia parecia sedutora a alguns, que abandonavam suas vidas para dedicarem-se ao comércio. Os povos reclamaram ao rei que lavradores abandonavam suas terras e tornavam-se regatões, provocando tão grande mal que parecia pior que “praga do çeeo pera destruiçom de voso povoo”⁶⁸². Os lavradores regatões compravam os produtos, especialmente pão e vinho, com preços muito altos e terminavam por revendê-los com preços tão exorbitantes que os homens de bem não suportavam e perdiam suas fazendas e o povo não podia suportar a carestia.

⁶⁸⁰ GONÇALVES, Iria. Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV). *Arquipélago – História*. 1995. 2ª série. V. 1, p. 36.

⁶⁸¹ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), p. 72, fl. 30v.

⁶⁸² SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924. V. 2 - Documentos, p. 192.

Uma carta de D. Afonso V esclarece sobre a atuação das regateiras⁶⁸³ que logo pela manhã compravam os produtos que chegavam à cidade em tal quantidade que o povo não tinha alternativa se não comprar com eles. Seus preços eram “fora de toda Jgualenza” de forma que “o poboo nam podya aveer parte delles pera ssua prouisam ssoomente das m̃aos delles”⁶⁸⁴ e os pobres padeciam sem o abastecimento. Para remediar a situação, as regateiras só poderiam comprar os produtos depois das nove horas ou “ataa que dem as badaladas na sse da terça”⁶⁸⁵, deliberação que valia para pescado, carne, frutas, legumes, palha e ervas. A desobediente perderia tudo o que comprara e um terço seria entregue àquele que a acusou, além de enfrentar oito dias na cadeia.

Proibir o acesso da regateira ao produto durante certo tempo depois da chegada ao mercado era uma forma de “colocar frente a frente o produtor e o consumidor”⁶⁸⁶, uma forma de reduzir o impacto do intermediário cuja atuação encarecia o produto. Outro instrumento de controle para o acesso da população aos produtos e assegurar o abastecimento eram as posturas que davam ao povo privilégio sobre o intermediário no ato da compra. Qualquer regatão ou regateira, ao comprar qualquer mantimento nos espaços de abastecimento, deveria ceder “a terça parte ou ataa as duas partes”⁶⁸⁷ pelo preço que havia comprado caso alguém do povo tivesse interesse na mercadoria, e os que se recusassem pagariam cem reais brancos.

A medição e a aferição dos instrumentos de medida eram necessárias para comércio a retalho, pois determinavam não somente o preço dos produtos como a quantidade que o consumidor de fato adquiria. Assim, pesos e medidas foram matéria da regulação das ordenações do reino⁶⁸⁸ e de posturas concelhias.

Item a mais razoada e iguall coussa que os ssabedores acharom por cada hum aver sseu direito do que conpravam e vendiam asy foy a balança com os pessos e a medida e porque em balde seria o regimento d' almotaçaria posto que sse cada hum pesasse ou medisse per medida e peso que lhe prouguesse e os que conprassem senpre poderia receber engano o que ja per muitas vezes foy e he ameude achado por nom teerem os pessos e medidas direitas nem sseerem vistos e afillados por os ofiçiaaes nem postos nos logares que per os antigos pera esto foram deputados por todo viir a boom regimento com acordo dos suso dictos

⁶⁸³ As mesmas regras se aplicavam aos regatões.

⁶⁸⁴ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 54, fl. 20.

⁶⁸⁵ Ibidem, p. 12, fl. 8.

⁶⁸⁶ GONÇALVES, Iria. op. cit., p. 34.

⁶⁸⁷ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. op. cit., p. 53, fl. 19v.

⁶⁸⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 1, título XXVIII, p. 181.

ordenou e mandou que todos os que daqui en deante ouverem de vender pam ou vinho ou azeite ou sall ou legumes (fl. 32v) aja as medidas afilladas asiinaadas⁶⁸⁹.

As posturas de Évora e de Lisboa sugerem que amiúde ocorriam falsificações nos pesos: medidores utilizavam pesos sem fiscalização ou afilamento, ficando o comprador logrado. Em Lisboa decretava-se que, uma vez dados os pesos pelos almotacés, que as padeiras, candeeiras, carnicheiros e regateiras que pesassem menos pagariam trinta reais, em caso de reincidência a pena seria de cinquenta reais⁶⁹⁰. A coima em Évora era de cem reais, para “quallquer que medir per medida falssa seja preso pera sse dell fazer direito e justiça e da cadea pague o dano que as partes reçoerberom se tall for o dano que sse a parte e perda em certo possa ssaber”⁶⁹¹. Se o controle do peso era tão importante, grande responsabilidade e poder decorriam da atividade de medidor/*medideira*, era um ofício concelhio responsável pelas medidas de itens importantes. A Chancelaria, por exemplo, só nos informa sobre a *medideira* do sal de Faro Isabel Fernandes⁶⁹², mas, no que se referia ao comércio do pão, as *medideiras* dominavam o ofício⁶⁹³.

Das atividades femininas, as padeiras são sem dúvida as mais conhecidas, desde a lendária “padeira de Aljubarrota”⁶⁹⁴ às mulheres que diariamente vendiam um dos itens mais importantes da alimentação medievla. As padeiras são frequentemente mencionadas nas posturas municipais, e sobre elas encontramos somente referências femininas, tanto nas posturas de Lisboa como nas de Évora e nas *Ordenações*⁶⁹⁵.

As referências que lhe fazem são essencialmente relacionadas a peso, medida, tamanho e preço dos pães, e essas posturas levam a crer que os abusos eram muito frequentes. Os almotacés deveriam não somente dar peso às padeiras, como conferir

⁶⁸⁹ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), p. 75, fl. 32.

⁶⁹⁰ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. op. cit., p.36.

⁶⁹¹ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. op. cit., p. 76.

⁶⁹² ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 25, fl. 100.

⁶⁹³ Cf. MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa, *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*. Minho: Tese (Doutoramento) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009. 2v.

⁶⁹⁴ Segundo a tradição, a padeira de Aljubarrota matou com sua pá sete inimigos que encontrara dentro de seu forno.

⁶⁹⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v. Livro 5, título LVI, p. 201.

posteriormente se elas vendiam seus produtos pelo peso dado⁶⁹⁶. O controle concelhio determinava os preços e pesos de diferentes tipos de pão⁶⁹⁷ e o modo como eram feitos – na padaria ou em casa⁶⁹⁸.

Não era por acaso que o pão sofria um escrutínio tão criterioso, era a base da alimentação medieval, que era pobre, ao menos para o povo. O pão era grande e de pouco crescimento, e servia não só na alimentação como em suporte para a comida⁶⁹⁹. Sua presença nas mesas variava de acordo com a qualidade da farinha, sendo a mais nobre e mais desejada a de trigo, seguida pela de centeio e pela de milho, e, no decurso das frequentes crises cerealíferas, usava-se ainda leguminosas, castanhas e raízes para acrescentar ao pão. A bem dizer, a nomenclatura *pão* poderia designar não só o produto final, o “pão cozido”, como também o próprio cereal, o que é frequentemente percebido no tabelamento de preços de então. Iria Gonçalves⁷⁰⁰ realizou um estudo sobre as variantes relacionadas com a pesagem do pão e concluiu que para o século XV um alqueire de trigo resultava em dez ou onze pães.

A escassez de pão era frequente, bem como as tentativas daqueles que detinham o trigo em ganhar mais com a sua venda. Garcia de Resende relata uma míngua de pão na cidade de Évora durante a qual os fidalgos do local recusavam-se a vender o que tinham. D. João II então solicita a venda do trigo reservado por trinta reais o alqueire, alegando ser um preço justo, pois era mais alto do que estavam acostumados a vender. Salvo um homem, todos se recusaram, de modo que o rei concedeu ao mestrado de Santiago de Castela licença para vender seu pão em Évora por vinte réis o alqueire e proibiu a todos os locais que o fizessem enquanto o rei lá estivesse sob pena de perderem suas fazendas⁷⁰¹.

O pão era alimento não só para a população em terra, mas também para os homens embarcados. O “pão do mar”, também conhecido como biscoito, que era um pão cozido duas vezes (ou até mais) para tornar-se mais resistente, foi fundamental para a realização das navegações, e eram as padeiras que amassavam os biscoitos para o sustento das naus.

⁶⁹⁶ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 36, fl. 13v.

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 39, fl. 14v.

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 102, fl. 37v.

⁶⁹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 464.

⁷⁰⁰ GONÇALVES, Iria. Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV). *Arquipélago – História*. 1995. 2ª série. V. 1, p. 29- 48.

⁷⁰¹ RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902. V. 2, capítulo CCII, p. 60.

José Manuel Azevedo e Silva⁷⁰² baseou-se em um documento do início do século XVI para estimar que uma caravela tripulada por trinta e um homens necessitaria de uma ração diária de 760 gramas de biscoito por dia, que seriam acompanhados por cerca de 1,5 litro de vinho; para um mês esses valores tornam-se consideráveis, sendo 707 quilos de biscoito e 1.460 litros de vinho. Eram necessários muitos pares de braços para suprir toda a necessidade de biscoitos das navegações, se pensarmos que por volta da metade de 1480 cerca de doze embarcações faziam o percurso para São Jorge da Mina⁷⁰³. De fato, são padeiras as primeiras mulheres enviadas a São Jorge⁷⁰⁴.

Cristina de Pisano, de quem falamos anteriormente, que em sua obra preocupava-se em orientar as mulheres a garantir sua subsistência, aconselhou que fiassem e tecessem, não como uma forma de ocupar suas mentes vazias e sossegar suas línguas maledicentes como diziam os homens da Igreja. Esta autora medieval fez uma abordagem diferente: para ela, o exercício da atividade essencialmente feminina tinha como objetivo do próprio sustento. Essa foi em grande medida uma atividade doméstica, para prover as necessidades familiares, e talvez por isso fiar, tecer e cardar é quase invisível aos documentos. Mas não totalmente esquecido, por exemplo, nas posturas de Lisboa, que condenam tecedeiras que enganavam o povo usando pesos falsos a pagar duzentos reais brancos⁷⁰⁵. Os estudiosos da obra de Cristina afirmam que ela escreveu às mulheres com base no que observava na sociedade francesa de sua época. Supomos que poderia ver as mulheres do povo a fiaar e tecer nos entremeios de suas atividades domésticas diárias; o descanso da lida se fazia com o fio na ponta dos dedos.

A expansão marítima e o consequente afluxo de homens nas empresas de guerra e exploração no Norte da África tinham como consequência um considerável aumento de mulheres à frente de suas famílias, fosse por viuvez ou pela ausência temporária de seu marido. Não obstante a participação feminina nas navegações propriamente fosse restrita, se considerarmos a ideia de “gentes do mar”⁷⁰⁶ não somente como os marinheiros embarcados, mas como o grupo de pessoas que vivia e dependia das atividades marítimas

⁷⁰² SILVA, José Manuel Azevedo e. Os navios que descobriram o mundo e a vida a bordo. *Revista de História das Ideias*. V. 14: Descobrimento, expansão e identidade nacional, 1992, p. 106.

⁷⁰³ SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. V. 4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV, p. 97.

⁷⁰⁴ PINA, Rui de. *Crônica de el-rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950. Capítulo II; D'ARMADA, Fina. *Mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Ésquilo, 2006, p. 31.

⁷⁰⁵ LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974, p. 25, fl. 10.

⁷⁰⁶ Cf. BARROS, Amândio. Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM A LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 249-263.

que lhes provia o sustento. Assim podemos apreciar melhor a importância e a participação de diversos grupos – incluindo as mulheres – cujas atividades contribuíam para a execução da empresa marítima. Se para o abastecimento de uma nau eram necessários, além do biscoito e do vinho já mencionados, carne salgada e fumada, queijo, peixe seco, azeite, sal, frutas secas e frescas, mel e doces como a marmelada⁷⁰⁷, pode-se inferir sobre uma maior participação feminina nas navegações. À execução da empresa das navegações eram necessárias atividades complementares: cordame, velame, etc., assim a tecelagem, por exemplo, vai pouco a pouco deixando de gravitar essencialmente na esfera doméstica e familiar e se tornando um dado econômico expressivo.

Com os descobrimentos, toda uma realidade se revela ao *povo* português e, por povo, é preciso compreender *homens e mulheres*. A expansão é tradicionalmente visitada a partir de uma perspectiva masculina centrada na descoberta e na guerra, entretanto mulheres partiam, e, ainda que os registros de seus nomes sejam poucos, sabemos que estiveram presentes – fidalgas e comuns – nas praças portuguesas no Marrocos⁷⁰⁸ ou na Madeira⁷⁰⁹, por exemplo. Iam como esposas ou filhas, mas, uma vez assentadas, desempenhavam todo tipo de tarefa: lavadeiras, padeiras, *conserveiras*⁷¹⁰. Muito mais era requerido das mulheres que ficavam em terra, pois se os homens estavam no mar cabia a elas não somente o sustento da família, mas a produção do reino.

⁷⁰⁷ Cf. SILVA, José Manuel Azevedo e. Os navios que descobriram o mundo e a vida a bordo. *Revista de História das Ideias*. V. 14: Descobrimento, expansão e identidade nacional, 1992, p. 105.

⁷⁰⁸ Cf. RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Maria de Fátima Moura. Mulheres portuguesas em Marrocos. Imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XV; ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. A mulher e a expansão na perspectiva de alguns cronistas e historiadores seus coevos. Ambos em: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

⁷⁰⁹ RIBEIRO, João Adriano. A mulher na Madeira nos séculos XV-XVI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, op. cit., p. 407-416.

⁷¹⁰ Mulheres que faziam conservas.

CONCLUSÃO

*Huuns dos grandes aazos per que os hoomeens da terra ssom defamados e de que naçem muytos aroydos e desaveenças e grandes escandollos asy he per as molheres que ssom desmesuradas e braadam e sse doestam asy en pubrico como per almaras e tregeitos e remoques que ellas sabem fazer e dizer...*⁷¹⁰

Em tempo de concluir, tornamos a pensar sobre a importância das vozes das mulheres ao longo do nosso caminho. Como mencionamos, os questionamentos que orientaram o início de nossos estudos históricos foram as duras palavras de uma mulher ofendida pelo assassinato de seu irmão em busca de reparação, cuja vontade é sancionada pelo rei. Nesta altura estamos a pensar noutro tipo de voz, aquela pertencente a mulheres que não se comportavam de acordo com os códigos sociais aceitos então, pensamos nas *bravas*. Presentes nas posturas de Évora como a causa de grandes escândalos, as *bravas* eram mulheres que em público, nas praças e ruas do concelho, se comportavam com grande descompostura, proclamando injúrias em altos brados, com trejeitos e insinuações maliciosas, caluniando homens e mulheres. Com este proceder, desonravam os homens e tornavam-se motivo para brigas.

Desavenças entre vizinhos poderiam tornar-se *arroidos* que envolviam e punham em xeque a honra de homens e mulheres. No caso destas, tanto mais problemático, pois questionar a honestidade de uma mulher era uma dupla ofensa, uma brava que acusasse outra de *mau proceder* ou de *conduta desonesta* depunha diretamente sobre seu pai ou marido e manchava o nome de toda a família. Não surpreende, por isso, que as penas fossem tão duras: 50 reais na primeira vez; na segunda seria diretamente encaminhada à prisão e posta a ferros por três dias, além da coima de 100 reais; e, se pega uma terceira vez, seria degredada da cidade e de seu termo com freios na boca até que conseguisse a

⁷¹⁰ O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF), p. 80, fl. 34v.

mercê régia. Para além da descrição de seu delito, não há nas posturas indicação de quem são as bravas, mas sabemos que as agressões físicas ou verbais não eram estranhas às mulheres, como observamos no terceiro capítulo⁷¹¹: duas conhecidas em disputa poderiam recorrer à violência física, *más mulheres* discutiam com suas vizinhas sobre os benefícios que recebiam dos muitos homens que lhes visitavam.

A realidade histórica das mulheres que apuramos na documentação indica que elas estavam inseridas na sociedade de diversas maneiras, relacionavam-se com o meio, com a política, com a economia e muito especialmente com as necessidades prementes de todos os indivíduos. É fundamental não trilharmos os mesmos caminhos dos pensadores medievais e dispor homens e mulheres em categorias antagônicas. Não obstante o reforço da ideia da necessidade de custódia feminina, é preciso lembrar que os textos religiosos buscavam controlar todos os aspectos da vida dos fiéis, mas o controle que de fato exerciam ficava muito aquém de seus desejos. Entre o que se preconizava e o que de fato se praticava havia um delicado jogo de possibilidades.

Não é possível decantar da documentação definições rígidas sobre quem são as mulheres portuguesas medievais, posto que fossem múltiplas as suas facetas como eram múltiplos os seus papéis. As leis laicas não compunham um manual com objetivo de controlar os comportamentos femininos, os formulários dos diplomas que a chancelaria régia emitia beneficiando mulheres eram iguais àqueles que beneficiavam os homens e as situações descritas, muito semelhantes. Eram definidas por sua relação com os homens como solteiras, casadas e viúvas, mas definida não significava necessária ou essencialmente limitada por essas relações.

Assim, na maioria das vezes nos referirmos à mulher no plural – *mulheres* –, uma escolha deliberada para melhor ressaltar que não é possível definir uma única imagem, um único modelo. Nem mesmo se nos ativermos à moral religiosa é possível pensar no singular; os próprios padres da Igreja previam mais de um modelo de comportamento. Mas lançar mão do feminino plural não sana problemas ou riscos, pois, ainda que percebamos sua diversidade, é tentador esquecer que essas mulheres interagiam com o mundo e o perigo está em colocá-las em oposição ao resto da sociedade, ou separada dela. No interior do conjunto de indivíduos definidos por “as mulheres medievais” existiam profundas clivagens. Para além do seu sexo, uma das bravas não partilhava os direitos, a posição

⁷¹¹ Ver capítulo 3, p.119.

social, os privilégios ou o poder que exercia D. Isabel de Sousa, por cuja pena eram escritas as missivas entre o monarca e sua sogra. A própria questão da honra indica as diferenças entre os grupos de mulheres, a noção de “mulheres honradas” poderia indicar mulheres nobres ou de honesto viver. As gradações da honra, que poderiam variar de acordo com o estatuto social, são mais uma mostra de como as generalizações podem ser enganosas. Com efeito, os direitos e as condições sociais de uma padeira, por exemplo, eram muito mais semelhante àqueles conhecidos por seu marido do que por uma mulher de outra condição.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ANTT – Chancelaria de D. João II, livros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27.

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Pedro (Dir.). *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1915. T1(1413-1450).

Disponível em: <<http://archive.org/details/documentosdescha01azevuoft>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina de BNL. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

D. DUARTE. *Leal conselheiro*. Paris/Lisboa: J. P. Aillaud, 1842.

Disponível em: <<http://archive.org/details/lealconselheiro00duar>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

GOIS, Damião de. *Chronica do Principe D. Joam, rey que foy destes reynos, segundo do nome, em que summariamente se trataõ as cousas substanciaes, que nelles aconteceraõ do dia de seu nascimento até o em que ElRey D. Affonso seu pay faleceo*. Lisboa: Oficina de Música, 1724.

Disponível em: <<http://purl.pt/286/2/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Camara Municipal de Lisboa, 1974.

O LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS DA CIDADE DE ÉVORA. Introdução e revisão de Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos. Leitura e transcrição de Ana Sesifredo, Fátima Farrica e Miguel Meira. ISBN 978-989-95669-4-1 (PDF).

Disponível em: <http://www.cidehus.uevora.pt/index_textos.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MENDONÇA, Manuela. *Chancelaria de D. João II. Índices*. Lisboa: ANTT, 1994. 2v.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 5v.

ORDENAÇÕES DEL-REI DOM DUARTE. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5v. V. 2.

PISANO, Cristina. *Aqui começa o liuro chamado espelho de Cristina o que falla de tres estados de molheres e he partydo em tres partes ...* Lisboa: por Herman de Campos, 1518. Disponível em: <<http://purl.pt/15289>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V.* Lisboa: Escritorio, 1902. V. 3. Disponível em: <<http://ia700401.us.archive.org/21/items/chronicadeelreid00pinauoft/chronicadeelreid00pinpinau.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Crônica de el-rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950.

POPPLAU, Nicolas. *Viaje de Nicolas de Popielovo por España y Portugal*. In: VIAJES de extranjeros por españa y portugal en los siglos xv, xvi y xvii. Madri: Casa Editorial de Medina, 1878, p. 15-65.

Disponível em: <http://www.bibliotecavirtualmadrid.org/bvmadrid_publicacion/i18n/consulta/registro.cmd?id=1349>. Acesso em: 26 mar. 2013.

O REGIMENTO DE ÉVORA E DE ARRAIOLOS E A ADMINISTRAÇÃO CONCELHIA NO SUL DE PORTUGAL NA IDADE MÉDIA. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. ISBN 978-989-95669-2-7 (PDF).

Disponível em: <http://www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/reg_arraiolos.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

RESENDE, Garcia de. *Crônica de El-Rei D. João II e miscelânea*. Lisboa: Escritorio, 1902.

Disponível em: <<http://archive.org/stream/chronicadeelrei02peregoog#page/n10/mode/2up>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SANTARÉM, Visconde de. *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Geraes que em Portugal se celebraram pelos três estados do reino*. Lisboa: Imprensa da Portugal-Brasil, 1924.

Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=77>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SOUSA, Antônio Caetano de. *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*: desde a sua origem até o presente, com suas famílias illustres, que procedem dos Reis, e dos serenissimos duques de Bragança. Justificada com instrumentos e escritores de inviolavel fé e offerecida a ElRey D. João V nosso senhor. Lisboa, 1736. Tomo II.

Disponível em: <<http://purl.pt/776/2/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, Martim; ALBUQUERQUE, Ruy. *História do Direito português*. Lisboa: Danúbio, 1988.

ALVES, Gracilda. *Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha*. (1385-1481). Niterói: Tese (Doutorado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2001.

_____. Amor carnal e amor pecaminoso: cartas de perdão na Chancelaria de D. João II. *Revista Via Spiritus*. Porto, n. 18, 2012, p. 39-53.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10537.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. Subsídios para a História da Mulher. COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v, p. 270-288.

_____. A mulher e a expansão na perspectiva de alguns cronistas e historiadores seus coevos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 261-268.

_____. Em busca da “palavra” feminina na História. In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *Em torno da história das mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

ANDRADE, Amélia, GOMES, Rita Costa. As cortes de 1481-82: uma abordagem preliminar. *Separata "Estudos Medievais"*. Porto, n. 3/4, 1984.

ANDRADE, Amélia, TEIXEIRA, Teresa, MAGALHÃES, Olga. Subsídios para o estudo do Adultério em Portugal do Século XV. *Revista de História*. Porto, 1984. v. 5, p. 93-130. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2233&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ANDRADE, Maria Filomena. *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Pós-graduação em História, Universidade do Porto, 1996.

ANDRÉ, Carolina Limas Soares. *Pecados de mulheres. A cosmovisão medieval: das constituições sinodais e livros de penitenciais ao Horto do Esposo e Contos Populares e Lendas*, coligidos por José Leite de Vasconcelos. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) – Universidade Aberta, 2009. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1450>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prismas da História de Portugal. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 11-30.

BARROS, Amândio. Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na segunda metade do século XV. *Revista de História*. Porto, n. 7, 1987, p. 159-174. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13569?mode=full>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM A LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 249-263. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4966.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BEIRANTE, Maria Ângela. As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 221-241.

BEIRANTE, Maria Ângela. Salvação e memória de três donas coruchenses do século XIV. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v, v.3, p. 245-278.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1129id2146&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

BLACK, Antony. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*. Cambridge: Cambridge University, 1996.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BLOCH, Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico no Ocidente medieval*. Rio de Janeiro: 34, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Conferência. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-28.

BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos reais portugueses. Um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV). In: IV JORNADA LUSO-ESPANHOLA DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 1997, Porto. *Actas...* Porto, 1998. v. 2, p. 1531-1537.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4072.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BRAGA, Teófilo. *O povo português*. Nos seus costumes, crenças e tradições. Lisboa: Dom Quixote, 1985. 2v.

BRITO, João Manuel Lagarto de. *Os gestos que nós perdemos*. Estudo histórico-etnográfico de cinco mesteres medievais. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2006.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13049>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BROCHADO, Claudia Costa. O adultério na Barcelona baixo medieval. Formas de controle e usos do poder. In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2011, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: ABREM, 2011, p. 258-263.

BROOKE, Christopher. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989.

BRUNSWICK, H. (Coord.). *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Lusitana, 1910.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe*. Discuso normativo e representação (1525-49). Lisboa: Cosmos, 1996.

BUESCU, Ana Isabel. Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas. *eHumanista*. 2007. v. 8, p. 143-170.

Disponível em: http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/8%20%20Ana%20Isabel%20Buescu%20Article.pdf. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*. Estudos sobre o século XVI. Lisboa: Colibri, 2011.

CAETANO, Marcelo. *História do Direito português*. Lisboa: Verbo, 1981. v. 1: Fontes – Direito público.

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. B. S. *Leonor Teles, uma mulher no poder?* Lisboa: Dissertação (Mestrado em História Medieval de Portugal) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1751?mode=full&submit_simple=Mostrar+registo+em+formato+completo. Acesso em: 26 mar. 2013.

CARNEIRO, María Isabel Barbeiro. Mujeres peninsulares entre Portugal y España. *Peninsula - Revista de Estudos Ibéricos*, 2003. n. 3, p. 203-224.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id12id236&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18627>. Acesso em: 26 mar. 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), 1995. n. 4, p. 37-47.

Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/43>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Entre poderes. Análise de alguns casos na centúria de quatrocentos. Porto. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. II série, 1989. v. 6, p. 103-135.

_____. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

_____. O conjugar da tradição e inovação: no concelho de S. Martinho de Mouros. *Revista de História*. Porto, 1990, v. 10, p. 17-25.

Disponível

em:

<<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2238&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Homens, espaços e poderes*. Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. v. 1: Notas do viver social.

_____. Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos. *Revista Portuguesa de História*. 1990. n. 25, p. 235-289.

Disponível

em:

<<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12677/1/Maria%20Helena%20da%20Cruz%20Coelho%2025.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Portugal na época dos descobrimentos. *Revista de História das Ideias*. v. 14: Descobrimentos, expansão e identidade nacional, 1992, p. 7-21.

_____. Clivagens e equilíbrios da sociedade portuguesa Quatrocentista. *Tempo*. Rio de Janeiro, 1998, v. 3, n. 5, p. 121-145.

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-6.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. O final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 43-74.

_____. A Guarda em Cortes nos séculos XIV e XV. *Revista Portuguesa de História*, 2001-2002. n. 35, p. 123-142.

Disponível em:
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12679/1/Maria%20Helena%20da%20Cruz%20Coelho%2035.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 2002-2003. n. 36, p. 41-70.

Disponível em:
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12680/1/Maria%20Helena%20da%20Cruz%20Coelho%2036%20vol1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. D. João II, o senhor do Pelicano, da lei e da grei. *Separata de O tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*. Lisboa, 2005, p. 159-180.

_____. O poder concelhio em tempos medievais – o “deve” e o “haver” historiográfico. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto. 3ª série. v. 7. 2006, p. 19-34.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2120&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O poder concelhio: das origens às cortes constitucionais. *Notas da História Social*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 1-65.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha. O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Braga. *Separata da Revista Theologica*, II série, v. 28, fasc. 2, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VAQUINHAS, Irene. Conclusões do colóquio. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v, p. 447.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens das mulheres. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v, p. 51-90.

_____. Vataça. Uma dona na vida e na morte. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. III série, v. 3, 1986, p. 159-193.

CONDE, Antonio Linage. Algunas mujeres representativas de la historia de Ceuta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 481-490.

COSTA, Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. Porto. *Revista da Faculdade de Letras – História*. II série, v. 13, 1996, p. 71-101. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2105&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

COSTA, Mário Júlio de A. *História do Direito português*. Coimbra: Almedina, 2001.

COSTA, Paula Pinto. Poderes: as dimensões central e local. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 7, 2006, p. 9-18. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8182>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

COSTA-CABRAL, F. A. da. *D. João II e a renascença portuguesa*. Lisboa: Livraria Ferin. 1915. Disponível em: <<http://www30.us.archive.org/details/domjooiierenas00cabr>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

CRUZ, Guilherme Braga. O direito subsidiário na história do direito português. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XIV, v. 3. Coimbra, 1974, p. 177-316.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, parentesco e poder*. A casa de Bragança (1384-1483). Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2550>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Estratégias matrimoniais da casa de Bragança e o casamento do duque D. João II. *Hispania*, 2004. n. 216, p. 39-62. Disponível em: <<http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/2188>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640). In: BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís. *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 1-30. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2171>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

CUNHA, Maria Cristina; COSTA, Paula Pinto. Bragança em Cortes no final do século XV. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AS CORTES E O PARLAMENTO EM PORTUGAL. 750 anos das cortes de Leiria de 1254, 2004, Leiria. *Actas...* Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 143-152.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54868>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

D'ARMADA, Fina. *Mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Ésquilo, 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho. Perspectivas bíblicas da mulher e monaquismo medieval feminino. *Revista da Faculdade de Letras*, 1995. n. 12, p. 9-46.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2020.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DUARTE, Luís Miguel. Crimes do mar e justiças da terra. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1991, II série, v. 8, p. 43-73.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2100&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto (Tese em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1993.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10863>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DUARTE, Luís Miguel. Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas. *Revista da Faculdade de letras – História*. Porto, II série, v. 13, 1996, p. 231-248.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2105&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. A justiça medieval portuguesa (inventário de dúvidas). *Cuadernos de História del Derecho*, 2004, 11, p. 87-97.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20063>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DUARTE, Luís Miguel. Crimes na Serra. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ AMADEU COELHO DIAS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. v. 2, p. 81-102.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1130id2149&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *Medieval Marriage*. Two models from twelfth-century France. Londres: John Hopkins, 1991.

_____. A mulher, o amor e o cavaleiro. In: DUBY, Georges (Org.). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991, p. 225-238.

_____. *Heloisa, Isolda e outras damas no século XII*: uma investigação. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Damas do século XII*. A lembrança das ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Eva e os padres*. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Dir.). *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990. 5v. v. 2: A Idade Média.

FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de. Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos X e XVI. *Revista de Guimarães*, 2004, 113/114, p. 43-209. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12472>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERNANDES, Fátima Regina. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 7, 2006, p. 263-284.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2120&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da doutrina à vivência: amor, amizade e

casamento no *Leal Conselheiro* do Rei D. Duarte. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1984. n. 1, p. 133-194.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7841>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Casamento e religiosidade feminina no século XV na Península Ibérica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA, 1989. Porto. *Actas...* Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Universidade do Porto, 1989. 5v. v. 5, p. 73-90.

Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000197646>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Espelhos, cartas e guias*. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700). Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Universidade do Porto, 1995.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7041>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Literatura moral e discursos jurídicos. Em torno dos “privilégios” femininos no século XVI em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e literaturas”*. Porto, XVII, 2000, p. 403-418.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8382>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos. Os livros notariais como fonte para o estudo dos conventos femininos do Porto no Antigo Regime. *Revista de História*. Porto, 1991. n. 11, p. 231-255.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2239&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERRAZ, Francisco Manuel Teixeira; DOMINGUES, Maria João Monteiro. Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 5, 2004, p. 155-166.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id294&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. *Gerir e julgar em Guimarães no século XV*. Subsídios para o estudo dos ofícios público. Braga: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1993.

FERREIRA, Vitaline Maria Correia de L. R. C. *A presença da mulher na legislação medieval portuguesa*. Lisboa: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade

de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

FIGGIS, John Neville. *The divine right of the kings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1914.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva A. dos S. *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1996.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18123>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FONSECA, Celso Silva. D. João II (1481-1495): a construção da autoridade jurídica do monarca. *Coletâneas do nosso tempo*. Rondonópolis (MT), v. VII, n. 8, p. 55 a 73, 2008.

Disponível em: <<http://200.129.241.94/index.php/coletaneas/article/viewFile/67/27>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FONSECA, Luís Adão. *D. João II*. Círculo de Leitores, 2005. 320p. il.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Christine de Pizan e a releitura da misoginia medieval de *Le livre de la cité des dames*. In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2011, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: ABREM, 2011, p. 555-561.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O combate da castidade. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Andre (Org.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. São Paulo: ESP, 1946.

FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa. *O couto de Sto. Tirso (1432-1516): antroponímia e socialidade*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1995. 2v.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19440>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa. As mulheres no seio das relações familiares do Couto de Santo Tirso nos finais da Idade Média (1432-1516). In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Org.). *Em*

torno da História das Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2002.

FREITAS, Isabel Vaz de. Mercadores que cruzam fronteiras. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. v. 2, p. 291-300.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1129id2145&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. A idade dos homens do poder. Novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460). In: VENTURA, Leontina. *Economia, sociedade e poderes*: estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut. Coimbra: Ausência, 2004.

Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/379>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460). In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 1-18.

Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/378>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de Quatrocentos. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 2006, III série, v. 7, p. 51-67.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3403.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. n. 6, 2009, p. 136-150.

Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1323>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

GARCIA, António Garcia y. Derecho canónico y vida cotidiana. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXIV, Coimbra, 1988, p. 189-226.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Portugal*. A emergência de uma nação. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Viseu: Difel, 1995.

GOMES, Saul António. A chancelaria de um ínclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (1443). *Separata da Revista do Centro Acadêmico de Democracia Cristã*. Nova série, n. 8-9, 2007, p. 249-291.

_____. *D. Afonso V, o Africano*. Casais de Mem Martins: Temas e debates, 2009.

GONÇALVES, Iria. Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame. *Do tempo e da História*. Lisboa, 1965. v. 1, p. 69-112.

Disponível em: <http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/I/3-Fisicos%20e%20Cirurgioes%20Quatrocentistas.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Amostra de antroponímia alentejana do século XV. *Do tempo e da História*. Lisboa, 1971. v. 4, p. 173-212.

Disponível em: <http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/XIX-%20Amostra%20de%20antroponimia.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Aspectos económicos-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*. 1980, n. 1, p. 153-204.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/4234>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Horizonte, 1988.

_____. Um começo de vida: o património de jovens casais louletanos de quatrocentos. *Penélope*. Fazer e desfazer História. 1989. n. 3, p. 8-19.

_____. Posturas Municipais e a vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. In: GONÇALVES, Iria. *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 77-95.

_____. Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV). *Arquipélago – História*. 1995. 2ª série. v. 1, p. 29- 48.

Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/501/1/IriaGoncalves_p29-48.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII). *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1997. II série. n. 14, p. 15-32.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2074.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

GONÇALVES, Iria. Notas sobre a identificação social feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista online*. 2008, ano 4, n. 5, p. 1-19.

Disponível em:
<<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-iria.htm>>.
Acesso em: 26 mar. 2013.

HERRERO, Maria del Carmen García. Prostitución y amancebamiento en Zaragoza a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, Norteamérica, n. 12, 1989.

Disponível em:
<<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8989110305A/23930>>.
Acesso em: 26 mar. 2013.

HESPANHA, António Manuel. *História das instituições*. Épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina 1982.

_____. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. v. 3: No alvorecer da Modernidade.

_____. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 117-182.

_____. O estatuto jurídico da mulher na época da Expansão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 51-64.

HOLMES, George. *Europa medieval*. Hierarquia e revolta – 1320-1440. Lisboa: Presença, 1975.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: Tese (Doutorado em História da Idade Média) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1985. 2v.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13225>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Portugal nos finais da Idade Média*: Estado, instituições, sociedade e política. Lisboa: Horizonte, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Para uma abordagem da burocracia régia: Portugal, séculos XIII-XV. *Revista Portuguesa de História*, 1996. v. 1. Tomo 31, p. 225-241.

_____. Ofício régio e serviço ao Rei em finais do século XV: norma legal e prática institucional. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1997. II série. n. 14, p. 123-137.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; HOMEM, Maria Isabel N. Miguéns de Carvalho. Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem). *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 2006, III série, v. 7, p. 35-50.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3403.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei*. Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLAWE, Janina Z. O papel das mulheres nos descobrimentos e na expansão portuguesa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 253-258.

KRITSCH, Raquel. *Soberania*. A construção de um conceito. São Paulo: Humanitas, 2002.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. A rejeição do prazer. In: DUBY, Georges (Org.). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991, p. 191-208.

LEAL, Ivone. *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999.

LEITE, Lucimara. *Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa e Estudos Medievais) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-14042009-152149/pt-br.php>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

LLAVE, Ricardo Córdoba de la. Adulterio, sexo y violencia en la Castilla medieval. *Espacio, Tiempo y Forma*, 1994. IV série, tomo 7, p. 153-184.

Disponível em: http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/2611/Adulterio_sexo_y_violencia_en_la_Castilla_medieval.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 mar. 2013.

LOURENÇO, Vanda. Carta de arras da rainha D. Beatriz (1309-1359). *Estudios Humanísticos – História*. 2008. n. 7, p. 349-358.

Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2880991.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MARAVALL, José Antônio. *Estado moderno y mentalidade social*. (Siglos XV a XVII). Madrid: Alianza, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos da vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

_____. O clero nos séculos XIV e XV. Alguns aspectos. In: JORNADAS SOBRE PORTUGAL MEDIEVAL, 1983, Leiria. *Actas...* Leiria: Câmara Municipal, 1986, p. 43-61.

_____. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, José. Patrimônio régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo). *Separata da Revista de História*. Porto, 1982. v. 3, p. 73-97.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6519.pdf> >. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Documentos portugueses: tipologia. *Revista de História*. Porto, 1993. n. 12, p. 47-58.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2240&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. Porto. II série, v. 11, 1994, p. 137-171.

_____. *O poder real e a Igreja em Portugal na Baixa Idade Média*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1995.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2008.

MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira. *Poder e Sociedade*. A duquesa de Beja. Lisboa: Tese (Doutoramento em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2011.

Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4941>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Europa-América, [19--]. v. 1.

MARTINS, Rui Cunha. *Patrimônio, parentesco e poder: o mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa: Escher, 1992.

MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa, a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981.

_____. *Portugal medieval*. Novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1983.

_____. A mulher e a família. In: CONGRESSO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. V.1, p. 35-50.

_____. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

_____. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1991, II série, v. 8, p. 1019-1044.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2108&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. A longa persistência da barregania. *Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1999. v. 1, p. 11-26.

MATTOSO, José. Barregão-barregã: notas de semântica. In: MATTOSO, José. *Naquele tempo*. Ensaios de História medieval. Rio de Mouro: Círculo de leitores, 2000, p.55-63.

_____. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 31-42.

MEA, Elvira Azevedo. Mulheres nas teias da expansão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 65-75.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa. A organização dos mestres do Porto em tempos manuelinos: entre permanências e mudanças. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. v. 1, p. 369-389.

_____. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*. Minho: Tese (Doutoramento) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009. 2v.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9896>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. Primeiros anos de governo de D. João II. A corte e as suas lutas. In: CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA. IN MEMORIAM. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. V2, p. 73-81.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3201.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MENEZES, José de Vasconcellos Carneiro e. *Medidas sanitárias ao tempo de D. Afonso V e de D. João II*. Lisboa: Academia de Marinha, 1985.

MONTEIRO, Helena Maria Matos. *Chancelaria régia e os seus oficiais (1464-1465)*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1997. 2v.

Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19437>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MORENO, Humberto Baquero. A manutenção da ordem pública no Porto quatrocentista. *Revista de História*. Porto, 1972, v. 2, p. 365-373.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2230&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Bandos nobiliárquicos em Olivença em fins do século XV. *Revista de História*, 1985, n. 6, p. 121-144.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9388>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*. Estudos de História. Lisboa: Presença. 1985.

_____. A evolução do município em Portugal nos séculos XIV e XV. In: _____. *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*. Estudos de História. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

_____. Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos fins da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1988, II série, v. 5, p. 113-129.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id297&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. *Ler História*. n. 13, 1988.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8450>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. *Revista de História*, n. 8, 1988, p. 53-68.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13094>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459). *Revista de História*. Porto, 1989, v. 9, p. 77-120.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2237&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. O poder local entre a tradição e a inovação em meados do século XV. *Revista de História*. Porto, 1990, v. 10, p. 9-16.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2238&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MORENO, Humberto Baquero. Mulher e religião em Portugal nos finais da Idade Média. *Separata das Actas do Congresso Internacional de História Missionação portuguesa e encontro de culturas*. Braga, 1993. v. 1, p. 269-278.

_____. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico no século XV. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1996, II série, v. 13, p. 187-203.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2105&sum=sim>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Os marginais no Portugal medievo: comportamentos anti-sociais perante as normas de hospitalidade. *Campus Social. Revista Lusófona de Ciências Sociais*. n. 2, 2005, p. 99-107.

Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campussocial/article/view/209/118>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MORENO, Humberto Baqueiro; DUARTE, Luis Miguel; AMARAL, Luis Carlos. História da administração portuguesa na Idade Média. Um balanço. *Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. n.1, 1991, p. 87-98.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22535/2/baqueromorenohistoria000091497.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. *Um mosteiro cisterciense feminino*. Santa Maria de Celas (século XIII a XV). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

NASCIMENTO, Denise da Silva Meneses do. *O poder negociado*. Os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022010-163806/pt-br.php>. Acesso em: 26 mar. 2013.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e história*. As práticas mágicas no Ocidente cristão. São Paulo: Ática, 1991.

NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte. Sociedade e direito em Portugal na Idade Média. *Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. A imagem da mulher nas crônicas medievais. *Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1999. n. 5, p. 133-147.

_____. As idades da criança. *Medievalista online*. 2006, ano 2, n.2, p.01-18.

Disponível

em:

<<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/PDF2/crianca-PDF.pdf>>.

Acesso em: 26 mar. 2013.

PATRIARCA, Raquel. A presença das mulheres nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas: uma visão evolutiva. In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *Em torno da história das mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. (Coleção de Estudos Pós-graduados), p. 125-146.

PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história. *Revista Estudos Feministas*. v. 11, n. 2, 2003.

PEREIRA, Isaias da Rosa. A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses. *Lusitania Sacra*. Lisboa, 1978. n. 10, p. 37-74.

Disponível em: < <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/5032>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

PEREIRA, Isaias da Rosa. Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. V2, p. 197-202.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História – A mulher e o espaço público*. São Paulo. v. 8, n.18, ago./set. 1989.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*. Campinas (SP), 1995, n. 4, p. 9-28.

Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/43>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

POLÓNIA, Amélia. O porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 1, 2000, p. 29-52.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id2109&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

POLÓNIA, Amélia. Espaços de inclusão e de exclusão de agentes femininas no processo de expansão ultramarina portuguesa: século XVI. In: *Separata do Simpósio Os Espaços Femininos no Mundo Americano: séculos XVI a XIX: cultura, resistência e poder/XIII Congresso Internacional da AHILA*, 2002, p. 1-31.

POWER, Eileen. Situación de la mujer. In: CRUMP, C. G.; JACOB, E. F. (Ed.). *El legado de la Edad Media*. Madrid: Pegaso, 1950, p. 513-557.

_____. *Medieval Women*. Cambridge: Cambridge University, 2007.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça: Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de. *Theudas e mantheudas*. A criminalidade feminina no reinado de D. João II. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1999. 2v.
Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/37861>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

RAMALHETE, Ana Maria Marques. Subsídios para o estudo das relações familiares na sociedade medieval portuguesa. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa, 1980. n. 1, p. 77-89.
Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/4228>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

RIBEIRO, João Adriano. A mulher na Madeira nos séculos XV-XVI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 407-416.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ AMADEU COELHO DIAS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 2v. V. 1.
Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1130id2148&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Um mundo só de homens: os capitulares bracarenses e a vivência da masculinidade nos finais da Idade Média. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. v. 1, p. 195-209.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4807.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. For the honor of her lineage and body: the dowers and dowries of some late medieval queens of Portugal. *E-journal of Portuguese History*. 2007, v. 5, n. 1.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; DURÃES, Margarida. Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre poderes. In: JORNADAS SOBRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E EXERCÍCIO DOS PODERES NA EUROPA DO SUL (SÉCULOS XVIII-XVIII), 1988, Lisboa. *Arqueologia do Estado: actas*. Lisboa. História e Crítica, 1989, p. 817-836.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3771>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Maria de Fátima Moura. Mulheres portuguesas em Marrocos. Imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XVI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 417-431.

ROUSSIAUD, Jacques. *A Prostituição na Idade Média*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, v. 10, 2010, v. 1, p. 97-120.

Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10/igs>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Dressed to impress: clothing, jewels and weapons in court rituals in Portugal (1460-1650). In: INTERNATIONAL SEMINAR CLOTHING AND THE CULTURE OF APPEARANCES IN EARLY MODERN EUROPE. RESEARCH PERSPECTIVES, 2012, Madrid.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17083>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SÁ, Isabel Guimarães; FERNANDES, Maria Eugénia Matos. A mulher na estruturação do património familiar. Um estudo sobre dotes de casamento. In: COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Faculdade da Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. 2v. v. 1, p. 91-115.

Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3542>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SABUGOSA, Conde de. *A Rainha D. Leonor*. 1458-1525. Lisboa: Portugalia, [----].

SANTOS, Cândido dos. Vida religiosa do clero e das massas populares em Portugal nos finais da Idade Média. In: LUCERNA: *Colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984, p. 489-503.
Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56603?mode=full>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula. *A Rua Nova do Porto* (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010.
Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56102>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SANTOS, Maria José Azevedo. O azeite e a vida do homem medieval. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ AMADEU COELHO DIAS. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. v. 2, p. 139-158.
Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4432.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *O domínio de Santa Maria do Lôrvão no século XIV*: gestão feminina de um patrimônio fundiário. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SARAIVA, Anísio Miguel de S. A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Separata da Revista de Ciências Históricas*. n. 10. Universidade Portuguesa, 1995, p. 155-194.

SARAIVA. António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*. v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.2003.
Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SCOTT. Joan. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.). *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SEQUEIRA, Joana, MELO, Arnaldo Sousa. A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista online*. Lisboa, 2012, n.11, p.1-26.
Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1979. 5v.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *A nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. 12v. v. 4: Portugal na crise dos séculos XIV e XV. 662p. il.

SILVA, Alfonso Franco. El patrimonio de doña María de Mendoza, condesa de los Molaes. In: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARQUES. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. 4v. v. 1, p. 105-121.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1129id2144&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SILVA, Hugo Ribeiro da; CARDOSO, Susana. Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700). *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, v. 5, 2004, p. 167-192.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18id294&sum=sim>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SILVA, José Manuel Azevedo e. Os navios que descobriram o mundo e a vida a bordo. *Revista de História das Ideias*. v. 14: Descobrimento, expansão e identidade nacional, 1992, p. 99-116.

_____. Eva Gomes e o Estado nascente de um novo paraíso terreal no meio do Atlântico: a Madeira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 391-405.

SILVA, Manuela Santos. As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média. In: COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER, 2000, Moita. *Actas...* Moita: Câmara Municipal de Moita, 2001, p. 145-150.

Disponível em: <http://lisboa.academia.edu/ManuelaSANTOSSILVA/Books/960704/A_Mulher_na_Historia_Actas_do_Coloquio_sobre_a_tematica_da_Mulher>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SILVA, Manuela Santos. Os primórdios da Casa das Rainhas em Portugal. In: II ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE MEDIEVALISTAS. RAÍZES MEDIEVAIS DO BRASIL MODERNO, 2007, Lisboa. *Actas...* Lisboa, 2008, p. 28-41.

_____. A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, 2010, vol. 11, n. 2, p.207-227.

Disponível em:

<<http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignumn11/article/view/29>>.

Acesso em: 26 mar. 2013.

SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart. A mulher nas ordenações manuelinas. *Revista de História*. Porto, 1993. v. 12, p. 59-79.

Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1230id2240&sum=sim>>. Acesso em:

26 mar. 2013.

SILVA, Maria Luísa de Alarcão. A mulher e a alimentação à época dos descobrimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995. v. 1, p. 77-88.

SILVA, Maria Regina Tavares da. *A mulher*. Bibliografia portuguesa anotada (monografias, 1518-1998). Lisboa: Cosmos, 1999. 371p.

SILVÉRIO, Carla Serapicos. *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2004.

SOIHET, Rachel. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n. 11, p. 89-98, 1998.

SOT, Michel. A génese do casamento cristão. In: DUBY, Georges (Org.). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1991, p. 209-224.

SOUSA, Armindo de. As cortes medievais portuguesas. Panorama bibliográfico. *Penélope*. 1989, n. 4, p. 140-155.

Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_04/04_08_ASousa.pdf>.

Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II. *Separata da Revista*

da *Faculdade de Letras*. II série. v. 6. Porto, 1989, p. 137-174.

SOUSA, Armindo de. *As cortes medievais portuguesas: (1385-1490)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

_____. Parlamento medieval português. Perspectivas novas. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1990, II série, v. 7, p. 47-58.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2222.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SOUSA, Ivo Carneiro. A Rainha D. Leonor e as Murate de Florença (notas de investigação). *Revista da Faculdade de Letras*. II série. v. 4. Porto, 1987, p. 120-133.

Disponível em:

<<http://aleph20.letras.up.pt/F/E3AXY7F6BY4XKAKD7BJFR1M2Y43LP68XL1K86FGHI6E6M4HREV-53016?func=find->

[b&find_code=SYS&request=000189179&pds_handle=GUEST](http://aleph20.letras.up.pt/F/E3AXY7F6BY4XKAKD7BJFR1M2Y43LP68XL1K86FGHI6E6M4HREV-53016?func=find-b&find_code=SYS&request=000189179&pds_handle=GUEST)>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor. *Revista da Faculdade de Letras*. Línguas e literaturas. Anexo V – Espiritualidade e corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, p. 23-52.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8021.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, 1986.

TAVARES, Maria Alice da Silveira. *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*. Lisboa: Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007.

Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/470>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

TAVARES. Paulino Mota. *Visibilidade histórica da mulher em terras de Montemor-o-Velho*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2000.

TEIXEIRA, Sónia Maria de Sousa Amorim. *A vida privada entre Douro e Tejo: estudo das legitimações (1433-1521)*. Porto: Dissertação (Mestrado em História Medieval) Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1996.

TOMÉ, Irene. Representações femininas nas Ordenações Afonsinas. *Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, n. 5, 2001, p. 117-129.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 1983.

VAQUINHAS, Irene. Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX. *Faces de Eva*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, n. 3, 2000.

VENTURA, Margarida Garcez. Caminhos e estradas no século XV: dimensão política, intenções régias e problemáticas locais. In: _____. *Estudos sobre o poder* (séculos XIV-XVI). Lisboa: Colibri, 2003, p. 53-74.

_____. Os coutos de homiziados nas fronteiras com direito a asilo. In: VENTURA, Margarida Garcez. *Estudos sobre o poder* (séculos XIV-XVI). Lisboa: Colibri, 2003, p. 105-130.

VELASCO, Maria Isabel Pérez de Tudela. Acerca de la condición de la mujer castellano-leonesa durante la Baja Edad Media. *En la España Medieval*. Norteamérica, 5, ene. 1984, p. 767-796.

Disponível em:
<<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8484220767A>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

VELASCO, Maria Isabel Pérez de Tudela; OBRADÓ, Maria Pilar Rábade. Dos princesas em la corte castellana. *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. III série, v. 3, 1986, p. 357-384.

VERDELHO, Evelina. A mulher na historiografia portuguesa dos reinados de D. Afonso V e D. João II. Imagens e palavras. *Revista da Universidade de Aveiro*, 1993. n. 9.

VICENTE, António M. B. A mulher na ruralidade medieval. In: In: COLÓQUIOS SOBRE A TEMÁTICA DA MULHER, 2000, Moita. *Actas...* Moita: Câmara Municipal de Moita, 2001, p. 125-141.

VILAR, Hermínia Vasconcelos; SILVA, Maria João M. da. Morrer e testar na Idade Média: Alguns aspectos da testamentaria dos séculos XIV e XV. *Lusitania Sacra*. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. II série. Tomo IV, 1992, p. 39-60.

VINOGRADOFF, Paul. Derecho consuetudinario. In: JACOB, E. F; CRUMP, C. G. (dir.) *El legado de la Edad Media*. Madrid: Pegaso, 1950, p. 365-411.

APÊNDICE

TABELA 8 - AS MULHERES E OS DIPLOMAS DA CHANCELARIA⁷¹²

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Administração de capela	86.03.12	Mécia Leitoa	Santarém	I. 1, fl. 48v
Aforamento	81.09.07	Brites Vaz	Setúbal	I. 2, fl. 101v
Aforamento	82.06.20	Maria Jorge	Évora	I. 3, fl. 8
Aforamento	82.07.20	Brites Lopes	Évora	I. 2, fl. 146
Aforamento	82.08.20	D. Maria de Vilhena	Évora	I. 3, fl. 67
Aforamento	83.01.13	Brites Valente	Santarém	I. 27, fl. 35
Aforamento	83.04.14	Brites Martins	Torres Novas	I. 27, fl. 31v
Aforamento	84.04.27	Mécia Pinto	Santarém	I. 23, fl. 131
Aforamento	86.04.13	Joana de Alvim	Santarém	I. 1, fl. 127
Aforamento	86.03.16	Catarina Gonçalves	Santarém	I. 1, fl. 63
Aforamento	86.12.09	Inês da Lagoa	Lisboa	I. 8, fl. 123
Aforamento	87.06.06	Leonor Correia	Santarém	I. 20, fl. 64
Aforamento	87.02.22	Leonor Gonçalves	Santarém	I. 19, fl. 59
Aforamento	87.07.25	D. Joana de Noronha	Santarém	I. 20, fl. 170
Aforamento	90.06.16	Catarina Sana	Évora	I. 13, fl. 133v
Aforamento	90.12.17	Isabel Afonso	Évora	I. 16, fl. 135
Aforamento	91.02.08	Catarina Anes	--	I. 5, fl. 53v
Aforamento	92.09.04	Catarina Lopes	Lisboa	I. 7, fl. 94v
Aforamento	92.07.20	Isabel Fernandes	Lisboa	I. 7, fl. 117
Aforamento	92.04.24	Isabel Rodrigues	Lisboa	I. 5, fl. 76v
Alforria	83.11.30	Ayxa Moura	Guimarães	I. 22, fl. 103v
Alforria	84.06.--	Isabel	Lisboa	I. 22, fl. 135
Alforria	86.02.--	Isabel Gonçalves	Santarém	I. 1, fl. 25v

⁷¹² Dado o grande número de cartas de perdão, optamos por excluir esse conjunto da presente tabela.

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Alforria	90.07.09	Catarina	Évora	I. 13, fl. 140v
Alforria	92.04.13	Catarina Preta	Lisboa	I. 5, fl. 21
Alvará	92.10.07	D. Joana	Lisboa	I. 7, fl. 67
Aposentadoria	82.01.31	D. Filipa	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 13v
Aposentadoria	84.05.08	Isabel Caldeira	Santarém	I. 23, fl. 93.
Aposentadoria	84.12.16	D. Brites	Montemor-o-Novo	I. 22, fl. 100v
Aposentadoria	86.10.06	Moureima Moura	Lisboa	I. 8, fl. 72
Assentamento	84.06.27	D. Isabel	Santarém	I. 22, fl. 11
Autorização	82.04.01	D. Maria	Viana	I. 6, fl. 126
Autorização	82.04.22	Isabel de Lemos	Viana	I. 2, fl. 152v
Autorização	84.10.01	Isabel Álvares	Setúbal	I. 22, fl. 103v
Autorização	84.08.25	Isabel Pinta	Setúbal	I. 22, fl. 105
Autorização	85.08.17	Leonor Pires	Alcobaça	I. 4, fl. 81
Autorização	86.04.13	Isabel Tavares	Santarém	I. 8, fl. 194
Autorização	86.10.18	Brites Anes	Lisboa	I. 8, fl. 70v
Autorização	87.07.02	Moura	Santarém	I. 20, fl. 113
Autorização	87.04.10	Maria Álvares	Santarém	I. 19, fl. 137v
Autorização	87.06.08	D. Isabel de Castro	Santarém	I. 20, fl. 62v
Autorização	87.05.30	Constança Martins	Santarém	I. 20, fl. 72
Autorização	90.08.11	Aldonça Martins Loba	Évora	I. 10, fl. 11v
Autorização	90.10.29	Filipa Falcoa	Viana	I. 16, fl. 76
Autorização	91.04.16	Infanta D. Filipa	Évora	I. 10, fl. 77v
Autorização	91.12.12	Catarina Lourenço	Lisboa	I. 11, fl. 148v
Besteiro	86.08.16	Beatriz Anes	Lisboa	I. 8, fl. 10v
Confirmação	81.12.12	Brites Anes	Santarém	I. 22, fl. 46
Confirmação	82.08.04	Isabel Godinha	Évora	I. 3, fl. 25
Confirmação	82.08.04	Maria Godinha	Évora	I. 3, fl. 25
Confirmação	82.06.13	Catarina de Ataíde	Évora	I. 6, fl. 78v
Confirmação	82.04.18	D. Isabel	Viana	I. 2, fl. 135

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Confirmação	86.09.01	Genebra de Almeida	Lisboa	I. 8, fl. 49
Confirmação	87.06.21	Catarina Vicente	Santarém	I. 20, fl. 93v
Confirmação	88.08.13	Branca Dossem	Lisboa	I. 14, fl. 15
Confirmação	89.03.29	Catarina Fernandes	Vidigueira	I. 27, fl. 60v
Confirmação	90.05.05	Clara Carreiro	Évora	I. 13, fl. 5
Confirmação	90.01.14	Inês Gonçalves	Évora	I. 24, fl. 48
Confirmação	92.04.19	Leonor Dias	Lisboa	I. 5, fl. 66v
Confirmação	92.06.27	Mécia Casca	Lisboa	I. 5, fl. 121v
Contrato	86.12.06	D. Isabel de Albuquerque	Lisboa	I. 8, fl. 114v
Contrato	92.05.12	Isabel de Castro	Lisboa	I. 5, fl. 64
Contrato	92.12.28	Infanta D. Isabel (Castela)	Almeirim	I. 7, fl. 134v
Doação	82.04.01	D. Maria	Viana	I. 6, fl. 125v
Doação	82.01.20	D. Filipa	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 19
Doação	82.02.25	D. Brites da Silva	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 33
Doação	82.08.22	Rainha D. Leonor	Évora	I. 3, fl. 49v
Doação	82.11.20	Guiomar Rodrigues	Santarém	I. 3, fl. 84
Doação	83.09.24	D. Isabel	Abrantes	I. 23, fl. 50v
Doação	84.04.24	Inês Gomes	Santarém	I. 23, fl. 60
Doação	86.03.14	Mécia de Paiva	Santarém	I. 1, fl. 81
Doação	86.06.12	Joana Correia	Santarém	I. 4, fl. 63v
Doação	87.04.02	Brianda do Carvalhal	Santarém	I. 14, fl. 49v
Doação	87.01.17	D. Catarina de Melo	Lisboa	I. 21, fl. 62v
Doação	87.11.27	D. Isabel de Abranches	Santarém	I. 21, fl. 72
Doação	88.--.--	Catarina Fernandes Calada	--	I. 27, fl. 60v
Doação	88.03.04	Grimaneza Martins	Avis	I. 18, fl. 116v
Doação	89.05.15	Brites de Melo	Beja	I. 24, fl. 4
Doação	89.11.26	D. Brites Condessa	Évora	I. 26, fl. 126v
Doação	90.10.02	D. Maria de Noronha	Viana	I. 9, fl. 49v
Doação	90.12.08	Princesa D. Isabel	Évora	I. 16, fl. 108v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Doação	90.11.24	Maria Afonso	Évora	I. 16, fl. 106
Doação	91.04.09	Rainha D. Leonor	Évora	I. 10, fl. 76v
Doação	91.04.14	Rainha D. Leonor	Évora	I. 10, fl. 76.
Doação	91.04.15	Rainha D. Leonor	Évora	I. 10, fl. 76
Doação	91.09.12	D. Inês Benavides	Santarém	I. 5, fl. 16
Doação	92.05.--	Catarina Rodrigues	Lisboa	I. 5, fl. 78v
Doação	92.08.03	Ester Judia	Lisboa	I. 7, fl. 25
Doação	92.12.14	Catarina Vaz	Lisboa	I. 7, fl. 137v
Estalajadeiro	82.03.06	Constança de Moraes	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 61v
Estalajadeiro	91.02.27	Catarina Anes do Paço	Évora	I. 9, fl. 99
Estalajadeiro	91.11.21	Maria Fernandes	Lisboa	I. 11, fl. 120
Legitimação	81.01.11	Margarida	Évora	I. 25, fl. 57v
Legitimação	81.11.19	Catarina	Évora	I. 7, fl. 73v
Legitimação	81.11.19	Inês	Évora	I. 7, fl. 73v
Legitimação	82.--.--	Aldonça	--	I. 2, fl. 8
Legitimação	82.--.--	D. Isabel	--	I. 2, fl. 8
Legitimação	82.--.--	Maria	--	I. 2, fl. 2v
Legitimação	82.--.--	Maria Rodrigues	--	I. 2, fl. 16v
Legitimação	82.03.01	Catarina Vasques	Montemor-o-Novo	I. 25, fl. 53
Legitimação	82.03.01	Maria Anes	Montemor-o-Novo	I. 25, fl. 53
Legitimação	82.03.12	Aldonça Gil	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 49v
Legitimação	82.03.15	Guiomar	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 39
Legitimação	82.03.21	Maria	Viana	I. 2, fl. 47v
Legitimação	82.03.25	Margarida Grãoacha	Viana	I. 2, fl. 60
Legitimação	82.04.12	Inês	Viana	I. 2, fl. 70v
Legitimação	82.05.12	Isabel Esteves	Évora	I. 2, fl. 100v
Legitimação	82.05.12	Leonor Esteves	Évora	I. 2, fl. 100v
Legitimação	82.05.15	Isabel	Évora	I. 2, fl. 107
Legitimação	82.05.19	Mécia Anes	Évora	I. 2, fl. 108v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	82.06.03	Isabel	Évora	I. 3, fl. 1
Legitimação	82.06.10	Catarina	Évora	I. 2, fl. 123v
Legitimação	82.06.10	Inês	Évora	I. 2, fl. 123v
Legitimação	82.06.20	Isabel Pires	Évora	I. 2, fl. 133v
Legitimação	82.06.21	Catarina da Silveira	Évora	I. 2, fl. 138
Legitimação	82.06.25	Filipa	Évora	I. 3, fl. 21v
Legitimação	82.07.13	Catarina	Évora	I. 2, fl. 159
Legitimação	82.07.23	Isabel	Évora	I. 2, fl. 170v
Legitimação	82.08.10	Eugênia Pais	Évora	I. 3, fl. 21
Legitimação	82.08.20	Brites Anes	Évora	I. 22, fl. 128v
Legitimação	82.08.27	Paula Lopes	Évora	I. 3, fl. 30v
Legitimação	82.09.06	Catarina	Évora	I. 3, fl. 42
Legitimação	82.09.06	Margarida Rodrigues	Évora	I. 3, fl. 47
Legitimação	82.10.02	Maria	Évora	I. 3, fl. 60v
Legitimação	82.10.13	D. Isabel	Évora	I. 3, fl. 70
Legitimação	82.10.17	Mécia	Santarém	I. 3, fl. 88v
Legitimação	82.11.22	Constança	Santarém	I. 3, fl. 85
Legitimação	83.01.02	Brites	Santarém	I. 25, fl. 38v
Legitimação	83.01.02	Genebra	Santarém	I. 25, fl. 38v
Legitimação	83.01.30	Maria Nunes	Santarém	I. 24, fl. 138
Legitimação	83.02.18	Catarina Gonçalves	Santarém	I. 27, fl. 30v
Legitimação	83.03.01	Maria Lopes	Santarém	I. 27, fl. 32
Legitimação	83.03.22	Filipa Gonçalves	Santarém	I. 24, fl. 140
Legitimação	83.03.22	Isabel Dias	Santarém	I. 24, fl. 140
Legitimação	83.04.02	Brites	Santarém	I. 24, fl. 121
Legitimação	83.04.08	Felipa Gomes	Torres Novas	I. 24, fl. 107
Legitimação	83.05.02	D. Isabel	Évora	I. 26, fl. 54v
Legitimação	83.05.12	Isabel Gonçalves	Santarém	I. 24, fl. 91v
Legitimação	83.06.25	Leonor Vaz	Évora	I. 24, fl. 26v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	83.06.29	Catarina Dias	Évora	I. 24, fl. 28
Legitimação	83.07.21	Catarina	Abrantes	I. 26, fl. 120v
Legitimação	83.07.25	Catarina Anes	Abrantes	I. 26, fl. 2
Legitimação	83.09.10	Brites	Abrantes	I. 25, fl. 54
Legitimação	83.09.10	Catarina	Abrantes	I. 25, fl. 54
Legitimação	83.09.25	Isabel de Almada	Abrantes	I. 26, fl. 110
Legitimação	83.09.30	Joana	Abrantes	I. 24, fl. 51v
Legitimação	83.10.01	Catarina	Abrantes	I. 26, fl. 107v
Legitimação	83.10.18	Catarina Anes	Seia	I. 26, fl. 42
Legitimação	83.10.19	Catarina	Lamego	I. 25, fl. 67
Legitimação	83.10.29	Catarina Pires	Lamego	I. 25, fl. 67
Legitimação	83.11.01	Catarina Afonso	Lamego	I. 25, fl. 70v
Legitimação	83.11.01	Maria	Lamego	I. 25, fl. 70v
Legitimação	83.11.01	Maria	Lamego	I. 25, fl. 70v
Legitimação	83.11.01	Maria Anes	Lamego	I. 25, fl. 70v
Legitimação	83.11.01	Violante	Lamego	I. 25, fl. 70v
Legitimação	83.11.18	Maria	Torres Novas	I. 26, fl. 18
Legitimação	84.03.18	Branca	Santarém	I. 23, fl. 28
Legitimação	84.04.25	Brites	Santarém	I. 23, fl. 129v
Legitimação	84.04.25	Guiomar	Santarém	I. 23, fl. 129v
Legitimação	84.04.30	Ana	Santarém	I. 23, fl. 22
Legitimação	84.05.05	Branca	Santarém	I. 23, fl. 107v
Legitimação	84.05.05	Catarina	Santarém	I. 23, fl. 107v
Legitimação	84.06.03	Catarina	Santarém	I. 23, fl. 128v
Legitimação	84.06.04	Ana	Santarém	I. 23, fl. 149
Legitimação	84.06.16	Catarina Álvares	Santarém	I. 22, fl. 21
Legitimação	84.06.16	Isabel Anes	Santarém	I. 22, fl. 21
Legitimação	84.06.19	Catarina	Santarém	I. 22, fl. 27v
Legitimação	84.07.02	Isabel	Santarém	I. 23, fl. 138v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	84.07.06	Maria de Azevedo	Santarém	I. 22, fl. 94
Legitimação	84.08.26	Catarina Garcia	Setúbal	I. 22, fl. 94v
Legitimação	84.10.02	Ana	Castelo Branco	I. 22, fl. 103
Legitimação	84.10.02	Catarina	Castelo Branco	I. 22, fl. 103
Legitimação	84.10.02	Isabel	Castelo Branco	I. 22, fl. 103
Legitimação	84.10.02	Leonor	Castelo Branco	I. 22, fl. 103
Legitimação	85.11.16	Isabel	Lisboa	I. 8, fl. 98
Legitimação	86.02.05	Isabel	Santarém	I. 1, fl. 12v
Legitimação	86.04.13	Andreia	Santarém	I. 1, fl. 115
Legitimação	86.04.14	Catarina de Azambuja	Santarém	I. 1, fl. 144
Legitimação	86.04.14	D. Cecília	Santarém	I. 1, fl. 144
Legitimação	86.05.01	Catarina Godinha	Santarém	I. 4, fl. 2v
Legitimação	86.05.03	Isabel	Santarém	I. 8, fl. 8v
Legitimação	86.05.10	Leonor	Santarém	I. 4, fl. 4v
Legitimação	86.06.05	Catarina	Santarém	I. 4, fl. 48
Legitimação	86.06.05	Isabel	Santarém	I. 4, fl. 47v
Legitimação	86.06.20	Antônia	Santarém	I. 4, fl. 66v
Legitimação	86.06.20	Margarida	Santarém	I. 4, fl. 66v
Legitimação	86.06.20	Mécia	Santarém	I. 4, fl. 66v
Legitimação	86.06.26	Filipa	Santarém	I. 4, fl. 77v
Legitimação	86.07.--	Helena	Lisboa	I. 4, fl. 91
Legitimação	86.07.28	Brites Mendes	Lisboa	I. 4, fl. 108
Legitimação	86.08.16	Leonor	Lisboa	I. 8, fl. 78
Legitimação	86.08.16	Paulina	Lisboa	I. 8, fl. 78
Legitimação	86.09.13	D. Isabel	Lisboa	I. 8, fl. 51v
Legitimação	86.09.16	Brites Gonçalves	Lisboa	I. 8, fl. 57
Legitimação	86.09.16	Violante	Lisboa	I. 8, fl. 57
Legitimação	86.10.09	Catarina	Lisboa	I. 8, fl. 67
Legitimação	86.10.09	Maria	Lisboa	I. 8, fl. 67

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	86.11.10	Filipa	Lisboa	I. 8, fl. 96v
Legitimação	86.11.10	Isabel	Lisboa	I. 8, fl. 96v
Legitimação	86.11.13	D. Isabel	Lisboa	I. 19, fl. 74v
Legitimação	86.11.13	Leonor	Lisboa	I. 19, fl. 74
Legitimação	86.12.08	D. Isabel da Silva	Lisboa	I. 20, fl. 141v
Legitimação	87.01.07	Isabel	Lisboa	I. 19, fl. 15
Legitimação	87.01.07	Margarida	Lisboa	I. 19, fl. 15v
Legitimação	87.01.17	Isabel Barreto	Évora	I. 25, fl. 86v
Legitimação	87.02.08	Maior	Santarém	I. 19, fl. 33
Legitimação	87.02.09	Maria Rodrigues	Santarém	I. 19, fl. 32v
Legitimação	87.02.22	Inês	Santarém	I. 19, fl. 71v
Legitimação	87.03.20	Maria	Santarém	I. 20, fl. 12
Legitimação	87.03.22	Maria Pires	Santarém	I. 19, fl. 92
Legitimação	87.03.26	Catarina Gonçalves	Santarém	I. 19, fl. 94v
Legitimação	87.04.04	Catarina	Santarém	I. 19, fl. 116
Legitimação	87.04.19	Mécia Cordovil	Santarém	I. 20, fl. 78v
Legitimação	87.04.25	Catarina Dias	Santarém	I. 20, fl. 8v
Legitimação	87.04.26	Isabel Fernandes	Santarém	I. 19, fl. 163v
Legitimação	87.05.21	Isabel	Santarém	I. 20, fl. 49
Legitimação	87.05.25	Catarina Álvares	Santarém	I. 20, fl. 89v
Legitimação	87.06.01	Catarina	Santarém	I. 20, fl. 60
Legitimação	87.06.10	Catarina	Santarém	I. 20, fl. 77
Legitimação	87.06.27	Joana de Melo	Santarém	I. 20, fl. 104v
Legitimação	87.07.10	Maria	Santarém	I. 20, fl. 121
Legitimação	87.07.21	Brites	Santarém	I. 20, fl. 145
Legitimação	87.07.29	Filipa Lourenço	Santarém	I. 20, fl. 132v
Legitimação	87.08.02	Guiomar	Santarém	I. 20, fl. 148
Legitimação	87.08.16	Brites	Santarém	I. 20, fl. 181
Legitimação	87.08.16	Isabel	Santarém	I. 20, fl. 181

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	87.08.16	Leonor	Santarém	I. 20, fl. 181
Legitimação	87.08.20	Isabel de Andrade	Santarém	I. 20, fl. 187v
Legitimação	87.08.20	Leonor de Andrade	Santarém	I. 20, fl. 187v
Legitimação	87.08.25	Catarina Dias	Santarém	I. 20, fl. 187v
Legitimação	87.08.30	Maria Gonçalves	Santarém	I. 20, fl. 203
Legitimação	87.09.05	Isabel	Santarém	I. 21, fl. 11v
Legitimação	87.09.05	Margarida	Santarém	I. 21, fl. 11v
Legitimação	87.10.27	Clara	Santarém	I. 18, fl. 28v
Legitimação	87.10.27	Isabel	Santarém	I. 18, fl. 28v
Legitimação	87.10.27	Maria	Santarém	I. 18, fl. 28v
Legitimação	87.11.02	Isabel Anes	Santarém	I. 21, fl. 42v
Legitimação	87.11.07	Catarina	Santarém	I. 21, fl. 44v
Legitimação	87.11.07	Isabel	Santarém	I. 21, fl. 44v
Legitimação	87.12.20	Catarina	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	87.12.20	Catarina Dias	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	87.12.20	D. Isabel	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	87.12.20	Juliana	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	87.12.20	Maria	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	87.12.20	Serena	Lisboa	I. 19, fl. 118
Legitimação	88.01.16	Isabel	Santarém	I. 18, fl. 33
Legitimação	88.02.13	Senhorinha Pires	Abrantes	I. 18, fl. 50
Legitimação	88.04.14	Catarina	Abrantes	I. 18, fl. 91
Legitimação	88.04.26	Potencia	Santarém	I. 15, fl. 112
Legitimação	88.06.05	Margarida Ferreiro	Lisboa	I. 15, fl. 41v
Legitimação	88.06.23	Bartolesa Batista	Lisboa	I. 15, fl. 84
Legitimação	88.06.23	Branca Baptista	Lisboa	I. 15, fl. 84
Legitimação	88.06.27	Catarina	Lisboa	I. 15, fl. 67v
Legitimação	88.07.07	Brites Álvares	Lisboa	I. 15, fl. 82
Legitimação	88.07.07	Inês Álvares	Lisboa	I. 15, fl. 82

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	88.08.08	Maria	Lisboa	I. 15, fl. 117v
Legitimação	88.08.08	Maria Dias	Lisboa	I. 15, fl. 116v
Legitimação	88.08.10	Catarina Machado	Lisboa	I. 15, fl. 117v
Legitimação	88.09.01	Maria	Lisboa	I. 14, fl. 30
Legitimação	88.09.13	Leonor	Setúbal	I. 13, fl. 82v
Legitimação	88.10.22	Maria	Setúbal	I. 14, fl. 47
Legitimação	88.12.20	Ana Gonçalves	Vidigueira	I. 14, fl. 80
Legitimação	89.04.27	Isabel Fernandes	Vidigueira	I. 27, fl. 84v
Legitimação	89.05.25	Isabel	Vidigueira	I. 27, fl. 57v
Legitimação	89.05.31	D. Isabel	Beja	I. 25, fl. 23v
Legitimação	89.11.01	Catarina	Évora	I. 26, fl. 126
Legitimação	89.11.17	Brites Martins	Évora	I. 17, fl. 2
Legitimação	90.01.15	Filipa	Évora	I. 17, fl. 30
Legitimação	90.02.05	Catarina	Évora	I. 17, fl. 23v
Legitimação	90.02.05	Isabel	Évora	I. 17, fl. 23v
Legitimação	90.02.12	Joana	Évora	I. 12, fl. 27
Legitimação	90.02.23	Catarina	Évora	I. 12, fl. 26
Legitimação	90.02.23	D. Isabel	Évora	I. 12, fl. 26v
Legitimação	90.02.28	Isabel	Évora	I. 17, fl. 119
Legitimação	90.02.28	Justa	Évora	I. 17, fl. 119
Legitimação	90.03.02	Brites Gomes	Évora	I. 12, fl. 76v
Legitimação	90.03.05	Isabel	Évora	I. 12, fl. 41
Legitimação	90.03.19	Brites	Évora	I. 12, fl. 48
Legitimação	90.03.30	Catarina Martins	Évora	I. 12, fl. 79
Legitimação	90.03.30	Margarida Martins	Évora	I. 12, fl. 79
Legitimação	90.04.01	Leonor Fernandes	Évora	I. 13, fl. 43
Legitimação	90.04.01	Susana Fernandes	Évora	I. 13, fl. 43
Legitimação	90.04.07	Catarina de Mesquita	Évora	I. 12, fl. 114v
Legitimação	90.05.18	Brites	Évora	I. 13, fl. 52

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	90.05.25	Catarina	Évora	I. 13, fl. 52v
Legitimação	90.06.06	Maria	Évora	I. 16, fl. 82
Legitimação	90.06.12	Brites	Évora	I. 13, fl. 68v
Legitimação	90.06.15	Ana	Évora	I. 16, fl. 1v
Legitimação	90.06.15	Isabel	Évora	I. 16, fl. 1v
Legitimação	90.06.17	Aldonça	Évora	I. 13, fl. 136
Legitimação	90.06.25	Isabel Dias	Évora	I. 13, fl. 110v
Legitimação	90.06.25	Maria	Évora	I. 13, fl. 137v
Legitimação	90.06.25	Maria Dias	Évora	I. 13, fl. 113v
Legitimação	90.07.11	Guiomar Anes	Évora	I. 16, fl. 21
Legitimação	90.07.11	Inês	Évora	I. 16, fl. 21
Legitimação	90.07.12	Mécia Xira	Évora	I. 13, fl. 83
Legitimação	90.07.20	Leonor	Évora	I. 16, fl. 17v
Legitimação	90.07.22	Isabel Rodrigues	Évora	I. 13, fl. 86v
Legitimação	90.07.27	Branca	Évora	I. 16, fl. 20v
Legitimação	90.07.27	Maria	Évora	I. 16, fl. 20v
Legitimação	90.12.03	Bárbara	Évora	I. 16, fl. 107
Legitimação	90.12.04	Isabel	Évora	I. 16, fl. 109
Legitimação	90.12.07	Brites	Évora	I. 16, fl. 108v
Legitimação	90.12.07	Guiomar	Évora	I. 16, fl. 109v
Legitimação	90.12.07	Isabel	Évora	I. 16, fl. 134
Legitimação	90.12.09	Isabel Vaz	Évora	I. 16, fl. 119
Legitimação	90.12.10	Maria	Évora	I. 16, fl. 127
Legitimação	90.12.13	Joana	Évora	I. 16, fl. 119v
Legitimação	90.12.15	Isabel Fernandes	Évora	I. 27, fl. 88
Legitimação	90.12.21	D. Isabel	Évora	I. 25, fl. 55v
Legitimação	90.12.21	Polícia	Évora	I. 25, fl. 55v
Legitimação	91.01.07	D. Isabel	Évora	I. 16, fl. 125v
Legitimação	91.01.13	Catarina Gil	Évora	I. 24, fl. 38

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	91.01.21	Guiomar	Évora	I. 24, fl. 42v
Legitimação	91.01.21	Margarida	Évora	I. 24, fl. 42v
Legitimação	91.01.27	Isabel Dias	Évora	I. 9, fl. 23
Legitimação	91.02.08	Catarina	Évora	I. 9, fl. 44
Legitimação	91.02.23	Catarina	Évora	I. 9, fl. 51v
Legitimação	91.02.23	D. Cecília	Évora	I. 9, fl. 52
Legitimação	91.03.07	Inês	Évora	I. 9, fl. 86
Legitimação	91.03.15	Margarida Maria	Évora	I. 9, fl. 99v
Legitimação	91.04.15	Isabel	Évora	I. 9, fl. 191
Legitimação	91.04.15	Leonor	Évora	I. 9, fl. 191
Legitimação	91.04.20	Maria	Évora	I. 10, fl. 27
Legitimação	91.05.07	Isabel	Lisboa	I. 5, fl. 76
Legitimação	91.05.28	Maria Fernandes	Santarém	I. 10, fl. 83
Legitimação	91.06.05	Catarina	Santarém	I. 10, fl. 105v
Legitimação	91.06.11	Catarina	Santarém	I. 10, fl. 125v
Legitimação	91.06.11	Maria	Santarém	I. 10, fl. 125v
Legitimação	91.06.18	Catarina Álvares	Santarém	I. 10, fl. 103v
Legitimação	91.06.22	Margarida	Santarém	I. 10, fl. 122v
Legitimação	91.06.30	Helena	Santarém	I. 10, fl. 142
Legitimação	91.07.04	Isabel Leitoa	Santarém	I. 26, fl. 31v
Legitimação	91.07.04	Maria	Santarém	I. 10, fl. 137
Legitimação	91.07.05	Suzana de Arvelos	Santarém	I. 11, fl. 12v
Legitimação	91.08.03	Catarina Taveira	Santarém	I. 11, fl. 43
Legitimação	91.08.31	Brites Anes	Santarém	I. 11, fl. 43
Legitimação	91.08.31	Catarina Dias	Santarém	I. 11, fl. 34v
Legitimação	91.09.07	Inês	Santarém	I. 11, fl. 49
Legitimação	91.11.04	Inês	Lisboa	I. 11, fl. 95v
Legitimação	91.12.12	Brites	Lisboa	I. 11, fl. 137v
Legitimação	91.12.22	Leonor Garcia	Lisboa	I. 26, fl. 138

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Legitimação	92.01.05	Inês	Lisboa	I. 11, fl. 164
Legitimação	92.03.21	Catarina	Lisboa	I. 26, fl. 58v
Legitimação	92.04.06	Senhorinha Anes	Lisboa	I. 5, fl. 6
Legitimação	92.04.17	Filipa	Lisboa	I. 5, fl. 29v
Legitimação	92.04.17	Leonor	Lisboa	I. 5, fl. 29v
Legitimação	92.05.16	Joana	Lisboa	I. 5, fl. 38
Legitimação	92.05.16	Maria	Lisboa	I. 5, fl. 57
Legitimação	92.05.19	Mécia	Lisboa	I. 5, fl. 57
Legitimação	92.05.29	Joana	Lisboa	I. 5, fl. 69v
Legitimação	92.06.05	Catarina	Lisboa	I. 5, fl. 70v
Legitimação	92.07.04	Catarina Afonso	Lisboa	I. 5, fl. 96
Legitimação	92.07.07	Catarina Anes	Lisboa	I. 5, fl. 80v
Legitimação	92.08.02	Leonor	Lisboa	I. 5, fl. 136v
Legitimação	92.08.02	Maria Luís	Lisboa	I. 5, fl. 136
Legitimação	92.08.11	Ana Rodrigues	Lisboa	I. 7, fl. 30
Legitimação	92.08.11	Helena Rodrigues	Lisboa	I. 7, fl. 30
Legitimação	92.09.13	Mécia	Lisboa	I. 7, fl. 46
Legitimação	92.10.30	Brites	Lisboa	I. 7, fl. 97
Legitimação	92.12.04	Constança Álvares	Lisboa	I. 7, fl. 130
Lembrança	83.--.--	Isabel	--	I. 25, fl. 43v
Medidor	89.08.05	Isabel Fernandes	Tavira	I. 25, fl. 100
Mercê	82.--.--	D. Filipa	--	I. 2, fl. 16
Mercê	86.--.--	Guiomar Fernandes	Lisboa	I. 8, fl. 229v
Mercê	82.--.04	Maria Álvares	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 19
Mercê	82.10.07	Brites Fernandes	Évora	I. 3, fl. 69v
Mercê	82.03.18	Isabel de Lemos	Viana	I. 6, fl. 31v
Mercê	82.01.23	Branca de Azevedo	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 12
Mercê	83.09.20	Catarina Lopes	Abrantes	I. 26, fl. 46
Mercê	84.07.06	Inês Rodrigues de Góis	Santarém	I. 22, fl. 42v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Mercê	84.06.21	D. Joana de Albuquerque	Santarém	I. 22, fl. 38v
Mercê	86.06.19	Isabel Álvares	Santarém	I. 4, fl. 80
Mercê	86.07.20	Inquerinete Afonso	Lisboa	I. 4, fl. 94
Mercê	86.06.22	Maria Lobo	Santarém	I. 4, fl. 78v
Mercê	86.07.24	Iria Pais	Santarém	I. 8, fl. 25
Mercê	87.03.03	Leonor Gonçalves	Santarém	I. 19, fl. 166v
Mercê	87.07.08	Maria Esteves	Santarém	I. 20, fl. 130v
Mercê	87.05.12	Brites Nunes	Santarém	I. 20, fl. 137
Mercê	87.02.27	Catarina Fernandes	Santarém	I. 19, fl. 62v
Mercê	87.09.27	Maria Lourenço	Santarém	I. 21, fl. 10v
Mercê	88.01.16	Brites Gonçalves	Santarém	I. 18, fl. 66
Mercê	88.09.12	Isabel	Setúbal	I. 14, fl. 65
Mercê	88.08.18	Isabel Álvares	Almada	I. 14, fl. 19
Mercê	88.05.30	D. Mécia de Noronha	Almada	I. 15, fl. 106v
Mercê	89.04.03	Isabel Vilela	Beja	I. 27, fl. 84v
Mercê	90.06.17	Madalena Gonçalves	Évora	I. 13, fl. 92
Mercê	90.07.21	Brites Fernandes	Évora	I. 13, fl. 149v
Mercê	91.03.03	D. Joana	Évora	I. 9, fl. 80
Mercê	92.02.12	Branca Nunes	Lisboa	I. 7, fl. 86
Mercê	92.02.12	Leonor Nunes	Lisboa	I. 7, fl. 86
Mercê	92.05.10	D. Maria de Sousa	Lisboa	I. 5, fl. 59v
Mercê	92.05.10	D. Maria de Sousa	Lisboa	I. 5, fl. 60
Mercê	92.02.14	Brites de Ataíde	Lisboa	I. 26, fl. 31
Mercê	92.07.17	Catarina Anes	Lisboa	I. 5, fl. 118v
Moradia	86.01.05	Inês Garcês	Sintra	I. 1, fl. 8
Orientação	82.01.31	D. Filipa	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 14
Orientação	84.03.29	Catarina Gonçalves	Santarém	I. 23, fl. 18v
Orientação	86.04.12	D. Brites	Santarém	I. 8, fl. 191
Orientação	87.04.20	Brites Anes	Santarém	I. 19, fl. 152v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Orientação	87.10.04	Benvinda	Santarém	I. 21, fl. 39v
Orientação	90.09.12	Rainha D. Leonor	Viana	I. 16, fl. 85
Orientação	92.06.27	Catarina de Carvalhais	Lisboa	I. 7, fl. 76
Padroado	--.--.--	D. Isabel Soares	--	I. 26, fl. 50v
Padroado	82.--.--	D. Filipa	--	I. 2, fl. 15v
Padroado	83.08.--	D. Brites	Abrantes	I. 23, fl. 11
Padroado	86.02.--	Joana de Sequeira	Santarém	I. 1, fl. 33
Padroado	92.06.--	D. Leonor	Lisboa	I. 5, fl. 94
Padroado	82.02.06	D. Filipa	Montemor-o-Novo	I. 26, fl. 17
Padroado	82.02.07	D. Joana	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 22v
Padroado	82.06.03	D. Maria de Vilhena	Évora	I. 6, fl. 93
Padroado	82.02.08	D. Filipa	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 17v
Padroado	82.02.08	Helena da Gama	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 12
Padroado	82.06.10	D. Isabel de Sousa	Évora	I. 6, fl. 64
Padroado	82.11.06	D. Maria da Silva	Almeirim	I. 26, fl. 23v
Padroado	82.09.11	Catarina de Melgar	Évora	I. 3, fl. 54v
Padroado	82.04.18	D. Brites da Silva	Viana	I. 6, fl. 115
Padroado	82.07.22	D. Maria de Vilhena	Évora	I. 6, fl. 100
Padroado	82.02.28	D. Joana de Lemos	Montemor-o-Novo	I. 2, fl. 5v
Padroado	82.08.22	Guiomar de Sousa	Évora	I. 6, fl. 98v
Padroado	82.01.31	D. Catarina de Melo	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 19v
Padroado	82.06.28	D. Leonor de Mascarenhas	Évora	I. 2, fl. 145
Padroado	82.07.29	D. Maria de Vilhena	Évora	I. 3, fl. 67v
Padroado	83.04.03	D. Violante	Torres Novas	I. 24, fl. 107
Padroado	83.04.23	D. Brites da Silva	Santarém	I. 24, fl. 92
Padroado	83.12.30	D. Brites da Silva	Santarém	I. 26, fl. 109v
Padroado	84.07.01	D. Catarina de Sousa	Santarém	I. 8, fl. 185
Padroado	84.07.12	Joana de Castro	Alcochete	I. 22, fl. 85v
Padroado	84.05.22	D. Teresa de Meneses	Santarém	I. 23, fl. 147v

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Padroado	85.02.27	D. Margarida de Vilhena	Santarém	I. 1, fl. 134
Padroado	85.09.25	D. Isabel de Sousa	Sintra	I. 4, fl. 10
Padroado	86.04.04	Isabel Dias	Santarém	I. 1, fl. 136v
Padroado	86.10.03	D. Catarina	Lisboa	I. 8, fl. 92
Padroado	86.03.13	D. Mécia de Melo	Santarém	I. 1, fl. 101v
Padroado	86.03.15	D. Brites Pacheca	Santarém	I. 8, fl. 189v
Padroado	86.11.09	Branca de Proença	Lisboa	I. 8, fl. 100v
Padroado	86.11.13	Genebra da Rosa	Lisboa	I. 19, fl. 105
Padroado	86.11.21	Leonor Pacheca	Lisboa	I. 19, fl. 150v
Padroado	86.08.25	Maria Lopes	Lisboa	I. 19, fl. 74
Padroado	86.09.29	Constança Pereira	Lisboa	I. 20, fl. 98v
Padroado	87.09.03	Isabel Leitoa	Santarém	I. 21, fl. 23v
Padroado	87.06.07	D. Catarina	Santarém	I. 21, fl. 135v
Padroado	87.09.04	Isabel Leitoa	Santarém	I. 21, fl. 168v
Padroado	87.05.11	D. Joana de Castro	Santarém	I. 20, fl. 60v
Padroado	87.02.15	Isabel Galvoa	Santarém	I. 19, fl. 63v
Padroado	87.09.10	D. Maria Coutinha	Santarém	I. 18, fl. 45v
Padroado	87.04.19	D. Isabel	Santarém	I. 20, fl. 35v
Padroado	87.08.21	Clara Gonçalves	Santarém	I. 21, fl. 99
Padroado	87.10.25	D. Mécia da Cunha	Santarém	I. 21, fl. 46v
Padroado	88.09.01	D. Leonor de Melgar	Almada	I. 14, fl. 32
Padroado	88.11.02	Inês Aires	Setúbal	I. 14, fl. 13
Padroado	88.01.16	D. Isabel Soares	Santarém	I. 18, fl. 9
Padroado	88.01.16	Ana Soares	Santarém	I. 18, fl. 9
Padroado	88.01.16	D. Brites Soares	Santarém	I. 18, fl. 9
Padroado	88.04.30	Carla Gonçalves	Almeirim	I. 18, fl. 65
Padroado	89.05.17	D. Mécia	Beja	I. 26, fl. 49v
Padroado	89.05.20	D. Branca	Beja	I. 26, fl. 48v
Padroado	89.05.20	Violante Gomes	Beja	I. 25, fl. 97

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Padroado	89.07.19	D. Joana de Vilhena	Tavira	I. 25, fl. 87v
Padroado	90.08.03	D. Catarina	Évora	I. 11, fl. 1
Padroado	90.12.06	Princesa D. Isabel	Évora	I. 16, fl. 108
Padroado	90.12.06	Princesa D. Isabel	Évora	I. 16, fl. 108
Padroado	90.08.12	D. Leonor	Évora	I. 16, fl. 37
Padroado	90.07.14	Rainha D. Leonor	Évora	I. 16, fl. 85
Padroado	90.07.17	Maria Loba	Évora	I. 16, fl. 11
Padroado	90.01.26	D. Leonor de Mascarenhas	Évora	I. 17, fl. 29
Padroado	90.05.28	Isabel de Vasconcelos	Évora	I. 13, fl. 64
Padroado	90.05.29	D. Cecília	Évora	I. 13, fl. 73
Padroado	91.10.14	Violante de Sousa	Lisboa	I. 11, fl. 71
Padroado	91.10.17	D. Cecília	Lisboa	I. 11, fl. 69v
Padroado	92.05.03	D. Filipa Henriques	Lisboa	I. 5, fl. 37
Padroado	92.05.09	D. Filipa	Lisboa	I. 7, fl. 58
Perfilhamento	83.03.22	Maria Pais	Santarém	I. 24, fl. 139v
Perfilhamento	84.05.05	Isabel Dias	Santarém	I. 23, fl. 94v
Perfilhamento	86.04.23	Brites Martins	Santarém	I. 1, fl. 150
Perfilhamento	86.04.23	Maria	Santarém	I. 1, fl. 150
Perfilhamento	88.07.05	Maria Afonso	Lisboa	I. 17, fl. 43
Perfilhamento	91.11.24	Joana Gonçalves	Lisboa	I. 11, fl. 120v
Privilégio	82.02.09	Brites Vaz	Montemor-o-Novo	I. 6, fl. 10
Privilégio	82.03.26	D. Filipa	Viana	I. 2, fl. 49v
Privilégio	82.06.14	Leonor Gomes	Évora	I. 6, fl. 113
Privilégio	82.07.30	Catarina Anes	Évora	I. 6, fl. 125
Privilégio	83.04.30	D. Filipa	Santarém	I. 26, fl. 4
Privilégio	84.08.27	D. Catarina de Castro	Abrantes	I. 22, fl. 24v
Privilégio	86.--.--	Brites Gonçalves	Lisboa	I. 8, fl. 229
Privilégio	86.02.24	Brites Anes	Santarém	I. 1, fl. 131
Privilégio	86.02.24	Catarina Gonçalves	Santarém	I. 1, fl. 131

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Privilégio	86.02.24	Isabel Gonçalves	Santarém	I. 1, fl. 131
Privilégio	86.02.24	Maria Gonçalves	Santarém	I. 1, fl. 131
Privilégio	86.04.06	D. Isabel de Ataíde	Santarém	I. 1, fl. 106
Privilégio	86.04.10	D. Brites	Santarém	I. 8, fl. 191
Privilégio	86.04.18	Joana Correia	Santarém	I. 1, fl. 152
Privilégio	86.05.02	Isabel Gonçalves	Santarém	I. 8, fl. 201v
Privilégio	87.--.18	Catarina Tomar	Santarém	I. 18, fl. 10v
Privilégio	87.03.24	D. Joana de Castro	Santarém	I. 19, fl. 157
Privilégio	87.04.03	Justa Rodrigues	Santarém	I. 21, fl. 106
Privilégio	87.04.25	Constança Anes	Santarém	I. 20, fl. 6v
Privilégio	87.04.28	Beringela Vaz	Santarém	I. 20, fl. 18v
Privilégio	87.07.10	Inês Parda	Santarém	I. 21, fl. 168v
Privilégio	87.11.15	Constança Anes	Santarém	I. 21, fl. 77
Privilégio	88.06.21	Brites Lordelo	Almada	I. 14, fl. 111v
Privilégio	89.12.13	D. Isabel Soares	Évora	I. 17, fl. 36
Privilégio	89.07.20	Brites Vaz	Tavira	I. 25, fl. 100v
Privilégio	90.01.08	Catarina Rodrigues	Évora	I. 13, fl. 92v
Privilégio	90.01.15	Inês Anes	Évora	I. 13, fl. 92v
Privilégio	90.02.15	D. Catarina	Évora	I. 17, fl. 103
Privilégio	90.03.01	D. Brites	Évora	I. 12, fl. 1
Privilégio	90.05.05	Isabel Anes	Évora	I. 13, fl. 13
Privilégio	90.05.24	Catarina de Armar	Évora	I. 12, fl. 138v
Privilégio	90.06.09	Brites Dias	Évora	I. 13, fl. 69
Privilégio	90.06.13	Beatriz Dias	Évora	I. 13, fl. 101v
Privilégio	90.07.10	Catarina Anes	Évora	I. 16, fl. 56v
Privilégio	90.07.14	D. Isabel de Sousa	Évora	I. 16, fl. 45v
Privilégio	90.08.24	D. Leonor da Silva	Évora	I. 16, fl. 81
Privilégio	91.03.10	Leonor Afonso	Évora	I. 9, fl. 107v
Privilégio	91.03.18	D. Isabel Nogueira	Évora	I. 10, fl. 22

Tipo	Data	Mulher	Local	Cota
Privilégio	91.04.19	Leonor da Fonseca	Évora	I. 10, fl. 40v
Privilégio	92.04.10	Inês Anes	Lisboa	I. 26, fl. 27
Privilégio	92.05.15	Infanta D. Brites	Lisboa	I. 5, fl. 95v
Proteção Real	82.07.30	Catarina Anes	Évora	I. 6, fl. 125
Quitação	82.12.14	Maria de Carvalhais	Santarém	I. 3, fl. 101v
Quitação	82.03.25	Brites Palmeira	Viana	I. 2, fl. 55
Quitação	91.03.18	D. Isabel Nogueira	Évora	I. 9, fl. 191v
Quitação	91.04.19	Infanta D. Brites	Évora	I. 5, fl. 95
Regateira	86.04.15	Filipa do Porto	Santarém	I. 4, fl. 26
Relevamento de infâmia	86.04.18	Mayl Gardilha	Santarém	I. 1, fl. 125
Requeredor da Alfândega	82.07.--	Fernanda Pires	Évora	I. 6, fl. 98
Restituição de bens	86.03.14	Isabel Fernandes	Sintra	I. 1, fl. 1
Segurança	82.04.25	D. Brites	Viana	I. 6, fl. 73v
Segurança	87.07.04	D. Guiomar de Noronha	Santarém	I. 20, fl. 136
Vendedeira	82.05.13	Maria Gonçalves	Évora	I. 6, fl. 54
Vendedeira	82.05.22	Maria Álvares	Évora	I. 6, fl. 55v
Vendedeira	82.05.23	Catarina Afonso	Évora	I. 6, fl. 57
Vendedeira	82.06.13	Joana Vaz	Évora	I. 6, fl. 70
Vendedeira	89.12.13	Maria Anes	Évora	I. 24, fl. 134v

ANEXO

Nota prévia à transcrição documental

Na transcrição dos documentos, não tivemos em vista qualquer edição erudita, mas, simplesmente, torná-los compreensíveis e acessíveis ao leitor. Os critérios de transcrição baseiam-se nas Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos da AAB/Comitê de Paleografia e Diplomática, cujas linhas gerais são:

1. transcrição do documento em linha contínua;
2. o uso de dois traços oblíquos ao final do texto;
3. respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo maiúsculas e minúsculas e pontuação original;
4. serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida;
5. o s caudado será transcrito como ss ou s respectivamente;
6. as letras ramistas b, v, u, i, j, serão mantidas como no manuscrito;
7. os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época;
8. as letras serão grafadas na forma usual, independente de seu valor fonético;
9. desenvolvimento das abreviaturas sem destacar as letras introduzidas;
10. colocação da palavra {sic} em seguida aos erros e enganos do próprio texto original;
11. o sinal de nasalização ou til será mantido;
12. a acentuação será conforme o original;
13. assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...];
14. desdobramento dos monogramas XPS ou XPO em Christus ou Christo;

14--, maio, 10*Carta de perdão*

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 3v, 1º doc.

Dom Joham etecetera Saude sabede que Jssabell de lixboam molher solteira moradora a nosa uilla destremoz, nos eneuou dizer que ella esteuera por mamçeba teuda e manteuda de pero aluarez e a dicta villa cassado e ouuera delle huuma filha e que ora queria viuer bem e onestamente visto como esteuera em pecado mortall e porem Se temja das nosas Justiças a prenderem e porem se asy he como diz e hy mais nom ha e querendo lhe fazer graça e merçee lhe perdoamos e porem vos mandamos que a nom prendaaes etecetera dada em ssamtarem X de maio elrey o mandou per os doutores fernam rrodriguiz e rruy boto desembargadores do paaço Joham jorge a fez//

1482, setembro, 11

Carta de perdão

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 23v.

Dom Joham et caetera Saude Sabede que Catarina Eanes molher de Joham Monteiro morador em a villa d'Allenquer nos enviou dizer que sendo o dito seu marido presso em a dicta villa pello culparem e se dizer contra elle que dormira com hua sua cunhada e que emprehara delle e que tambem mataram a criança elle viera a fugir da prisam em que jazia e que agora era a ella posto que ella lhe dera hua corda com que fugira per razam da quall culpa que lhe asi era dada se amorara com temor das nossas justiças e andava ora ainda per ello amorada enviando nos pedir por merce que lhe perdoassemos nossa justiça e outra quall quer a que nos theuda e obrigada fosse por a culpa que lhe asi deram que dera ao dicto seu marido hua corda com que dugira da prisam donde jazia ao que ella era obrigada por seer sua molher e hi nom aveer parte alguam que a acusasse. E nos vendo o que nos assi dizer e pedir enviou se asi he como se conta e hi mais nom ha e querendo lhe fazer graça e merce teemos por bem e perdoamos lhe a nossa justiça e outra quall quer pena a que nos theuda e obrigada era por asi dar a corda ao dicto seu marido que com que dugio da dicta prisam em que era presso por dormir com a dicta sua cunhada e matar a criança com tanto que ella pagasse mill reais brancos pera arca da piedade E por quanto ella logo pagou os dictos dinheiros a Frei Joham de Santarem nosso esmoler a que temos dado carreguo de receber segundo dello fomos certo per hum asinado e doutro de Fernam d'Evora nosso escriptvam das mallfeitorias que os sobre elle pos em recepta Vos mandamos que nom prendaes er caetera. Dada em Montemoor o Novo XI dias do mes de Setembro. El rei o mandou pello doutor Joham Teixeira do seu conselho e pello doutor Fernam Rodriguez ambos do seu desembarguo e petições. Dias Afonso a fez anno de mill IIIILXXXII.//

1484, fevereiro, 20

Carta de perdão

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 6v.

Dom Joham etc. saude. Sabede que Briatiz Alvarez, molher veuva, moradora em a nossa villa de Santarem, nos emvyou dizer que ella viera teer afeiçom carnal na dita villa com hũ Gonçalo de Moura, o qual ella tinha e cria que era solteiro, e que depois fôra sabedor que elle era casado em a nossa cidade d'Evora, como de fecto era, e que, por afeyçam que já com elle tynha, se nom partira delle, antes se fôra com elle a Vila Nova de Portimam, honde estivera por sua manceba, teuda e manteuda mais de hũu aanno, e que ora o dito Gonçalo de Moura hera reconciliado com a dita sua molher, per nome Branca Anes, e queria com ella viver, e ella sopricante era apartada delle e queria viver em salvaçom, e a dita Branca Anes molher do dito Gonçalo de Moura, lhe perdoara e a nom queria acusar, nem demandar, pella emjuria que lhe asy fizera o estar por manceba do dito Gonçalo de Moura, seu marido, segundo o veer poderíamos per hũu pubrico estormento de perdam, que perante nós enviou apresentar, que parecia seer fecto e asynado per Ruy Carvalho, nosso tabaliam em a dita cidade d'Evora, aos 16 dias do mes de Fevereyro presente do anno desta carta, em o qual, antre as coussas, fazia mençom que a dita Branca Anes, molher do dito Gonçalo de Moura, dissera que era verdade que, sendo ela casada e recebida per pallavras de presente com o dito Gonçalo de Moura, elle viera tomar por sua manceba hũua Isabel Martinz e a levava da dita cidade pera a dita villa de Santarem, e que, tendo-a em sua casa theuda e manteuda consyguo, a viera a leixar e fôra casar com hũua Violante Alvarez, em a dita villa de Santarem moradora, e que o dito Gonçalo de Moura, seu marido, fizera porque lhe fôra dito e certificado que ella dita Branca Anes sua molher era finada, e que, depois de a asy teer recebida e em vivendo com ella e sabendo por novas certas que ella, Branca Anes, era viva, elle se quitara loguo da dita Violante Alvares e se fôra loguo a ella Branca Anes, pedindo-lhe que lhe perdoasse porquanto elle nom recebera a dita Violante Alvarez soamente por fallsa enformaçam que lhe dada fôra como em cima dito he; e porquanto o dito Gonçalo de Moura, seu marido, loguo nom podera aveer de nós perdam do dito segundo casamento, que asy fizera, ella dita Branca Anes, sua molher, lhe dera lugar que se fosse e podesse levar consyguo hũua molher que o dervisse m Arzilla ou

em outro quallquer lugar que elle quisesse, e que o dito Gonçalo de moura se fôra pera o dito lugar de Portimam e levara consyguo a dita Briatiz Alvares, sopricante, e estiveram ambos per espaço de hũu anno, pouco mais ou menos, e que ora o dito Gonçalo de Moura era ja apartado da dita Briatiz Alvares, sopricante, e queria com ella sua mlher vyver em salvaçom, e por tanto ella sua molher perdoava aa dita Briatiz Alvares, sua barregãa, todo pecado pasado e malles que contra ella cometidos tinham, e que nos pediam por mercee que se lhe quisessemos perdoar o que a nós pertencia, segundo que todo esto e outras cousas no dito estormento mlher e mais compridamente se continha, e porem nos pedia a ditaBritatiz Alvares, por mercee, que lhe perdoassemos o pecado passado, que asy com o dito Gonçalo de Moura cometera em estar per sua barregãa, e nós, visto seu dizer e pedir, se asy he como ella diz e hy mais nom ha, visto o perdam da moler do dito seu barregãao, e querendo-lhe fazer graça e mercee, teemos per bem e perdoamos-lhe a nossa justiça, a que nos ella, pello pecado pasado, que asy cometeo em estar por barregãa do dito Gonçalo de Moura, era theuda, comtanto que daqui adiante ella viva bem e onestamente e nom torne mais ao dito pecado, e, tornando ha elle, esta carta lhe nom valha, e este perdam lhe damos se ella ainda nom ouve de nós outra carta de perdam se nam esta, e se alguem della per ello tem querellado fique sem directo reservado de a poder demandar civellmente, se quyser; e porem vos mandamos etc. Dada em a dita villa de Santarem, 20 dias de Fevereyro. El-Rey o mandou pello doutor Ruy Boto, do seu desembarguo e terceiro dos agravos, e per Pero Machado, do dito desenbargo, Pero Alvarez a fez. Anno 1484.//

1484, maio, 17

Carta de perdão

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 23, fl. 87v.

Dom Joham etc. saude. Saede que Breatiz Fernandes, molher que foy de Vaasco de Santarem, morador em a nosa cidade de Lixboa, nos emviou dizer que, em se tirando a inquiriçam jeerall em a dita cidade, ella fôra tomada por testemunha em ella e per bem de seu testemunho e outros fôra presso hũu Baru Abaz, judeo, morador em a dita cidade, e, jazendo presso e acusado por parte da justiça, se fez a dita inquiriçam judicial e ella foy reperguntada e ao leer de seu primeiro testemunho disseram que nom disse asy como se em elle contynha, nem o dera a tam assetadamente como o tabaliam o espreverá, o que todo fôra visto em relaçam, e, por ella asy desviar em os ditos testemunhos anbos, diz que se amoorara; e, andando amoorada, o dito judeu lhe perdoara e a nom quiseram por a dita rezam acusar, nem demandar, segundo o mais compridamente veer poderíamos per hũum pubrico estormento, o qual perando nós foy apresentado, que parecia seer fecto e asynado per Luís Vaaz, tabeliam jeeram e a nossa casa do civel, aos 30 dias do mes de Fevereiro do anno e era presente de 1484, em o qual se comtynha, antre as outras cousas, que per o dito Baru, judeu, contra que assy testemunhou, fôra dito que elle perdoava pollo amor de Deus aa dita sopricante todo mal e dapno que lhe assy fezera per seu testemunho e a nom querya por ello acusarm nem demandar, segundo que todo esto e outras muitas cousas melhor e mais conpridamente se em o dito estormento contynha. E enviando-nos ella sopricante pedir por mercee que lhe perdoasse4mosa nossa justiça, se nos a ella, por rezam dos dous testemunhos que asy deu e em elles desvairou, em allgũua guisa era theudo, e nós, vendo o que nos ella assy dizere pedir emviou, se asy, he como ella diz e hy mais nom ha, e visto o perdam da parte, e querendo-lhe fazer graça e mercee, teemos por bem e perdoamos-lhe a nosa justiça, a que nos ella, per razam de assy testemunhar fallsso, era theuda, contanto, que ella fosse estar em cada hũu dos lugares das partes d'Africa hũu anno comprido; e, pera aderemçar sua fazemda, lhe damos d'espazo, a que se cada hũu dos ditos lugares vaa, da dada desta nosa carta a hũu mes primeiro seguinte, em o qual tenpo mandamos que ella ande seguramente etc. Em forma , Dada em Santarem, 17 de Mayo. El-Rey o mandou pollos doutores Joham Teixeira e Fernam Royz etc. Joham Jorge a fez. De 1484.//

1490, janeiro, 7.

Carta de perdão – barregania /clérigo

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 17, fl. 3v, 2º doc.

Dom Joham etecetera Saude Sabede que Jnes Rodriguiz molher solteira moradora em setuall nos embiou dizer que ella esteuera por mamçeba theuda e mantheuda de hum joham daabull Clerigo de misa em a dicta vila mesma e ouuera delle hum filho e consyramdo etecetera em forma dada em euora a bII dias do mes de janeiro elRej o mamdou pellos doutores de cojmbra e Ruj boto ambos desembargadores do paaço Rodrigo Ribeiro por joham jorje a fez anno de mjll IIIl¹//

¹ Sinal referente ao número 40.

1492, abril, 17.

Carta de perdão

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 5, 1º doc.

Dom Joham etecetera Saude Sabede que Joham diãz homeem laurador morador no termo dalourinha no lugar homde chamam abertaleira nos disse que na prissam da dicta correçam Jazia pressa huuma manceba solteira per nome Catarina a quall era asemente morada aa morti por que nam comprira humm degredo que lhe fora posto para fora do regno para ssempre por que ssendo manceda da mançebia teuera Reefiam E que consyramdo ello supricamte (...) seruiço de deus e saluaçam da dicta manceba e moujdo de bom fazer porposera de lhe pidir para cassar com ella polla qual nos perdia por merçee que aRelleuassemos da morte e de toda outra penna e lha dissemos liuremente para ello com ella cassar E nos vemdo que o dicto ssopricamte dizia e pidia e visto humm (...) Temos por bem E nos por perdoar liuremente aa dicta caterina pressa e aver por Relleuada da pena de morte naturall ou quallquer outra em que por he casso por que he pressa encorreo e esto sseem embargo de sseer pressa e da pressa sse nam dar perdam contanto que ella casse e Receba por sseu marido por palauras de pre(sente) ao dicto Joham diãz sopricamte e viua com elle bem e onestamente como sua molher ____ ma e tanto que a dicta Caterina o Receba por sseu marido por palauras de pressemte a soltes ____ al nom he pressa e daquij em dia a nam prendaes nem mandes prender etecetera em forma dada em a nossa cidade de lixboa XbI| dias do mes dabrill EllRey o mandou pelos doutores fernam Rodrigues dayam de coJnbra e Ruj boto anbos do sseu consselho e desenbargadores do paço Ruj fernandez a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhesus cristo de mjl III|LRI|//

1492, abril, 24.

Carta de perdão – barregania /clérigo

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 4, 2º doc.

Dom Joham etecetera Saude Sabede que maria fernandez molher de gonçalo annes morador na varzea termo de visseu nos emujou dizer que ella fora culpada que dormjra carnallmente com huum amdre afonso seu Segundo primo em sendo solteiros emujando nos ella soprocante pedir por merçee que a a homrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesus cristo lhe perdoasse mos a nosa Justiça sse nos a ella por o dicto casso em alguma guissa era theuda E nos vemdo o que nos ella sopricamte dizer e pidir emujou sse asi he como Diz e hy mais nam ha E querendo lhe fazer graça e merce aa homrrada morte de parxom de nosso Senhor Jhesus cristo Temos por bem e perdoamos lhe a nossa Justiça a que nos ella por o dicto casso era theuda contamto que ella pagasse para a piedade seiçentos reis E por quanto ella pagou aos dictos dinheiros a frej Joham de samtarem nosso esmoler Segundo dello fomos çerto por huum sseu asynado e por outro de bertolameu Rodriguez escriptuam que os ssobre lhe asemtou em Recepta poreu vos mandamos que daquj em diante a nam prendaes nem mandes prender etecetera em forma dada em a nossa çidade de lixboa xxiii| dias do mes dabrill ELL Rey o mandou pellos doutores fernam Rodriguiz dayam de coJnbra e Ruy boto ambos do sseu consselho e desembargadores do paaço Ruy fernandes a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhesus cristo de mjl III| LxI| annos//

1492, abril, 24.

Carta de perdão – Afeição carnal e infanticídio

ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 4v, 1º doc.

Dom Joham etecetera Saude Sabede que Jsabell moça solteira filha dafonso piriz morador no couto d Rio nos emujou dizer que poderia ora aver seis ou ssete annos pouco mais ou menos que hum lop Diaz sseu tio primo com Jrmaaom de sua may Arequerera e enduzira Em tall maneira que viera com ella aver afeição carnall e parira delle huuma criamça a quall era de seis ou ssete messe e que tamto asy parira a emburelhara em huuns panos e Rodelhos e a metera em huuma buraca homde esteuera por o espaço de mea or por nam ser sentida de sseu pay e que neste espaço fora loguo achada a dicta criamça por certos vizinhos do dicto seu pay os quaees a tomar asy viuua E a fizeram bautizar e lhe aprouaram d parte e por nam sser de tempo nam poderia mama E se finara loguo emujamdo nos ella sopricante pedir por merçee e a a honrra da morte e paixao de nosso Senhor Jhesus cristo que lhe perdoassemos a a nossa Justiça sse nos aa ella por o dicto cassos e Razooens em alguuma guissa era teudo E nos vemdo o que nos ella Dizer e pidir emujou sse asy he como ella diz e hy mais nam ha E querendo lhe fazer graça e merçee a a homrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesus cristo Temos por bem e perdoamos lhe da nossa Justiça a que nos ella por Razom do dicto pecado que asy Cometeem teer afeição carnall com o dicto sseu tjo era theuda Comtamto que ella pague para piedade mjl rreis E quanto aa morte do filho ou filha sse semtjr culpada liuresse por sseu dinheiro E por quanto loguo os dictos dinheiros aa frej Joham de samtarem nosso esmoler Segundo dello formor certo por sseu aasynado de bertolameu Rodriguiz que os pi Joham banha por em Reçepa mandamos que daqui Em diamte ho nam premdaaes nem mamdes prender Etecetera em forma dada em a nossa cidade de lixboa a XXXIII| dias do mes dabrill ELL Rey o mandou pellos doutores fernam Rodriguiz daiam de coJnbra e Ruj boto ambos do sseu consselho e desembargadres do paço Joham diaz por Joham JorJe a fez ano de nosso Senhor Jhesus cristo de mjl III|LXI| annos//

São Paulo
2013